

# **Quintais Urbanos de Salvador:**

**Realidades, Usos e Vivências no Século XIX**

**Jan Maurício Oliveira van Holthe**

**Salvador – Bahia**

**2002**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**ARQUITETURA E URBANISMO**

**Quintais Urbanos de Salvador:**  
**Realidades, Usos e Vivências no Século XIX**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

**Autor: Jan Maurício Oliveira van Holthe**

**Orientadora: Prof. Odete Dourado**

**Salvador, Bahia**

**2002**

## RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é o resgate da importância dos quintais urbanos em Salvador, numa tentativa de oferecer aos pesquisadores, arquitetos e demais envolvidos na questão do patrimônio histórico em nossa cidade, uma visão mais clara e realista sobre estes espaços.

Através de uma exaustiva pesquisa histórica – sem pretensões, porém, de esgotar cada tema individualmente -, buscamos compreender não apenas os quintais de Salvador, mas também todos aqueles elementos que, a nosso ver, ajudam a defini-los. Desta forma, fomos obrigados também a estudar a cidade sob os mais diversos aspectos (físicos, econômicos, sociais, paisagísticos etc.), procurando traçar um painel bastante amplo – com ênfase, obviamente nos dados referentes ao século XIX -, que servisse de suporte para a nossa pesquisa dos quintais.

Estudamos também a população de Salvador, sua composição, seus meios de sobrevivência, suas características raciais e culturais etc. Conhecendo profundamente os moradores da cidade, compreendemos também como viviam, como construíam suas casas e, conseqüentemente, como inseriam os quintais nas atividades diárias que, de alguma forma, garantiam a sua sobrevivência.

Por fim, procuramos demonstrar a relação de total integração das casas em Salvador – “casas térreas” e sobrados - com os seus quintais, através de um estudo de suas principais características físicas (listagem dos cômodos, implantação nos lotes urbanos, dimensões etc.) e dos serviços normalmente associados ao seu pleno funcionamento, garantindo assim o conforto, a segurança e a subsistência de seus habitantes.

Inseridos de tal forma na vida da cidade, os quintais naturalmente tornavam-se parte de sua paisagem. Sua vegetação, em contraste com as cores claras das edificações e da aridez de suas ruas e praças públicas, desempenhava importante papel na formação de um caráter paisagístico próprio para a cidade. Desta forma, não é possível preservar este caráter sem garantir também a presença dos elementos que o constituem, dentre os quais os quintais urbanos formam peça fundamental.

## ABSTRACT

The main objective of this essay is to restore the true importance of the urban backyard in the city of Salvador, trying, at the same time, to offer the future researchers, architects and all those involved with the preservation of our historical patrimony, a more realistic and clear view of these urban open spaces.

Through an exhaustive historical research – certainly without the intention to end the discussion of these subjects in future works -, we tried to understand not only the backyards in Salvador, but also all those elements that, in our point of view, help define them. This way, we found ourselves forced to study the city under many different aspects (physical, economical, social, sceneric etc.), combining the many pieces of information that would allow us to form a relatively complete descriptive picture of its situation throughout the centuries, always, however, focusing on the 19<sup>th</sup> century, once it offers a larger amount of documental and published material to work with.

We also studied Salvador's population, its constitution, its means of survival, its racial and cultural characteristics etc. Getting to know this population in depth allows us also to understand how they lived, how they built their homes and, consequently, how they inserted their backyards in those daily activities that, somehow, guaranteed their survival.

At last, we tried to demonstrate how deep the connection of the houses in Salvador – the “casas térreas” and the “sobrados” - and their backyards really was. To reach this objective we had to study these houses' main physical characteristics (the internal accommodations, their insertion in the urban lots, their dimensions etc.) together with all those services normally linked to their functionality, which will then guarantee their owners' comfort, security and subsistence.

Inserted in such a way in the city's life, the backyards naturally became part of the landscape. The plants they contain, in contrast with the bright colors of the old buildings and with the barrenness of the city streets and squares, play an important part in the formation of a specific sceneric view of the city of Salvador. Therefore, it's not possible to preserve this scenery without also protecting the elements that help form it, being the urban backyard one of its main component.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	9
<b>1. Salvador – A Cidade</b>	
1.1 Fundação – Século XVI (1549)	14
1.2 A Cidade no Século XIX	16
1.2.1 A Baía de Todos os Santos	18
1.2.2 A Cidade Baixa	21
1.2.3 A Cidade Alta	25
1.2.4 Os Limites da Cidade	33
1.3 A Paisagem de Salvador no Século XIX	39
1.3.1 A Visão Panorâmica da Cidade	41
1.3.2 A Vegetação Tropical e a Paisagem de Salvador	44
1.3.3 A Importância do Contraste	46
<b>2. Paisagem Humana</b>	
2.1 População	49
2.2 A Sociedade Baiana no Século XIX	52
2.2.1 A Elite Branca da Bahia	56
2.2.2 Os Negros – Escravos e Libertos	59
2.2.3 A Participação das Mulheres na Sociedade	65
2.2.4 A Família Baiana	69
<b>3. Vida Econômica de Salvador</b>	73
3.1 Entraves e Conflitos – Séculos XVII e XVIII	74
3.1.1 A Falta de Moedas	77
3.1.2 A Manutenção da Frota Portuguesa	79
3.1.3 As Revoltas Indígenas	84
3.1.4 Ataques de Naus Corsárias e as Invasões do Século XVII	87
3.1.5 A Descoberta e Exploração do Ouro “das Minas”	90

3.1.6 As Variações Climáticas	94
3.1.7 As Epidemias	98
3.2 A Economia Baiana no Século XIX	106
<b>4. Arquitetura Residencial</b>	<b>114</b>
4.1 A Casa Térrea	115
4.1.1 Casa Térrea – Disposição Interna	118
4.1.1.1 Sala de Visitas	119
4.1.1.2 Os Quartos de Alcova	119
4.1.1.3 Corredor Lateral	121
4.1.1.4 Sala de Jantar	121
4.1.1.5 Varanda	122
4.1.1.6 Cozinha	124
4.1.1.7 Despensa	125
4.1.1.8 Armazém	126
4.2 O Sobrado	128
4.2.1 Sobrados – Pavimento Térreo	131
4.2.1.1 Cocheiras	132
4.2.1.2 Lojas	133
4.2.2 Sobrados – Pavimentos Superiores	137
4.3 O Funcionamento das Casas em Salvador	140
<b>5. Os Quintais</b>	<b>143</b>
5.1 Conceito	143
5.2 Os Quintais no Século XIX	145
5.3 Os Quintais: Zonas de Serviço das Casas em Salvador	145
5.3.1 Quintais – Elementos Construídos	149
5.3.1.1 As Cozinhas Externas	149
5.3.1.2 Os Telheiros	153
5.3.1.3 As Senzalas e Dependências de Empregados	154
5.3.1.4 As Cocheiras e Estrebarias	157

5.3.1.5 As “Casas de Banho” e “Banheiros”	159
5.3.1.6 As Latrinas e “Secretas”	161
5.3.1.7 Os Jiraus e Varais	164
5.4 A Economia Doméstica e os Quintais	167
5.4.1 As Oficinas de “Fundo de Quintal”	167
5.4.2 O Abastecimento de Alimentos em Salvador	169
5.4.2.1 Séculos XVII e XVIII – A “Fome Universal”	170
5.4.2.2 O Abastecimento de Alimentos no Século XIX	178
5.4.2.3 Os Quintais e a Produção Doméstica de Alimentos	183
5.4.3 O Abastecimento de Água em Salvador	190
5.4.3.1 O Abastecimento de Água no Século XIX	203
5.4.3.2 Os Quintais, suas Fontes e Poços	209
5.5 O Valor Cultural e Social dos Quintais	212
5.5.1 O Quintal como Área de Lazer da Família	213
5.5.2 Os Quintais e as Flores	215
5.5.3 Os Quintais e as Manifestações Religiosas	218
5.5.4 Superstições e Simpatias	223
5.6 Os Quintais na Paisagem de Salvador (Século XIX)	226
<b>Conclusão</b>	228
<b>Referências</b>	232
<b>Apêndice A: Terminologia: “Quintal” e “Jardim”</b>	246
<b>Apêndice B: Relação dos Viajantes do Século XIX</b>	249
<b>Apêndice C: Fontes Primárias</b>	250

## INTRODUÇÃO

Dentre os espaços urbanos marcantes da arquitetura colonial brasileira em quase todos os núcleos habitacionais do país<sup>1</sup>, os quintais estão certamente dentre aqueles menos estudados – e portanto também menos conhecidos. Numa pesquisa bibliográfica inicial, realizada ainda no período de elaboração do projeto de pesquisa, percebemos que pouca coisa existe publicada sobre o assunto – aliás, especificamente sobre os “quintais” nada encontramos; quanto aos “jardins”, porém, a bibliografia mostrou-se mais numerosa.

Ao lado disso, porém, percebe-se o aparente interesse despertado por estes espaços urbanos não-edificados nos textos dos diferentes cronistas e viajantes estrangeiros aos quais tivemos acesso. Desde as mais antigas obras, escritas poucos anos após a fundação da cidade de Salvador, surgem os testemunhos que trazem-nos notícias da existência – e muitas vezes da exuberância – destes quintais<sup>2</sup>.

Uma dúvida inicial, no entanto, precisou ser logo esclarecida de forma a podermos avaliar melhor as nossas fontes. Era necessário, de imediato, entender o que efetivamente representavam os termos “quintal” e “jardim” na língua portuguesa. Ao longo de nossas leituras, muitas vezes numa mesma obra deparamo-nos com situações em que o autor, ao longo do texto, cita os “quintais” e “jardins” várias vezes, e de uma maneira tal que, a um olhar menos avisado, estes dois termos parecem ter o mesmo significado<sup>3</sup>. Em outros casos, porém, apenas os “jardins” são mencionados<sup>4</sup>, ignorando-se completamente os “quintais”.

---

<sup>1</sup> N.A.: Tomemos como exemplo a carta encaminhada ao Presidente da Província por um morador do município de Mundo Novo, interior do estado da Bahia, na segunda metade do século XIX (1862): “José Ponte de Menezes morador nesta freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo, declara possuir no arraial desta mesma freguesia uma Casa com quintal, a qual Casa edificou em o ano 1848 em terrenos devolutos de que se apossou e onde mora cultivando o quintal, que presentemente se acha ocupado com laranjeiras, limoeiros, Cafezeiros, Jaqueira, quiabeiros, Cajueiros, hortaliças e outras plantações e árvores frutíferas [...]” (APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Propriedades Urbanas (1835-1868) – Série 4559 – 28/11/1862).

<sup>2</sup> Século XVI (1587) - “A vista desta cidade é mui aprazível ao longe, por estarem as casas com os **quintais** cheios de árvores [...]” (SOUSA, G., 1938, pt. 2, cap. 10, grifo nosso).

<sup>3</sup> N.A.: Novamente Gabriel Soares de Sousa (1587) é usado como exemplo: em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* (SOUSA, 1938), o autor tanto comenta a respeito das “laranjeiras e outras árvores de espinho” (SOUSA, 1938, pt. 2, cap. 10) encontradas nos quintais como também o caso das parreiras que alguns “curiosos [...] têm nos seus jardins” (SOUSA, 1938, pt. 2, cap. 34).



Um estudo terminológico<sup>5</sup> destas duas palavras permitiu que chegássemos a uma importante conclusão: de acordo com os dicionários da língua portuguesa publicados no século XIX<sup>6</sup>, descobre-se que o “jardim”, na verdade, é parte integrante do “quintal”. Ou seja, o espaço definido pelo termo “quintal” pode conter, em seu interior, vários elementos: o pomar, a horta, o jardim, as criações domésticas etc. Uma vez estabelecida esta relação, foi-nos possível então ampliar o nosso quadro de fontes consultadas, entendendo que os quintais estavam, na verdade, contemplados também em suas descrições e comentários a respeito dos jardins em Salvador.

Uma segunda questão também mereceu uma definição prévia antes de iniciarmos a nossa pesquisa nos milhares de documentos manuscritos disponíveis nos dois principais arquivos públicos existentes em Salvador: o Arquivo Público do Estado (APEB) e o Arquivo da Prefeitura Municipal de Salvador, administrado atualmente pela Fundação Gregório de Matos (FGM): o recorte geográfico a ser estabelecido neste trabalho. A princípio, havíamos escolhido trabalhar apenas com os imóveis – “casas térreas” e sobrados – localizados na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Apesar da enorme extensão da área escolhida (o que a princípio poderia dificultar a pesquisa), notamos que as fontes primárias disponíveis (manuscritos) ainda assim seriam insuficientes para formarmos um quadro mais abrangente e seguro, tratando da situação real dos quintais em Salvador ao longo do século XIX. Desta forma, incluímos também neste trabalho os dados de outras regiões da cidade, sempre que era identificada a relevância da informação contida nestas fontes.

Um critério adicional, porém, foi adotado também nesta seleção das fontes: decidimos, desde o início, que iríamos trabalhar apenas com os quintais urbanos; ou seja, com aqueles quintais pertencentes às edificações localizadas nas regiões centrais da cidade de Salvador. Evidentemente que aquelas residências localizadas nos subúrbios – Cabula, Rio Vermelho, Pirajá etc. – representavam uma outra realidade

---

<sup>4</sup> N.A.: Podemos citar, no século XIX, as obras de Johann B. von Spix (SPIX, 1976, p. 131), James Wetherell (WETHERELL, [197-?], p. 125), Maria Graham (GRAHAM, 1956, p. 146), L. F. Tollenare (TOLLENARE, 1956, p. 296) etc.

<sup>5</sup> N.A.: Ver o estudo completo nos “Apêndices”, ao final do trabalho: APÊNDICE A – Estudo Terminológico dos termos “Quintal” e “Jardim”.

<sup>6</sup> N.A.: Foram eles: *Dicionário da Língua Portuguesa* (edições de 1823 e 1858) (SILVA, A., 1823 e SILVA, A., 1858), *Dicionário da Língua Brasileira* (1832) (PINTO, L., 1832), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1853) (FARIA, 1853) e *O Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (VALENTE, 1881).

física. Invariavelmente chamadas de “roças”<sup>7</sup> ou “chácaras”, estas habitações, muitas vezes, possuíam quintais enormes, “tão vastos que se realizavam, dentro deles, procissões”<sup>8</sup>. Evidentemente que estas condições extremamente favoráveis, do ponto de vista espacial, ampliavam as oportunidades e facilidades, colocando os seus proprietários numa posição que os pobres moradores das pequenas “casas térreas”, espremidas em estreitos lotes urbanos, dificilmente poderiam alcançar.

Feitas estas considerações iniciais, partimos então para o objetivo central desta pesquisa: elaborar um quadro representativo dos quintais urbanos em Salvador, a partir do qual procuramos responder a uma série de questões, dentre as quais:

- a) Como eram efetivamente vivenciados os quintais em Salvador? Que relação havia entre o modo de vida das famílias baianas e os quintais de suas residências?
- b) Tinham os quintais alguma participação na vida social da cidade?
- c) Qual a função principal do quintal em uma edificação? Ou seja, assim como os ambientes internos (salas, quartos de alcova, quartos de banho etc.) possuíam uma finalidade bem definida, teriam os quintais, da mesma forma, um papel específico a desempenhar na arquitetura residencial?
- d) Eram os quintais dos sobrados aproveitados da mesma forma que os quintais das “casas térreas”? Ou seja, a situação econômica dos moradores alterava de alguma forma a função e o uso dos quintais?
- e) Estavam os quintais inseridos nas atividades econômicas de seus proprietários ? De que modo?

---

<sup>7</sup> “Escritura de venda, paga e quitação, que fazem o Doutor João Antunes de Azevedo Chaves, e sua mulher Dona Maria Eugênia de Castro Chaves, a Antônio de Oliveira Souza, de uma roça com seus arvoredos, casa de banho e fonte na baixa, e uma morada de casa assobradada com seis janelas de frente, e uma porta, construída de pedra e cal, [...] sita na rua Direita da Saúde [...] (APEB – Seção Judiciária – Livro de Notas 01/04/295 – Folha 37 – 18/12/1849).

<sup>8</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 137.

- f) Que elementos compunham os quintais em Salvador com maior frequência?  
Como estes serviam aos moradores?

Para responder a estes questionamentos, no entanto, não seria possível fugir a uma análise complementar dos diferentes aspectos que influenciam na própria compreensão do papel dos quintais em Salvador: a arquitetura residencial, a sua população (ou seja, os usuários destes quintais) e até mesmo a própria cidade em si, com suas especificidades físicas e históricas. Portanto, a complexidade deste tema – os quintais urbanos - forçou-nos a aprofundar a nossa pesquisa inicial, buscando sempre a relação dos diferentes tópicos analisados com a questão dos quintais urbanos em Salvador. Desde já, porém, precisamos deixar claro que esgotar estes temas nunca foi nossa intenção neste trabalho. Os estudos envolvidos numa pesquisa histórica desta natureza – e com este alcance - são por demais complexos para serem resolvidos de uma maneira tão breve como a que apresentamos na presente dissertação.

Apesar destas limitações, o estudo preliminar da população de Salvador ajudou-nos a entender o estilo de vida das famílias baianas, como viviam dentro de casa, como se divertiam e como encontravam nos quintais os refúgios ideais contra a curiosidade alheia e as horas mais quentes do dia. Seguindo o mesmo processo, a análise da vida econômica de Salvador serviu para demonstrar as limitadas condições de sobrevivência de sua população, majoritariamente pobre, dependente em grande escala do pequeno comércio e da prestação de serviços. Desta análise, os quintais surgem como áreas importantes para a produção de toda espécie de produtos comercializáveis, principalmente os alimentos (doces, conservas, bebidas etc.) e o pequeno artesanato (chapéus, cestos, balaios etc.), única fonte de renda e subsistência de muitas famílias em Salvador. Da mesma forma, a produção caseira, por menor que fosse, reduzia os sacrifícios dos baianos, diante de um mercado local altamente especulativo e dominado por monopólios na distribuição e comercialização de gêneros de primeira necessidade (farinha de mandioca, carne bovina etc.)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> MATTOSO, 1992, p. 501.

O estudo da arquitetura residencial, por sua vez, permitiu compreender o funcionamento regular das casas (tanto as “térreas” quanto os sobrados) na cidade, identificando duas de suas mais importantes características: a grande dependência da mão-de-obra escrava<sup>10</sup> e dos espaços externos para o seu pleno funcionamento. O quintal surge também, então, como importante área de comunicação entre estes espaços externos mais longínquos (rios, fontes públicas, locais de despejo etc.) e a casa propriamente dita, permitindo que vários serviços ligados ao cotidiano de uma habitação – principalmente as tarefas ligadas à limpeza e higiene – fossem desempenhadas com um menor gasto de tempo e energia, aproveitando-se, pois, estas áreas livres para o acúmulo de água de chuva nas cisternas e nas “barricas”, para a pequena limpeza da tralha doméstica, para a limpeza e preparo dos alimentos etc.

Por fim, analisamos o papel dos quintais – e seus elementos constituintes, com ênfase, obviamente, na vegetação – na identidade visual da cidade. Ou seja, uma vez comprovada a predominância das residências com quintais em Salvador – em função de todos aqueles motivos que os tornavam indispensáveis aos moradores -, percebemos que os quintais acabam também interferindo de forma marcante na paisagem, introduzindo no panorama o verde “luxuriante”<sup>11</sup> da rica vegetação tropical, permitindo então o contraste “pitoresco”<sup>12</sup> entre as “claras”<sup>13</sup> edificações, o vermelho dos telhados e do “solo vivo”<sup>14</sup> e “a indizível beleza”<sup>15</sup> de suas “gigantescas árvores e de todas as plantas”<sup>16</sup>.

---

<sup>10</sup> “A máquina brasileira de morar [...] dependia dessa mistura de coisa, de bicho e de gente que era o escravo. [...] O negro era o esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador” (COSTA, L., apud LEMOS, C., 1978, p. 111).

<sup>11</sup> EXPILLY, 1935, p. 134.

<sup>12</sup> RUGENDAS, 1940, p. 52

<sup>13</sup> GRAHAM 1956, p. 144.

<sup>14</sup> Ibid., p. 144.

<sup>15</sup> DÉNIS, 1955, v. 2, p. 62.

<sup>16</sup> HABSBURGO, 1982, p. 70.

## 1. Salvador – A Cidade

### 1.1 Fundação - Século XVI

A cidade de Salvador foi fundada em 1549 por determinação do rei D. João III, em regimento de 17 de dezembro de 1548, destinada a ser uma “povoação grande e forte”<sup>17</sup>, a futura capital do Brasil<sup>18</sup>. Porém, antes mesmo da chegada da esquadra de Tomé de Souza, esta região da Baía de Todos os Santos já encontrava-se habitada por um punhado de europeus, tendo à frente Diogo Álvares Correia, o Caramuru, e algumas tribos indígenas Tupis (Tupinambás e Tupiniquins) “que ali se haviam estabelecido dois séculos antes, vindos, segundo se supõe, do Alto Xingu”<sup>19</sup>. Este pequeno grupo de homens brancos residia então na chamada “Povoação do Pereira”, ou “Vila Velha”, testemunho da desastrosa tentativa de ocupação anterior, pelo sistema de Capitânicas Hereditárias, levado adiante por Francisco Pereira Coutinho<sup>20</sup> a partir de 1534.

Ao invés de estabelecer-se no mesmo local do pequeno agrupamento de Caramuru, mais próximo à barra de entrada da baía, Tomé de Sousa escolheu, tomando por base as diretrizes apontadas no decreto real, um sítio localizado na sua parte interna, onde uma alta escarpa dividia a cidade em duas diferentes zonas: alta e baixa. A princípio, poder-se-ia argumentar que este sítio era o que melhor se adequava às necessidades de defesa e segurança previstas para a cidade. Esta escarpa existente na parte interna da baía, embora não fosse o sítio de mais fácil implantação, pareceu-lhe então a melhor opção em função das premissas reais. Na verdade, porém, os portugueses...

[...] alegavam que a escolha de colinas se devia a motivos de defesa, mas na realidade acomodavam-se à tradição medieval das cidades alta e baixa, das capelas e fortes postados nos cumes e em torno dos quais se espalhava o casario (ARAÚJO, E., 1997, p.31).

---

<sup>17</sup> SOUSA, 1938 apud AZEVEDO, 1969, p. 126.

<sup>18</sup> AZEVEDO, 1969, p.127.

<sup>19</sup> MATTOSO, 1992, p.69.

<sup>20</sup> AZEVEDO, 1969, p.120-122.

Com relação à situação prévia da área escolhida para a implantação da cidade - sua condição antes, pois, da chegada de Tomé de Sousa – não encontramos registro algum que tratasse deste tema em particular. Possivelmente, no entanto, o local já pudesse ter sofrido algum tipo de intervenção humana, anterior à sua ocupação efetiva pelos portugueses: exploração da mata pelos índios (coleta de frutos, madeira etc.), queimadas, plantações antigas de mandioca ou do *avati*<sup>21</sup> abandonadas após sucessivas colheitas etc. Nestes casos, “a ação constante do homem catando gravetos, recolhendo frutos, caçando animais ou controlando incêndios - para só citar trabalhos ‘leves’ [...] - alterava em profundidade o comportamento das populações vegetais”<sup>22</sup>, diferenciando estas áreas das demais ao seu redor.

A presença de agrupamentos indígenas muito próximos ao sítio original – o que poderia talvez confirmar esta hipótese - é confirmada por Manuel da Nóbrega, padre e membro da expedição de Tomé de Sousa, pouco mais de cinco meses após a chegada dos portugueses. Ao apontar as vantagens de implantação do futuro “Colégio” num monte próximo, batizado de “Calvário”, localizado nos arredores do então núcleo central da parte alta da cidade, informa-nos o religioso -em uma carta de agosto de 1549 - que havia neste local “uma aldeia perto, onde nós começamos a batizar, em a qual já temos nossa habitação”<sup>23</sup>.

Neste caso então, poderiam estas hipotéticas interferências no espaço original ter tido alguma influência na decisão do nosso primeiro Governador-Geral quanto à implantação da cidade? Como afirmamos anteriormente, porém, esta teoria não pode ser comprovada pela total ausência de informações a este respeito nas obras pesquisadas. Mesmo sabendo que “até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto”<sup>24</sup>, acreditamos que fosse mais provável que Tomé de Sousa e seus companheiros dificilmente tivessem condições – ou talvez mesmo interesse – de identificar estas alterações. Além do mais,

---

<sup>21</sup> Segundo Jean de Léry (LÉRY, 1941, p. 126), que conviveu com os índios Tupinambás no século XVI, o *avati* seria uma espécie de milho nativo do Brasil.

<sup>22</sup> SILVA, F., 1997, p. 209.

<sup>23</sup> NÓBREGA, 1931, p.84.

<sup>24</sup> SCHAMA, 1996, p. 20.

[...] somente o olhar mais treinado - do agrônomo, do geógrafo ou do historiador - pode, aos poucos, perceber o *continuum* existente entre a aldeia [...], seus campos, pastos, e o bosque ao fundo. Mesmo o “olhar treinado” não percebia, de imediato, em paisagens ditas naturais - como na floresta equatorial [...] - a decisiva ação do homem (SILVA, F., 1997, p. 204).

De qualquer maneira, independente das verdadeiras razões que levaram Tomé de Sousa a implantar a cidade no referido sítio, o local realmente tinha as suas vantagens do ponto de vista militar: em primeiro lugar, uma grande parte dela estaria localizada no topo de “um monte alto”<sup>25</sup>, posição esta privilegiada nas situações em que as defesas da cidade fossem postas à prova. A visão desimpedida da Baía de Todos os Santos, a partir desta posição elevada, certamente era melhor – do ponto de vista da segurança - que a da parte baixa da cidade, onde estava localizado o porto e onde também concentrava-se o comércio de Salvador. Da mesma forma, tanto do lado norte como no sul da cidade, a topografia acidentada formava depressões profundas – ou “gargantas”<sup>26</sup> -, justamente nos locais em que as primeiras portas<sup>27</sup> e baluartes de defesa da cidade foram posteriormente construídas. Complementando as defesas, do lado oposto ao litoral, envolvendo a parte ocidental da escarpa, estava a cidade “toda cercada com uma ribeira de água”<sup>28</sup>, que dificultava qualquer ataque surpresa por parte de possíveis inimigos.

Desta forma, portanto, sem encontrar (de início) forte resistência por parte do gentio, concentrou-se o Governador-Geral na edificação de sua nova cidade, tendo levantado em apenas dois meses - ainda que de maneira provisória - “os armazéns da Cidade Baixa e, na Cidade Alta, o palácio do governador, a Câmara Municipal, o bispado e uma primeira igreja, a de Nossa Senhora da Ajuda”<sup>29</sup>. Em agosto daquele mesmo ano de

---

<sup>25</sup> CARDIM, 1978, p. 218.

<sup>26</sup> UFBA, 1979, v. 1, p. 43.

<sup>27</sup> As duas portas principais da cidade, ao final do século XVI, eram: a de São Bento, ao sul (logo à frente da atual ladeira da Barroquinha), e as Portas do Carmo, ao norte, “situadas no largo do Pelourinho, subindo para o Carmo e o Terreiro de Jesus e descendo para a Baixa dos Sapateiros e o Taboão” (UFBA, 1979, v. 1, p. 51).

<sup>28</sup> SOUSA, G., 1938, pt. 2, cap. 10.

<sup>29</sup> MATTOSO, 1992, p. 70.

1549, por exemplo, Salvador já podia “contar umas cem casas”<sup>30</sup>, de acordo com o Padre Manuel da Nóbrega.

## 1.2 A Cidade no Século XIX

O século XIX, de todos, é o mais rico em depoimentos de viajantes, especialmente os estrangeiros. Até então, pode-se afirmar que...

[...] o mundo não conhecia a respeito da flora, da fauna e da geografia do nosso país muito mais do que fora divulgado por João de Laet, Piso e Marcgrave, êstes últimos integrantes da missão científica de Nassau e autores da obra *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), que focalizava, com grande riqueza de dados e observações, a medicina, a flora e a fauna do país (OBERACKER, 1993, p. 119).

Em grande parte, esta ignorância era abençoada pela Coroa portuguesa, temerosa de que a divulgação das riquezas e potencialidades da sua enorme colônia alimentasse a cobiça das demais potências européias. Tal medo fora responsável, no passado, pela “proibição política”<sup>31</sup> da obra de André João Antonil (1711), cujo sugestivo título, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas: com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas e descobrir as de prata*, soava por demais perigoso às autoridades portuguesas, ou mesmo “o célebre episódio daquela ordem régia mandando atalhar a entrada em terras da Coroa de Portugal de “certo Barão de Humboldt, natural de Berlim”, por parecer suspeita a sua expedição e sumamente prejudicial aos interesses políticos do Reino”<sup>32</sup>.

Esta situação, porém,

[...] mudaria radicalmente a partir de 1808, com a chegada intempestiva ao Brasil da Família Real portuguesa, em fuga - facilitada pelos ingleses - da fúria das tropas napoleônicas em solo europeu. Pode-se afirmar que [...] a não ser no Quinhentos e, até certo ponto, no Seiscentos, nunca o nosso país parecerá tão atraente aos geógrafos, naturalistas, aos economistas, aos simples viajantes, como naqueles anos que imediatamente se seguem à instalação da Corte portuguesa no Rio e à abertura dos portos ao comércio internacional

<sup>30</sup> NÓBREGA, 1931, p. 89.

<sup>31</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 324-325.

<sup>32</sup> HOLANDA, 1993, p. 12.



(HOLANDA, 1993, p. 12).

Efetivamente,

[...] com a vinda de D. João VI e sua administração (1808-1821), concretizam-se várias iniciativas suas que abrem novos horizontes à vida do país e, como parte ou como decorrência delas, inaugura-se um verdadeiro ciclo de viagens e expedições científicas, à testa das quais especialistas eminentes de várias partes do mundo põem seu saber a serviço do conhecimento da flora, da fauna, da geografia, da geologia, da paleontologia e da etnologia dessa porção do Nôvo Continente (OBERACKER, 1993, p. 119)

... de modo que “a curiosidade tão longamente sofreada pode agora expandir-se sem estorvo e, não poucas vezes, com o solícito amparo das autoridades”<sup>33</sup>. Em meio, portanto, à curiosidade despertada pelo Brasil, associada...

[...] à necessidade de informação para atender ao interesse crescente de expansão do domínio econômico de suas nações (Inglaterra, França, Alemanha, Holanda), é que se organizam expedições visando a descoberta e a classificação de espécies botânicas, animais, acidentes geográficos e tipos humanos “não civilizados” (para o olhar europeu significavam uma continuidade da natureza), ampliando-se o interesse pela história natural e o papel contemplativo dos cientistas viajantes (SALGUEIRO, 1992, p. 49)

... possibilitando então um variado leque de registros e depoimentos sobre o Brasil.

A Bahia recebe, desta forma, ao longo do século XIX, um considerável número de visitantes estrangeiros, das mais variadas procedências e profissões, cada qual retratando o que via (e sentia), com base em sua própria formação cultural, religiosa, profissional etc. “Interesses de ordem econômica, pendores filosóficos, predileções exóticas, a insatisfação com a realidade social e a ânsia de fuga para algo de melhor, tudo reflete-se na imagem européia [...] do Brasil”<sup>34</sup>, com reflexos óbvios nos depoimentos destes viajantes sobre a Bahia e, mais especificamente, de sua capital, Salvador.

---

<sup>33</sup> Ibid., p. 12.

<sup>34</sup> CAMPOS, P., 1993, p. 40-41.

### 1.2.1 A Baía de Todos os Santos

Dobrada a Ponta do Padrão, depara-se a Bahia de Todos os Santos em toda a sua vastidão. Ao entrá-la, proa feita ao Norte, vê-se logo que os arrecifes e parcéis, à direita e à esquerda, bem apartados, deixam ao navegante canal bem folgado, profundo e direto, que dispensa a praticagem em todo o tempo até o ancoradouro. Neste, o primeiro de muitos outros, que no interior dela se contam, o fundo de areia e conchas, a limpidez das águas remansadas, tranquilas, oferecem às naus segura ancoragem, só perturbada quando reina o vento Sul. Daí, ao relancear olhos para o horizonte em torno, a impressão que se experimenta ante a vastidão da bacia, o relevo dos montes vizinhos, a vestimenta verde da mata que tudo cobre, o pitoresco das ilhas numerosas, grandes e pequenas, dos promontórios que entram mar a dentro, balisando sucessivas e formosas praias, tudo o que aqui impressiona a retina, no ambiente e no relevo do solo, denuncia uma estância na terra, feliz, fadada para grandes coisas na história humana, o que facilmente se apreende da beleza da sua paisagem, dos seus dons naturais múltiplos, da fertilidade de suas glebas, das facilidades aqui oferecidas à atividade do homem (SAMPAIO, T., 1949 apud GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2000, P. 09).

A “nobre”<sup>35</sup> Baía de Todos os Santos, “animada e colorida por inúmeros navios”<sup>36</sup> é uma das maiores<sup>37</sup> e mais importantes do Brasil, com suas 56 ilhas – Itaparica, Maré, Frades, do Medo, Grande, Madre de Deus, Cajaíba, Matarandiba, das Vacas, Maria Guarda, das Fontes, Bom Jesus dos Passos, Bimbarras, dentre as principais<sup>38</sup> -, distribuídas em aproximadamente 1.052 quilômetros quadrados<sup>39</sup> e mais de 500 anos de história<sup>40</sup>. A sua barra principal, porta de entrada da baía, delimitada ao norte pelo “Cabo de Santo Antônio”<sup>41</sup> - também conhecido por “Ponta do Padrão”<sup>42</sup> - e a ponta do

---

<sup>35</sup> DARWIN, 1996, p. 09.

<sup>36</sup> HABSBURGO, 1982, p. 132.

<sup>37</sup> Segundo Durval Aguiar (1888), com certa dose de exagero, dentro desta grande “bacia”, haveria espaço suficiente para “reunir abrigadamente todas as esquadras do mundo” (AGUIAR, 1979, p. 300-301).

<sup>38</sup> GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2000, p. 16.

<sup>39</sup> Ibid., p. 28.

<sup>40</sup> Atribui-se a sua descoberta a Américo Vespúcio, em 01 de novembro de 1501 (AZEVEDO, T., p. 71).

<sup>41</sup> TOLLENARE, 1956, p. 279.

<sup>42</sup> SAMPAIO, T., 1949 apud GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2000, p. 09.

Garcez pelo lado do sul<sup>43</sup>, tem aproximadamente “duas léguas de largo”<sup>44</sup>, facilitando assim o acesso ao seu interior. Transposta esta barra, no entanto, é possível navegar quase 50km em linha reta, “da abertura até a cidade de São Francisco do Conde; e [...] 35 km, direção oeste – leste, de Paripe até a foz do rio Paraguaçu”<sup>45</sup>.

Guarnecendo a cidade, as diversas fortificações existentes, espalhadas pelo litoral, procuravam controlar a entrada de embarcações suspeitas. Em 1808, por exemplo, registrava o comerciante americano Henry Hill as seguintes instruções para os navegantes de seu país:

Não há qualquer perigo em aproximar-se ou entrar neste porto, que é seguro e espaçoso, mas os navios devem aproximar-se da ponta de S. Antônio onde há um forte com uma torre e farol, no qual mantém uma luz acesa durante a noite. Depois de passá-la [...] é necessário ancorar antes de passar um pequeno forte circular situado num banco de areia perto da praia e defronte da cidade. Se houver tentativa de passá-lo, fará fogo sobre o navio (HILL, 1964, p.12).

A cidade de Salvador, em seus antigos limites – que perdurariam até o final do século XIX -, começava aproximadamente meia légua “ao lado direito do golfo”<sup>46</sup> – a “Ponta do Padrão” ou “Cabo de Santo Antônio” -, até então um local pouco habitado (apesar do antigo histórico de ocupação<sup>47</sup>) e protegido pelas fortificações de Santo Antônio da Barra – maior, com o seu farol – e “as insignificantes baterias de S. Maria e S. Diogo”<sup>48</sup>. Partindo deste ponto, seguindo em direção ao interior da baía até a península de Itapagipe, numa distância aproximada de duas léguas<sup>49</sup>, localiza-se a sua principal enseada, “uma das mais formosas [...]; de águas mui profundas [...] podendo

---

<sup>43</sup> GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2000, p. 16.

<sup>44</sup> TOLLENARE, 1956, p. 280.

<sup>45</sup> GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2000, p. 16.

<sup>46</sup> LINDLEY, 1969, p. 160.

<sup>47</sup> “Primeira povoação em que habitaram permanentemente os portugueses nas terras da Bahia, e na qual teve sede oficial a capital da donatária da Bahia de Todos os Santos, a aldeia de Diogo Álvares é bem o núcleo humano e urbano de que nasceu a Cidade do Salvador, muito embora Tomé de Souza viesse a preferir outro sítio para implantação da povoação e fortaleza que seria a cabeça do governo geral do Brasil” (AZEVEDO, T., 1969, p.108).

<sup>48</sup> AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 21.

<sup>49</sup> AGUIAR, 1979, p. 301.

acolher todos os barcos do mundo”<sup>50</sup>, local escolhido para a implantação do movimentado porto de Salvador.



**Figura 1:** Autoria desconhecida (Sem título) apud FERREZ, 1989, p. 24-25. Esta foto, tirada por volta de 1880, mostra uma boa parte da Cidade Baixa e uma enorme quantidade de navios ancorados em seu porto.

Era este “seguro e espaçoso”<sup>51</sup> porto procurado por várias embarcações desde os primeiros anos de colonização do Brasil, principalmente por aquelas em dificuldades, reconhecendo que “melhor que em nenhum porto desta costa”<sup>52</sup> podia-se prover os marinheiros com mantimentos e os necessários serviços de reparos em suas embarcações avariadas. Da mesma forma, por este mesmo porto fazia-se praticamente toda a comunicação da cidade, tanto com as nações europeias como com as demais províncias e vilas do Recôncavo.

A Baía de Todos os Santos, foi por muito tempo a principal via de acesso à cidade, uma vez que o transporte terrestre era reconhecidamente deficiente<sup>53</sup>. Até o final do século XIX eram poucas as estradas existentes, e mesmo estas quase sempre de péssima qualidade<sup>54</sup>, dificultando o transporte de mercadorias e viajantes pelo interior

<sup>50</sup> Depoimento de Samuel Green Arnold (1847), viajante americano (SILVA, 1952, p. 05).

<sup>51</sup> HILL, 1964, p. 12.

<sup>52</sup> DIAS, 1560 apud BRITO, 1998, p. 202.

<sup>53</sup> MATTOSO, 1992, p. 566.

<sup>54</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 187.

da província. Desta forma, compreende-se a enorme quantidade de embarcações que faziam o comércio e o transporte de passageiros entre os diferentes pontos do Recôncavo e a capital, além, é claro, do número considerável de grandes embarcações - responsáveis pelo comércio em grande escala - que ao longo do ano vinham ancorar em seu movimentado<sup>55</sup> porto. Segundo Thomas Lindley, no início do século XIX (1802),

Oitocentas lanchas e sumacas de vários tamanhos, trazem diariamente sua contribuição para o comércio com a capital: fumo, algodão, drogas diversas, de Cachoeira; o maior sortimento de louça comum, de Jaguaripe; aguardente e óleo de baleia, de Itaparica; farinha e peixe salgado, de Porto Seguro; algodão e milho, dos rios Real e São Francisco; açúcar, lenha e legumes, de todos os lugares. Uma riqueza, em grau desconhecido na Europa, é assim posta em circulação (LINDLEY, 1969, p.171).

Portanto, a união da capital – Salvador – com as vilas e povoados do Recôncavo, contato este essencial à economia destas vilas e ao próprio abastecimento dos habitantes da capital, fazia-se pelos inúmeros rios que desembocam na Baía de Todos os Santos<sup>56</sup>: Rio Paraguaçu, Rio Jaguaripe e Rio Subaé os principais. Por estas vias atinge-se algumas das mais importantes vilas e povoados do Recôncavo baiano – S. Bartolomeu de Maragogipe, N. Senhora do Rosário da Cachoeira, N. Senhora da Ajuda de Jaguaripe, Nazaré etc. -, zonas estas, “de terras exuberantemente ricas em produtos naturais, quer para as utilidades do homem, quer para o supérfluo”<sup>57</sup>.

### 1.2.2 A Cidade Baixa

Geralmente o primeiro bairro da cidade com o qual o viajante entrava em contato direto era o da “Praia”, local onde “começa a verdadeira cidade, a cidade baixa; uma comprida faixa da cidade com casas altas, ruas estreitas e sujas e intensa vida comercial”<sup>58</sup>, mantida em constante ebulição pelo movimentado porto, o principal da

---

<sup>55</sup> AGUIAR, 1979, p. 305.

<sup>56</sup> GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2000, p. 24.

<sup>57</sup> LINDLEY, 1969, P. 160.

<sup>58</sup> AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 22.

cidade. Observemos, porém, que “ao desembarcar, é o mundo físico o primeiro que se apresenta aos sentidos: sons e odores, formas e cores, em novas combinações e novas intensidades, envolvem e dominam o recém-chegado”<sup>59</sup>. Uma análise, portanto, de suas observações posteriores vão revelar se “se trata de espírito de amplos horizontes, e visão realista e objetiva, ou se se está diante de um indivíduo conservador e acanhado; enfim, o retrato interior do viajante pode ser feito enquanto ele retrata a cidade”<sup>60</sup>, evidenciando-se então, de certa forma, o perfil cultural de cada um.



**Figura 2:** Benjamin R. Mulock (c. 1860) (Sem título). In: FERREZ, 1989, p. 40-41. Esta fotografia mostra o “novo cais das Amarras” e os altos sobrados onde instalava-se o “alto comércio baiano”.

Pondo finalmente os pés em terra, a maioria pela primeira vez, aqueles mesmos cronistas antes impressionados pelo belo <sup>61</sup> panorama da cidade de Salvador, confortavelmente instalados a bordo de suas embarcações, invariavelmente mudam de idéia quanto à formosura e atração da cidade. Tollenare resume este sentimento geral,

<sup>59</sup> AUGEL, 1980, p. 176.

<sup>60</sup> Ibid., p. 176.

<sup>61</sup> Depoimento do Sr. Forth Rouen (1847), registrado em REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, 1931, p. 533-547.

confirmando que “o golpe de vista encantador que a construção em anfiteatro dá à cidade, perde muito do seu valor quando se põe o pé em terra”<sup>62</sup>. Desta forma, nestes depoimentos coletados, a Cidade Baixa, em especial a “Rua da Praia”, aparece muitas vezes descrita como “suja e estreita”<sup>63</sup>; verdadeira morada da “deusa Cloacina”<sup>64</sup>, oferecendo aos visitantes “uns aspectos de sujeira e de miséria que causam impressão penosa”<sup>65</sup>. Na estação seca, além de um “calor insuportável”<sup>66</sup>, a Cidade Baixa era dominada por “um mau cheiro de toda espécie que torna-a ainda mais incômoda”<sup>67</sup>. Mas de onde vinham este “cheiro desagradável”<sup>68</sup> – os tais “vapores mefíticos”<sup>69</sup> - e toda esta sujeira? Segundo o médico dinamarquês G. M. Friis (1860), parte da culpa certamente teria que ser assumida pelos moradores das encostas, pois de suas casas localizadas na Cidade Alta, uma grande quantidade de lixo era despejada diretamente sobre algumas ruas da Cidade Baixa<sup>70</sup>, numa demonstração da permanência de certos hábitos nefastos que as autoridades, em vão, tentavam reprimir desde o século XVII.

“O interior desta grande cidade”, segundo o Príncipe Maximiliano de Wied-Nieuwied (1815-1817), realmente “não oferece [...] um aspecto agradável; não se nota ali nem asseio, nem ordem, nem gosto”<sup>71</sup>. Algumas de suas ruas, no início do século XIX, seriam “tão estreitas que dois vizinhos em sacadas opostas quase podem dar um aperto de mão”<sup>72</sup>. Aliás, neste aspecto,

[...] até por volta de 1890, ruas e caminhos de Salvador conservaram-se tal como Vilhena os descrevera no início do século. A única nova via pública, construída entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, foi a famosa ladeira da Montanha, larga e espaçosa, não muito íngreme, aberta à circulação em 1878, proporcionando uma ligação mais fácil entre a cidade de cima e seu industrioso porto (MATTOSO, 1992, p. 439).

<sup>62</sup> TOLLENARE, 1956, p. 281.

<sup>63</sup> GARDNER, [184-?] apud AUGEL, 1980, p. 69-70.

<sup>64</sup> PRIOR, [181-?] apud AUGEL, 1980, p. 40-41.

<sup>65</sup> ROUEN, 1847 apud REVISTA..., 1931, p. 538.

<sup>66</sup> WIED-NIEUWIED, 1958, p. 469.

<sup>67</sup> Ibid., p. 469.

<sup>68</sup> VER HUELL, 1976, p. 170.

<sup>69</sup> TSCHUDI, [185-?] apud AUGEL, 1980, p.103-104.

<sup>70</sup> FRIIS, [18--] apud AUGEL, 1980, p.100-102.

<sup>71</sup> WIED-NIEUWIED, 1958, p. 469.

<sup>72</sup> TURNBULL, [180-?] apud AUGEL, 1980, p. 28-29.

Apesar disto tudo, o comércio local atraía a atenção de alguns visitantes, em especial as “excelentes joalherias” que comercializavam com “pedras preciosas e semi-preciosas”<sup>73</sup> e, logicamente, o “mercado de legumes e frutas”<sup>74</sup>, quase um museu ao ar-livre para os interessados na rica vegetação dos trópicos. Formava esta feira uma “copiosa amostra de produtos tropicais [...] um espetáculo vistoso e agradável”, tudo “realçado pelo perfume dos *bouquets*<sup>75</sup> vendidos por mulheres [...], e consistindo em jasmims, cravos e rosas, todos de especial fragrância”<sup>76</sup>, contrastando radicalmente, portanto, com as pequenas e estreitas ruas e becos, evitadas sempre que possível nos passeios pela Cidade Baixa. Cabe observar que, junto com os vendedores ambulantes e as bancas de peixes e mariscos, “até o fim do século, esses mercados da Cidade Baixa foram os únicos verdadeiros centros comerciais da cidade. A venda de peixes ou de quartos de carne na Cidade Alta era inclusive proibida”<sup>77</sup>.

Em verdade, de construção bem antiga, em função do pouco espaço disponível para as edificações, concentrava a “Praia” as casas “muito altas, providas de sacadas e com telhado chato”<sup>78</sup>, com um incessante “formigueiro”<sup>79</sup> de comerciantes e escravos a deslocar-se pelo porto e através de suas estreitas ruas, ajudando a criar aquela sensação de “confusão” que tanto espantava - e desagradava - os viajantes. “Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas”<sup>80</sup>, com sua profusão de comerciantes e de “negros carregadores e as escravas vendedoras de frutas”<sup>81</sup>, disputando os trocados que mais tarde, muitas vezes, seriam entregues a seus senhores. Afinal, ao longo de boa parte do século XIX,

[...] a rua era também lugar de comer e beber. Desde as primeiras horas da manhã, negras ‘ganhadeiras’ começavam a preparar canjica, mingau de

<sup>73</sup> TURNBULL, [180-?] apud AUGEL, 1980, p. 28-29 e O’NEIL, [18--] apud AUGEL, 1980, p. 33.

<sup>74</sup> LINDLEY, 1969, p. 89-90.

<sup>75</sup> N. A.: Como visto posteriormente, no capítulo 05 – “Os Quintais” -, as flores faziam parte de uma série de rituais e festas em Salvador. Vamos descobrir, através dos relatos históricos, que uma parte destas flores era produzida em casa mesmo, plantadas nos jardins existentes dentro dos quintais.

<sup>76</sup> LINDLEY, 1969, p. 89-90.

<sup>77</sup> MATTOSO, 1992, p. 437.

<sup>78</sup> RUGENDAS, 1940, p. 52.

<sup>79</sup> BIARD, [185-?] apud AUGEL, 1980, p. 91-92.

<sup>80</sup> AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 22.

<sup>81</sup> MARTIN, [180-?] apud AUGEL, 1980, p. 32.



tapioca, açaçás bem quentes de farinha de arroz e de milho, arroz com carne-seca, inhame cozido etc. Ambulantes, por sua vez, ocupavam todo e qualquer espaço livre para oferecer frutas, peixes fritos e guloseimas (MATTOSO, 1992, p. 437).<sup>82</sup>

Quanto à população em geral, esta em grande parte impressionava pela pobreza. Ao britânico James Prior (1813) desagradava a visão daquele “povo assemelhando-se a pobres e esqueléticos objetos [...], mulheres de fácil acesso mostrando seus atrativos para o incauto, e às vezes crianças seminuas, suplicando caridade”<sup>83</sup>, tudo contribuindo para desfazer a boa impressão causada pela cidade momentos antes, quando estes viajantes ainda admiravam-se com o belo panorama, a bordo de suas embarcações.

Além das mercadorias que chegavam do Recôncavo, da Europa e das demais províncias, ali também desembarcavam os milhares de escravos trazidos da África anualmente<sup>84</sup>, proporcionando um triste espetáculo adicional aos estrangeiros, muitos contrários a este comércio infame. Estes “pobres coitados”, “mal colocam um pé na terra, totalmente esgotados devido aos sofrimentos inimagináveis de uma viagem marítima”<sup>85</sup>, para espanto dos visitantes, recebiam de um padre, que já estava à postos, “o batismo sagrado, e eles tornam-se cristãos sem saber sequer o que isto significa”<sup>86</sup>. Alguns africanos libertos, por outro lado, desde o início do século XIX, dedicavam-se intensivamente ao comércio de miudezas e alimentos em geral (era este especialmente o caso das ex-escravas), apresentando “os seus produtos sobre pequenas mesas” e morando “em pequenas lojas na Cidade Baixa”<sup>87</sup>, juntando-se, pois, aos poucos moradores desta região. Ao final do século (1888), portanto, a área próxima ao porto, devido à sua vocação intrinsecamente comercial, já deixaria de ser considerada uma importante zona residencial. Desta forma, ao anoitecer, “suas lojas se fecham, [...] deixando-a quase deserta”<sup>88</sup>.

---

<sup>82</sup> N.A.: Como visto posteriormente nos capítulos 03 e 05 – “Vida Econômica em Salvador” e “Os Quintais” respectivamente -, uma parte considerável dos produtos vendidos pelos escravos e escravas “de ganho” era, efetivamente, produzida em casa, nos telheiros cobertos e nas cozinhas externas instaladas nos quintais.

<sup>83</sup> PRIOR, [18--] apud AUGEL, 1980, p. 40-41.

<sup>84</sup> HILL, 1964, p. 15.

<sup>85</sup> VER HUELL, 1976, p. 300.

<sup>86</sup> Ibid., p. 301.

<sup>87</sup> Ibid., p. 302.

<sup>88</sup> AGUIAR, D., 1979, p. 301.

### 1.2.3 A Cidade Alta

Em cima, no alto, para o interior, a cidade alta, continuação alcantilada da cidade baixa, uma babel de casas, igrejas, conventos, um caos de vielas, praças, recantos, becos e travessas, que sobem e descem, e em cuja conexão, só depois de algum tempo, pode o recém-chegado descobrir alguma ordem (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 22)

Em contraste com a parte baixa da cidade, a sua parte alta era bem mais “atraente”<sup>89</sup> aos olhos dos viajantes. “O panorama que se descortina” do topo de sua encosta, por exemplo,

[...] é de beleza inexcelsível. A esplêndida baía estende ao longe a sua superfície tranquila e reluzente; [...] ao longe, avista-se a ilha de Itaparica, ao mesmo tempo que um anfiteatro de pitorescas montanhas fecha em tôda volta o encantador cenário (WIED-NIEUWIED, 1958, p. 468).

Obviamente que...

[...] esta vista constitui o principal predicado das casas que a podem ter; um grande número está neste caso e a sua situação é deliciosa, principalmente pela manhã, porque o sol ao nascer ilumina a ilha de Itaparica e o fundo da baía. À tarde recebem-se os raios do sol poente refletidos pelas águas do mar, o que é menos agradável, pelo menos, até que o astro se oculta atrás das montanhas de Itaparica. Pôsto o sol, o horizonte é da máxima magnificência, se se apresenta apenas coberto por algumas nuvens douradas pelos últimos raios do pai da luz (TOLLENARE, 1956, p. 283).

O Príncipe Maximilano de Habsburgo (em 1860) seria outro a derramar-se em elogios ao belo espetáculo propiciado pelo por-do-sol do alto da colina:

---

<sup>89</sup> ARNOLD, [188-?] apud SILVA, A., 1952, p. 07.

[...] o sol brasileiro punha-se, pela primeira vez, para nós, num mar de ouro e púrpura, por entre a quantidade de árvores das matas virgens distantes. Nos trópicos, tal espetáculo é o mais ardentemente desejado. O firmamento ainda brilha cristalino como o diamante, no dourado do astro-rei, que se despede, as cores da riquíssima vegetação ainda cintilam, mas já, dos cálices fundos das flores abertas, surge aquele aroma misterioso da noite, sopra aquela aragem indescritivelmente agradável e refrescante da tranquilidade da noite que se inicia (HABSBURGO, 1982, p. 114).

Os seus “bairros e arrabaldes” concentram “as casas [...] mais baixas, mais claras e mais adequadas ao clima”<sup>90</sup>, geralmente “de pedra rebocada”<sup>91</sup>, algumas já de “três andares”<sup>92</sup>. Por volta de 1818, Tollenare percebera que as casas já encontravam-se “despidas das tristes grades mouriscas que se observam com tanta frequência em Pernambuco”<sup>93</sup>; também, em alguns pontos, “são mais separadas umas das outras, e [...] frequentemente rodeadas de agradáveis laranjais”<sup>94</sup> e “altivas palmeiras”<sup>95</sup>. “Os edifícios [...] cercam-se de bosques e jardins, e, vistos do porto, apresentam um aspecto bastante pitoresco”<sup>96</sup>.

Nos seus “subúrbios”, ainda nas primeiras décadas do século XIX, notavam-se muitas casas com jardim, “como as de Londres”<sup>97</sup>, mas no centro os quintais ficavam normalmente nos fundos das edificações. Nestes “jardins”<sup>98</sup>, no entanto, a mistura de espécies ornamentais e frutíferas no mesmo espaço cercado ou murado, repete o exemplo dos “quintais” descritos nos séculos anteriores. No jardim do cônsul inglês, morador da Vitória na década de 1820, por exemplo, as “flôres e frutas misturam seus encantos até junto ao mar”<sup>99</sup>, confirmando esta disposição mista das espécies vegetais.

---

<sup>90</sup> RUGENDAS, 1940, p. 52.

<sup>91</sup> ARNOLD, [188-?] apud SILVA, A., 1952, p. 07.

<sup>92</sup> Ibid., p. 07.

<sup>93</sup> TOLLENARE, 1956, p. 282.

<sup>94</sup> FELDNER, [181-?] apud AUGEL, 1980, p. 41-43.

<sup>95</sup> VER HUELL, 1976, p. 171.

<sup>96</sup> RUGENDAS, 1940, p. 52.

<sup>97</sup> TAUNAY, 1928, p. 116.

<sup>98</sup> N.A.: Incluído nos “Apêndices” deste trabalho encontra-se uma pesquisa que buscou a origem dos termos “quintal” e “jardim”, procurando estabelecer uma relação entre ambos. Como fica evidenciado, o “jardim”, na verdade, faz parte do quintal. Ou seja, o “jardim” divide o espaço, no quintal, junto com o pomar, a horta etc.

<sup>99</sup> GRAHAM, 1956, p. 146.

O intenso vaivém entre Cidade Baixa e Cidade Alta tinha seu clímax em dois momentos do dia: as primeiras horas da manhã, quando desciam negociantes e trabalhadores, vendedores ambulantes e carregadores; o fim da tarde, quando subiam para São Bento “comerciantes abafados a limpar o suor dos rostos lustrosos, a negraria dos mercados e cais, de cesto à cabeça, em magotes faladores, [...] meninos e raparigas que vinham de compras sobraçando pacotes, vendedores de gazetas a apregoar o *Diário* e a *Tribuna* [...] (MATTOSO, 1992, p. 439).

Fora estes momentos isolados de maior movimento, porém, na Cidade Alta “reina [...] um sossego, que de modo singular contrasta com o ruído da cidade comerciante”<sup>100</sup>.

Destacavam-se também, de acordo com outros autores, “algumas praças pequenas e grande quantidade de igrejas”<sup>101</sup> espalhadas pelas cinco diferentes freguesias da Cidade Alta: Sé, Santo Antônio Além do Carmo, Santana, São Pedro o Velho e Paço<sup>102</sup>. As ruas, por sua vez, em geral “são mais largas, mais limpas e mais bem calçadas”<sup>103</sup> que as da Cidade Baixa, embora existissem nela também as “ruas não calçadas”<sup>104</sup>, “estreitas e enlameadas – mas não muito”<sup>105</sup>, e ainda “vastos terrenos e pomares, separando muitas das habitações”<sup>106</sup>. No entanto, justamente por entre estes “numerosos vãos existentes entre as casas construídas na encosta do morro descortina-se pitoresca paisagem, ora marítima, ora da região circumvizinha”<sup>107</sup>, permitindo ainda a passagem desimpedida do “ar fresco e delicioso”<sup>108</sup> que soprava do mar. Desta forma, “a bela vegetação e uma perspectiva magnífica fazem esquecer os defeitos encontrados”<sup>109</sup> em Salvador, de forma quase a confirmar aquela primeira impressão causada pela cidade vista do mar, eliminando assim parte da má impressão causada pelo desembarque na Cidade Baixa.

<sup>100</sup> DÉNIS, 1955, v. 2, p. 56.

<sup>101</sup> ARNOLD, [188-?] apud SILVA, A., 1952, p. 07.

<sup>102</sup> MATTOSO, 1992, p. 441.

<sup>103</sup> RUGENDAS, 1940, p. 52.

<sup>104</sup> WIED-NIEUWIED, 1958, p. 466.

<sup>105</sup> D. PEDRO II, 1959, p. 43.

<sup>106</sup> WIED-NIEUWIED, 1958, p. 466.

<sup>107</sup> KIDDER, 1980, p. 25.

<sup>108</sup> ARNOLD, [188-?] apud SILVA, A., 1952, p. 07.

<sup>109</sup> WIED-NIEUWIED, 1958, p. 466.

Os “inconvenientes” da cidade também eram “esquecidos por quem passeava pelo esplêndido Jardim Público, que todos os viajantes estrangeiros louvaram”<sup>110</sup>. Inaugurado por volta de 1810 pelo governador D. Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, implantou-se o Passeio Público de Salvador “na área originalmente destinada ao jardim botânico em 1803”<sup>111</sup>. Afinal, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil (1808), “a política que preconizou a criação de jardins botânicos na ex-colônia perdia a razão de ser”<sup>112</sup>. Em 1813, pouco após sua inauguração portanto, o sueco Gustav Beyer se surpreendia com esse “grande jardim bem conservado, cuidadosamente iluminado à noite”<sup>113</sup>. Spix e von Martius (1817) testemunharam o...

[...] quão profusamente recompensa a beleza da vegetação tropical o cuidadoso trabalho do jardineiro, - é o que atesta ao viajante o Passeio Público, sito num dos mais altos pontos, na extremidade sudeste da cidade, perto do Forte de São Pedro. As alamedas de laranjeiras, limoeiros, jambeiros, mangueiras e árvores da fruta-pão, as densas e aparadas cercas de pitangueiras, e os renques de variadas plantas de ornamentação do sul da Europa, das Índias Orientais e do Brasil, tornam à tarde o mencionado Passeio, graças à viração fresca, um lugar aprazível. [...] Entre todos os jardins que vimos no Brasil, este é o que mostra mais características da floricultura européia (SPIX, 1976, v. 2, p. 287).

O Passeio Público “era por certo um pulmão de Salvador, com frondosas árvores a sombrear a falésia da zona sul da cidade”<sup>114</sup>, impressionando os visitantes com a sua variedade de espécies vegetais, estátuas, “pavilhão construído com bom gosto”<sup>115</sup> e a sua iluminação noturna<sup>116</sup> etc.

De todos os locais habitados, porém, a região da Vitória torna-se efetivamente uma das preferidas dos visitantes estrangeiros, recebendo frequentemente a visita de vários deles, de passagem pela cidade, frequentadores de recepções e festas em suas

---

<sup>110</sup> MATTOSO, 1992, p. 444.

<sup>111</sup> SEGAWA, 1996, p. 122.

<sup>112</sup> Ibid., p. 122-123.

<sup>113</sup> BEYER, 1908 apud MATTOSO, 1992, p. 444.

<sup>114</sup> MATTOSO, 1992, p. 444.

<sup>115</sup> SPIX, 1976, v. 2, p. 287.

<sup>116</sup> BEYER, 1908 apud SEGAWA, p. 122.

formosas residências. “Os bairros, que os estrangeiros preferem em São Salvador”, lembra Ferdinand Denis<sup>117</sup>, “são afastados do centro; é o *Barril*, com suas bonitas habitações, que muitos jardins rodeiam; as casas construídas à beira-mar, nos arredores do forte de São Pedro; e também o arrabalde da Vitória”<sup>118</sup>. Era neste local, por exemplo, que numa “muito agradável casa-jardim, que se dependura literalmente sobre a baía”<sup>119</sup> morava, por volta de 1822, o cônsul inglês em Salvador e sua família. Aliás, bem mais tarde (1860), a Vitória ainda conservaria esta tendência: “Da sombra dos jardins destacam-se, cintilantes e alegres, os telhados, enquanto mastros altos, em tal quantidade que atingem o ridículo, indicam que ali mora, exclusivamente, o Corpo Consular, como que reunido em uma colônia”<sup>120</sup>. Tollenare, morador da região por volta de 1818, descreve a Vitória como...

[...] um triângulo quase equilátero de uma légua de lado. Neste estreito espaço rasgam-se seis pequenos vales deliciosos; alguns deles são regados por límpidos riachos e estão animados de belos jardins e lavanderias; outros são solitários e profundos; uma sombra espessa os obscurece; [...] tudo neles é calmo [...] (TOLLENARE, 1956, p. 296, grifo nosso).

Concentravam-se então, no morro da Vitória de meados do século, “os mais belos jardins da Bahia, as mais encantadoras e as mais vastas extensões de sombra”<sup>121</sup>. Ao passar pelo mesmo local, por volta de 1859, registrara o Imperador D. Pedro II a sua satisfação com a beleza do sítio, considerando-o “muito bonito por causa das belas chácaras com lindos edifícios, principalmente de estrangeiros, que dão a êste bairro a aspecto das Laranjeiras, no Rio de Janeiro”<sup>122</sup>. A mesma impressão tivera Robert Avé-Lallemant em 1855:

Difícilmente se pode morar em lugar mais encantador do que na Vitória da Bahia, quase não se pode ter vizinhança mais agradável [...]! Enquanto, lá em baixo, a grandiosa baía cintilando e marulhando, de manso, se mistura com o

<sup>117</sup> DÉNIS, 1955.

<sup>118</sup> DÉNIS, 1955, v. 2, p. 62.

<sup>119</sup> GRAHAM, 1956, p. 146.

<sup>120</sup> HABSBURGO, 1982, p. 70.

<sup>121</sup> KIDDER, 1980, p. 54.

<sup>122</sup> D. PEDRO II, 1959, p. 55.

mar amplo, e, ao longe, na margem oposta, viçosas plantações enfeitam a praia e pequenas colinas; esquece-se, sob as escuras mangueiras, o calor do dia. Jaqueiras (*artocarpus integrifolia*) de dimensões que nunca vi no Rio, erguem-se altas na atmosfera límpida (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 26).

Percebe-se nitidamente, a partir destes relatos sobre a Vitória, a importância que os estrangeiros dão aos jardins em Salvador. Eles chamam a sua atenção. A vegetação tropical – que muitos certamente estariam vendo pela primeira vez – impressiona-os. As enormes áreas de sombra<sup>123</sup> criadas pela concentração de imponentes mangueiras e jaqueiras (principalmente), transmitiam à Vitória esta idéia de calma<sup>124</sup> registrada por uns, além de permitir também um contraste ainda maior com os telhados “cintilantes e alegres”<sup>125</sup> de suas casas.

Porém, apesar dessa concentração de residências especificamente na Vitória, até meados da década de 1850, a cidade ainda não havia crescido muito em direção ao norte<sup>126</sup>. De fato,

[...] na parte norte, a cidade não se dissolve num aristocrático cenário teatral dum Campo Grande e duma Vitória, e sim chega-se paulatinamente às últimas casas, para encontrar então ainda, sob belas palmeiras e gameleiras, algumas habitações em forma de verdadeiras cabanas e trechos de mata, onde ressoam notas puras da Natureza (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 29).

A cidade de Salvador como um todo, em realidade, teria que esperar até a segunda metade do século XIX de forma a poder presenciar as grandes transformações e melhorias efetivas nos serviços públicos. A iluminação pública, por exemplo, foi por muito tempo ineficiente: o sistema de “iluminação a gás data de junho de 1862”<sup>127</sup>; até então usavam-se - desde 1829 - lampiões alimentados com óleo de baleia, que produzia uma luz muito fraca. Somente “em 1903 a iluminação à eletricidade foi inaugurada em um pequeno trecho” da cidade, apesar de já estar sendo utilizada para a

<sup>123</sup> KIDDER, 1980, p. 54.

<sup>124</sup> TOLLENARE, 1956, p. 296.

<sup>125</sup> HABSBURGO, 1982, p. 70.

<sup>126</sup> “Outro lugar muito escolhido para piqueniques era a Vitória, que só na década de 1830 começou a ser mais habitada” (MATTOSO, 1992, p. 444).

<sup>127</sup> AUGEL, 1980, p. 236.

“tração de bondes desde 1897”<sup>128</sup>, comprovando, pois, a situação precária em que vivia grande parte da população de Salvador, especialmente aqueles residentes em suas freguesias mais distantes. As noites em Salvador eram, portanto, escuras e perigosas:

[...] sair de casa, nas cidades brasileiras dos princípios do século XIX, tinha o seu quê de aventura. Tudo escuro; becos estreitos; poças de lama; “tigres” estourados no meio da rua; bicho morto. Na Bahia, [...] ladeiras por onde o pé escorregando em alguma casca de fruta podre, a pessoa corria o risco de ir espapaçar-se nas pedras e até perder-se em despenhadeiros. De modo que o prudente era sair-se com um escravo, levando uma luz de azeite de peixe que alumiasse o caminho, a rua esburacada (FREYRE, 1968, v. 1, p. 40).

Da mesma forma, para o transporte de pessoas e mercadorias, ao longo de boa parte do século XIX,

[...] cavalos e burros eram indispensáveis [...]. Todos montavam a cavalo ou em dorso de mula para fazer uma visita a um amigo ou levar recados e mercadorias. A primeira linha ferroviária, que partia de Salvador em direção ao Rio Joanes, data de 1860 e, depois de seus 18,5 quilômetros iniciais, foi interrompida em Aratu, no fundo da baía. [...] Durante a maior parte do século XIX, Salvador continuou a ligar-se às vilas e arraiais de sua Província pelos métodos tradicionais, ou seja, as vias marítimas e fluviais e os animais de carga [...] (MATTOSO, 1992, p. 59).

Na década entre 1870 e 1880, por outro lado, “a frequente urbanização, o aumento da densidade dos centros, o fortalecimento quantitativo da classe média, a criação cada vez maior de um pobreza juridicamente livre e cada vez mais pobre eram fenômenos sociais vistos por poquíssimos”<sup>129</sup>. O americano William Hadfield<sup>130</sup>, por sinal, teria sido um destes privilegiados, pois teve a oportunidade de passar por Salvador em dois momentos distintos ao longo da segunda metade do século XIX - primeiro em 1854 e depois mais uma vez por volta de 1870 - registrando principalmente as transformações físicas da cidade. Neste intervalo de tempo, por exemplo, Hadfield pôde perceber as

<sup>128</sup> SANTOS, M., 1992, p. 260.

<sup>129</sup> TEIXEIRA, 1985, p. 139.

<sup>130</sup> AUGEL, 1980, p. 112-113.



seguintes mudanças: a cidade havia crescido consideravelmente, ultrapassando os seus limites anteriores; duas novas linhas de bondes tinham sido recentemente abertas, facilitando a locomoção dos moradores; a iluminação à gás de vários pontos da cidade davam à Salvador “uma aparência verdadeiramente imponente”<sup>131</sup> etc.

Efetivamente, foram muitas as melhorias introduzidas nesta década em Salvador: em 1871 instalava-se entre a Barroquinha e Sete Portas uma linha de bonde, “puxado por uma locomotiva a vapor montada sobre enormes rodas revestidas de borracha vulcanizada, que até podia subir a íngreme ladeira da Conceição da Praia”<sup>132</sup>. Neste mesmo ano (1871) inaugura-se também o telégrafo em Salvador, “com capitais ingleses”<sup>133</sup>. Em 1873 inaugurou-se o elevador hidráulico “construído pelo comerciante e comendador Antônio de Lacerda”<sup>134</sup> e mais dois viadutos, interligando os bairros da Lapa, Nazaré, Barbalho e Barroquinha, definindo-se ainda “os horários e os preços da Companhia dos Trilhos Centrais, que explorava esta linha”<sup>135</sup>. Em 1878 é contruído o Asilo D. Pedro II e mais tarde, em 1879, o Mercado do Ouro<sup>136</sup>.

Apesar destas melhorias nos meios de transporte e da própria mudança de hábitos ocorrida na sociedade baiana, revela-se dado curioso a permanência do antigo sistema de transporte nas famigeradas “cadeirinhas” num período tão próximo do final do século XIX. A presença destas “cadeirinhas” (ou “cadeiras de arruar”) seria registrada pelos viajantes pelo menos até 1885-1886, época em que pela Bahia passaram os oficiais austríacos Jerolim Freiherr von Benko e Arthur Muldner<sup>137</sup>. Segundo os mesmos cronistas, “quem se pode permitir uma cadeirinha ou uma carruagem ainda prefere esses meios tradicionais, pois os transportes coletivos são utilizados sobretudo pelas classes mais baixas”<sup>138</sup>. Mais tarde, em 1888, o militar baiano Durval Aguiar afirmava “já terem quase desaparecido as cômodas cadeirinhas”<sup>139</sup>, levando a população a preferir o uso do bonde para transitar pela cidade, “único veículo de que se pode facilmente

<sup>131</sup> HADFIELD, [18--] apud AUGEL, 1980, p. 113.

<sup>132</sup> MATTOSO, 1992, p. 443.

<sup>133</sup> VASCONCELOS, 1998, p. 111.

<sup>134</sup> MATTOSO, 1992, p. 439.

<sup>135</sup> Ibid., p. 443.

<sup>136</sup> VASCONCELOS, 1998, p. 111.

<sup>137</sup> AUGEL, 1980, p. 122-123.

<sup>138</sup> BENKO; MULDNER, [18--] apud AUGEL, 1980, p.122-123.

<sup>139</sup> AGUIAR, D., 1979, p. 302.

dispor para evitar-se as fatigantes ladeiras”, e ser “muito caro o aluguel dos carros”<sup>140</sup>. Ora, o uso da expressão “quase desaparecido” parece indicar que, faltando apenas 12 anos para o final do século XIX, ainda seria possível deparar-se na cidade com uma destas “cadeirinhas”, a transportar pessoas de um lado para o outro da cidade, numa demonstração clara da permanência de certos costumes e valores típicos da sociedade patriarcal e escravocrata do antigo Brasil colonial.

Era desta forma, portanto, que os estrangeiros viam – e percebiam – a cidade de Salvador ao longo do século XIX. Em certos aspectos, a cidade terminaria o século XIX muito parecida com aquela descrita por Luis dos Santos Vilhena em 1799. Em duas partes principais – e distintas - ela continuava dividida: Cidade Baixa e Cidade Alta, cada qual com suas particularidades e características espaciais:

Na parte superior, a cidade governamental e residencial. A cidade bem ornada com edificações de relevo, praças “surpreendentes”, casario alvacento. A cidade silenciosa, inesperadamente calma, luminosa e ampla, arejada e salubre. A cidade cartão-postal, dos belos jardins, da esperada arboração luxuriante, das laranjeiras perfumadas, das mangueiras portentosas, jaqueiras monumentais, coqueirais perdendo-se de vista. [...] Em baixo, o ar carregado de miasmas, a sarjeta, o burburinho. Em cima, a ausência de ruído, a calma idílica, o perfume da vegetação, a brisa marinha, a magia da paisagem. De um lado, a cidade-porto, a cidade-armazém, a cidade-empório, a cidade-formigueiro. Do outro, a cidade-jardim, a cidade-lazer, a cidade residencial, a cidade paradisíaca (AUGEL, 1980, p. 179).

#### **1.2.4 Os Limites da Cidade**

Salvador e as áreas rurais de seu entorno formavam um todo. Onde, então, acabava a cidade e começava o campo? Fundada por uma decisão real, [...] como todas as paróquias e vilas do império português, recebeu um ‘termo’ (área sobre a qual se exerce a autoridade municipal) de aproximadamente 36 km<sup>2</sup> e

---

<sup>140</sup> Ibid., p. 302.

um 'rossio' (área de expansão, que também servia de pasto para os animais pertencentes aos habitantes urbanos e garantia o fornecimento de madeira, principal combustível doméstico). [...] Todas as fontes indicam que os limites deste Termo, definido no século XVI, não foram modificados até o século XIX, tendo incluído ao longo de todo este tempo sete paróquias rurais, habitadas basicamente por agricultores dispersos: Nossa Senhora da Conceição de Itapoã, São Bartolomeu de Pirajá, São Miguel de Cotegipe, Nossa Senhora do Ó de Paripe, Nossa Senhora da Piedade de Matuim, Sant'Ana da Ilha de Maré e Nossa Senhora da Encarnação do Passé (MATTOSO, 1992, p. 100).

A definição dos limites de Salvador no século XIX é bastante dificultada pelas “fortes vinculações da cidade com o seu termo”<sup>141</sup>, relações estas que perduraram por um longo período, quando então a cidade propriamente dita e o seu termo eram, para efeitos administrativos, consideradas “uma só unidade” pelas autoridades. De fato, somente a partir de 1857, “quando foi instituído o imposto das décimas, tributo pago pelos proprietários de edificações compreendidas nos limites urbanos, houve a necessidade dos governos provincial e municipal estabelecerem este perímetro”<sup>142</sup>, quando então algumas freguesias tiveram suas áreas bastante reduzidas (tais como as freguesias da Vitória e Nossa Senhora de Brotas, por exemplo). Até então, a “vida nos povoados do termo” era considerada meramente um prolongamento da vida na cidade<sup>143</sup>.

Porém, de acordo com os relatos dos vários cronistas do período, dois pontos marcantes acabavam – indiretamente - definindo os limites litorâneos da cidade, quase até o final do século XIX: a região da Vitória e a península Itapagipana. Este trecho de Salvador estendia-se então “por duas léguas de norte a sul”<sup>144</sup>, banhado pelas águas tranquilas da Baía de Todos os Santos. Havia, é claro, uma ocupação em áreas litorâneas mais afastadas, nos “arrabaldes” da cidade propriamente dita, mas estas eram, em geral, pequenas aglomerações de humildes casas térreas, cobertas de telha

---

<sup>141</sup> COSTA, A., 1989, p. 103.

<sup>142</sup> Ibid., p. 103.

<sup>143</sup> “[...] para os vereadores do século XIX, a cidade e seu distrito formavam um todo. A vida nas paróquias suburbanas era um prolongamento da vida na cidade, e a Câmara Municipal não via razão para delimitar os contornos da urbe propriamente dita” (MATTOSO, 1992, p. 102-103).

<sup>144</sup> AGUIAR, 1979, p. 301.

ou mesmo de palha<sup>145</sup>, ocupadas por pescadores e pequenos agricultores, ou então conjuntos de casas de campo, onde os ricos negociantes da cidade passavam os seus momentos de folga. Ao final do século XIX (1888), por exemplo, os chamados “melhores subúrbios”<sup>146</sup> eram então:

[...] o Rio Vermelho e Barra [...], Boa Viagem, Mont-Serrate e Itapagipe [...]: todos são lugares aprazíveis com excelentes ares, águas e banhos salgados próprios para se passar o verão; sendo, porém, de todos o mais preferido o bairro de Itapagipe pelas condições mais cômodas das moradias, do passadio e do transporte (AGUIAR, 1979, p. 303).

Observe-se, porém, que o sítio próximo ao forte de Santo Antônio da Barra (mais especificamente na “Ponta de Santo Antônio”, barra da Baía de Todos os Santos, ao norte), apesar de um longo histórico de ocupação e proximidade com a região da Vitória, jamais seria descrito como um importante núcleo residencial da cidade. Muito pelo contrário: ao visitar a Bahia em 1860, o Imperador Dom Pedro II decepciona-se por não encontrar no local “bonitas casas ou chácaras”<sup>147</sup>. Manteria-se o local, por muito tempo ainda, “todo coberto de verdura e de casas de campo”<sup>148</sup>.

Assume, portanto, como efetivo limite norte da cidade<sup>149</sup>, a região da Vitória. De fato, a Vitória passaria a ocupar este título por um bom tempo, sendo inclusive razoavelmente conhecido o seu histórico de ocupação – especialmente através dos relatos dos viajantes e estrangeiros que aqui moraram ao longo do século XIX. Tornase a Vitória a região preferida para a moradia destes estrangeiros (comerciantes, cônsules etc.), principalmente após a chegada da Família Real ao Brasil e posterior abertura dos portos nacionais em 1808, mas com maior intensidade mesmo após 1830<sup>150</sup>. Coerentemente, podemos notar a diferença nos relatos de viajantes que aqui estiveram antes e depois desta data.

<sup>145</sup> COSTA, A., 1989, p. 125.

<sup>146</sup> AGUIAR, 1979, p. 303.

<sup>147</sup> DOM PEDRO II, 1959, p. 154.

<sup>148</sup> TOLLENARE, 1956, p. 279-280.

<sup>149</sup> Alguns autores, como Durval Vieira de Aguiar, insistem em inverter as orientações, indicando estarem “ao sul” da cidade os “subúrbios” da Barra e do Rio Vermelho (AGUIAR, 1956, pág. 303).

<sup>150</sup> “Outro lugar muito escolhido para piqueniques era a Vitória, que só na década de 1830 começou a ser mais habitada. Até então era uma zona de plantações e jardins [...]” (MATTOSO, 1982, p. 444).

Thomas Lindley, nos primeiros anos do século XIX (1802-1803), apesar de encontrar-se oficialmente “detido” em Salvador, teve a oportunidade de conhecer várias regiões da cidade, tais como “a comunidade rural, denominada Matatu”<sup>151</sup>, a “instituição de São Lázaro”<sup>152</sup>, a península de Itapagipe etc. Apesar de tanta liberdade – e de tanta curiosidade em visitar diferentes pontos da cidade – é curioso notar a ausência de qualquer comentário significativo a respeito da Vitória em seus relatos, região esta que viria a ser, posteriormente, uma das mais frequentadas e detalhadas pelos demais viajantes estrangeiros. A mesma observação pode ser feita com relação à obra do oficial holandês Quirijn Ver Huell, morador de Salvador entre 1807 e 1810. Este estrangeiro “visitante”<sup>153</sup>, enquanto esteve por aqui, frequentou regiões ainda mais distantes da cidade – incluindo fazendas e engenhos no Recôncavo -, fixando residência por longo tempo numa pequena casa térrea localizada próxima à “fortaleza de São Pedro”<sup>154</sup>, enquanto outra parte de seus companheiros preferia uma casa “com dois quartos de dormir e uma pequena cozinha” em Água de Meninos<sup>155</sup>, na Cidade Baixa. Nestas duas obras – as produzidas por Thomas Lindley e Quirijn Ver Huell -, bastante extensas e informativas, a região da Vitória é praticamente ignorada, dando a entender que, àquela altura, não representasse efetivamente um importante núcleo de habitação de Salvador.

Com o passar do tempo, porém, a situação da Vitória mudaria muito. Segundo Ferdinand Denis (1818), na época de sua visita à Bahia,

[...] os bairros que os estrangeiros preferem em Salvador são afastados do centro; é o *Barril*, com suas bonitas habitações, que muitos jardins rodeiam; as casas construídas à beira-mar, nos arredores do forte de São Pedro; e também o arrabalde da Vitória (DÉNIS, 1955, v. 1, pág. 62).

---

<sup>151</sup> LINDLEY, 1969, p. 99.

<sup>152</sup> LINDLEY, 1969, p. 91. Esta certamente vem a ser a “Quinta dos Padres” ou “Quinta dos Lázaros”, a antiga propriedade dos padres jesuítas, visitada tanto por Fernão Cardim (CARDIM, 1978, p. 175-176) como pelo padre José de Anchieta (ANCHIETA, 1933, p. 413-414), ambos no final do século XVI.

<sup>153</sup> Assim como Thomas Lindley (1802-1803), Quirijn Ver Huell permaneceu detido em Salvador. No seu caso, à época da chegada de D. João VI ao Brasil, encontrava-se a Holanda sob o domínio francês, assumindo o trono do “Reino da Holanda”, desde 1806, Luís Napoleão, irmão de Napoleão I (VER HUELL, 1976).

<sup>154</sup> VER HUELL, 1976, p. 191.

<sup>155</sup> VER HUELL, 1976, p. 196.

Neste mesmo período (1817) o comerciante francês L. F. Tollenare escolheu este “aprazível arrabalde”<sup>156</sup> - a Vitória - para fixar sua residência temporária:

A casinha humilde que ocupo dá para a praça do arrabalde. Tem por trás um pequeno jardim, apenas separado do campo por uma cerca de limoeiros do meio dos quais a delicada sensitiva projeta os seus ramos espinhosos. Está inculto, e Deus me guarde de fertilizá-lo. Recearia com a primeira enxadada começar a cavar o meu túmulo nesta terra estrangeira (TOLLENARE, 1956, p. 297-298).



**Figura 3:** Rodolfo Lindemann (c. 1885) (Sem título). In: FERREZ, 1989, p. 187. Vê-se acima o corredor da Vitória, “próximo ao Largo da Vitória”, já no final do século XIX.

Percebe-se, portanto, que a Vitória seria efetivamente ocupada por residências, em maior número, a partir da segunda década do século XIX, e mesmo assim aos poucos, predominando as áreas verdes, de mata nativa e grandes “jardins”, por muito tempo ainda. De fato, em 1821 Maria Graham teve a oportunidade de visitar algumas propriedades na Vitória, descrevendo-as ora como “casas de campo”, “casas-jardim”<sup>157</sup>

<sup>156</sup> TOLLENARE, 1956, p. 295.

<sup>157</sup> GRAHAM, 1956, p. 146.

ou mesmo “Roças”<sup>158</sup>. Neste período, já moravam na Vitória “o cônsul e sua filha prontos a nos receberem em sua muito agradável casa-jardim, que se dependura literalmente sôbre a baía”<sup>159</sup>. Em 1839, o “capelão da colônia anglo-americana”<sup>160</sup> - o Reverendo Mr. Parker -, segundo Daniel Kidder, também morava na Vitória, numa casa “de pequenas proporções, mas caprichosamente disposta, com um amplo jardim à frente”<sup>161</sup>. O Príncipe Maximiliano de Habsburgo (1860) testemunhou na Vitória, a partir de sua embarcação, “mastros altos, em tal quantidade que atingem o ridículo”<sup>162</sup>, indicando morar ali “o Corpo Consular, como que reunido em uma colônia”<sup>163</sup>.

No outro extremo da cidade, ainda em frente à baía, “o território da Bahia propriamente dito, finalmente, termina com a ponta do Bonfim, ricamente coberta de vegetação e com reluzente igreja branca [...] situada no alto”<sup>164</sup>. De fato, no início do século (1803), Thomas Lindley passeava pelo “alto Itapagipe, [...] margeando as matas que se estendem para o interior”<sup>165</sup>, surpreendendo-se com a quantidade de árvores - e colméias – ainda existentes no local. Em meados do século, o seu caminho, “banhado pela baía azul, em curva suave”<sup>166</sup>, era descrito como sendo “muito bonito, tendo belas casas e jardins, e antes de lá chegar passa-se o Dendezeiro, bela alameda de palmeiras *dendês*”<sup>167</sup>. Robert Avé-Lallemant (1859), seguindo o mesmo raciocínio, chama a atenção para o fato de que nesta direção, a cidade...

[...] não se dissolve num aristocrático cenário teatral de um Campo Grande e de uma Vitória, e sim chega-se paulatinamente às últimas casas, para encontrar então ainda, sob belas palmeiras e gameleiras, algumas habitações em forma de verdadeiras cabanas e trechos de mata, onde ressoam notas puras da Natureza (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 29).

Era, portanto, a península de Itapagipe uma região de moradias mais humildes, de uma população mais simples, em contraste com “os lindos edifícios, principalmente de

<sup>158</sup> Ibid., p. 161-162.

<sup>159</sup> Ibid., p. 146.

<sup>160</sup> KIDDER, 1980, p. 25-26.

<sup>161</sup> KIDDER, 1980, p. 27.

<sup>162</sup> HABSBURGO, 1982, p. 70.

<sup>163</sup> Ibid., p. 71.

<sup>164</sup> Ibid., p. 72.

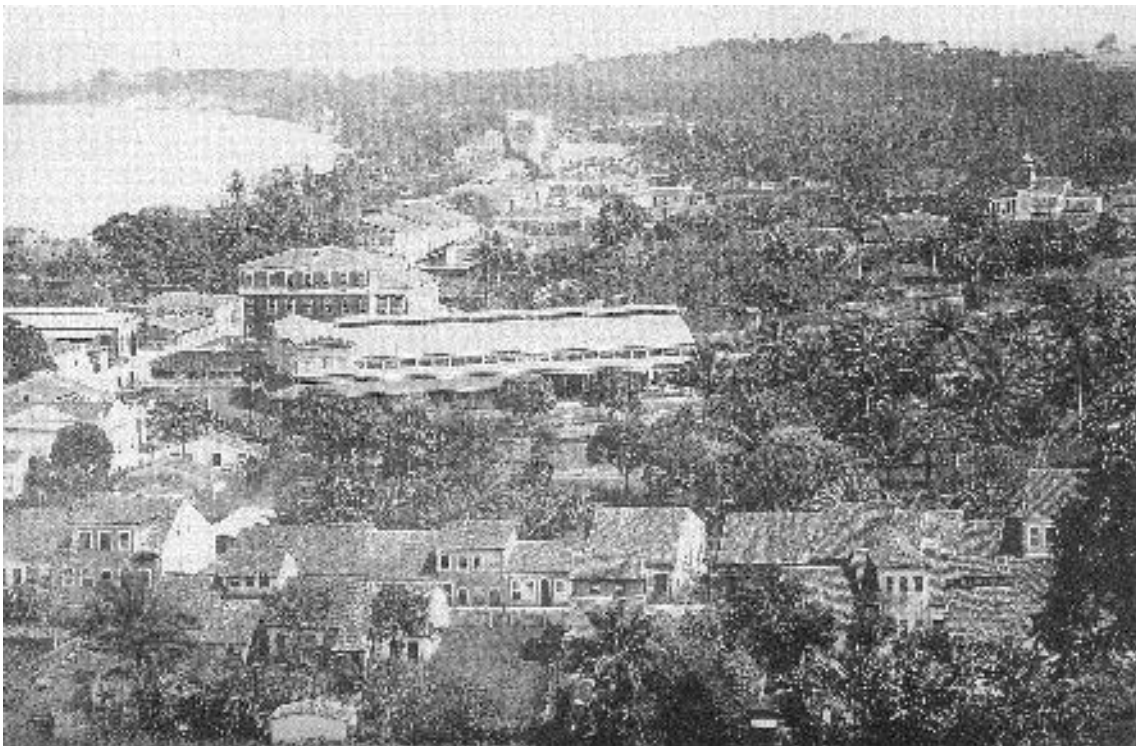
<sup>165</sup> LINDLEY, 1969, p. 105.

<sup>166</sup> Ibid., p. 125.

<sup>167</sup> DOM PEDRO II, 1959, p. 147.

estrangeiros”<sup>168</sup> da Vitória, na extremidade oposta da cidade. Mas era também, por muito tempo, um local de acesso relativamente difícil. Até a segunda metade do século XIX, o mar era o caminho escolhido pela maioria dos que chegavam ao local, em saveiros<sup>169</sup> e demais embarcações. O fluxo contínuo de pessoas, porém, incentivaria as primeiras melhorias no sistema de transporte:

“O desenvolvimento dos transportes coletivos na cidade de Salvador teve início na segunda metade do século XIX, quando em 1862 surgiram as “gôndolas”, que eram altas, com molas e puxadas por quatro animais controlados por um cocheiro, sendo introduzidas pelo italiano Rafael Ariani na calçada do Bonfim. [...] Em 1866 surgiram os bondes puxado a burro, indo da Munganga até a Baixa do Bonfim, [...] e que foram substituídos em 1869 pelo serviço de linha férrea dos Veículos Econômicos” (CASTRO, A., 1989, p. 79).



**Figura 4:** Camilo Vedani (c1860) (Sem título). In: FERREZ, 1989, p. 95. Vista da estação ferroviária da Calçada - virtualmente rodeada por uma vegetação ainda bastante exuberante - e parte da península de Itapagipe.

<sup>168</sup> Ibid., p. 55.

<sup>169</sup> Como fez Daniel Kidder, em 1839 (KIDDER, 1980, p. 48).



Afastando-se do litoral em direção ao continente, estava Salvador ocupada normalmente por “roças” e fazendas, com uma população dispersa numa enorme área – Cabula<sup>170</sup>, “Estrada da Cruz do Cosme”<sup>171</sup>, “Estrada das Boiadas”<sup>172</sup>, Saúde<sup>173</sup>, Brotas<sup>174</sup> etc. -, com poucas opções de sobrevivência além da agricultura, servida ainda por péssimas estradas que dificultavam bastante o transporte de mercadorias e moradores. Porém,

[...] com o crescimento populacional, novas áreas foram sendo incorporadas ao tecido urbano, ao mesmo tempo em que intensificava-se o povoamento nas áreas já ocupadas, como a Península Itapagipana, os Barris, Tororó e a Rua da Vala, que foi canalizada em 1851. Seriam povoadas principalmente as cumeadas, com praticamente dois focos radiais, o Campo Grande e a Soledade. A partir do Campo Grande, ocupou-se o Corredor da Vitória, Ladeira da Barra, Canela, Graça, Garcia e Federação. Da Soledade estendeu-se pela Estrada das Boiadas, Cruz do Cosme, São Gonçalo, Cabula, Estrada da Rainha e Quintas. Foram ocupadas também as cumeadas do Matatu, Quinta das Beatas, Acupe de Brotas e Estrada de Brotas” (COSTA, A., 1989, p.103-104).

### 1.3 A Paisagem de Salvador no Século XIX

Como dito anteriormente, a Bahia recebe, ao longo do século XIX, um considerável número de visitantes das mais variadas procedências e profissões. “Com seus ‘olhos de estrangeiros’, eles materializaram em palavras aquilo que a cidade lhes mostrava”<sup>175</sup>, mesmo não sendo esta uma tarefa fácil. Foram momentos “felizes em que, no sentido mais lato da palavra, se nos abre um mundo novo, quando desejaríamos ter cem olhos para observarem as maravilhas desconhecidas que se nos revelam ininterruptamente e de todos os lados”<sup>176</sup>. A inglesa Maria Graham, de passagem por Salvador na década de 1820, a determinada altura, encantada com os arredores da cidade, aspirava “por

<sup>170</sup> APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/288 – Folha 06V. (02/10/1847)

<sup>171</sup> APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/370 – Folha 87. (03/08/1863)

<sup>172</sup> APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/370 – Folha 140. (05/11/1863)

<sup>173</sup> APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 37. (18/12/1849)

<sup>174</sup> APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/05/580 – Folha 10V. (31/10/1878)

<sup>175</sup> LEITE, 1992, p. 371.

<sup>176</sup> HABSBURGO, 1982, p. 69.

um poeta ou um pintor a cada passo”<sup>177</sup>, a compensar a falta de palavras que pudessem descrever paisagem “tão bela”<sup>178</sup>. A mesma surpresa e admiração com a paisagem e os costumes baianos refletia-se no depoimento do botânico alemão Ludwig Riedel (1821), que realizou vários passeios pelos arredores de Salvador, “sem poder fartar-se com a vista de tantas belas coisas”<sup>179</sup>.

Particularmente valiosos para este estudo em particular são as obras de botânicos, profissionais ou amadores, que já apresentavam-se em grande número dentre os visitantes. Para muitos, “deleite [...] é uma palavra fraca para expressar os sentimentos de um naturalista que, pela primeira vez, esteve perambulando sozinho numa floresta brasileira”<sup>180</sup>. Isto ajuda a explicar, por exemplo, a maior quantidade – e qualidade - no detalhamento das espécies vegetais, nativas e exóticas, encontradas na cidade e suas redondezas, muitas vezes acompanhadas de seus nomes populares e científicos, como que reforçando a formação e o nível cultural dos seus autores<sup>181</sup>.

Alguns destes viajantes estrangeiros – especialmente os ingleses - que desembarcaram em Salvador ao longo do século XIX, por sua vez, em seus depoimentos e anotações de viagem, aparentavam possuir um apurado senso estético, influenciados certamente pela arquitetura paisagística que, desde o final do século XVIII, era praticada na Inglaterra e posteriormente assimilada também pelo resto da Europa. O contato com a sofisticada composição de seus jardins e o moderno culto à paisagem, ambos representados pelo que podia ser então considerado a “maior influência inglesa na aparência do mundo: o jardim inglês”<sup>182</sup>, permitiria invariavelmente alguma menção aos nossos “jardins” baianos, em eventuais comparações com os conhecidos modelos europeus. Desta forma, dentro do possível, procuramos recolher

---

<sup>177</sup> GRAHAM, 1956, p. 147.

<sup>178</sup> Ibid., p. 147.

<sup>179</sup> RIEDEL, [182-?] apud AUGEL, 1980, p. 58-59.

<sup>180</sup> DARWIN, 1996, p. 08.

<sup>181</sup> N. A.: No entanto, tomamos o cuidado de não concentrar os nossos estudos nestes registros, uma vez que muitos carecem de uma base científica – e histórica – comprovada, não apenas para expor uma nomenclatura confiável das espécies, como também na determinação correta de sua origem e do período de sua provável aclimação à Bahia. Ou seja, acreditamos que seja necessário, em outra oportunidade, numa futura complementação desta pesquisa, ou mesmo num estudo em separado a ser realizado por outros pesquisadores, uma possível confirmação destas informações, seja através de uma pesquisa botânica aprofundada, ou mesmo numa comparação dos diversos registros apresentados (por sinal, não restrito apenas ao século XIX).

<sup>182</sup> SALGUEIRO, 1992, p. 404.

estas descrições, buscando formar um quadro descritivo das áreas cultivadas da cidade, com ênfase, logicamente, nos quintais e jardins de Salvador, montando, assim, parte do amplo painel descritivo dos quintais apresentado adiante, no capítulo 05.

Estes mesmos depoimentos serão usados também, neste capítulo, para traçarmos um quadro paisagístico da cidade de Salvador no século XIX, identificando aqueles registros que descrevem a capital baiana em seus vários aspectos, especialmente os que tratam especificamente do seu aspecto físico. Com suas próprias palavras, procuramos então traçar o perfil de Salvador, coletando suas impressões desde a primeira visão – aquela privilegiada visão panorâmica proporcionada pela Baía de Todos os Santos, porta de entrada da esmagadora maioria dos visitantes que aqui chegavam até o século XIX -, até o forte impacto causado pelo contato – muitas vezes pela primeira vez – com a exuberante vegetação tropical, que, ao lado das edificações, completava o perfil paisagístico da velha cidade.

### 1.3.1 A Visão Panorâmica da Cidade



**Figura 5:** Benjamin R. Mulock (c. 1860) **Panorama fotográfico da Cidade de Salvador, tirado do Forte do Mar ou de São Marcelo.** In: FERREZ, 1989, p. 32-33. Este trecho seleccionado do panorama de Mulock retrata, entre outras importantes edificações, o Colégio dos Jesuítas (no centro) e a antiga Catedral da Sé (à direita).

Desde o início, em função de suas características físicas e paisagísticas únicas, Salvador impressionara os viajantes que aqui chegavam desde o século XVI. Para os que a conheciam pela primeira vez, a cidade então apresentava-se como um lugar “muito distinto”<sup>183</sup> e de “grandioso e agradável aspecto”<sup>184</sup>. “A primeira vista de terra vendo-a do mar, asseguro [...] que não há país mais lindo, nem mais agradável”<sup>185</sup>, “sobretudo porque às casas se entremeavam belos pomares”<sup>186</sup>. Desde a sua fundação, como vimos anteriormente, encontrava-se dividida em “cidade alta e baixa; a baixa fica ao longo da praia, e ao pé de uma montanha alta e escarpada”<sup>187</sup>, “rodeada por todos os lados de colinas, de onde a vista é agradável e alegre, tanto pela beleza do terreno como por causa do verdor das plantas que as cobrem o ano inteiro”<sup>188</sup>. “O clima é benévolo, os ares puros, os astros claros [...], as árvores frondosas em todas as estações do ano, por serem estas temperadas”<sup>189</sup>.

No século XIX, a admiração dos viajantes, especialmente dos estrangeiros que entravam em contato com o mundo tropical pela primeira vez, não seria diferente. Vários são, portanto, os relatos que exprimem o seu encantamento no momento daquela primeira visão da cidade, geralmente ainda à bordo de suas embarcações. Devido à própria situação de Salvador, disposta ao longo de uma comprida faixa litorânea no interior da Baía de Todos os Santos, esta visão possibilita um panorama bastante amplo e totalmente desimpedido, em que os edifícios e a rica vegetação surgem sem barreiras naturais a esconder-lhes as cores, texturas e volumes.

Esta manhã, ao raiar da aurora, meus olhos abriram-se diante de um dos mais belos espetáculos que jamais contemplei. Uma cidade, magnífica de aspecto, vista do mar, está colocada ao longo da cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha (GRAHAM, 1956, p. 144).

Ou ainda,

---

<sup>183</sup> PORTUGAL, 1972, p. 14.

<sup>184</sup> BRELIN, 1756 apud TAUNAY, 1960, p. 08.

<sup>185</sup> PORTUGAL, 1972, p. 34-35.

<sup>186</sup> BRELIN, 1756 apud TAUNAY, 1960, p. 08.

<sup>187</sup> DELLON, 1688 apud WILDBERGER, [entre 1952 e 1970], p. 05.

<sup>188</sup> Ibid., p.17.

<sup>189</sup> CALDAS, 1951, p. 04.

Com razão ousa e devo chamar a Bahia imponente e magnífica, pois me pareceu realmente magnífica e imponente, sobretudo do convés da fragata francesa, de cujo bordo, a 10 de fevereiro de 1855, contemplei pela primeira vez a grandiosa baía e cidade (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 20).

Desta forma, “nada é tão pitoresco, nada é tão curioso para um europeu, que chega pela primeira vez a uma cidade da América, como a vista da Bahia”<sup>190</sup>. “A vistosa paisagem dessa nobre baía”<sup>191</sup>, “uma das mais formosas do mundo”<sup>192</sup>, “assemelha-se a [...] um bonito presépio”<sup>193</sup>, dando a impressão “de que foi feita pela natureza para tornar-se o empório do universo”<sup>194</sup>. A grande extensão da cidade, com seu “aspecto antigo”<sup>195</sup>, tornava a sua visão “uma das mais importantes [...], coroando a colina durante milhas, com árvores espalhadas, igrejas em todas as partes”<sup>196</sup> e os “muitos jardins, situados de permeio”<sup>197</sup>, que “embora raramente tratados, conservavam sempre o verde viçoso”<sup>198</sup>.

Completando o belo quadro panorâmico, o “céu reluzia como um grande diamante, com rajadas azuladas”<sup>199</sup>, por sobre a baía “azul, tranquila e serena, assemelhando-se a um lago de água doce, coalhado de velas triangulares das canoas e barcos”<sup>200</sup>, onde assegurava-se, certamente com boa dose de exagero, que seria possível reunir-se “abrigadamente todas as esquadras do mundo”<sup>201</sup>. Em resumo, “poucas cidades podem apresentar uma visão de conjunto de maior beleza”<sup>202</sup>, e mesmo o “Rio de Janeiro dificilmente lhe pode ser comparado”.

A disposição da cidade “em anfiteatro sobre uma encosta muito escarpada”<sup>203</sup>, “estendendo-se largamente”<sup>204</sup> numa conformação semi-circular, em volta de uma baía com quase “duas léguas de largura”<sup>205</sup>, propiciava a sua melhor visualização,

<sup>190</sup> ROUEN, 1847 apud REVISTA..., 1931, p. 537.

<sup>191</sup> DARWIN, 1996, p. 09.

<sup>192</sup> ARNOLD, [188-?] apud SILVA, A., 1952, p. 05.

<sup>193</sup> AGUIAR, D., 1979, p. 301.

<sup>194</sup> LINDLEY, 1969, p. 160.

<sup>195</sup> KIDDER, 1980, p. 25.

<sup>196</sup> ARNOLD, [188-?] apud SILVA, A., 1952, p. 05-06.

<sup>197</sup> SPIX, 1976, p. 131.

<sup>198</sup> Ibid., p. 131.

<sup>199</sup> HABSBURGO, 1982, p. 71.

<sup>200</sup> LINDLEY, 1969, p. 92-93.

<sup>201</sup> AGUIAR, D., 1979, p.301.

<sup>202</sup> KIDDER, 1980, p. 53.

<sup>203</sup> TOLLENARE, 1956, p. 280.

<sup>204</sup> HABSBURGO, 1982, p. 71.

<sup>205</sup> TOLLENARE, 1956, p. 280.

compondo então “um panorama encantador”<sup>206</sup>. “Vários edifícios consideráveis lhe dão uma aparência de grandeza e magnificência”<sup>207</sup>, revelando-se “aí a sua longa existência, solidez e prosperidade”<sup>208</sup>. Servia, efetivamente, “cada edifício como que de envasamento a um outro, resultando daí um conjunto de grandeza que o olhar abarca mais facilmente do que se a cidade fosse construída numa planície.”<sup>209</sup> Em diversos lugares, o conjunto de casas une-se ao terraço íngreme da colina; entre elas, “jardins e campos, com altivos grupos de árvores e com elegantes palmeiras, emprestam-lhe o encanto exótico tropical”<sup>210</sup>.

### 1.3.2 A Vegetação Tropical e a Paisagem de Salvador

A vegetação “inconcebível”<sup>211</sup> encontrada na cidade, a levarmos em conta os relatos do século XIX, era realmente abundante em determinados pontos, apesar do grande número de edificações já existente. “A verdura, a floresta, as íngremes bordas, e os campos docemente inclinados, geralmente abrindo-se para o mar ou para a lagoa, atrás da cidade, têm uma **frescura** e uma **amenidade** que dificilmente me lembro de ter visto antes”<sup>212</sup>, lembraria Maria Graham em outubro de 1821. Em Salvador as “enormes massas de verdura **variam a paisagem** e descansam a vista”<sup>213</sup>, valorizando, pois, a sua contemplação. Para alguns estrangeiros, a exuberância da vegetação tropical sobrepujava a própria arquitetura das igrejas e das nobres edificações: “[...] em meio à profusão de objetos notáveis, a **exuberância** geral da vegetação ganha longe”<sup>214</sup>.

Ou seja, de acordo com os autores, a vegetação seria responsável, na paisagem de Salvador, pelos elementos “amenos” e “frescos” – idéia, pois, de tranquilidade e conforto. Da mesma forma, a vegetação “descansa a vista”: o balanço hipnótico dos galhos e folhas, condensados em diferentes texturas e tons de verde, chamam a atenção e prendem o olhar. Da mesma forma, os maciços de vegetação interrompem,

<sup>206</sup> GRAHAM, 1956, p. 144.

<sup>207</sup> TOLLENARE, 1956, p. 280.

<sup>208</sup> HABSBURGO, 1982, p. 71.

<sup>209</sup> TOLLENARE, 1956, p. 281.

<sup>210</sup> HABSBURGO, 1982, p. 71.

<sup>211</sup> RIEDEL, [18--] apud AUGEL, p. 58-59.

<sup>212</sup> GRAHAM, 1956, p. 146, grifo nosso.

<sup>213</sup> TOLLENARE, 1956, p. 297, grifo nosso.

<sup>214</sup> DARWIN, 1996, p. 08, grifo nosso.

aqui e ali, os conjuntos de edificações, variando o panorama e enriquecendo a paisagem.

Algumas espécies, “sobretudo por sua elegância e grandeza”<sup>215</sup>, destacavam-se das demais, levando à “admiração dos Europeus ainda não acostumados à natureza das regiões equinociais: são as palmeiras, os fetos arbóreos e as bananeiras”. Maximiliano de Habsburgo (1860), destacou ainda as “formas opulentas das gigantescas árvores”, agradando-o especialmente as “palmeiras arquitetônicas”<sup>216</sup>, atribuindo-lhes, pois, um papel tão importante na formação da paisagem da cidade quanto o das próprias edificações em si. De qualquer maneira, para alguns autores, preocupações científicas ou descritivas à parte, “a exuberância da vegetação, as cores, as formas, o brilhante do céu são para serem vistos e não para serem descritos”<sup>217</sup>.

O que haveria de diferente, então, no olhar – e na maneira de perceber - desta paisagem exuberante, especialmente para aqueles estrangeiros que, no século XIX, entravam em contato com o mundo tropical pela primeira vez? Como definir tal admiração? Para muitos, era tarefa difícil retratar “todas as formas, todos os tons, todos os contrastes, todas as harmonias”<sup>218</sup> da cidade. “Sei gozá-las, mas não sei decrevê-las”<sup>219</sup>, disse Tollenare. Ou ainda, citando Ferdinand Denis: “[...] falecem expressões para descrever a indizível beleza da vegetação e as grandes linhas da paisagem”<sup>220</sup>. Segundo ainda Maximiliano de Habsburgo (1860):

Imagens de formas arquitetônicas, obras de arte ficam gravadas na memória e podem ser descritas mais fielmente. A natureza, contudo, naquilo que ela sozinha impera, pode ser contemplada, em êxtase, por um momento, mas não pode ser fixada nem através da memória, nem através da descrição (HABSBURGO, 1982, p. 69).

Além do caráter meramente paisagístico da vegetação, no entanto, descobrimos que de acordo com estes mesmos autores pesquisados, seria a vegetação de Salvador extremamente rica também em formas, cores, texturas, aromas e sons. Uma profusão

<sup>215</sup> DÉNIS, 1955, v. 2, p. 117.

<sup>216</sup> HABSBURGO, 1982, p. 70.

<sup>217</sup> LAMBERT [188-?] apud AUGEL, 1980, p. 118.

<sup>218</sup> TOLLENARE, 1956, p. 296.

<sup>219</sup> Ibid., p. 297.

<sup>220</sup> DÉNIS, 1955, v. 2, p. 62.

de insetos, por exemplo, produzia um ruído “tão alto que pode ser ouvido até mesmo num navio ancorado a várias centenas de jardas da praia”<sup>221</sup>. No verão, estação quente, “o assobio, o chilrear, e o zumbido dos grilos, besouros e gafanhotos não cessam da manhã ao pôr do sol. E durante o dia inteiro as árvores e flores estão cercadas de miríades de brilhantes asas”<sup>222</sup>. A própria brisa, ao movimentar a densa folhagem da vegetação tropical, produzia um ruído que “se confunde com o das vagas, que vem se quebrar, espumando sobre os rochedos da praia”<sup>223</sup>. Nas escuras noites do início do século XIX, “reinava um silêncio tumular, só interrompido pelos pios agourentos das corujas, que transitavam das torres do Colégio para as mangueiras que existiam na encosta da montanha”<sup>224</sup>. Por sua vez, em volta das diversas plantações de laranjeiras floridas espalhadas pela cidade, o ar ficava “excepcionalmente impregnado de sua fragrância”<sup>225</sup> em determinadas épocas do ano, enquanto das limeiras plantadas nas “linhas divisórias dos subúrbios [...], quando recentemente aparadas, desprende-se uma fragrância toda peculiar”<sup>226</sup>. Nos arredores da Vitória, local preferido de muitos dos estrangeiros, “a falsa baunilha, que tem o perfume da verdadeira, [...] embalsama”<sup>227</sup> o ar, contribuindo para transformar esta região numa das mais visitadas e apreciadas de Salvador.

Através destes últimos relatos percebe-se que a vegetação, para a cidade, é muito mais do que apenas um elemento visual ou mesmo de importância econômica (no caso das plantações de subsistência e as comerciais). A vegetação implica necessariamente na introdução de novos elementos – sonoros, olfativos – que, a nosso ver, também fazem parte do caráter de uma cidade. Alguns irão lembrar-se do canto dos pássaros ou do zumbido dos insetos; outros guardarão na memória as fragrâncias desprendidas por folhas, flores e frutos ao longo das diferentes estações do ano em Salvador.

Por fim, podemos notar que a presença da vegetação em Salvador, ao final do século XIX, ainda era uma forte realidade. Nas áreas mais afastadas do centro urbano, grande manchas de vegetação ainda dominavam a paisagem, em meio às edificações. O

---

<sup>221</sup> DARWIN, 1996, p. 08.

<sup>222</sup> GRAHAM, 1956, p. 212.

<sup>223</sup> TOLLENARE, 1956, p. 297.

<sup>224</sup> LIMA, 1908, p. 98.

<sup>225</sup> LINDLEY, 1969, p. 108.

<sup>226</sup> KIDDER, 1980, p. 26.

<sup>227</sup> TOLLENARE, 1956, p. 296.



caráter agrícola de Salvador também permaneceria em relevo na virada para o século XX, numa demonstração da permanência de certos hábitos – ou mesmo necessidades práticas – em épocas bastante recentes:

Basta mencionar que, em 1897, 100 hectares da área urbana central eram ocupadas por hortas. Se isto se via nos distritos centrais, muito mais nos que ficavam afastados do centro, como Brotas, Santo Antônio e Vitória. Aí, não apenas hortas, mas muitas eram as chácaras, roças e fazendas (SANTOS, M., 1992, p. 257-258).

### 1.3.3 A importância do contraste

Como componente indispensável da paisagem de Salvador, a vegetação atua, na verdade, efetuando o contraste com as edificações existentes, criando o quadro “pitoresco”<sup>228</sup> tão elogiado por aqueles que o presenciavam pela primeira vez. Estes diferentes autores, por sua vez, incluídos neste trabalho, não falhavam em perceber este detalhe importante. Ao contrário: em seus relatos muitos expõe exatamente esta situação, comprovando, de forma definitiva, a importância da vegetação para a caracterização da paisagem de Salvador:

“Pitoresco foi o **contraste** do verde sombrio das árvores, em todos os lugares, destacando-se dos prédios brancos, enquanto belas torres nos cumes da montanha desenhavam-se contra o azul profundo do céu” (VER HUELL, 1976, p. 168, grifo nosso).

“As paredes brancas das habitações são de um aspecto agradável sob a verdura das laranjeiras, das bananeiras, das mangueiras que as cobrem” (RUGENDAS, 1940, p. 10).

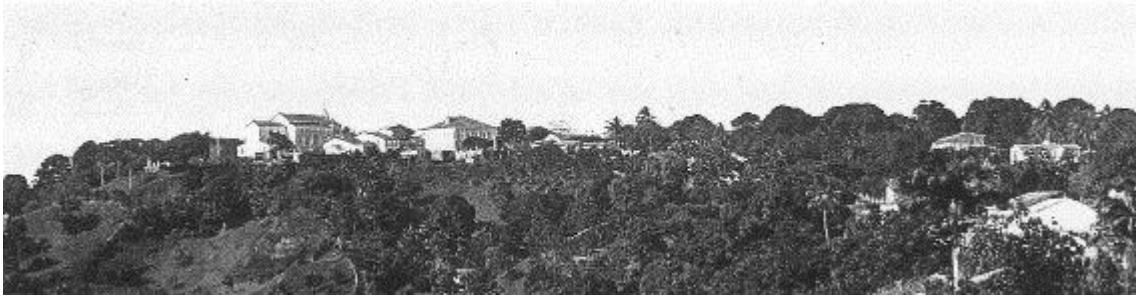
“Que poderá haver de mais lindo que essas longas fileiras coleantes de casas alvacentas, uma ao alto, outra à beira d’água – sempre separadas por uma larga faixa

---

<sup>228</sup> RUGENDAS, 1940, p.168.

de vegetação verde-escuro, no meio da qual se distingue de vez em quando uma casinha branca. Em nenhum outro lugar, a uniformidade branca das paredes e o vermelho das telhas **contrastam** de maneira mais flagrante com a vegetação luxuriante que as circunda” (KIDDER, 1980, p. 53, grifo nosso).

“As casas são caiadas por fora e pintadas de branco ou de alguma cor clara, oferecendo, quando se erguem no meio de jardins, um lindo **contraste** com o verde da folhagem que as cerca” (WETHERELL, [197-?], p. 125).



**Figura 6:** Guilherme Gaensly (c.1870) (Sem título). In: FERREZ, 1989, p. 122. Trecho da foto de Guilherme Gaensly que retrata a Vitória, vista à partir do Morro de Sto. Antônio da Barra. Notar como as edificações são destacadas pela rica vegetação tropical.



**Figura 7:** G. Gaensly & R. Lindemann (c.1890) (Sem título). In: FERREZ, 1989, p. 152. Trecho da fotografia que mostra a Preguiça “vista do porto das pedreiras”.

Em Salvador, portanto, os dois elementos principais de sua paisagem, realçam - e complementam - um ao outro. As edificações, com suas “cores alegres, claras”<sup>229</sup>, certamente perderiam parte de sua força na paisagem se faltassem as árvores em sua

<sup>229</sup> HABSBURGO, 1982, p. 71.

volta, bem como perderia esta enorme “massa de verdura”<sup>230</sup> a capacidade de ser percebida em detalhes se as edificações não interrompessem, aqui e ali, os seus maciços. Os viajantes estrangeiros, portanto, ao testemunharem esta relação, revelam o importante papel da vegetação, do ponto de vista estético, na composição da paisagem de Salvador: ela propicia o contraste - das cores, texturas e volumes -, dando-lhe um aspecto “pitoresco” e atraente, onde “tudo completa um panorama encantador”<sup>231</sup>.



**Figura 8:** Marc Ferrez (c.1884) (Sem título). In: FERREZ, 1989, p. 135. Foto tomada do Elevador Lacerda em direção ao sul.

---

<sup>230</sup> TOLLENARE, 1956, p. 297.

<sup>231</sup> GRAHAM, 1956, p. 144.

## 2. Paisagem Humana

### 2.1 População

Uma vez estabelecida e garantida a sua segurança, a cidade de Salvador cresceu bastante, passando de “pouco mais ou menos 800 vizinhos, e por fora dela em todo o Recôncavo 2.000 e tantos portugueses, 8.000 índios cristãos e 3.000 ou 4.000 escravos de Guiné”<sup>232</sup> no final do século XVI, para “não [...] mais de 10 mil habitantes, em grande parte negros”<sup>233</sup> por volta de 1640<sup>234</sup>. Ao longo da primeira metade do século XVII, no entanto, a cidade sofre uma série de reveses, que interromperam o crescimento urbano e populacional:

A Soterópolis, até a primeira metade do século XVII e mesmo pouco mais tarde, sofreu as consequências das invasões bánavas, não só diretamente nos anos antes citados, mas, também, posteriormente, com a contribuição que a Bahia deu à luta comum de expulsão definitiva dos holandeses do Brasil que, do ponto de vista econômico-financeiro diminuiu grandemente as possibilidades de qualquer expansão urbana. [...] A Cidade, que em 1600 devia ter de 8 a 10 mil habitantes, em 1640, no fim das invasões na Bahia, possuía praticamente os mesmos 10 mil habitantes e a mesma extensão física. No fim do seiscentos é que houve um incremento apreciável, chegando-se, em 1700 a cerca de 20 mil soteropolitanos. (UFBa, 1979, v.1, p. 58).

No século XVIII, por sua vez, os dados apresentados são: 40.263 habitantes segundo o censo de 1759, levado adiante pelo Conde dos Arcos (sem levar em conta as crianças abaixo dos sete anos de idade)<sup>235</sup>, 45 mil moradores para o ano de 1774 – segundo José Antônio Caldas<sup>236</sup> e “39.209 almas”<sup>237</sup> (distribuídas em 10 freguesias) em

---

<sup>232</sup> AZEVEDO, 1969, p. 154.

<sup>233</sup> Ibid., p. 330.

<sup>234</sup> UFBa, 1979, v. 1, p. 58.

<sup>235</sup> AZEVEDO, 1969, p. 188.

<sup>236</sup> Ibid., p. 189.

<sup>237</sup> <sup>237</sup> Ibid., p. 197.

1780. Na virada do século XVIII para o XIX, Vilhena calcula em quase 41 mil os habitantes (40.922 para ser exato) de Salvador<sup>238</sup>, a maioria negros e mestiços<sup>239</sup>.

Observe-se que, diante dos valores apresentados, os números relativos à população - até o final do século XVIII - devem ser analisados com muito cuidado, em função de uma série de limitações típicas do período. “Estatísticas realmente completas e detalhadas, classificando a população por grupos de idades, cor e estado civil, e incluindo os números de nascimentos e falecimentos, datam do último quartel do século” XVIII<sup>240</sup>. Antes disso, portanto, a maioria dos cálculos e estimativas baseava-se em metodologias muitas vezes errôneas e pouco confiáveis<sup>241</sup>, “sendo impossível o aparecer um que seja exato, pelas muitas razões, que há para que jamais se saiba nem possa saber exatamente o número de habitantes deste país”<sup>242</sup>. Às vezes os levantamentos excluíaam “todos os que não haviam atingido a idade de confissão”<sup>243</sup>; em certas ocasiões, muitos dos recém-chegados de Portugal permaneciam sem registro pelo simples fato de que “não traziam documentos de identificação”<sup>244</sup>. Ao fim do século XVIII, Vilhena observava que...

[...] o fazer um mapa desta natureza neste país não é tão fácil como talvez se suponha, porque os pais de famílias receosos de que lhes peçam os filhos para soldados, não só ocultam muitos, como nem dão os nomes nos róis de confissão, e o mesmo praticam com os escravos, receosos de alguma captação, ou tributo, segundo o número de escravos, que constar possuem (VILHENA, 1969, v. 2, p. 459-460).

Da mesma forma, em alguns censos mais antigos eram também ignorados os índios que habitavam as aldeias administradas por religiosos e os próprios membros ou servidores destas ordens<sup>245</sup>, indicando-nos como, mesmo com um conhecimento prévio e profundo da metodologia aplicada, estes censos podem conter imprecisões.

---

<sup>238</sup> VILHENA, 1969, v. 2, p. 460.

<sup>239</sup> PORTUGAL, 1972, p.188.

<sup>240</sup> AZEVEDO, 1969, p. 183.

<sup>241</sup> Ibid., p. 188-189.

<sup>242</sup> VILHENA, 1969, v. 2, p. 442.

<sup>243</sup> AZEVEDO, 1969, p.182.

<sup>244</sup> Ibid., p. 185.

<sup>245</sup> MATTOSO, 1982, p. 105.

Os dados censitários para o século XIX, dependendo da fonte pesquisada, também apresentam variações consideráveis: o censo eclesiástico de 1805 apontava a existência de 45.600 habitantes<sup>246</sup>; um censo levantado em 1807 pelo conde da Ponte indicava um total de 51.112 “almas”<sup>247</sup>. Para a década de 1850 a 1870, um novo recenseamento oficial havia fornecido um total de 113.892 habitantes, dos quais 77.686 apenas na cidade de Salvador e os demais na “sua área rural”<sup>248</sup>. Desta forma, “com prudência e admitindo grande imprecisão”<sup>249</sup>, Kátia Mattoso afirma que “entre 1810 e 1870 a população de Salvador” havia duplicado de tamanho, passando de “cinquenta mil para cem mil habitantes”. Os dois grandes censos oficiais realizados no final do século XIX - em 1872 e 1890 - apontariam uma população para a cidade de 108.138 e 144.959 respectivamente, em ambos os casos considerando apenas as suas 11 paróquias<sup>250</sup> do chamado “1º distrito”<sup>251</sup>: Sé, São Pedro, Santana, Conceição da Praia, Rua do Passo, Pilar, Vitória, Santo Antônio além do Carmo, Mares, Penha e Brotas<sup>252</sup>.

Mesmo estes números, porém, estão sujeitos a revisões e análises críticas. Além de diferenças nas metodologias aplicadas, detalhadas anteriormente, um outro problema que dificulta ainda mais uma interpretação atual e fiel destes números era a grande confusão que então...

[...] reinava [...] sobre os limites entre a cidade e o campo. As próprias autoridades administrativas não sabiam muito bem onde elas estavam. [...] Para os vereadores do século XIX, a cidade e seu distrito formavam um todo. A vida nas paróquias suburbanas era um prolongamento da vida nas da cidade, e a Câmara Municipal não via razão para delimitar os contornos da urbe propriamente dita (MATTOSO, 1982, p.102).

Os viajantes estrangeiros – e mesmo cronistas brasileiros do período -, por sua vez, também ajudam a confundir os estudiosos do período, apresentando em suas obras

---

<sup>246</sup> Ibid., p. 108.

<sup>247</sup> Ibid., p. 108.

<sup>248</sup> Ibid., p. 109.

<sup>249</sup> Ibid., p. 109-110.

<sup>250</sup> MATTOSO, 1982, p. 111.

<sup>251</sup> AGUIAR, 1979, p. 301.

<sup>252</sup> As paróquias do chamado 2º distrito, segundo Durval Vieira Aguiar (em 1888) eram seis: Pirajá, Paripe, Matoim, Passé, Cotegipe e Maré (AGUIAR, 1979, p. 301).

números absolutamente incompatíveis com os censos oficiais. Thomas Lindley<sup>253</sup> (1802-1803) e John Turnbull<sup>254</sup> (1800), por exemplo, estimavam para Salvador uma população de cem mil habitantes, número este obviamente superestimado. Exageros desta natureza, segundo Kátia Mattoso, resultam “de imagens deformadas, miragens produzidas por uma cidade orgulhosa e arrogante que, do alto, dominava um porto onde ancoravam mil navios e prosperavam mil comércios”<sup>255</sup>. Ao final do século XIX (1888), Durval Vieira de Aguiar, militar baiano, aponta uma população de “duzentas mil almas”<sup>256</sup> em Salvador, número este que contrasta bastante com os do censo de 1890 (144.959 habitantes<sup>257</sup>), evidenciando claramente a dificuldade em analisar as informações contidas nestas obras, mesmo as produzidas por autores locais.

## 2.2 A Sociedade Baiana no Século XIX

Historicamente, com a exceção talvez do seu período de fundação, a maior parte da população de Salvador fôra composta quase sempre de mestiços e, posteriormente, de negros (a partir do século XVII). Era o Brasil verdadeiramente o “inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos”<sup>258</sup>. A pequena população branca existente (em termos proporcionais, é lógico), formava a elite local, as “gentes muito luzidas” encontradas pelo Marquês do Lavradio<sup>259</sup> na segunda metade do século XVIII, vivendo quase que exclusivamente dos engenhos de açúcar, do grande comércio (inclusive o de escravos), dos cargos administrativos ou em plena ociosidade, sustentados pelos seus “escravos de ganho”, numa batalha contínua contra a pobreza (e o endividamento) e em busca do enriquecimento rápido e fácil. Para estes colonizadores, o Brasil de então, “destarte, não passava ou de refúgio ou de lugar onde

---

<sup>253</sup> LINDLEY, 1969, p. 167.

<sup>254</sup> TURNBULL, [18--] apud AUGEL, 1980, p. 28-29.

<sup>255</sup> MATTOSO, 1982, p. 109.

<sup>256</sup> AGUIAR, 1979, p. 301.

<sup>257</sup> MATTOSO, 1982, p. 111.

<sup>258</sup> ANTONIL, 1711 apud BOXER, 2000, p. 27.

<sup>259</sup> PORTUGAL, 1972, p. 14.

havia maiores e melhores oportunidades”<sup>260</sup>. Aliás, de acordo com o Abade Raynal (1770),

Ultrapassado o Equador, o homem não é inglês, nem holandês, nem espanhol, nem português; apenas conserva de sua pátria os princípios e preceitos que autorizam ou justificam sua conduta. Rastejante quando fraco; violento quando forte; apressado em adquirir, apressado em desfrutar; e capaz de todos os crimes que o conduzam mais rapidamente a seus fins. É um tigre doméstico que retorna à floresta, a sede de sangue o recaptura. Assim se mostram todos os europeus, indistintamente, nas regiões do Novo Mundo, para onde levaram consigo um furor comum, a sede de ouro (RAYNAL, 1998, p. 35-36).

Os mestiços, os negros e até mesmo os brancos pobres, embora formassem a maioria da população, compunham o seu lado mais fraco. Vivendo do comércio pequeno – especialmente o de alimentos – e da prestação de serviços, conseguiam sustentar-se a duras penas. Aqueles cidadãos livres, porém, que não tinham aptidão para o comércio, não conseguiam um cargo público, uma posição nas tropas regulares ou mesmo careciam de talento para exercer algum ofício, acabavam recorrendo aos escravos “de ganho”<sup>261</sup> para o seu sustento. Enquanto desfrutavam do ócio quase total em suas casas simples, saíam os escravos pelas ruas de Salvador com a obrigação de entregar, ao final de um período pré-estabelecido, uma quantia mínima que garantisse a subsistência de seus donos – e invariavelmente algo mais que pudesse sustentá-los também. Por sua vez, com “liberdade” para percorrer todas as ruas, praças e becos da cidade, os negros, aos milhares, davam a Salvador um caráter próprio, percebido pela maioria dos visitantes estrangeiros que por aqui passaram.

O século XIX, no entanto, incia-se na Bahia com poucas alterações nas condições de vida locais, em comparação com o século XVIII. Fugazmente animada pelo último

---

<sup>260</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 36.

<sup>261</sup> “No sistema de ganho, o escravo trabalhava para fora de casa do seu senhor, exercendo principalmente atividades relacionadas com o transporte de pessoas e mercadorias, como carregadores de cadeira, estivadores, carregadores de carga (carreto), carregadores de lenha, e no comércio ambulante vendendo os mais variados produtos, como doces, frutas, peixes, tecidos etc. Podiam ainda ser aguadeiros, artesãos como alfaiates, barbeiros e oficiais de sapateiro, lavadeiras e engomadeiras, além de rendeiras, bordadeiras e costureiras que tinham o produto do seu trabalho vendido para fora da residência do seu senhor” (CASTRO, A., 1989, p. 44).



verdadeiro período de prosperidade de sua economia <sup>262</sup>, a Bahia mantinha praticamente intactas suas estruturas sociais e econômicas (principalmente sua enorme dependência do comércio internacional do açúcar e da mão-de-obra escrava, importada da África ainda em grandes números). Na verdade,

A vida na Cidade do Salvador, fugazmente reanimada pela visita de D. João VI e pela abertura dos portos, não tinha o mesmo gosto da ação e do trabalho que nos primeiros períodos da colonização a distinguiam. Era um centro aristocrático, mais refinado e elegante, mais alegre mesmo, aos olhos dum observador europeu, do que o Rio de Janeiro [...]. Na Bahia, os contatos mercantis com a Inglaterra e até a residência de algumas famílias de negociantes ingleses, as leituras francesas, as viagens a Portugal alimentavam o gosto da elegância, das boas festas dançantes, dos banquetes, das modas requintadas. Nos traços arquitetônicos e urbanísticos, na educação, na exterioridade religiosa, nos costumes e sentimentos, no privatismo, na vida sossegada e amena dos brancos, na própria liberdade despreocupada e ruidosa dos negros e sobretudo dos mulatos, a Bahia era a mais típica cidade portuguesa do Brasil, caráter que firmara desde o seiscentos e que em pleno séc. XIX impressionaria aos viajantes europeus que a visitavam (AZEVEDO, 1969, p. 219).

Porém, a partir de 1808, com a abertura dos portos brasileiros, iniciativa do então Príncipe-Regente D. João VI, os contatos baianos com outros povos e culturas, muitos dos quais instalavam-se por longo tempo na Bahia, iria dar início, lentamente, a uma série de reformas na sociedade local. A partir daí, aumenta bastante também o número de viajantes estrangeiros (e conseqüentemente dos relatos sobre Salvador), legando-nos uma preciosa coleção de textos descritivos sobre o Brasil e a Bahia, muitos dos quais referidos nesta pesquisa.

A presença cada vez maior destes estrangeiros na cidade, portanto, afetaria de modo marcante a vida dos baianos, ainda tão presos aos antigos costumes e valores coloniais. Por um lado,

---

<sup>262</sup> Segundo Kátia Mattoso, os anos entre 1787 e 1821 foram os últimos em que a economia baiana realmente esteve em alta, em função de fatores positivos internos e externos, especialmente relacionados ao comércio do açúcar. (MATTOSO, 1992, p. 571-572)

[...] a classe média da colônia, formada praticamente de pés-de-chumbo, principia agora a enriquecer-se de elementos porventura mais ativos, ou passa a acolher ofícios antes desconhecidos, numa espécie de cosmopolitismo de que, mesmo em épocas mais tardias, não se conhecerão muitos exemplos. Assim é que vemos tanoeiro e caixeiro dinamarqueses; lavrador escocês; marceneiro, caixeiro, copeiro suecos; colchoeiro e padeiro norte-americanos; sapateiro irlandês; boticário italiano. [...] E aparecem especializações profissionais por nacionalidades, de sorte que cozinheiros e livreiros são franceses; taverneiros espanhóis; relojoeiros, suíços [...] etc. (HOLANDA, 1993, p.12-13).

Desta forma, aliada à forte influência dos estrangeiros, inicia-se, principalmente na elite da sociedade brasileira, um processo de mudanças na formação cultural e profissional das novas gerações. Ou seja,

[...] o desenvolvimento progressivo da cidade do Salvador, as numerosas construções que aí se elevam e as atividades mundanas influenciadas pelas da Europa, levam as jovens gerações a trocarem a casa-grande pelo sobrado dos novos bairros. A recente classe dos bacharéis e doutores, recém-integrados na sociedade da Bahia, formam um elemento de transição entre a ordem antiga, baseada na autoridade dos donos de engenhos, e a nova ordem, dominada por um estilo de vida mais moderna (VERGER, 1981, p. 57).

Em princípios do século XIX, por exemplo, descobrimos os brasileiros comunicando-se com os estrangeiros em trânsito pela cidade em francês, como nos relatam Henry Martin<sup>263</sup> (em 1805) e Quriijn Ver Huell<sup>264</sup> (em 1808). Desta forma,

[...] as cidades tomaram das fazendas e dos engenhos esses filhos mais ilustres, [...]. Os inferiores em inteligência, ou os sem saúde para emigrar ou seguir a vida militar, é que foram, em numerosos casos, sucedendo os avós na administração dos domínios rurais; e estes reduzindo-se em importância e extensão; dividindo-se entre herdeiros distantes, indiferentes à agricultura e fixados nas cidades... (FREYRE, 1968, v. 1, p. 18-19)

<sup>263</sup> MARTIN, [18--] apud AUGEL, 1980, p. 32.

<sup>264</sup> VER HUELL, 1976, p. 170.

... acelerando ainda mais o processo de esvaziamento do interior, “seja pelo marasmo da cultura açucareira, seja pela ocorrência de uma das mais longas secas da história da Bahia entre 1857 e 1860”<sup>265</sup> e o crescimento das grandes cidades. As antigas casas-grandes e sítios, por sua vez, espalhados pelo Recôncavo, passariam então a ser “conservados pelos donos, não como base de sua vida econômica, mas por prazer e para recreio; e, também, por uma espécie de decoração social”<sup>266</sup>.

Após a Independência, porém, cabe observar que ocorre “um certo refluxo da imigração branca portuguesa, que até então renovara, ininterruptamente, com novos contingentes, a população branca, sobretudo das camadas sociais superiores”<sup>267</sup>. Da mesma forma, mesmo os estrangeiros de outras nacionalidades raramente fixavam residência por muito tempo em terras baianas, preferindo, após certo período de residência na capital, deslocar-se para as províncias do sul do Brasil, de clima mais ameno e com melhores perspectivas econômicas que a Bahia. Portanto, ao longo do século XIX, a população branca da cidade não pôde apresentar um crescimento ou mesmo uma renovação equivalente ao ocorrido nas camadas mais pobres da população; dos negros e dos mulatos, maioria em Salvador.

Nestas “camadas médias e populares da sociedade”<sup>268</sup>, portanto, a renovação contínua (e o crescimento em termos quantitativos) era garantida pelas sucessivas levadas de escravos africanos que chegavam nos portos baianos, aliada às alforrias, que aumentavam em número com o passar do tempo. Este enorme contingente de moradores, pobres e remediados, ajudava a ampliar os limites da cidade, com suas pequenas casas térreas, de “porta e janela” ou mesmo “de porta e duas janelas”, instaladas nas freguesias menos povoadas, ou mesmo adensando a região central da cidade, dividindo o espaço com os imponentes sobrados. Eram famílias cujo “passadio era de [...] carne-seca, de farinha, de bolacha, de bacalhau, de vinho de jenipapo ou de caju”<sup>269</sup>, em contraste com a carne fresca, o azeite de oliva, os vinhos finos e as frutas secas importadas da Europa consumidos nos grandes e ricos sobrados.

---

<sup>265</sup> MATTOSO, 1982, p. 113.

<sup>266</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 08.

<sup>267</sup> MATTOSO, 1988, p. 17.

<sup>268</sup> Ibid., p. 17.

<sup>269</sup> FREYRE, 1968, p. 164.

### 2.2.1 A Elite Branca da Bahia

Como de costume, “cabia à cultura portuguesa o papel dominante”<sup>270</sup> na sociedade baiana do século XIX. “Ela representava o poder. Ela conformava o tipo de vida. Papel dominante, por certo, porém de maneira alguma exclusivo”<sup>271</sup>. À minoria branca continuavam então entregues os principais cargos públicos, o grande comércio ou mesmo a produção do açúcar, que perderia, ao longo do século XIX, uma grande parte de sua importância econômica em função de uma série de fatores, internos e externos. Segundo Kátia Mattoso, o período entre 1860 e 1887...

[...] foi marcado por uma profunda depressão que deu início a um declínio sem retorno. As causas foram muitas, internas e externas. As exportações de diamantes entraram em crise, por força da concorrência dos diamantes do Cabo [...]. As exportações de algodão, que tinham crescido sensivelmente durante a Guerra da Secessão, caíram a níveis muito baixos. Por fim, a produção açucareira, a despeito de um esforço constante para aumentar a produção, viu-se prejudicada pela deterioração dos preços do produto no mercado externo. Na década de 1870, a cana-de-açúcar foi afetada por doenças e parte da produção foi perdida. Por outro lado, os produtores de açúcar, sem meios de crédito disponíveis, mostravam-se desanimados, avessos a inovações, e permitiram que continuasse o êxodo de escravos para outros centros produtores de açúcar, em outras províncias. A depressão econômica que se instalou na Europa a partir de 1873 veio tornar dramático um quadro já sombrio (MATTOSO, 1992, p. 572-573).

Muitos, porém, sobreviviam dos modestos ganhos de seus escravos, que então passavam os dias percorrendo a cidade atrás de clientes interessados nos seus serviços (carregadores, carpinteiros, barbeiros, aguadeiros etc.) ou produtos (alimentos e miudezas em geral). Ficavam então os “senhores” e “senhoras” reclusos em casa, sem ter muito a fazer, atentos ao serviço dos escravos domésticos, descansando nas varandas e alpendres, rezando o terço em frente aos pequenos nichos e imagens

---

<sup>270</sup> MATTOSO, 1988, p. 37.

<sup>271</sup> *Ibid.*, p. 37.

religiosas tão comuns dentro das casas<sup>272</sup> etc. Como afirmava Tollenare, “o Brasil oferece o que a Europa recusa geralmente, quero dizer, a possibilidade de viver ocioso”<sup>273</sup>, uma vez que “com alguns negros, um pouco de horticultura, criação de aves e de gado”, é possível “satisfazer a votos modestos e sólidos”<sup>274</sup> de subsistência. Existiam também, obviamente, os brancos pobres, mas estes faziam o possível para aparentar um nível de vida bem acima de suas reais condições financeiras.

Explica-se, desta forma, a contradição na maneira de portar-se de muitos baianos remediados. Em casa, hábitos simples e frugais<sup>275</sup>; na rua, apenas as melhores roupas e jóias. Os homens, em casa, “despiam-se imediatamente de todos os atavios tão logo entravam na residência [...]. O permanecer tão à vontade em casa era matéria de admiração para os estrangeiros”<sup>276</sup>. Nas ruas de Salvador, porém, “não existe mais a mínima diferença entre o modo de vestir dos habitantes das cidades do país e os dos europeus; o luxo e a elegância reinam em alto grau por toda parte”<sup>277</sup>. No “Brasil escravocrata tinham este ar importante até mesmo os...

[...] barbeiros, os ferreiros, os carpinteiros, os pintores de paredes, todos donos de escravos que lhes carregavam as ferramentas e lhes preparavam as tintas: os senhores quase não sujavam os dedos; andavam de chapéus de três bicos e sobrecasaca (FREYRE, 1968, p. 35).

---

<sup>272</sup> Ao mesmo tempo em que preconizava-se o ócio como símbolo maior de prestígio e aceitava-se a escravidão como fato normal, havia na população em geral uma enorme religiosidade, externada das mais variadas formas. Podia-se afirmar efetivamente que “durante os dois séculos que correram entre o tempo do rei João III e o de Pombal, Portugal era, provavelmente, o país mais dominado pelo clero em toda a cristandade” (BOXER, 2000, p. 158). No século XIX, segundo Pierre Verger, “não houve senhor branco, por mais indolente, que se furtasse ao sagrado esforço de rezar ajoelhado diante dos nichos: às vezes rezas quase sem fim tiradas por negros e mulatos. O terço, a coroa de Cristo, as ladainhas. Saltava-se das redes para rezar nos oratórios: era obrigação. [...] Dentro de casa rezava-se de manhã, à hora das refeições, ao meio-dia e de noite, no quarto dos santos - os escravos acompanhavam os brancos no terço e na salve-rainha. [...] Ao jantar, diz-nos um cronista que o patriarca benzia a mesa e cada qual deitava a farinha no prato em forma de cruz. Outros benziam a água ou o vinho fazendo antes, no ar, uma cruz com o copo. No fim davam-se graças em latim [...]” (VERGER, 1981, p. 63).

<sup>273</sup> TOLLENARE, 1956, p. 226.

<sup>274</sup> TOLLENARE, 1956, p. 227.

<sup>275</sup> Segundo Leila Algranti, o interior das casas era geralmente muito “primitivo”, com poucos móveis, e estes geralmente “toscos” (ALGRANTI, 1997, p. 107).

<sup>276</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 120.

<sup>277</sup> WIED-NIEUWIED, 1958, p. 470.

Estes hábitos, porém, custavam caro<sup>278</sup>, muitas vezes levando as famílias baianas à ruína. Os últimos senhores de engenho, por exemplo, em meio à crise do açúcar,

[...] tem chegado a maior parte deles a tal estado que para comerem carne de vaca duas vezes por semana e terem um cavalo de estrebaria, se faz necessário que morram 200 pessoas de fome, que são os escravos do Engenho, a quem lhes dão unicamente o sábado livre para com seu produto sustentarem-se e trabalharem o resto da semana para seus senhores. (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1920 apud FREYRE, 1968, p. 264).

Em situações extremas, no passado (século XVII), as autoridades locais recorriam ao Rei em Portugal para que proibisse tais extravagâncias,

[...] por entendermos que a principal causa das impossibilidades e ruína desta República nasce da facilidade com que os moradores fiam sua fazenda, de qualquer pessoa, aceitando-as por preços excessivos, sendo os que lhes levam fiados homens pobres, filhos e famílias, e órfãos, e menores, que não tem de seu com que pagar, do que se origina depois faltarem com o pagamento e serem executados com aperto em seus bens, [...] com o que ficam metidos em maiores necessidades (PMS, 1953, p. 05).

Porém, certamente exigências deste tipo dificilmente seriam postas em prática, uma vez que a sociedade brasileira, por muito tempo, basearia suas divisões sociais em aparências; na demonstração exterior de riqueza e na discriminação do trabalho manual ou mecânico. Ainda mais levando-se em conta que até quase meados do século XIX (1842),

[...] toda a pessoa de qualquer sexo, ou idade, que fôr encontrada vadia, ou como tal reconhecida, sem ocupação honesta, e suficiente para sua subsistência, será multada em dez mil réis, e sofrerá oito dias de cadeia, sendo posta em custódia até decisão do auto, e depois remetida ao Chefe de Polícia para lhe dar destino (FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5 - Folha 41).

---

<sup>278</sup> COSTA, A., 1989, p. 33-35.

Vale ressaltar, no entanto, que esta determinação não valia de forma alguma para as classes mais favorecidas, onde a “enervante ociosidade”<sup>279</sup> era o símbolo máximo de poder e prestígio. Apenas os pobres, portanto, corriam o risco de serem tomados por “vadios”, obrigando-se a exercer (ou aparentar exercer) alguma ocupação que lhes desse algum tipo de “reconhecimento entre seus pares: reconhecimento da vizinhança, os mais humildes e numerosos; de prestígio junto aos grandes, os que logravam ascensão econômica”<sup>280</sup>.

É curioso notar como determinações e perseguições deste tipo (que encontravam eco em outras províncias brasileiras<sup>281</sup>) contrastam diretamente com o padrão de vida aceito e adotado pelas elites brasileiras durante o período escravista, no qual o trabalho torna-se símbolo de dependência e pobreza, e o ócio torna-se o símbolo maior de poder e prestígio social. Para estes brasileiros, “*vadio* era o sem-ofício, o vagabundo sem morada certa, a prostituta, o mendigo, o desclassificado”<sup>282</sup>. Nesse contexto,

[...] mesmo o pobre que nada fizesse de produtivo mas possuísse pelo menos um escravo que lhe garantisse a sobrevivência desfrutava de alguma consideração; podia nada fazer por si, mas jamais ninguém o chamaria de preguiçoso por isso. Ao contrário, o indivíduo desajustado nesse meio ou compelido à mendicância, esse sim, era o vadio, o preguiçoso, o desclassificado que pesava à coletividade. Tinham, por conseguinte, de ser reprimidos ou controlados, pois escapavam às normas de convivência, de sobrevivência e de conveniência minimamente aceitáveis por uma sociedade que só admitia o parasitismo que fosse considerado honesto, distinto e até nobre (ARAÚJO, E., 1997, p. 174).

Na verdade, era considerado mesmo vergonhoso “o exercer determinadas profissões ‘mecânicas’ e até o carregar pelas ruas qualquer coisa com as próprias mãos”<sup>283</sup>. O resultado desta situação é que...

---

<sup>279</sup> LINDLEY, 1969, p. 180.

<sup>280</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 150.

<sup>281</sup> Ibid., cap. 04.

<sup>282</sup> Ibid., p. 180.

<sup>283</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 95.

[...] muitos, nascidos ricos, chegavam à velhice melancolicamente pobres. Mas sempre desdenhosos de ofícios mecânicos que abandonavam a europeus e a escravos. Daí o violento contraste entre europeus que aqui chegavam pobres e morriam ricos e brasileiros nascidos ricos que envelheciam e morriam pobres” (FREYRE, 1968, v. 1, p. 264-265).

Desta forma,

[...] a ostentação, cuidadosamente praticada, de opulência ou só de bem-estar devia ser perseguida com tenacidade por quem não quisesse passar por pobre [...] e, na dura dinâmica colonial, sujeitar-se a um número ainda maior de restrições imposto em sua vida pública, fosse qual fosse a profissão exercida (ARAÚJO, E., 1997, p. 95).

### 2.2.2 Os Negros - Escravos e Libertos

Os negros, entre cativos e libertos, formavam, como dito anteriormente, uma parcela bastante significativa da população da cidade: quase 54% em 1807, segundo censo da época<sup>284</sup>, ou mesmo como integrantes dos 68,9% classificados como “não brancos” – pretos, crioulos, pardos e cabras - da população apontada para o ano de 1872 (108.138 habitantes<sup>285</sup>). Em julho de 1850, em artigo de jornal pernambucano<sup>286</sup>, criticava-se a situação da cidade de Salvador, entregue então a um grande número de “escravos ociosos e desnecessários”, que viviam à solta pelas ruas, juntando-se ao “um milhão de negras africanas e creoulas” dedicadas ao comércio de alimentos, tais como “mamões entupidos” e “cocadas remelosas que o lucro que dão não serve nem para o conserto do tacho”, além das “cevadas creoulas [...] intituladas costureiras, rendeiras e bordadeiras” das quais havia “um quarteirão em cada casa”. Não podemos estranhar, portanto, que sua forte presença na cidade espantasse alguns dos viajantes estrangeiros, como por exemplo Robert Avé-Lallemant, que por volta de 1859 notou que...

---

<sup>284</sup> AZEVEDO, 1969, p. 224.

<sup>285</sup> MATTOSO, 1992, p. 125.

<sup>286</sup> O jornal *Marmota Pernambucana*, edição de 30 de julho de 1850, apud FREYRE, 1968, v. 1, p. 267-268



[...] poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. [...] Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros na Bahia são negros (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 22).

Para o oficial holandês Quirijn Ver Huell<sup>287</sup> (1807-1810), no entanto, a visão “dos escravos, apoiados em grossas e compridas varas de pau, [...] quebrando-se sobre o enorme peso”, transportando as mais pesadas cargas pela cidade inteira, “sob o ritmo do canto e das batidas dos paus sobre as pedras das ruas, enquanto o suor escorria pela pele nua e molhava o chão”, representava “um manto triste a cobrir o prazer que toda a natureza, bela e exótica, ao nosso redor apresentava”.

Segundo Henry Hill, nomeado cônsul dos Estados Unidos em 1808, e residente em Salvador, o comércio de escravos era “muito rendoso para o Brasil”<sup>288</sup>, justificando a entrada na Bahia de “cerca de 9.000 anualmente”<sup>289</sup> no início do século XIX, dos quais quase 3.000 eram revendidos nos demais portos nordestinos. Porém, façamos...

[...] algumas distinções. O escravo urbano, com efeito, envolvia-se em três grandes atividades básicas: aprendia algum artesanato ou adestrava-se em qualquer ofício, dispensando o senhor do exercício direto da produção; trabalhava nas ruas para auferir o sustento do dono, quer vendendo pequenas mercadorias, quer alugando seu serviço; e dedicava-se exclusivamente às necessidades domésticas do proprietário” (ARAÚJO, E., 1997, p. 95).

Da mesma forma, como regra geral...

[...] o escravo era um servidor não assalariado e uma fonte de renda para o seu proprietário, que o alugava a terceiros para fazer serviços externos, freqüentemente muito penosos. Mas também haviam os que dominavam um ou mais ofícios (artesão, barbeiro, músico, alfaiate, sapateiro, pedreiro ou pintor). O uso dessas aptidões era flexível e se adaptava às demandas momentâneas do mercado de trabalho, tornando difícil distinguir, numa mesma casa, qual

---

<sup>287</sup> VER HUELL, 1976, p. 171.

<sup>288</sup> HILL, 1964, p. 15.

<sup>289</sup> Ibid., p. 15.

escravo era exclusivamente doméstico e qual era ‘ganhador’. O escravo só permanecia continuamente no mesmo trabalho se fosse a única fonte de renda de seu senhor – o que era uma situação freqüente. Tendo sob sua responsabilidade manter a família do senhor e a sua própria, o escravo era o verdadeiro esteio da organização familiar (MATTOSO, 1992, p. 169).

Segundo Ferdinand Denis (1837), cada escravo “de ganho”<sup>290</sup> estaria obrigado a entregar ao seu senhor, diariamente, uma “pataca ou dezesseis vinténs” (320 réis)<sup>291</sup>, porém Ana de Lourdes Ribeiro da Costa afirma que este valor dependia também de outros fatores: da atividade desempenhada pelo escravo, do sexo (os homens geralmente deveriam contribuir com somas maiores), bem como de sua condição física<sup>292</sup>. O que excedia estes valores, porém, permanecia nas mãos do escravo, geralmente para garantir o seu próprio sustento, que consistia então “habitualmente em farinha de mandioca, carne seca, e várias vezes em bacalhau; algumas abóboras e bananas podem fazer variar estes alimentos”<sup>293</sup>. No entanto, em alguns casos podia o escravo morar fora da residência dos seus senhores<sup>294</sup>, especialmente nas freguesias mais afastadas do centro urbano. Nesta situação, “residir longe dos olhos do senhor tem o sabor de um símile de liberdade. Além disso, morar fora da cidade significa poder plantar sua horta e com isto ganhar uma parte de sua subsistência e assim diminuir as despesas de manutenção”<sup>295</sup>. Com economias deste tipo, com bastante esforço e sorte, muitos escravos conseguiam juntar dinheiro suficiente para comprar a sua própria

---

<sup>290</sup> “Para exercer o ganho era preciso uma licença expedida pela Câmara Municipal, a qual era solicitada pelo proprietário do escravo, nela constando o seu endereço, o número de escravos que queria colocar no ganho, seus nomes, origem e ocupação [...]. Estas licenças eram pagas à Câmara e em seguida o escravo recebia uma chapa constando seu número de matrícula, a qual deveria levar consigo no exercício de sua atividade de ganho; caso o escravo fosse pego sem esta chapa, receberia uma multa” (CASTRO, A., 1989, p. 44-45).

<sup>291</sup> DÉNIS, 1955, v. 1, p. 276.

<sup>292</sup> COSTA, A., 1989, p. 46.

<sup>293</sup> DÉNIS, 1955, v. 1, p. 276.

<sup>294</sup> Estavam os escravos livres da supervisão direta de seus senhores, mas de forma alguma totalmente livres: “Esses negros ganhadores gozavam de uma certa liberdade, na medida em que trabalhavam longe da vista do seu senhor, podendo até dormir fora da casa deste ou mesmo morar em casas ou quartos alugados. Entretanto, esta liberdade relativa se colocava apenas em relação ao senhor, pois, [...] o poder público passou a controlar a vida dos escravos nas ruas, ditando até que horas podiam transitar, fazer batuques, ou mesmo permanecer em vendas, etc., assumindo desta forma a posição do feitor” (CASTRO, A., 1989, p. 48).

<sup>295</sup> MATTOSO, 1988, p. 32.

liberdade, e disso temos testemunhos pelo menos desde o século anterior (século XVIII).

Segundo pesquisa de Kátia Mattoso<sup>296</sup>, o preço médio da libertação para os escravos variou bastante ao longo do século XIX, obviamente em função de fatores internos e externos (tratados que controlavam ou impediam o tráfico, a procura por escravos nas províncias do sul, o endividamento dos senhores de engenho etc.). Se entre os anos de 1825-1826 um escravo podia obter sua liberdade com cerca de 207 mil réis (preço médio mais baixo encontrado), entre 1859-1860 ele teria que desembolsar quase seis vezes este valor (1.261 mil réis – maior preço médio). Nos três anos finais, antes da Abolição, um escravo podia comprar sua liberdade por aproximadamente 475 mil réis<sup>297</sup>.

Utilizada amplamente, concedida em grande número desde as primeiras décadas do estabelecimento do sistema escravista, a alforria beneficia tanto ao escravo quanto ao senhor. Para este, vale como lucro suplementar, juros sobre a quantia investida quando da aquisição do escravo; para o escravo, um passo no sentido da liberdade perdida, sonhada, ardentemente desejada. À época da independência (1819), a cada ano 2,75% da população escrava de Salvador recebiam sua carta de alforria. Em 1839-1840, esse ritmo se acelera e o percentual ascende a 4,04% e vai atingir 6,62% em 1869-1870. Quem conseguia obter uma carta de alforria? Os que podiam pagar-lhe o preço - e nenhuma distinção era feita entre escravo crioulo, mulato ou africano. De resto, os escravos africanos eram mais numerosos na cidade do que os escravos nascidos no país [...]. Os africanos representam quase 2/3 da mão-de-obra escrava. São, pois, os escravos de importação recente que asseguram o essencial da renovação dessa mão-de-obra (MATTOSO, 1988, p. 100-101).

Nestes casos, porém, “tão logo liberto, o primeiro cuidado do africano é de se vestir com a dignidade que autoriza sua nova situação e de alugar um quarto em um lugar onde ele estará rodeado de gente de sua *nação*”<sup>298</sup>. Alguns, exercendo as atividades de “marceneiros, ferreiros, funileiros, chegaram às vezes à pequena burguesia. A

---

<sup>296</sup> MATTOSO, 1992.

<sup>297</sup> MATTOSO, 1992, p. 637.

<sup>298</sup> VERGER, 1981, p. 219.

moradores de casas térreas de porta e janela”<sup>299</sup>. Outros conseguiam ainda adquirir os seus próprios imóveis, auferindo uma renda extra com o aluguel de quartos a outros libertos ou até mesmo a escravos “de ganho”, liberados por seus senhores para residir em outro local<sup>300</sup>. Este era o caso, por exemplo, dos “Nagôs”,

[...] numerosos no alto da subida do Alvo em um lugar chamado “Nagô tedo”, [...], ou então na rua dos Capitães perto da rua de Tira-Chapéu ou no bairro do Santo Antônio Além do Carmo e em numerosos outros lugares onde se alinham lado a lado casas cuja fachada não têm senão uma porte e uma janela, sob um teto coberto de telhas romanas. Janelas sem vidraças mas com venezianas de madeira” (VERGER, 1981, p. 219).

Vale ressaltar que o fator principal de fixação destes moradores nas grandes cidades, mesmo sob algumas dificuldades econômicas enfrentadas pela Bahia ao longo do século XIX, era a maior variedade de opções e melhores chances de subir na vida, pontos altamente atraentes para estes pobres moradores. Em Salvador, assim como nas demais capitais, “tornavam-se maiores as oportunidades de ascensão social [...] para os escravos e para os filhos de escravos, que fossem indivíduos dotados de aptidão artística ou intelectual extraordinária ou de qualidades especiais de atração sexual”<sup>301</sup>.

Isto não os livrava, porém, do escárnio eventual de parte da população da cidade, que desaprovava o fato, principalmente no caso dos ex-escravos, de andarem pelas ruas estes negros libertos...

[...] de sobrecasaca e chapéu alto; outros por aparecerem de luvas e chapéus-de-sol, outros por ostentarem botinas de bico-fino que lhes davam ao andar alguma coisa de ridículo ou de grotesco; ainda outros por se esmerarem em penteados, barbas, unhas grandes imitadas dos brancos dos sobrados. Negras, por se exibirem de chapéus franceses em vez dos turbantes africanos. Ou de véus europeus em vez de panos-da-costa” (FREYRE, 1968, v. 1, p. 293-294).

<sup>299</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 179.

<sup>300</sup> COSTA, A., 1989, p. 206-207.

<sup>301</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 153.

A riqueza crescente dos europeus recém-chegados e dos alforriados, que ignoravam os valores sociais vigentes, aceitando o trabalho mecânico ou outro qualquer considerado “indigno”, contrastava com a pobreza – e o endividamento – crescente dos brasileiros, acostumados a uma vida de aparências que, aos poucos, consumia os poucos recursos acumulados numa vida inteira de trabalho: “Caixeirinhos de tamancos tornaram-se no Brasil do século XIX, senhores comendadores, excelências, titulares. Caixeiros – repita-se – chegaram a barões, a viscondes, a grandes do Império”<sup>302</sup>.

Outra atitude tomada por alguns destes ex-escravos era, por mais contraditório que pareça, a aquisição de escravos – também africanos – para os servir ou para trabalhar por – e para – eles. O oficial da marinha holandesa Quirijn Ver Huell (1807-1810), em determinado trecho de suas anotações sobre a Bahia<sup>303</sup>, comenta a situação das ex-escravas que, naquela época, moravam “em pequenas lojas na Cidade Baixa”, dedicando-se quase que exclusivamente ao “comércio de alimentos”:

[...] mesmo sendo negras, elas atribuem a denominação ofensiva de “negro” aos seus escravos. A tal ponto levam o seu senso de superioridade que elas se esqueceram inteiramente que uma vez foram tratadas com o mesmo nome pelos seus donos, o que na época as humilhava muito” (VER HUELL, 1976, p. 300-301).

Ainda segundo Ver Huell, “elas se sentem obrigadas a agir assim para manter o poder sobre seus compatriotas, o que é necessário para fazê-los sentir que aqueles que uma vez eram iguais às suas donas agora são seus escravos e propriedade”<sup>304</sup>. Maria Graham, que por duas vezes passou pela Bahia na década de 1820, testemunhou o mesmo hábito presenciado por Quirijn Ver Huell poucos anos antes: os ex-escravos também compravam outros negros, colocando-os para trabalhar por eles. Desta forma, segundo a autora,

[...] quando conseguem comprar um negro, descansam, dispensando-se de demais cuidados. Fazem com que o negro trabalhe para eles, ou esmole por

<sup>302</sup> Ibid., p. 264-278.

<sup>303</sup> VER HUELL, 1976, p. 300-302.

<sup>304</sup> VER HUELL, 1976, p. 301.

eles, e assim, desde que possam comer seu pão tranquilamente, pouco se importam em saber como foi obtido” (GRAHAM, 1956, p. 157).

De qualquer forma, a partir de meados do século XIX a Bahia começa a perder a sua mão-de-obra escrava, devido principalmente “à proibição da importação de africanos, imposta aos brasileiros pelos tratados firmados com a Inglaterra desde 1830, mas somente cumpridos efetivamente a partir de 1850”<sup>305</sup>, além da grande quantidade de escravos vendidos às crescentes plantações de café nas províncias ao sul, em contraste com a decadência da economia açucareira. Após 1870, os escravos já figuravam “em menos da metade dos inventários. Profissionais liberais, padres e altos funcionários já não os tinham para o serviço doméstico. O que restava como escravos domésticos eram mulheres idosas, conservadas em casa por comiseração ou costume”<sup>306</sup>. Só proprietários agrícolas, senhores de engenho, alguns negociantes e comerciantes continuavam a ter grande número de escravos, “por vezes mais de vinte, em geral trabalhando em plantações ou como auxiliares de comércio”<sup>307</sup>. Mesmos estes, porém, com o passar do tempo, iam abrindo mão destes poucos escravos que lhes restavam, afinal eram eles, muitas vezes,

[...] não dez, mas cinquenta bocas a dar de comer, cinquenta corpos a vestir, [...] muitas vezes cinquenta feridas a tratar. Se havia senhores rurais que calculavam o valor do escravo pela produção intensa de que fosse capaz, matando seus negros de trabalho, fazendo dez trabalharem por trinta, a maior parte não tinha esta ânsia toda de lucro nem esse sentido comercial da vida agrícola; e na conservação de seus negros, ia-se quase todo o dinheiro ganho com a cana ou com o café (FREYRE, 1968, v. 1, p. 21).

Ou seja, o prestígio antes associado à posse de escravos “esfumava-se”<sup>308</sup>, junto com as razões (políticas, econômicas etc.) que ainda mantinham (ou serviam como justificativa para tanto) a escravidão no Brasil.

---

<sup>305</sup> MATTOSO, 1988, p. 22-23.

<sup>306</sup> MATTOSO, 1992, p. 637-638.

<sup>307</sup> Ibid., p. 637-638.

<sup>308</sup> MATTOSO, 1992, p. 637-638.

### 2.2.3 A Participação das Mulheres na Sociedade

O século XIX veria, finalmente, a mulher brasileira ganhando novos ares e costumes, dentro e fora de casa, muitas vezes assumindo “sozinha o seu destino e o dos seus filhos, desempenhando assim um papel importante”<sup>309</sup> na sociedade baiana do século XIX. Com a mudança de hábitos e costumes ocorrida de forma progressiva na sociedade baiana ao longo do século XIX, sob a influência européia, as mulheres podiam sair “do seu isolamento árabe e estão presentes nas reuniões sociais e bailes”<sup>310</sup>, no comércio e no mercado de trabalho. Até então, na Bahia colonial...

[...] o sistema de reclusão das mulheres impedia o florescimento dos salões, desses núcleos de cultura, de espírito, de alegria. A vida social em que figurava o elemento feminino, circunscrevia-se a festas de igreja e procissões, e também à assistência distante, em tribunas, sacadas ou camarotes, a cavalladas, touradas, espetáculos teatrais. Nas salas e muito menos nas ruas pouco apareciam as damas (PINHO, W., 1970 apud VERGER, 1981, p. 143).

A mulher, portanto, mesmo nas grandes cidades, “o *pater familias* do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha e entre as mulecas, como nos engenhos; sem que ela saísse nem para fazer as compras”<sup>311</sup>, e quando o fazia era “dentro de palanquins, mais tarde de carro fechado”<sup>312</sup>, afinal,

[...] onde alguém de compreensão e juízo iria conceber uma senhora ou senhorinha da família e consideração, andando pelos açougues, vendas, armazéns, tulhas, quitandas, padarias ou quejandos, a comprar comida, acotovelando-se com pessoas de outras classes sociais (VIANNA, H., 1979, p. 49)?

---

<sup>309</sup> Ibid., p. 171.

<sup>310</sup> PINHO, W., 1970 apud VERGER, 1981, p. 143.

<sup>311</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 34.

<sup>312</sup> Ibid., p. 34.

Trancada em casa, num misto de soberania e escravidão – “soberana dos escravizados e escrava do marido”<sup>313</sup>,

[...] a boa mãe de família não deveria preocupar-se senão com a administração de sua casa, levantando-se cedo a fim de dar andamento aos serviços, ver se partir a lenha, se fazer o fogo na cozinha, se matar a galinha mais gorda para a canja” (GAMA, 1842 apud FREYRE, 1968, v. 1, p. 109) etc.

No passado colonial, era a imagem da mulher a de um “ser perverso e pervertido por natureza e por isso devia sofrer vigilância todo o tempo: a do sobrado por parte do pai ou do marido, a da rua, a que não devia satisfações a ninguém, por todo mundo”<sup>314</sup>.

Desta forma,

[...] o padrão da mulher submissa valia sobretudo para famílias bem-postas na sociedade – ou que tinham pretensões a isso -, de comerciantes, funcionários, advogados etc. Para esse *pater familias* qualquer escândalo originado em sua casa podia arranhar o prestígio ou embaraçar aspirações” (ARAÚJO, E., 1997, p. 195).

A gente humilde, porém,

[...] pouco ou nada tinha a perder, ainda que tivesse a temer [...] a repressão velada e informal da maledicência dos vizinhos e a eventual repressão explícita e formal das leis civis e eclesiásticas. Suas condições de sobrevivência, porém, eram diferentes, e assim a consciência e a apreensão de todos os mecanismos de controle pessoal e social, consoante sua maneira de viver, também diferiam do padrão geral (ARAÚJO, E., 1997, p. 195).

Estas mulheres humildes, no entanto, tinham uma liberdade de movimento e de atuação impensável para a mãe ou a sinhá do sobrado. No comércio de gêneros “molhados”, por exemplo, elas detinham uma participação expressiva:

---

<sup>313</sup> QUERINO, 1955, p. 234.

<sup>314</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 212.



[...] tanto as sinhás dos sobrados, que mandavam as escravas para a rua com caixinhas e tabuleiros, cheios de comidas e doces, como as mulheres do povo que negociavam com miúdos, carne cozida, frutas, e as que amassavam o pão ou tinham vendas” (AZEVEDO, T., 1969, p. 392).

A própria legislação metropolitana assegurava, aliás, exclusividade da mão-de-obra feminina no comércio ambulante de “toda sorte de comestíveis pelo miúdo, como também vinhos a aguardentes”<sup>315</sup>, além de “alféloas, obreias, jarfelim, melaço e azeitonas”, atividade destinada ao “exercício honesto e precisa sustentação de muitas mulheres pobres, naturais destes reinos, que se ajudavam a vender, e com efeito viviam desses pequenos tráficos”<sup>316</sup>, formando, muitas delas, núcleos familiares estáveis.

Segundo Kátia Mattoso, ao longo de suas pesquisas sobre a Bahia do Século XIX, “cerca de 42,2% dos grupos domésticos em Salvador eram chefiados por mulheres, das quais 71% eram solteiras, e muitas com filhos”<sup>317</sup>. No século XIX, portanto, não seria estranho encontrar casas lideradas por mulheres, muitas delas ex-escravas - ou filhas destas -, que exerciam pequenas atividades econômicas, às vezes mesmo apenas a nível de subsistência, mas que sempre podiam representar formas alternativas de fortalecer o orçamento doméstico. Ao seu alcance estavam ainda certas opções de ganhar dinheiro praticamente impensáveis para as sinhás dos sobrados. Por exemplo, podiam elas tornar-se mães voluntárias de crianças órfãs ou abandonadas, deixadas sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Por um pequeno valor mensal pago a estas mulheres “durante três anos pela alimentação e vestuário da criança”<sup>318</sup>, os pequenos enjeitados encontravam, desta forma, um lar provisório, ao mesmo tempo que novos laços afetivos eram criados entre pessoas de diferentes origens, “mas de futuro provavelmente igual”<sup>319</sup>.

Os estrangeiros invariavelmente estranhavam – e reprovavam – esta reclusão das mulheres brasileiras, principalmente as pertencentes às famílias mais tradicionais e

---

<sup>315</sup> Ibid., p. 197.

<sup>316</sup> Lei de 19.11.1757 em FIGUEIREDO, L., 1993 apud ARAÚJO, E., 1997, p. 197.

<sup>317</sup> MATTOSO, 1992, p. 171.

<sup>318</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 177.

<sup>319</sup> Ibid., p. 177-178.

bem-postas, mantidas quase sempre longe dos olhos dos outros homens, especialmente dos forasteiros. Os ingleses, particularmente afeitos a passeios pelos arredores da cidade, percebiam o estranhamento dos brasileiros diante destes novos costumes. Desta forma, espantava-se o britânico Lindley com os olhares curiosos dos brasileiros, ao sair a passear com a sua própria mulher à luz do dia: “[...] vimo-nos expostos à curiosidade impertinente de pessoas que nesse dia [...], haviam saído para suas casas de campo e nos encaravam com espanto ao ver uma mulher sem o apêndice de uma cadeirinha”<sup>320</sup>. Tal era...

[...] a restrição a que estão sujeitas as mulheres deste país, por não poderem passear pelas ruas sem estar hermeticamente fechadas numa cadeirinha, ou segregadas em cabriolé; mas, tal é a força do costume que nenhuma delas jamais é vista com liberdade, exceto no recesso de suas casas (LINDLEY, 1969, p. 179).

Efetivamente, poucos tempo depois (1815-1817), também o Príncipe Maximiliano de Wied-Nieuwied observava que “durante o dia não se vê nenhuma mulher nas ruas”<sup>321</sup>. Em 1860 repetia a mesma informação o Príncipe Maximiliano de Habsburgo: “Quase não se vêem mulheres brancas nas ruas; apenas, em raríssimos casos, elas separam-se das sacadas ou da cadeira de palha de suas varandas. A brasileira, nas cidades, é um objeto indolente e sem graça”<sup>322</sup>. Oscar Canstatt (1868) “observa que não teve oportunidade de conhecer as mulheres residentes na cidade, uma vez que elas nunca se apresentam na rua, [...], mostrando-se no máximo e excepcionalmente, na varanda de sua casa”<sup>323</sup>.

Para o visitante estrangeiro, “homem *civilizado*”, não deixava de surpreender...

[...] a grande diferença que nota entre os hábitos domésticos e os praticados em público. Em casa, uma relativa promiscuidade, tanto entre sexos, como entre as classes sociais. Mas pelas ruas, a maior reserva. Não é vista nenhuma mulher branca de categoria, o uso da cadeirinha é severamente observado, as saídas

<sup>320</sup> LINDLEY, 1969, p. 93-94.

<sup>321</sup> WIED-NIEUWIED, 1958, p. 469.

<sup>322</sup> HABSBURGO, 1982, p. 86.

<sup>323</sup> CANSTATT, [18--] apud AUGEL, 1980, p. 220-221.

se limitam à ida à igreja, às visitas de cerimônia, aos eventuais bailes. Os passeios públicos são pouco frequentados, as reuniões sociais são insossas, com excessiva separação entre os sexos, um rapaz solteiro não devendo ousar conversar com uma moça a que não foi apresentado (AUGEL, 1980, p. 220-221).

Essa aversão à rua era transmitida inclusive às crianças: “menino de sobrado que brincasse na rua corria o risco de degradar-se em muleque; [...] o lugar do menino brincar era o sítio ou quintal; a rua do muleque”<sup>324</sup>. Escondia-se, portanto, praticamente a família inteira do olhar dos curiosos, atrás dos muros e paredes dos sobrados.

Desta forma, viviam...

[...] as mulheres, brancas ou escravas, jovens ou mais velhas, [...] em casa, com o cabeção transparente e caindo aos ombros, o seio quase à mostra, sem meias e sem roupa interna. Quando saem para a missa ou para a festa, vestem-se de sedas, veludos, fitas e jóias. As donzelas convivem com os moleques de recado, a menina diafanamente vestida de branco e de rendas e bordados, o rapazola, nu, em irrefletida promiscuidade (TSCHUDI, 1863 apud AUGEL, 1980, p. 221).

Traçando um quadro da mulher branca brasileira, Expilly chegaria a afirmar que...

[...] no meio do quadro esplendido que um sol ardente e uma vegetação luxuriante compõem nos campos tropicais, a branca perde todas as vantagens que desfruta na Europa. Sua beleza delicada esvai-se em ondas de luz. Seu talhe diminui diante da criação; ela parece, enfim, mesquinha, miuda, miserável, angustiada (EXPILLY, 1935, p. 134-135).

Desta forma, a...

[...] desconfiança, a inveja e a opressão resultantes prejudicavam todos os direitos e toda a graça da mulher, que não era, para dizer a verdade, senão a maior escrava do seu lar. Os bordados, os doces, a conversa com as negras, o *cafuné*, o manejo do chicote, e aos domingos uma visita à igreja, eram todas as

---

<sup>324</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 152.

distrações que o despotismo paternal e a política conjugal permitiam às moças e às inquietas esposas (EXPILLY, 1935, p. 400-401).

Em função deste costume antigo de reclusão, encontra-se talvez a explicação para a surpresa inicial de James Wetherell, que em meados do século XIX (1857), mostrava-se “admiradíssimo vendo como são pouco frequentados pelos habitantes”<sup>325</sup> os passeios públicos, apesar de serem estes “muito agradáveis”.

A partir de meados do século XIX, porém, outros viajantes estrangeiros dão a entender que a reclusão das mulheres já não era tão severa assim<sup>326</sup>. Em alguns casos, eles próprios envolviam-se em conversas com as mulheres “da casa”, mas tomando o cuidado de não parecer muito gentil com elas, de forma a não ofender seus anfitriões<sup>327</sup>. Nas festas e nos salões de bailes baianos, as mulheres, quase na segunda metade do século (1845), podiam ser vistas aderindo a novas danças e ritmos europeus, evidenciando o início de uma nova era para a sociedade baiana do século XIX:

[...] a polca, a dança da moda, espalha-se pela cidade, faz girar as pernas dos fidalgos da Côrte; seu ritmo rodopiante anima as festas e os primeiros bailes e ela veio invadir os salões da Bahia. A polca é a sensação trazida pelos jornais e visitantes estrangeiros desembarcados da Europa... a polca dos oitocentos invadiu tudo: casas, famílias, festas, bailes, redação dos jornais (RENAULT, 1969 apud VERGER, 1981, p. 144).

#### 2.2.4 A Família Baiana

[...] tantas foram as formas que a família colonial assumiu, que a historiografia recente tem explorado em detalhe suas origens e o caráter das uniões, enfatizando-lhe a multiplicidade e especificidades em função das características regionais de colonização e da estratificação social dos indivíduos (ALGRANTI, 1997, p. 87).

<sup>325</sup> WETHERELL, [197-?], p. 154.

<sup>326</sup> EXPILLY, 1935.

<sup>327</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 191.

No século XIX, os diversos membros de uma mesma família, junto com os seus agregados<sup>328</sup>, escravos, inquilinos etc. encontrados nas residências de Salvador, todos convivendo sob o mesmo teto - sob diferentes condições, evidentemente - dificultava uma análise precisa dos grupos domésticos na cidade, inclusive do ponto de vista demográfico e estatístico. Neste caso,

[...] as relações sociais na Salvador do século XIX baseiam-se em larga medida sobre a variedade e a originalidade das condições nas quais as famílias baianas vivem seus problemas cotidianos. Os fundamentos nos quais se enraizam essas relações sociais da Bahia mestiça e escravagista do século XIX serão, pois, definidos através do estudo da extrema flexibilidade e da grande facilidade de adaptação de estruturas familiares específicas que buscaram sempre preservar o calor humano e proteger todas as crianças (MATTOSO, 1988, p. 38).

Kátia Queiroz Mattoso<sup>329</sup>, em sua extensa pesquisa sobre a Bahia do século XIX, agrupa uma série de dados interessantes a respeito da formação das famílias baianas, comparando os números obtidos em alguns dos recenseamentos oficiais com os registros e inventários *post-mortem*, dentre outros. Desta forma, para o ano de 1855, de um total de 681 famílias pesquisadas, ela obteve os seguintes valores: famílias com 01 filho – 18,5%, famílias com 02 filhos – 18,6%, famílias com 03 filhos – 17,3%, famílias com 04 filhos – 16,4%, famílias com 05 filhos – 9,2%, famílias com 06 filhos – 7,9%, famílias com 07 filhos ou mais – 11,9%<sup>330</sup>. Ou seja,

[...] a família legal baiana do século XIX é de porte médio: 70% das famílias têm de 1 a 4 filhos. As famílias numerosas representam apenas 12% do total, o que contradiz a crença muitíssimo difundida que julga as famílias de Salvador de grande porte. Acontece que, na realidade, as famílias numerosas existem, mas

---

<sup>328</sup> Além dos escravos, presos às residências de seus senhores pela força da lei, “muita gente agregava-se a determinada casa praticamente na condição de escravo para não se ver na contingência de mendigar, e então apareciam no censo agregados “por favor e esmola” ou como “pobres” (ARAÚJO, E., 1997, p. 170). O censo de 1855, por exemplo, registra como “agregados” alguns escravos de ganho que moravam de aluguel em quartos existentes nos quintais das casas de outros trabalhadores libertos (CASTRO, A., 1989, p. 195-196).

<sup>329</sup> MATTOSO, 1992.

<sup>330</sup> MATTOSO, 1992, p. 147.

quase todas são abastadas: 90% dos chefes de família numerosas exercem profissão liberal, são comerciantes fortes ou altos funcionários. Tomando-se o conjunto da cidade, a média situa-se de fato em 3,7 filhos por família (MATTOSO, 1988, p. 76).

Mais adiante, Kátia Mattoso traz outros dados interessantes: de um total de 147 grupos domésticos pesquisados (742 pessoas no total), “os casais casados tinham, em média, uma família de dez pessoas, ao passo que as famílias dos solteiros tinham, também em média, 3,2 pessoas”<sup>331</sup>. Estes números aparentemente contraditórios, podem ser razoavelmente explicados, na medida em que sabemos que desses mesmos “grupos domésticos, 28,6% possuíam escravos, e [...] 35,3% tinham agregados”<sup>332</sup>, refletindo a grande “multiplicidade e especificidade” das famílias baianas<sup>333</sup> do século XIX, apontadas por Leila Algranti<sup>334</sup> anteriormente.

Ao final de sua pesquisa, Kátia Matoso descobre que...

[...] os grupos domésticos simples e sem estruturas familiares (incluindo neles os ‘solitários’) representavam 85,1% do total, o que me leva a receber com prudência a afirmação de que grupos ‘extensivos’ ou complexos eram característicos da organização familiar dos baianos. Eles existiam, mas como exceção. O modelo patriarcal, característico da vida rural brasileira, foi substituído aqui por formas de organização familiar mais simples, mais flexíveis, mais adaptadas à cidade [...] (MATTOSO, 1992, p. 171).

<sup>331</sup> MATTOSO, 1992, p. 171.

<sup>332</sup> Ibid., p. 171.

<sup>333</sup> Ainda com relação aos agregados, por exemplo: “[...] diversas realidades se escondiam atrás da palavra ‘agregado’, que designava genericamente os que viviam “com a família como pessoa da casa”. No meio urbano, eram pessoas que não tinham conseguido outro lugar, por falta de meios, ou tinham sido convidadas por parente ou amigo a alugar um cômodo na residência deste. [...] Logo, o agregado podia pertencer à mesma categoria social do chefe do grupo doméstico. Irmãos e irmãs, afilhados, parentes afastados, viúvas, mães solteiras e seus filhos eram chamados, com frequência de agregados. Viviam às custas do chefe da família, a quem prestavam serviços, ou então dispunham de fortuna pessoal, participando nesses casos das despesas da casa. Também podiam estar nessa condição os filhos de um antigo escravo alforriado que tivesse permanecido na casa do seu ex-senhor. [...] De qualquer maneira, o agregado era muito considerado no grupo. As crianças o tratavam com respeito, chamavam-no afetuosamente por um diminutivo e o escolhiam como padrinho ou madrinha de crisma. [...] Em todas as camadas sociais da população livre – fosse ela branca, mulata ou negra – encontravam-se agregados, cuja dependência em relação à família da casa era, às vezes apenas aparente. [...] Até as mulheres que viviam com um homem eram chamadas de agregadas – nunca de concubinas – e, se tivessem filhos, o pai não era citado” (MATTOSO, 1992, p. 170-171).

<sup>334</sup> ALGRANTI, 1997.

As “famílias legais” - frutos do casamento - são, em sua grande maioria, restritas quase que unicamente aos brancos (64,5%), não apenas “porque custam caro”<sup>335</sup>, mas principalmente porque em Salvador “as uniões ilegítimas não acarretam qualquer reprovação moral grave”<sup>336</sup>. Entre 1850 e 1875, por exemplo, “somente 12,3% dos casamentos celebrados na paróquia da Sé reúnem cônjuges de cor”<sup>337</sup>, ao passo que dos 14.982 batismos de crianças (livres e escravas) realizadas na paróquia da Sé entre os anos de 1830 e 1874, nada menos que “73,3% são de filhos ilegítimos”<sup>338</sup>, inclusive crianças brancas, a revelar a enorme predominância das chamadas “famílias naturais” existentes em Salvador ao longo do século XIX, com a mestiçagem ajudando a misturar as diferentes raças e amainando os conflitos sociais: “... ilegitimade e bastardia”, portanto, são efetivamente “traços salientes da Bahia de Todos os Santos”<sup>339</sup>.

---

<sup>335</sup> MATTOSO, 1988, p. 91.

<sup>336</sup> MATTOSO, 1988, p. 91.

<sup>337</sup> Ibid., p. 91.

<sup>338</sup> MATTOSO, 1988, p. 91.

<sup>339</sup> MATTOSO, 1988, p. 98.

### 3. Vida Econômica de Salvador

Do nosso ponto de vista, não é possível falarmos sobre a cidade de Salvador – e de seus antigos moradores - sem mencionarmos também os principais fatores econômicos que ajudaram a transformá-la ao longo dos seus quatro séculos e meio de existência, e que certamente influenciaram também na determinação dos meios de vida possíveis para os seus habitantes. Ou seja, conhecendo-se as formas de sobrevivência – muitas vezes precária – da população local, estaremos complementando o estudo (resumido) da nossa sociedade, iniciado no capítulo anterior, no qual registramos alguns dos seus principais aspectos (dados populacionais, composição, valores e costumes etc.).

Sob o ponto de vista econômico, portanto, o dado principal a ser levado em consideração – e que será repetidas vezes demonstrado ao longo deste capítulo - é a esmagadora predominância do comércio – em diferentes escalas – na realidade de Salvador, situação esta que permanece praticamente inalterada ao longo de boa parte de sua história. Ou seja, sem uma produção industrial de relevo que empregasse seus habitantes - e que gerasse alguma riqueza própria - e sem participar diretamente da produção que efetivamente interessava às elites políticas e econômicas da província<sup>340</sup> – a exploração intensiva da cana-de-açúcar em dezenas de engenhos espalhados pelo Recôncavo baiano – a economia de Salvador sempre dependeu, em larga escala, do movimento do seu porto. Em seus depósitos e armazéns estocava-se milhares de caixas de açúcar, à espera do momento do embarque; no porto desembarcavam também os principais artigos comercializados na cidade, vindos da Europa, das províncias do sul (a carne salgada<sup>341</sup>, por exemplo) ou mesmo do Recôncavo (farinha de mandioca, frutas e legumes, artigos diversos de cerâmica etc.). Desde o seu início, portanto, Salvador tem sido uma cidade que sobrevive basicamente do comércio e da prestação de serviços:

---

<sup>340</sup> “Acontecia [...] que a solicitação de trabalho duro e valorizado do outro lado do Atlântico se dirigia ao senhor de engenho, a seus parceiros lavradores e ao minerador, enquanto a massa urbana era mais ou menos desconsiderada pela Metrópole por que se situava à margem da produção” (ARAÚJO, E., 1997, p. 89).

<sup>341</sup> HILL, 1964, p. 16.



Toda essa gente – e seus escravos [...] – fazia a cidade pulsar, aparentemente competindo com as verdadeiras autarquias constituídas por fazendas e engenhos, onde quase todas as funções ‘mecânicas’ se exerciam sem o concurso dos cidadãos. Ora, *quase* todas as funções não são *todas* as funções, e por isso a população dos engenhos, teoricamente auto-suficiente, recorria à cidade com frequência. Na cidade, com efeito, sediavam-se as administrações civil e eclesiástica, e lá também estavam os comerciantes e, a ser o caso, o porto. A ligação direta entre Colônia e Metrópole dava-se pela cidade [...] (ARAÚJO, E., 1997, p. 90).

### 3.1 Entraves e Desafios – Séculos XVII e XVIII

A economia baiana, durante boa parte de sua história, dependeu quase que exclusivamente do comércio do açúcar, do fumo<sup>342</sup> e do tráfico de escravos africanos. O seu apogeu seria atingido no século XVII e duraria até a descoberta e posterior exploração do ouro na região das Minas Gerais, quando temporariamente o interesse da Coroa Portuguesa deslocou-se para a produção mineradora, em detrimento da agrícola, com sérios prejuízos para a economia local<sup>343</sup>. Ao longo do século XVII, portanto, “com o desenvolvimento da exportação do açúcar, do tabaco, dos algodões e ainda do couro e da madeira, a cidade passou de centro simplesmente administrativo a um forte núcleo de homens de negócio”<sup>344</sup>. A frota comercial portuguesa vinha então buscar estes produtos na cidade, trazendo em seu interior aqueles artigos considerados essenciais para a população local e que aqui eram comercializados com grandes margens de lucro: “peixe seco, presunto, lingüiça, queijo, manteiga, biscoitos, azeite, vinagre, macarrão, nozes, ameixas, azeitonas, cebolas, alho etc. Alimento para habitantes de sobrados. Para senhores das casas mais opulentas”<sup>345</sup>.

O açúcar, porém, seria o principal produto de exportação e maior gerador de riquezas na província até o século XIX. Em bons anos de colheita, exportava a Bahia cerca de 12 mil a 14 mil caixas de açúcar sozinha, com aproximadamente 40 arrobas cada,

---

<sup>342</sup> “Conforme observou Antonil no limiar do século XVIII, o tabaco brasileiro revelava-se ainda mais lucrativo do que o açúcar. Considerado o melhor do mundo, era avidamente adquirido pelos monarcas manchus, em Pequim, e pelos trigueiros potentados do Daomé. A melhor variedade de folhas vinha da região de Cachoeira, que em 1726 produziu mais ou menos vinte mil rolos escolhidos “e outro tanto de qualidade inferior que deviam ser exportados para a Costa Mina” (BOXER, 2000, p. 173).

<sup>343</sup> BOXER, 2000, p. 76-77.

<sup>344</sup> AZEVEDO, 1969, p. 167.

<sup>345</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 286.

incluindo o peso da madeira<sup>346</sup>. Em épocas de seca (ou enchentes), porém, como em 1726, a Bahia mal conseguia produzir cinco mil caixas<sup>347</sup>, o que era compensado, no entanto, pela alta nos preços. Após o declínio na produção do ouro das Minas Gerais (meados do século XVIII) e “apesar dos dramáticos recuos causados pelas safras imprevisíveis, vendas incertas e taxas inevitáveis”<sup>348</sup>, o açúcar continuaria a desempenhar importante papel na economia brasileira, o que era ainda mais verdadeiro no caso da Bahia. A qualidade superior do açúcar baiano “estava refletida na escala de preços imposta pelo governo de Lisboa em janeiro de 1751, e que ultrapassava as várias categorias de açúcar exportadas de Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão”<sup>349</sup>. Desta forma, podia o açúcar baiano disputar com maior facilidade o mercado externo em função de sua qualidade superior reconhecida, o que mantinha em funcionamento os diversos engenhos situados no Recôncavo e nas demais áreas próximas da cidade.

Outra atividade que rendia altos lucros aos comerciantes baianos – pelo menos até 1850, quando o tráfico foi oficialmente abolido<sup>350</sup> - era o comércio de escravos africanos. Especialmente ao longo do século XVIII, quando o interesse da Metrópole esteve temporariamente deslocado da produção do açúcar para a exploração do ouro nas províncias ao sul, muitos negociantes baianos tinham nessa atividade a sua principal fonte de renda<sup>351</sup>. De fato, entre os anos de 1728 e 1748, por exemplo, segundo correspondência do Vice-Rei dom Luis Pedro Peregrino de Carvalho e Ataíde<sup>352</sup>, cerca de 90.809 escravos tinham sido importados apenas pela Bahia, de acordo com os registros da Alfândega, a maioria do Daomé<sup>353</sup> (uma média de 4.540 escravos por ano). Ao final do mesmo século (1798), este comércio continuaria a impressionar: segundo Vilhena, teriam sido importados 4.903 escravos da “Costa da

---

<sup>346</sup> BOXER, 2000, p. 172.

<sup>347</sup> Ibid., p. 318.

<sup>348</sup> BOXER, 2000, p. 317.

<sup>349</sup> Ibid., p. 317-318.

<sup>350</sup> A Inglaterra já vinha combatendo o tráfico de escravos muito antes disto, aproveitando-se do seu poderio naval para interceptar e apreender os navios negreiros que encontrava em seu caminho. Em 1822, por exemplo, os navios britânicos *H.M.S. Myrmidon* e *H.M.S. Iphigenia* capturam a “sumaca” baiana *Esperança Feliz*, com 187 africanos a bordo, todos posteriormente libertados (VERGER, 1992, p. 22).

<sup>351</sup> “[...] o comércio escravagista da África Ocidental continuou a ser o esteio e o amparo principal da Bahia durante aquele período, como o conde de Sabugosa e o das Galvêas constantemente repetiam em sua correspondência com a Coroa” (BOXER, 2000, p. 319).

<sup>352</sup> Conde de Atouguia, cujo mandato estendeu-se de 1749 a 1754.

<sup>353</sup> ACCIOLI; AMARAL, v. 2, p. 397-429.

Mina” e mais 2.151 de Angola <sup>354</sup> (55% acima da média do período citado anteriormente), representando um total investido de 662:380\$000 (quase o mesmo valor, por exemplo, do total obtido com a exportação de tabaco naquele mesmo ano: 668:863\$750) <sup>355</sup>.

Esta situação econômica, por outro lado, colocava a cidade, vez por outra, à mercê de uma série de ameaças, nem sempre controláveis: crises nos preços internacionais do açúcar <sup>356</sup>; tempestades que atrasavam ou destruíam as naus da frota comercial; ataques corsários que pilhavam estas mesmas naus, muitas vezes desafiando as próprias defesas da Baía de Todos os Santos; as grandes secas e/ou enchentes, que afetavam diretamente a produção da cana-de-açúcar; as epidemias que dizimavam principalmente os escravos - “a fábrica de todos os frutos deste Estado” <sup>357</sup> etc.

Na segunda metade do século XVII, por exemplo, a economia açucareira passou por uma séria crise, com uma enorme desvalorização nos preços praticados na Europa, muito em função da “concorrência da produção açucareira antilhana” <sup>358</sup>: “[...] em 1650 a arroba vendia-se, em Lisboa, a 3.800 réis; em 1659, primeira descida, 3.600 réis; em 1668, 2.400 réis e, portanto, uma baixa de 33% em 9 anos. E 20 anos mais tarde a arroba valerá 1.300 ou 1.400 réis; baixa, desta vez, de 41%”. Esta crise seria superada apenas a partir de 1690, quando novamente surge a tendência ascendente dos preços do açúcar, em meio à “recuperação dos tráficos oceânicos que a economia internacional permitiu” <sup>359</sup>.

Sem a pretensão de esgotarmos o assunto, por demais complexo para ser tratado neste breve histórico econômico da Bahia, listamos a seguir alguns pontos – a falta de moedas no comércio local, o esforço de manutenção da frota comercial portuguesa, as epidemias frequentes, os fenômenos climáticos (secas e enchentes), as revoltas indígenas que afetavam as zonas produtoras do Recôncavo e os ataques corsários às grandes naus e aos engenhos de açúcar baianos - que, de uma forma ou de outra, a nosso ver, afetavam diretamente a economia da cidade – e por conseguinte, o bem-

---

<sup>354</sup> VILHENA, v.1, p. 60-61.

<sup>355</sup> Ibid., p. 61.

<sup>356</sup> BOXER, 2000, p. 49-50.

<sup>357</sup> PMS, 1952, p. 115.

<sup>358</sup> ARRUDA, 1980, p. 110.

<sup>359</sup> Ibid., p. 110.

estar de seus cidadãos. Como uma das principais consequências de todos eles, no entanto, observamos a irregularidade do sistema de abastecimento de alimentos básicos para a cidade, favorecendo uma forte especulação nos preços em geral, tornando “toda espécie de mantimentos [...] excessivamente cara”<sup>360</sup> em Salvador. Apesar de atingir a população como um todo, o descontrole da economia local atingia com maior violência, obviamente, aqueles menos favorecidos, que não podiam contar com os recursos necessários para uma maior proteção contra a fome e a miséria resultantes destas incontroláveis oscilações.

### 3.1.1 A Falta de Moedas

Um dos entraves econômicos que, historicamente, por um maior período de tempo afetou a economia local foi, sem sombra de dúvida, a escassez de moeda circulante (ouro, prata e cobre), levando muitos comerciantes a arredondarem os seus preços ou a condicionarem a venda de determinados artigos em quantidades acima da desejada pelos compradores<sup>361</sup>, com reflexos negativos óbvios para o sustento de grande parte das famílias de Salvador.

Em 1659, por exemplo, não havia na cidade moedas de meio tostão e as que havia eram muito poucas, de modo que, vendendo-se a carne de porco a meio tostão a libra, ficavam os moradores muito lesados nos pesos, já que os açougueiros, recebendo apenas 2 vinténs, diminuían muito a quantidade fornecida a cada comprador [...]” (AZEVEDO, 1969, p. 287).

Isto sem falar, naturalmente, no péssimo costume que tinham alguns comerciantes em fraudar, sempre que possível, seus consumidores:

[...] os próprios negociantes com frequência inquietante adulteravam a mercadoria para aumentar seu lucro e fugir ao controle de preços imposto pela municipalidade. [...] Já Nuno Marques Pereira por acaso ouviu um vendeiro

<sup>360</sup> BULKELEY; CUMMINGS, 1936, p. 40.

<sup>361</sup> AZEVEDO, 1969, p. 287-88.

perguntar a seu escravo quanto fizera aquele dia em dinheiro, que julgou pouco dada a resposta. Descontente, “mais lhe perguntou quanta água deitara no vinho e nas mais bebidas. Disse-lhes o escravo que no vinho deitara duas canadas de água e no vinagre três, e que também caldeara a aguardente do Reino com a da terra. E logo lhe perguntou mais o vendeiro se calcara com os dedos o fundo da medida de folha-de-flandres em que media o azeite (porque fazendo cova pela parte de fora no meio da medida, com o peso do licor se derrama e parece ao que compra que está cheia). E finalmente lhe perguntou se lançara o vinho de alto na medida, para se derramar e parecer que estava cheia. – Tudo fiz, senhor, como Vossa Mercê me tem ensinado -, lhe disse o escravo (COMPÊNDIO..., 1988 apud ARAÚJO, E., 1997, p. 313).

“A moeda, existindo em pequena quantidade” na colônia, portanto, “só se acumulava nas cidades mais importantes e ali mesmo somente nas mãos dos ricos”<sup>362</sup>. Desta forma, “por falta de dinheiro, nem os naturais têm quem lhes compre os seus gêneros, nem com que comprar as fábricas tão custosas e necessárias para eles”<sup>363</sup>.

O Senado da Câmara procurava, através do tabelamento de alguns gêneros – especialmente os de primeira necessidade (farinha de mandioca, carne etc.) -, controlar ou mesmo evitar esta especulação. Porém, de acordo com os próprios documentos oficiais (publicados em diferentes coleções pela Prefeitura Municipal de Salvador: as *Atas da Câmara* e as *Cartas do Senado*, por exemplo (vide a referência bibliográfica ao final do trabalho), este desregramento era quase incontrolável. Na obra de George Abreu<sup>364</sup>, *Curiosidades da Cidade do Salvador no Século XVII*, bem como no 11º volume da *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*<sup>365</sup>, encontramos dois exemplares interessantes de listas - ambas do século XVII - de produtos tabelados: a primeira de 1625 e a segunda de 1670. Através delas ficamos sabendo que as moedas mais usadas nas transações comerciais de pequeno porte – as mais comuns – eram as moedas de 5 réis (“uma moeda”), a de 10 réis e as de 20 réis (“um vintém”), todas elas, por sinal, cunhadas em cobre<sup>366</sup>.

---

<sup>362</sup> VIEIRA, D., 1993, p. 350.

<sup>363</sup> VIEIRA, A., 1949, p. 360.

<sup>364</sup> ABREU, G., [196-?].

<sup>365</sup> REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, 1987.

<sup>366</sup> RUSSO, 1981.

Um dos maiores entraves à entrada e permanência das moedas no Brasil estava então na própria maneira em que eram comercializados os produtos com a frota comercial portuguesa. Em pagamento pelas mercadorias que traziam da Metrópole e das demais colônias, principalmente de Angola e Goa, “os capitães dos navios arrecadavam todo o dinheiro da terra, exigindo o pagamento daquelas em moeda”<sup>367</sup>, especialmente em períodos em que havia muita especulação internacional nos preços dos dois principais produtos brasileiros de exportação, o açúcar e o fumo - como, por exemplo, no último quartel do século XVII<sup>368</sup>. Desta maneira, o comércio local vivia então em um estado constante de falta de moeda circulante, prejudicando bastante as atividades locais e favorecendo não apenas a especulação dos preços em Salvador, mas também a formação de enormes dívidas pessoais. Não é de estranhar-se, portanto, que nas primeiras décadas do século XVII “nas transações dominava a permuta ou empréstimo de gêneros; transações a dinheiro não se conheciam ou eram raríssimas, e como ninguém sabia aproximadamente de suas posses, o endividamento era geral”<sup>369</sup>.

Esta demanda por moedas seria parcialmente atendida após 1694, com a criação de “uma Casa da Moeda colonial [...] na Bahia, em parte como resultado das constantes representações feitas pelo padre Antônio Vieira”<sup>370</sup>. Montou-se, portanto, esta nova Casa da Moeda...

[...] para cunhar ouro e prata, lavrar o metal que ia aparecendo e sobretudo refundir o numerário existente; acudir à falta deste e obviar à evasão para o reino (dinheiro “provincial”, devia correr somente no Brasil). Em 1698 é transferida para o Rio, em 1700 para Pernambuco, em 1702 novamente para o Rio. Evita-se o transporte de moeda pelo mar, devido aos corsários; e ao mesmo tempo atende-se, na capital do sul, ao crescente afluxo de metal precioso. O Rio não deixará mais de ter Casa da Moeda, e a Bahia recuperará a sua a partir de 1714 (CUNHA, 1993, p. 27).

Apesar desta medida, o problema não seria de todo resolvido, uma vez que as moedas coloniais “tinham os mesmos valores nominais das chamadas peças nacionais

---

<sup>367</sup> AZEVEDO, 1969, p. 287.

<sup>368</sup> BOXER, 2000, p. 48.

<sup>369</sup> ABREU, J., 1934, p. 78.

<sup>370</sup> BOXER, 2000, p. 50.

ou metropolitanas, mas continham 10% a menos de ouro ou de prata e por vezes a própria Casa da Moeda falsificava-as, diminuindo-lhes ainda mais o peso<sup>371</sup>. Desta forma, “a coexistência de três diferentes moedas<sup>372</sup>, do mesmo valor nominal e diferentes valores reais, provocava multiplicidade de preços e favorecia especulações”<sup>373</sup>.

### 3.1.2 A manutenção da frota portuguesa

A manutenção da frota comercial portuguesas e o sustento das milícias, em tempos de paz ou de guerra, também foram “fatores sociais de carestia e penúria alimentar”<sup>374</sup> na Bahia; sacrifícios adicionais impostos aos moradores, com reflexos óbvios e diretos no comércio – principalmente no de alimentos -, bem como na própria disponibilidade destes gêneros para os moradores da cidade.

O fornecimento das naus que aportavam isoladamente à cidade, das que arribavam avariadas pelos temporais ou acossadas por piratas, e das frotas que anualmente chegavam e partiam, comboiados por navios armados, [...] era um dos motivos de dificuldade alimentar (AZEVEDO, 1969, p. 285-286).

Afinal, estes navios, além de trazerem consigo uma enorme quantidade de marinheiros a bordo, que deveriam naturalmente abastecer-se com os gêneros disponíveis no mercado de Salvador, ainda tinham que armazenar grande quantidade de mantimentos necessários à viagem de regresso à Portugal (ou em direção às demais colônias portuguesas).

---

<sup>371</sup> VIEIRA, D., 1993, p. 350.

<sup>372</sup> N. A.: A moeda metropolitana, produzida em Portugal, a cunhada nas Casas da Moeda coloniais e as moedas falsas.

<sup>373</sup> VIEIRA, D., 1993, p. 351.

<sup>374</sup> AZEVEDO, 1969, p. 283.

Comboios de naus portuguesas, por sinal, chegavam inesperadamente a Salvador desde muito cedo: em 1558 – menos de dez anos depois de fundada a cidade, portanto – chegavam à Bahia as cinco naus<sup>375</sup> que o rei D. João III havia enviado à Índia:

[...] e na costa da Guiné acharam tantas calmarias que os deteve setenta dias; e tomando parecer sobre o que fariam, assentaram que fossem invernar ao Brasil, porque era muito tarde; e logo se fizeram na volta da baía de Todos-os-Santos, onde chegaram à catorze de agosto, véspera de Nossa Senhora da Assunção. D. Duarte da Costa, que aí estava por governador, foi logo desembarcar o capitão-mor e muitos fidalgos que iam na nau, a quem agasalhou, banqueou e deu pousadas à sua vontade, e o mesmo fez a toda e mais gente da nau, a quem deu mantimentos enquanto ali esteve (RELAÇÃO, 1559 apud BRITO, 1998, p. 171).

Apesar da ordem régia que posteriormente proibiu a parada no Brasil de navios que faziam o comércio com a Índia, ainda assim estas aqui chegavam em momentos de necessidade: em 1596, a nau *São Francisco*, com suas “quatrocentas e sessenta pessoas”<sup>376</sup> a bordo, chegava ao porto de Salvador precisando de reparos:

[...] o dia seguinte e alguns mais se gastaram em deliberar sobre o remédio, que foram dois mastros ou vergas lançados por popa, ao modo com que se governam os barcos de riba do Douro; e acabado este, se gastaram outros tantos dias no acordo da derrota que se tomaria, até final resolução, que foi ir em demanda da Baía de Todos os Santos, no Brasil, ainda que contra um expresso regimento d’El-Rei, porque à necessidade não tem lei (AFONSO, 1596 apud BRITO, 1998, p. 430).

A quantidade de navios que normalmente aportava em Salvador, por sua vez, variava muito, dependendo ainda da época do ano, uma vez que a capital baiana recebia em seu porto as embarcações tanto de Portugal como de outras “partes do Reino”<sup>377</sup>. Em

---

<sup>375</sup> Eram estas a nau-capitânea *Santa Maria da Barca*, comandada por D. Fernando de Meneses – “filho do arcebispo de Lisboa” - , a *Santo Antônio*, a *Assunção*, a *Framenga* e a *Águia* (RELAÇÃO..., 1559 apud BRITO, 1998, p. 169).

<sup>376</sup> AFONSO, 1596 apud BRITO, 1998, p. 432.

<sup>377</sup> PMS, [196-?a], p. 14.



carta<sup>378</sup> de junho de 1710, por exemplo, D. Lourenço de Almada (1710-1711), novo Governador-Geral, recém-chegado de Angola para assumir seu posto no Brasil, descreve a situação difícil em que se encontravam os moradores de Salvador em função da chegada simultânea de 90 naus ao porto da cidade naquela ocasião: “[...] em todos esses navios seguram ir 9 para 10 mil pessoas, entre as de guerra, marítimos e passageiros”, levando o próprio D. Lourenço a perguntar-se “como esta cidade pode sustentar toda esta gente, além do grande povo que a habita”<sup>379</sup>? Nesta ocasião em particular, foram 8 naus de guerra (certamente compondo a escolta de proteção dos navios mercantes), 3 naus da Índia, 54 navios mercantes e mais 25 navios procedentes do Rio de Janeiro, que paravam em Salvador para reabastecer e preparar-se para a grande travessia do Atlântico - que durava, na época, aproximadamente dois meses<sup>380</sup> - , indicando, assim, a enorme importância do seu porto para as navegações portuguesas no Brasil.

Vale ressaltar que naquele mesmo ano (1710), a Bahia estava passando por uma das graves secas<sup>381</sup> que assolaram o século XVIII, dificultando ainda mais a obtenção dos gêneros necessários, e tornando ainda mais caros os poucos que apareciam, com óbvios reflexos negativos para a grande massa da população de Salvador, já normalmente pobre e subnutrida.

Em outra oportunidade (agosto de 1700), por exemplo, o Governador e o Senado da Câmara escreviam à Sua Majestade sobre que “[...] não obriguem os lavradores [...] a que dêem farinhas para apresto das naus da Frota”<sup>382</sup>, uma vez que “a calamidade em que se vê esta terra com a falta de mantimentos que há muitos anos experimenta” resultava na “fome [...] em notável apuração de seus moradores”. Naquele mesmo ano, dentro das “naus de vossa Majestade, como de todas as do comércio assim de Lisboa como do Porto”<sup>383</sup>, seguiam cerca de “trezentos e seis alqueires de farinha”<sup>384</sup>, que, por sua vez, “fazem ao povo uma falta irremediável”. Gregório de Matos, cronista memorável do século XVII, também registrou, em sua obra, estes terríveis abusos: “[...]

<sup>378</sup> AZEVEDO, 1969, p. 285-286.

<sup>379</sup> CORRESPONDÊNCIA..., v. 8, apud AZEVEDO, 1969, p. 286.

<sup>380</sup> AZEVEDO, 1969, p. 286.

<sup>381</sup> SILVA, C., 1920 apud AZEVEDO, 1969, p. 281.

<sup>382</sup> PMS, [196-?a], p. 14.

<sup>383</sup> Ibid., p. 14.

<sup>384</sup> Aproximadamente 13.000 litros (FERREIRA, 1995, p. 91).

os brasileiros são bestas / e estarão a trabalhar / toda a vida por manter / maganos de Portugal”<sup>385</sup>, pois que “a frota tudo abarrota / dentro dos escotilhões, / a carne, o peixe, os feijões”<sup>386</sup>; no entanto, “a fome me tem já mudo, / que é muda a boca esfaimada, / mas se a frota não traz nada, / por que razão leva tudo?”<sup>387</sup>.

Em épocas de escassez de mantimentos da terra, o problema piorava, pois a frota muitas vezes acabava consumindo sozinha a carga de mantimentos que havia trazido para comercializar na cidade. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1735, quando “os gêneros comestíveis que vieram do Reino foram tão poucos que foram precisos para o provimento da frota e ficaram estes moradores padecendo a mesma falta que antes de sua vinda experimentavam”<sup>388</sup>. Da mesma falta também padeciam os moradores quando a frota atrasava, deixando...

[...] os colonos sem vinho, trigo ou sal durante meses. Quando eles finalmente chegavam, percebia-se que continuavam faltando em proporções razoáveis utensílios domésticos, equipamentos de trabalho, anzóis e linha, [...] remédios e tudo o mais de que se precisava no dia-a-dia. O abastecimento precário, portanto, foi companheiro dos colonos durante vários séculos (ALGRANTI, 1997, p.119-120).

Mas os problemas não estavam restritos apenas à chegada das naus: se por algum motivo a frota portuguesa fosse impedida de partir na época prevista – mau tempo, atraso na remessa do açúcar para os armazéns da cidade etc. -, corria-se novamente o risco de “quebrar muitos moradores, por lhes faltar a remessa de seus cabedais”<sup>389</sup>, além dos óbvios reflexos negativos para a Fazenda Real, com a impossibilidade destes mesmos comerciantes pagarem os seus impostos em dia, e com o prolongamento desnecessário do sofrimento da população local, encarregada de prover mantimentos para todos os marinheiros enquanto estes estivessem retidos na Bahia. Foi o que

<sup>385</sup> MATOS, 1990, v. 1, p. 172 apud ARAÚJO, E., p. 34.

<sup>386</sup> MATOS, 1990, v. 1, p. 339 apud ARAÚJO, E., p. 34.

<sup>387</sup> MATOS, 1990, v. 1, p. 339 apud ARAÚJO, E., p. 34.

<sup>388</sup> ACCIOLI; AMARAL, 1925, p. 156.

<sup>389</sup> PMS, 1951, p. 85.

aconteceu, por exemplo, em 1669, quando, “cá invernou, por vir fora do tempo” a frota que vinha “buscar os frutos deste Estado”<sup>390</sup>, causando grandes prejuízos à população.

A partir de 1650, em função dos contantes ataques de navios corsários - principalmente holandeses - às naus comerciais de Portugal, criou-se um sacrifício adicional para a manutenção da frota: resolveu o rei D. João IV “que nenhuma embarcação partisse desse dito Estado senão em frotas”<sup>391</sup>. Estava instituída então, pela Coroa, a prática do comboio, concentrando suas frotas em grandes grupos de navios mercantes, “protegidos por navios de guerra”<sup>392</sup>. Este sistema, porém, “fazia-se muito impopular no Brasil por serem as épocas de chegada e partida muito incertas, raramente coincidindo com a safra”<sup>393</sup>. O resultado disto eram armazéns entupidos e produtos estragados, uma vez que o açúcar podia ficar “muitas vezes dois anos à espera do embarque”<sup>394</sup>. Com a perda na qualidade do açúcar brasileiro, até então insuperável, outros produtores passaram a disputar mercado com o Brasil, em especial os ingleses, com o seu açúcar produzido na Jamaica e em Barbados. A crise deste período (segunda metade do século XVII) foi realmente grande, pois...

[...] em 1669, o conhecido mercantilista Josiah Child, que assinala esse declínio, já pode afirmar que as cem ou cento e vinte mil caixas de açúcar transportados pelas frotas do Brasil se tinham reduzido a trinta mil, com o aumento da produção de Barbados: os mascavos e panelas brasileiros achavam-se, segundo a mesma fonte, eliminados, não só do mercado inglês, como de toda a Europa, ao passo que o branco ia sofrendo tamanha competição que os preços, em muitos casos, tinham baixado de mais de cinquenta por cento (HOLANDA, 1993, p. 343-344).

Ou ainda, nas palavras de Gregório de Matos,

O açúcar já se acabou? ..... Baixou  
E o dinheiro se extinguiu? ..... Subiu  
Logo já convalesceu? ..... Morreu.

<sup>390</sup> Ibid., p. 85.

<sup>391</sup> ACCIOLI; AMARAL, 1925, pt. 2, s. 3.

<sup>392</sup> Ibid., p. 451.

<sup>393</sup> BOXER, 2000, p. 48.

<sup>394</sup> Ibid., p. 49.

À Bahia aconteceu  
 o que a um doente acontece,  
 cai na cama, o mal lhe cresce,  
 Baixou, Subiu, e Morreu.<sup>395</sup>

Para a população de Salvador, além do descontrole na economia provocado pela chegada repentina de uma multidão em seus portos, o maior sacrifício residia então no esforço para prover todos os gêneros de que necessitasse a frota para a sua viagem de regresso a Portugal - incluindo aí as naus de guerra, que faziam parte destes comboios - , num espaço de tempo relativamente reduzido. Obviamente que o que faltava ou escasseava no comércio local, em função do apresto das naus, tinha o seu preço elevado às alturas, prejudicando aqueles menos favorecidos. No passado, enquanto as naus chegavam em pequenos grupos, em intervalos de tempo regulares, o sistema de abastecimento, reparos e demais serviços podia ser executado com menos sacrifício da população. Instituídos os comboios, porém, obviamente que estes criavam uma série de dificuldades que acabariam gerando protestos dos produtores e comerciantes locais.

A corte de Lisboa mostrou-se mais de uma vez inclinada a ceder a essas considerações. Foi detida pelo temor de ver os navios que teriam navegado isolados caírem nas mãos do inimigo; pelo hábito, que impera ainda mais sobre os governos do que sobre os cidadãos; por insinuações de alguns homens poderosos, cuja revolta teria contrariado seus interesses; por uma centena de preconceitos, todos incapazes de sustentar a discussão menos dura (RAYNAL, 1998, p. 89).

Em 1729, o vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes (1720-1735), conde de Sabugosa, observava que “os meses de meados de verão brasileiro, que eram novembro, dezembro e janeiro, mostravam-se melhor estação para a frota fazer seus carregamentos nos portos do Brasil e sair rumo a Portugal”<sup>396</sup>. Infelizmente, porém, os seus conselhos não eram ouvidos pelos comandantes das frotas comerciais. Em outro despacho seu, produzido três anos mais tarde, informa-se que os comandantes dos

---

<sup>395</sup> MATOS, 1968, p. 64.

<sup>396</sup> BOXER, 2000, p. 328.

navios mercantes e “os comandantes dos navios do rei, preferiam não navegar no tempo determinado pela Coroa, mas naquele que parecia mais adequado ao seu comércio particular e à sua conveniência pessoal”<sup>397</sup>, com prejuízos óbvios à Coroa e à população baiana.

O sistema de comboios, porém, “jamais havia funcionado sem tropeços, essa era a verdade”<sup>398</sup>, o que talvez tenha efetivamente salvo a Colônia da falência completa (e os moradores de Salvador de um enorme sofrimento desnecessário), levando posteriormente à sua revogação total pelo Marquês de Pombal em 1765, permitindo então que “os vassallos do mesmo Senhor” navegassem “livremente e passar quaisquer mercadorias daquelas cujo comércio é permitido”<sup>399</sup>.

### 3.1.3 As revoltas indígenas

O problema com os índios rebeldes e seus ataques aos povoados e vilas situados nos arredores da capital, desestabilizando a produção do açúcar e dos gêneros alimentícios – e conseqüentemente a economia de toda a região -, praticamente esgotou-se no século XVII<sup>400</sup>. As tribos arredias, que não haviam sido extintas nas diversas “guerras justas” empreendidas pelos portugueses<sup>401</sup> ou mesmo pacificadas e aldeadas pelos jesuítas, acabaram sendo expulsas do litoral, refugiando-se no interior, ainda bastante inexplorado. Vale lembrar, porém, que nem todos os índios rebelaram-se contra os portugueses. Por muito tempo, tribos inteiras, aldeadas próximas à cidade, eram arregimentadas nos momentos em que Salvador encontrava-se em perigo:

Os índios conservam ainda algumas propriedades do estado da inocência, como terem por escusado o vestido, ainda dentro nas nossas cidades, que os portugueses não estranham por lhes ser coisa tão natural e contínua. [...] Coisa é muito para ver um alarido seu e mostra de sua guerra, de que deu uma alegre vista defronte de nosso Colégio [em 1596] a gente de três aldeias, que por ocasião de inimigos franceses vieram guardar um passo junto à cidade, porque

<sup>397</sup> Ibid., p. 328.

<sup>398</sup> Ibid., p. 329.

<sup>399</sup> CARTA..., 1765 apud ACCIOLI; AMARAL, 1925, p. 451.

<sup>400</sup> BOXER, 2000, p. 38.

<sup>401</sup> CALMON, 1983, p. 24-31.

com tudo fazem pavor e espanto ao inimigo: com as pinturas do corpo; com as plumas de várias cores e finíssimas; com a grita e assaltos, em que são ligeiríssimos e contínuos enquanto dura a batalha (AFONSO, 1596 apud BRITO, 1998, p. 436).

Apesar desta relação amistosa com algumas tribos, haviam outras, hostis, que preocupavam principalmente os colonos, afugentando-os de suas fazendas, engenhos e roças: “costumava o gentio bravo do sertão da Bahia dar repentinos assaltos sobre algumas povoações remotas da cidade, com estrago de vidas e lavouras daqueles moradores”<sup>402</sup>. Pouco depois de fundada a capital, por exemplo, no “inverno de 1555”<sup>403</sup> os colonos viram-se obrigados a reagir contra um levante indígena ocorrido em Itapoan, onde haviam os índios roubado “as vacas de um Garcia d’Ávila, criado de Tomé de Sousa, e todo o mais gado que lá acharam, e [...] flecharam dois ou três vaqueiros”<sup>404</sup>.

Bem mais tarde, em 1671 e novamente em 1678, devido aos ataques indígenas, “o interior das freguesias de Jaguaripe e Maragogipe estava por assim dizer inteiramente despovoado, outro tanto sucedendo à vila de Cairu”<sup>405</sup>, prejudicando milhares de pessoas e desestabilizando a economia da região. Acontece que nestas vilas, além da farinha de mandioca e seus derivados – base da alimentação da população baiana -, produzia-se também grande parte da madeira com que eram feitas as caixas nas quais o açúcar era exportado<sup>406</sup>, o que trazia ainda mais prejuízos à Coroa e aos comerciantes portugueses.

O combate a estas tribos, na prática, apresentou os melhores resultados somente após a intervenção dos paulistas, convocados pelo então Governador-Geral Alexandre de Sousa Freire (1667-1671) em 1670, após violento ataque levado a cabo pelos ameríndios contra a vila de Cairu, na qual morreram o capitão Manuel Barbosa de Mesquita e toda a sua guarnição<sup>407</sup>.

---

<sup>402</sup> PITTA, 1952, p. 289.

<sup>403</sup> CALMON, 1983, p. 24.

<sup>404</sup> Ibid., p. 24.

<sup>405</sup> AZEVEDO, 1969, p. 283.

<sup>406</sup> AZEVEDO, 1969, p. 282-283.

<sup>407</sup> PITTA, 1952, p. 289-290.

Esta desgraça estimulou o ânimo do governador e capitão-geral Alexandre de Sousa Freire para fazer uma rija guerra àqueles inimigos; e não achando na Bahia cabos e soldados práticos na forma de pelejar com os gentios, por se haver perdido esta disciplina pela distância em que já estavam apartados do recôncavo e no interior dos sertões, os mandou vir de S. Paulo, em cuja jurisdição era sempre contínua a guerra dos Paulistas e dos seus gentios domésticos contra os bravos e rebeldes; porém não chegaram no tempo do seu governo, senão do seu sucessor” (PITTA, 1952, p. 291).

Efetivamente, os “Paulistas desempenharam-se brava e rapidamente da sua tremenda missão, destruindo quantos agrupamentos indígenas acharam no vale do Paraguaçu e na zona litorânea, de Cairu a Ilhéus”<sup>408</sup>, trazendo de volta a paz à região.

No início do século seguinte (XVIII), no entanto, as vilas e povoados instalados nas ilhas de Cairu, Boipeba e Tinharé voltam a ser atacadas pelos índios “Gueréns”, exigindo novamente a ação das “campanhas punitivas”<sup>409</sup>, porém em menor escala:

Os *gueréns*, em 1730, voltam a atacar. Desta feita, principalmente na área de Cairu. [...] O Governo Colonial reconhece, assim, a difícil situação e a decadência imposta aos habitantes da região. A população das vilas declina face a aflição provocada pelos conflitos indígenas (OLIVEIRA, M., M., 1998, p. 13).

Os relatos sobre ataques indígenas ao Recôncavo – vilas, povoados e engenhos - escasseiam na medida em que as tribos revoltosas são continuamente perseguidas e expulsas das zonas habitadas pelos colonos. Ainda assim, “em meados do século XVIII continuava, em muitas partes a inquietação; a repetição dos assaltos dos gentios obrigava muita gente”<sup>410</sup>, “ao menos pelas roças, e lavragens, andar com as armas nas mãos, e os que não podiam tanto, deixando de as cultivar, de que se seguiu nestes anos bastante falta de mantimentos, e frutos da terra”<sup>411</sup>. Porém, estes incidentes logo teriam um fim e em breve as principais vilas do recôncavo estavam livres de distúrbios

<sup>408</sup> CALMON, 1952 apud PITTA, 1952, p. 294.

<sup>409</sup> OLIVEIRA, M., M., 1998, p. 13.

<sup>410</sup> AZEVEDO, 1969, p. 79.

<sup>411</sup> JABOATÃO, [193-?] apud AZEVEDO, 1969, p. 79.

desta natureza, podendo retomar a produção do açúcar e dos gêneros – principalmente a farinha de mandioca – tão necessários à população da capital.

### **3.1.4 Ataques de naus corsárias e as invasões holandesas do século XVII**

Como o próprio título sugere, estes foram problemas praticamente restritos aos séculos XVI e XVII – com maior destaque, obviamente, para o século XVII. Logo em meados do século XVI, por exemplo, batiam-se os portugueses contra os invasores franceses:

[...] os Franceses, que não sabem perder passo em adiantarem a glória da sua nação e o interesse do seu comércio, tendo notícia do descobrimento do Novo Mundo e das suas riquezas, enviaram a ambas as Américas muitas naus dispersas, a buscarem aquelas utilidades que fiavam do seu valor e importavam ao seu negócio. Com elas pelejaram nos nossos mares Pedro Lopes de Sousa e Luís de Melo da Silva, quando discorriam por estas costas; duas meteu a pique Cristóvão Jacques na barra do rio Paraguaçu [...]” (PITTA, 1952, p. 119-120).

Ainda no século XVI (1599), Thales de Azevedo informa-nos a respeito de novos ataques à cidade, que sucediam-se nos anos subsequentes, atingindo não apenas Salvador mas também as vilas e povoados do Recôncavo:

[...] desde 1599 a cidade sofria nas mãos de corsários, mantendo a população (e as tropas) sempre alertas. Naquele ano (1599), os holandeses haviam bombardeado a cidade e o Recôncavo por 25 dias; em 1604 foram 40 dias seguidos, causando estragos e prejuízos nos engenhos de açúcar, incendiados pelos invasores (AZEVEDO, 1969, p. 162.).

De todos os povos estrangeiros, portanto, os holandeses foram os mais perigosos, os que mais prejuízos causaram à Bahia, inclusive invadindo Salvador em duas oportunidades ao longo da primeira metade do século XVII – 1624/1625 e 1638 (desta



segunda vez, já sob o comando do Príncipe Jan Mauritz van Nassau, à frente das tropas holandesas).

Com as incursões realizadas na Baía de Todos os Santos, subindo os rios e atacando os engenhos de açúcar no Recôncavo, buscavam os invasores holandeses dois resultados práticos: em primeiro lugar, eles dividiam as atenções das tropas portuguesas, mantendo-as presas na Bahia ao invés de deslocar-se para Pernambuco, onde os holandeses mantinham o seu domínio<sup>412</sup>; além disto, podiam eles, desta forma, atingir os portugueses da maneira mais eficiente possível (com exceção das invasões propriamente ditas, obviamente): desorganizando sua economia, prejudicando a produção do açúcar, base da riqueza local – e com isto dificultando o apresto de tropas inimigas.

Isto não evitava, ainda, que os próprios ataques acabassem também rendendo lucros inesperados para os invasores, como o ocorrido pouco após a expulsão dos holandeses pelas tropas de D. Fradique de Toledo em 1625:

Não logrou o Brasil muito tempo o sossego que esperava das vitórias que a Bahia tinha alcançado contra o poder da Holanda, porque as naus da Companhia, em diversas esquadras, repetidas vezes infestaram os nossos mares. Uma das treze naus, com o seu general Peter Petrid, entrou pela enseada da Bahia até Itapagipe, mais de légua distante da cidade; e posto que com evidentíssimo perigo pela vizinhança dela, favorecido da fortuna, fez presa em dezesseis navios que estavam à carga, e tinham já dentro três mil caixas de açúcar. Saindo a comboiá-los pela costa, fez algumas presas em outras embarcações nossas, e tornou com maior desvanecimento, não dando por cabal a sua empresa sem penetrar o recôncavo pelos seus rios, até onde puderam chegar as suas naus, seguindo a sete navios que por eles pretenderam escapar-lhe, dos quais tomou três, e fez dar à costa aos quatro; e demorando-se alguns dias, como senhor da enseada, saiu da barra triunfando (PITTA, 1952, p.179-180).

---

<sup>412</sup> Segundo Sebastião da Rocha Pitta (PITTA, 1952), o comandante holandês Sigismundo van der Schkoppe tinha este objetivo em mente quando invadiu a ilha de Itaparica com seus “quatro mil homens de guerra” em 1646, “donde ameaçando sempre a cidade, colhendo as embarcações que lhe viessem, e entrando pelos rios do seu recôncavo a roubar e destruir os engenhos, nos poderia fazer tanto estrago, que necessitássemos de toda a nossa gente para a defesa da Bahia e a não pudéssemos divertir nos socorros de Pernambuco” (PITTA, 1952, p. 239).

Em 1640, novamente os holandeses atacaram a Bahia, com “prejuízo notável dos vassallos pela perda do negócio”<sup>413</sup>:

E tendo Sigismundo [van der Schkoppe, comandante holandês] notícia de que a nossa armada voltava para Lisboa com os navios de carga da Bahia, entrou pela sua enseada com muitas velas, e penetrando com embarcações menores os rios do recôncavo, roubou e destruiu trinta engenhos, saindo sem dano ou contraste algum pela barra, rico de despojos [...]” (PITTA, 1952, p. 250).

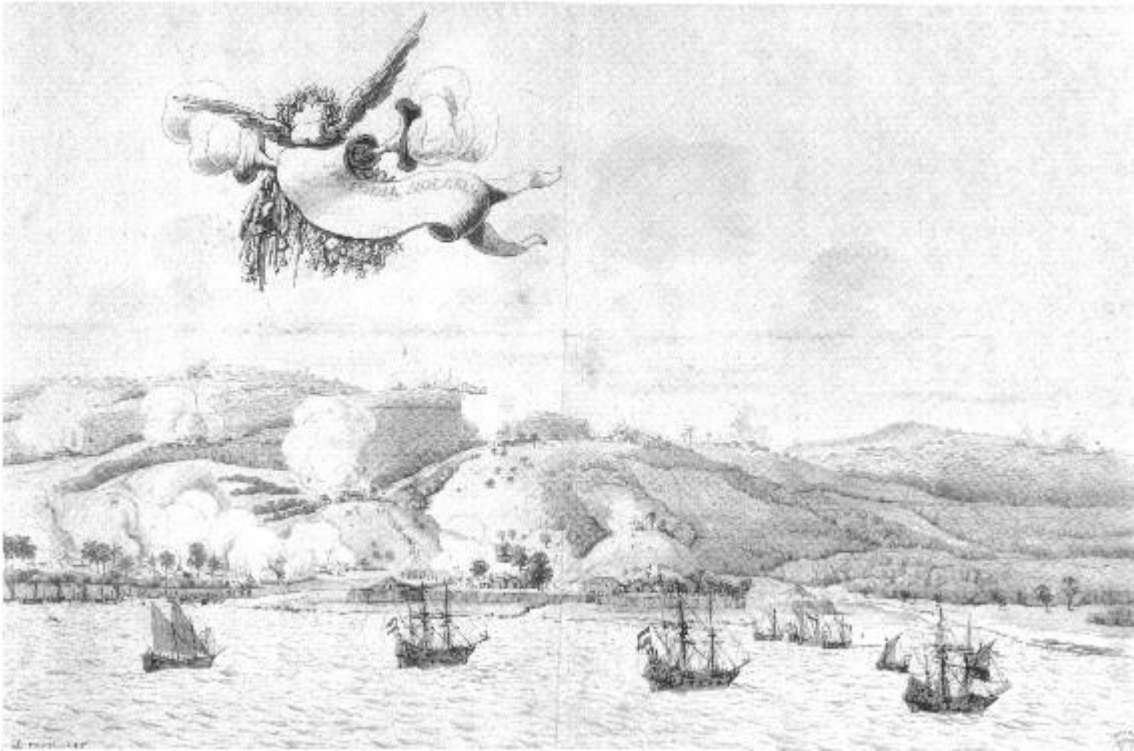
Além de atacar os engenhos, destruindo tudo em seu caminho, os invasores holandeses do século XVII procuravam também interromper o tráfego de embarcações que procuravam entrar ou sair da baía, ocupando posições estratégicas – como, por exemplo, a ilha de Itaparica, em 1646 – em sua barra. Com isto, além de prejudicar o comércio do açúcar – novamente atingindo a economia da Bahia e de Portugal - , também dificultavam o transporte dos gêneros necessários à alimentação da população de Salvador – principalmente da farinha de mandioca, que então vinha em sua maior parte de plantações do Recôncavo e de outras terras mais ao sul (Cairu, Boipeba, Camamu etc.)<sup>414</sup>.

Banhada a ilha, levantou Sigismundo [em 1646] um forte na ponta chamada das Baleias, [...] com que ficavam os Holandeses defendidos, [...] sendo rara a embarcação que, entrando pela barra ou saindo do recôncavo para a cidade, lhes escapava. E além de prover o seu exército de víveres à custa dos navegantes, passava a sua ambição a maior insolência, porque penetrando os rios do recôncavo, saqueava as casas dos moradores, em que colhia despojos ricos, roubava as fazendas e engenhos, donde levava gêneros importantes, deixando mortos ou fugitivos os seus possuidores (PITTA, 1952, p. 240-241).

---

<sup>413</sup> PITTA, 1952, p. 250.

<sup>414</sup> AZEVEDO, 1969, p. 284.



**Figura 9:** Frans Post. **Incêndio dos engenhos, na Prefeitura de Todos os Santos.** In: FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1981, s.p.

Em momentos assim, sofriam os moradores de Salvador com o alto custo de manutenção das milícias<sup>415</sup>, com a preparação das naus de guerra e com os preparativos para a defesa da cidade. A forma de recrutar os jovens para as tropas também era motivo de prejuízos na economia: sempre que havia um recrutamento forçado de rapazes em regiões de lavoura, por exemplo, era comum os homens embrenharem-se nos matos, abandonando suas plantações e contribuindo ainda mais para a escassez de alguns dos gêneros cultivados<sup>416</sup>. Desta forma, em momentos de crises militares, viviam...

[...] faltos os nossos até do precioso alimento para sustentar as vidas (porque os lavradores, com a vizinhança do perigo deixavam a cultura dos campos), chegava a excessivo preço algum gênero comestível que se descobria, sendo

<sup>415</sup> “Estas tropas, por sua vez, geravam uma demanda extra por mantimentos, incluindo aí as obrigatoriamente armazenadas com antecedência e em boa quantidade como forma de precaução” (AZEVEDO, 1969, p. 287-88).

<sup>416</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 247.

ainda mais caro em aparecer que em se reputar. [...] Por esta causa experimentava uma geral necessidade toda a nossa gente [...] (PITTA, 1952, p. 195).

### 3.1.5 A descoberta e exploração do ouro “das Minas”

Com o descobrimento das minas pelos paulistas, nos fins do Seiscentos, subverte-se o caráter agrícola da empresa sul-americana, desviam-se, bruscamente, as energias coloniais para desertas e imensas regiões. Perturba-se e agrava-se, então, o problema da mão-de-obra negra, cujo preço, como o de todas as demais utilidades, sofre a alta provocada pelas novas fontes de consumo. [...] Era a falta de escravos a principal causa do dano de que padecia a Bahia, queixava-se D. Luís César de Meneses em 1706, “por se irem para elas (as minas) a maior parte dos escravos, em razão do maior interesse das ditas minas.” [...] E ainda em [...] 1738, [...] de Venceslau Pereira da Silva - “a carestia e falta de escravos deteriora muito os moradores (da Bahia)” (GOULART, 1993, p.187).

A mesma impressão teve Sebastião da Rocha Pitta sobre os primeiros anos do século XVIII, apontando os efeitos nefastos da falta de mão-de-obra nas lavouras da Bahia:

O ouro das Minas do Sul foi a pedra-ímã da gente do Brasil, e com tão veemente atração, que muita parte dos moradores das suas capitâneas (principalmente da província da Bahia) correram a buscá-lo, levando os escravos que ocupavam em lavouras, [...]. Da sua ausência se foi logo experimentando a falta na carestia dos víveres e mantimentos, por haverem ficado desertas as fazendas que os produziam, [...]” (PITTA, 1952, p. 390).

Desta forma, os preços excessivamente altos...

[...] pagos tanto pelos gêneros de necessidade como pelos artigos de luxo, nos regurgitantes campos auríferos e nas vilas, significavam que mercadorias, escravos, mantimentos, tendiam a gravitar para ali [...]. Tal coisa resultava em escassez dessas mercadorias em seus mercados normais, com a conseqüente

elevação de preços, que todos os esforços da legislação não conseguiam controlar (BOXER, 2000, p. 76).

Por volta de 1703, por exemplo,

[...] estes preços tão altos, e tão correntes nas Minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as coisas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e ficarem desfornechos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias; e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase tudo, aonde vendidos não de dar maior lucro (ANTONIL, 1923 apud BOXER, 2000, Apêndices.).

Em meio à crise gerada pela perda gradativa do poder aquisitivo dos baianos e a falta contínua de produtos e mantimentos, novamente Sebastião da Rocha Pitta (1724) surpreende com uma triste constatação:

É muito para ponderar, que tendo chegado a nossa América a tanta opulência, havendo crescido o número dos engenhos, a cultura das canas, a fábrica dos tabacos, a abundância dos couros, a cópia das lavouras e manufaturas, as produções de tantos gêneros ricos, e finalmente as copiosas enchentes de ouro tão subido, se achem algumas casas (em outro tempo muito ricas) hoje pouco poderosas ou quase exaustas, porque crescendo com a multidão dos moradores o preço dos víveres e o valor dos gêneros de que dependem todas as suas fábricas, o luxo e prodigalidade com que gastam as suas riquezas, sendo mais fáceis em despendê-las que em adquirí-las, os acidentes do tempo, que sempre correm após a roda da fortuna, são causas pelas quais se acham muitos com moderados bens, poucos com cabedais excessivos; uns não se devem ter por pobres, outros não se podem chamar opulentos, porque neste quase equilíbrio de substância se vai hoje pondo o corpo racional desta região, cujos membros tiveram em outro tempo forças mais proporcionadas à sua grandeza (PITTA, 1952, p.107).

Os preços de alguns gêneros sofriam um aumento gradativo, muito em função de uma crise na oferta destes produtos nos mercados da Bahia. A carne do boi, por exemplo, foi um dos produtos que teve uma alta expressiva: “em fins do século XVIII uma rês para o açougue valia na cidade do Salvador 4 a 5\$000, e os bois mansos para

o trabalho 7 para 8\$000, enquanto no sertão custavam apenas 2\$500 a 3\$000”<sup>417</sup>. No início do mesmo século (por volta de 1703), uma rês valia quase 290 gramas de ouro<sup>418</sup> na região das minas. Com a valorização decorrente da grande procura nas regiões das minas de ouro, os produtores conseguiam vender o gado na porteira do curral pelo mesmo preço cobrado em Salvador, diminuindo muito, pois, o gado ofertado para o mercado local<sup>419</sup>.

Aliás, o consumo de carne bovina na cidade nunca fora excepcional<sup>420</sup>, apesar dos grandes rebanhos existentes no sertão. Na verdade, “na época colonial, [...] essa carne de boi [...] não se destinava a toda a população. A maioria desta, [...] só de raro em raro poderia adquirí-la”<sup>421</sup>, pois...

[...] os pobres, que não têm com que comprar a carne cara, passam sem ela, ou a vão comprar de tarde, quando *quebra*, que assim chamam ao abaixar o preço; o que se faz quando está já meio corrupta, e só boa para dar a cães, ou lançar no mar (VILHENA, 1969, v. 1, p. 129).

A escassez de escravos na Bahia, mão-de-obra fundamental da indústria açucareira, iria manter-se por um bom tempo ainda, em função da maior vantagem obtida pelos

---

<sup>417</sup> AZEVEDO, 1969, p. 327.

<sup>418</sup> BOXER, 2000, Apêndices.

<sup>419</sup> AZEVEDO, 1969, p. 327.

<sup>420</sup> Aliás, isto poderia explicar, talvez, o consumo per capita regular ao longo de boa parte do período colonial, ajudando também a estabilizar os preços (AZEVEDO, 1969, p. 331-332). Em 1653, por exemplo, para uma população total aproximada de 10 mil habitantes, “em grande parte negros que se contentavam com fressuras e outros miúdos” (AZEVEDO, 1969, p. 330), eram abatidas apenas cerca de 40 cabeças por dia, duas vezes na semana (sábado, e terça ou quarta-feira), representando, pois, apenas cerca de 80 bois por semana (AZEVEDO, 1969, p. 330). Em contraste, para atender aos cerca de 41 mil habitantes existentes por volta do ano de 1800 (VILHENA, 1969, v. 2, p. 460), eram abatidas uma média de 330 bois por semana (ou 17.213 reses no ano) (AZEVEDO, 1969, p. 330-331). Ou seja, a relação de 1 boi para 125 habitantes em 1653 e a de 1 boi para 124 pessoas em 1800 parecem confirmar esta hipótese, sem esquecer, porém, de que estes números, de acordo com o próprio Thales de Azevedo, são baseados em estimativas demográficas aproximadas. Curiosamente, Gilberto Freyre apresenta números semelhantes para a cidade do Rio de Janeiro em 1785, a indicar uma certa homogeneidade nos hábitos alimentares em diferentes partes do Brasil: “O corte de carne de vaca tendo atingido no Rio de Janeiro, em 1785, quando a população era de cerca de 50.000 bocas, a 21.871 cabeças por ano, [...], estabilizou-se no tempo do Império, com a maior densidade de população, numa média ainda mais baixa” (FREYRE, 1968, v. 1, p. 166). Ou seja, segundo Freyre, a proporção de animais abatidos no Rio de Janeiro ficaria próxima de 1 boi para cada 119 habitantes (por semana), muito semelhante à média de Salvador, segundo os dados acima. Obviamente que esta teoria baseia-se em números incertos e aproximados. Um estudo mais aprofundado certamente poderia trazer mais confiança à hipótese levantada nesta parte específica do nosso trabalho.

<sup>421</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 67.

“exportadores de escravos de Angola”, que preferiam “embarcar seus escravos para o Rio de Janeiro, onde podiam alcançar preços mais altos, a fim de serem reexportados para as minas”<sup>422</sup>. Isto obviamente aumentava consideravelmente o preço do escravo no mercado baiano, além de encarecer a reposição das levas de escravos mortos nas diversas epidemias de varíola e febre amarela que atingiam o Brasil no período<sup>423</sup>. Portanto, no início do século XVIII,

[...] comprando as pessoas que vão para as Minas do Sul, e outras que delas vêm a este fim, por excessivos preços escravos do gentio de Guiné, que se conduzem da Costa de África, e carecendo de muitos as fábricas das canas e dos engenhos, se foi diminuindo a cultura do açúcar, de forma que alguns dos senhores destas propriedades, não tendo negros com que as beneficiar, nem posses para os comprar pelo grande valor em que estão, as deixaram precisamente, e só as conservam alguns poderosos que se acham com maiores cabedais (PITTA, 1952, p. 390-391).

E mesmo aqueles que assim o fazem,

[...] por dar satisfação ou contemporizar com os seus credores, experimentando nelas mais trabalho que utilidade, pois para sustentar-se e pagarem umas dívidas, vão contraindo outras, sem esperança de se verem jamais desempenhados, resultando da sua impossibilidade ser menos o número das tarefas da canas que se cultivam nas fazendas, e muito inferior o dos pães de açúcar que se obram nos engenhos, sendo esta a maior manufatura e interesse do Brasil, com a qual chegara a tão grande nome e opulência todo o Estado (PITTA, 1952, p. 391).

Mas não apenas as mercadorias e os escravos eram desviados para o interior em função das minas de ouro:

Na Bahia, os imigrantes vindos de Portugal, que normalmente ocupavam os postos de capatazes, guarda-livros e criadores de gado, estava partindo em massa para as minas. Os recém-chegados que eram admitidos, dificilmente

---

<sup>422</sup> BOXER, 2000, p. 77.

<sup>423</sup> AZEVEDO, 1969, p. 208.

trabalhavam mais do que o tempo necessário para ganhar o relativo ao valor de um cavalo ou de outros meios que lhes permitissem partir para os campos auríferos (BOXER, 2000, p. 77).

Esta situação difícil criada para os comerciantes locais viria a gerar protestos formais das autoridades. Em 14 de junho de 1710, por exemplo, em função da crise econômica da província, escrevia o Senado da Câmara uma carta “à Sua Majestade sobre o que se proibissem as Minas de Ouro”<sup>424</sup> no Brasil, medida esta, àquela altura, de aplicação obviamente impossível:

Senhor = são tantos os clamores deste povo sobre o excessivo preço com que se vendem os escravos em razão das Minas do Ouro, que pelo prejuízo da Coroa e zelo da república entendemos ser necessário dar conta dele à Vossa Majestade, porque os frutos que se cultivam com o serviço dos ditos escravos não somente enriquecem os vassallos, senão também as Monarquias, [...] a que se deve acudir com o remédio pronto, proibindo as ditas Minas de Ouro, por evitar o maior prejuízo da esterilidade dos frutos [...] (PMS, [196-?a], p. 135).

A enorme riqueza produzida no Brasil ao longo de sua “Idade do Ouro”, porém,

[...] não serviu para dar origem a uma classe média próspera, ou para melhorar perceptivelmente a sorte da classe pobre. Não foi usada para efetuar qualquer grande melhoramento na agricultura ou na indústria, nem gerou um melhoramento duradouro na qualidade da administração civil ou dos serviços militares, na mãe-pátria ou ultramar (BOXER, 2000, p. 331).

Ela efetuou, no entanto, grandes mudanças em outras áreas, como por exemplo na administração da Colônia. As mudanças provocadas pela enorme transposição de pessoas e investimentos para a região das minas e dos diamantes, com uma certa negligência por parte das autoridades com relação às atividades agrícolas no período, acabaram gerando também uma “crescente transposição de importância política e econômica de Pernambuco e Bahia para Minas Gerais e Rio de Janeiro”<sup>425</sup>, que

---

<sup>424</sup> PMS, [196-?a], p. 135.

<sup>425</sup> BOXER, 2000, p. 331.



culminaria finalmente com a transferência da capital da colônia para esta última cidade, em 1763. Perdia a Bahia, portanto, além do seu poder econômico, também grande parte do seu prestígio político.

### 3.1.6 As variações climáticas

Embora o clima já ninguém o considere o senhor-deus-todo-poderoso de antigamente, é impossível negar-se a influência que exerce na formação e no desenvolvimento das sociedades, senão direta, pelos efeitos imediatos sobre o homem, indireta pela sua relação com a produtividade da terra, com as fontes de nutrição e com os recursos de exploração econômica acessíveis ao povoador (FREYRE, 1958, p. 18).

De acordo com Colombo Souza, em estudo publicado no *Boletim Geográfico* de número 14, de 1944<sup>426</sup>, as piores secas registradas no Brasil entre os séculos XVII e XIX ocorreram nos anos de 1614, 1692, 1711, 1721, 1723-27, 1736-38, 1744-46, 1754, 1760, 1776-78, 1790-93, 1803-04, 1809-10, 1816-17, 1824-25, 1844-45, 1877-79, 1888, 1891 e 1898. Clodomiro Pereira da Silva<sup>427</sup>, em um estudo à parte, inclui ainda os anos de 1710, 1784, 1808, 1827, 1830, 1833, 1837 e 1889 neste cômputo. A grosso modo, portanto, se juntarmos os períodos relacionados nestas duas listagens, teremos o seguinte resultado:

- a) O século XVII teria sido, de acordo com os dois estudos, o menos atingido, com apenas 2 períodos de grandes secas ao longo dos seus 100 anos.
- b) O século XIX viria em segundo lugar, com quase 22 anos de grandes secas no período.

---

<sup>426</sup> SOUZA, C., 1944 apud AZEVEDO, 1969, p. 281.

<sup>427</sup> SILVA, C., 1920 apud AZEVEDO, 1969, p. 281.

- c) Finalmente, seria o século XVIII o mais atingido pela seca, passando por um período total acumulado de 24 anos com poucas chuvas, prejudicando as lavouras e dificultando a vida nos principais núcleos urbanos.

Obviamente que por falta de dados científicos confiáveis, ou mesmo que contabilizem estas secas em números aferidos por processos cientificamente reconhecidos, torna-se quase impossível comparar estes períodos entre si, descobrindo quais foram os mais severos e quais os de menor intensidade. Da mesma forma, torna-se complicada uma análise profunda deste fenômeno pelo simples fato de que as secas quase nunca afetam o Brasil inteiro da mesma forma. Aliás, muito pelo contrário: até mesmo o rei em Portugal reconhecia a irregularidade do clima na sua colônia: em outubro de 1721, em resposta a uma carta do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes (1720-1735), o rei D. João V mostra-se apreensivo com a situação da colônia, onde...

[...] havia dois meses que principiaram as chuvas e suposto que não têm sido as que bastam para se restituirem as fontes ao estado em que se achavam antes de seca, [...] se experimentará uma grande disformidade na América Portuguesa, porque no mesmo tempo que a seca continuava de 13 graus para o norte, era tanta a chuva desta latitude para o sul que para aquela parte fez grande dano o excesso de águas; e para a outra considerável prejuízo a falta dela (CARTA, 1721 apud ACCIOLI; AMARAL, 1925, pt. 3, s. 3).

Portanto, até mesmo “Sua Majestade” compreendia que devia-se esperar a “falta de frutos e especialmente a farinha da terra, porque nas capitanias do sul e norte está valendo a oito, dez e doze patacas [2.560 réis, 3200 réis e 3.840 réis<sup>428</sup>] o alqueire, mas não excede a três [960 réis] em toda a jurisdição da Bahia”<sup>429</sup>, pela antecipada cautela e prevenção que havia tido o referido conde.

Através dos registros históricos, ficamos sabendo que as secas podiam (às vezes) ser moderadas, atingindo as principais lavouras - açúcar e fumo -, mas poupando as plantações de mandioca e demais gêneros alimentícios, aliviando parcialmente o sofrimento da população. Porém, haviam épocas em que as secas extraordinárias, tais

<sup>428</sup> RUSSO, A., 1981.

<sup>429</sup> CARTA, 1721 apud ACCIOLI; AMARAL, 1925, pt. 3, s. 3.

como a de 1723, “uma geral e rigorosa seca”<sup>430</sup> que durou 3 anos seguidos, estendendo-se a quase todas as capitanias ao norte da Bahia<sup>431</sup>, provocavam graves crises econômicas e de abastecimento. Nestes períodos, as estiagens...

[...] afligiam de tal modo a população que se promoviam, por ocasião das mesmas, procissões para pedir chuvas, em que tomavam parte o governador, o bispo com seu pálio, o cabido, os vereadores, magistrados, oficiais de justiça e da Fazenda, os milicianos, clero [...] (AZEVEDO, 1969, p. 280-281),

... como se tal demonstração de louvor e prestígio pudesse sensibilizar os céus.

Mais tarde, em 1735, o mesmo conde de Sabugosa endereçava uma carta a “Diogo de Mendonça Côrte Real”, informando que “há dois anos que se experimenta nesta capitania e em todo o Estado uma total falta de água, por cuja causa se destruirão as plantas e não produzirão as safras”<sup>432</sup>, causando com isto “grande falta de carne e farinha”. Na mesma correspondência, previa ele para o ano seguinte uma condição ainda pior, uma vez que “aos senhores de engenho foi preciso valerem-se das canas para o sustento das fábricas, por estarem extintos os pastos”<sup>433</sup>.

Havia momentos, porém, em que as dificuldades acumulavam-se, para desespero da população e das autoridades. As secas, por vezes, eram acompanhadas por outras crises, tais como as epidemias frequentes de varíola (“bexiga”), o que obviamente afetava enormemente a cidade. Em 1681, tal era a situação de Salvador, de acordo com o Senado da Câmara:

[...] e porque os tempos cada vez vão sendo mais miseráveis, além da grande perda que houve com as bexigas nas escravarias, que é a fábrica de todos os frutos deste Estado, pela inclemência dos tempos na safra passada, houve pouco açúcar, e nesta menos [...] e houve muita mortandade de gado, com que apenas podia contar os moradores achar dinheiro para comprar farinha a quatro patacas o alqueire, e tudo quanto tiveram de frutos foi pouco para o sustento de suas casas e famílias e escravarias (PMS, 1952, p. 115).

<sup>430</sup> PITTA, 1952, p. 473.

<sup>431</sup> ANDRADE, L., 1948 apud AZEVEDO, 1969, p. 281.

<sup>432</sup> CARTA..., 1735 apud ACCIOLI; AMARAL, 1925, p. 378.

<sup>433</sup> Ibid., p. 378.

Aliás, durante boa parte da década de 80 - do século XVII -, a população da Bahia encontrava-se sob sérias dificuldades. Além da epidemia de varíola que surgiu em Salvador por volta de 1680, as perdas...

[...] continuaram nos anos seguintes [...] levando a maior parte da escravaria, que pereceu deste mal, e com a fome que teve princípio em maio de seiscentos e oitenta e dois e durou dois anos completos, até a chegada do Marquês [das Minas], e três anos de seca que nunca se experimentou e esterilizaram tudo (PMS, 1953, p. 07),

... fatos estes que “acabaram de todo de empobrecer os moradores desta Cidade e seu Recôncavo”<sup>434</sup>.

Numa situação diferente, quando as chuvas ocorriam de forma regular, obviamente que isto favorecia enormemente as lavouras e as plantações domésticas. Em 1738, por exemplo, as frutas “foram em tão prodigiosa quantidade, que se não lembra ninguém da abundância semelhante, todas saborosas e de boa qualidade”<sup>435</sup>. Esta fartura, porém, também podia ter o seu lado negativo, uma vez que levavam, por vezes, os pequenos agricultores a abandonarem suas roças e pequenas plantações, por falta de preços justos para os seus produtos. Isto aconteceu, por exemplo, em 1727 e 1728, quando “o excesso de chuvas e as cheias prejudicaram as safras de açúcar e tabaco, mas ensejaram tais colheitas de farinha” e demais produtos da terra, que “estes não tinham preço”<sup>436</sup>.

No extremo oposto do problema – nos períodos em que as chuvas eram por demais intensas, acima do normal – eram afetadas não apenas as lavouras do Recôncavo, mas também a segurança da população que morava nas áreas de encosta – e logo abaixo dela. Em abril de 1671, por exemplo, as “invernadas” foram tantas que “levaram do monte [...] quantidade de terra com que se arruinou meia Praia desta Cidade, arrasando muitas casas de custo”<sup>437</sup>, além de matar “mais de trinta pessoas, que pereceram sem confissão, que como foi de noite se lhe não pôde acudir”. Mesmo com os exemplos

<sup>434</sup> PMS, 1953, p. 07.

<sup>435</sup> CORRESPONDÊNCIAS..., 1738 apud AZEVEDO, 1969, p. 268.

<sup>436</sup> AZEVEDO, 1969, p. 279.

<sup>437</sup> PMS, 1951, p. 91-92.

trágicos de antigos desabamentos, no entanto, a população continuava a se arriscar desnecessariamente. Desta forma, acidentes desta natureza ainda aconteciam com certa regularidade, “em diversas paragens da montanha, de forma que os baianos não receiam menos os estragos do inverno do que os napolitanos as erupções do Vesúvio”<sup>438</sup>.

Em função, portanto, das variações climáticas abruptas, que ocorriam periodicamente em Salvador, trazendo prejuízos na lavoura – com a quebra das safras - e prejuízos materiais na cidade – com o desabamento das encostas -, novamente os moradores viam-se em sérios apuros, principalmente em decorrência das dificuldades adicionais impostas ao sistema de abastecimento de gêneros alimentícios para a cidade, que sofria diretamente os efeitos destas secas e enchentes eventuais.

### 3.1.7 As Epidemias

Uma das principais causas de mortes em Salvador durante o período colonial, como aponta Thales de Azevedo, foi a fome, que havia dizimado “milhares de índios aldeados e devem ter ocasionado mortes mesmo entre a população da cidade”<sup>439</sup>. Porém, a fome também contribua para as mortes indiretamente, minando as resistências dos corpos, favorecendo o ataque por diferentes doenças, das mais simples às mais contagiosas, que também produziam milhares de mortes durante as crises epidêmicas.

As doenças que mais afetaram a cidade de Salvador ao longo dos séculos, pelo seu potencial contagioso e mortífero, foram a varíola (“bexiga”), o sarampo e a febre amarela (“bicha”). Além de paralisar muitos setores da cidade, as epidemias também traziam grandes prejuízos aos moradores e fazendeiros do Recôncavo, causa de “suas ruínas e falta de cabedais”<sup>440</sup>. Invariavelmente elas dizimavam então, com maior frequência, as populações indígenas e africanas (“[...] mais de dois mil escravos [...]”<sup>441</sup>

---

<sup>438</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 65.

<sup>439</sup> AZEVEDO, 1969, p. 207.

<sup>440</sup> PMS, 1951, p. 91-92.

<sup>441</sup> PMS, 1952, p. 93-94.

em 1681), mão-de-obra essencial à economia açucareira; a “[...] fábrica de todos os frutos deste Estado [...]”<sup>442</sup>.

Nestes períodos, os esforços despendidos pelas autoridades em benefício das vítimas eram estendidos aos marinheiros da frota comercial, cuja perda acarretaria em prejuízos – e sacrifícios - ainda maiores. Em julho de 1686 o Senado da Câmara enviava uma carta à Portugal elogiando os trabalhos do então Governador-Geral Antônio Luís de Sousa (1684 a 1687) – Marquês das Minas – em meio a uma epidemia de febre amarela (“bicha”) em Salvador:

[...] porque os enfermos não cabiam no Hospital, fez enfermaria em sua casa, e dela se assistiu com todo o provimento aos presos, e com grande exemplo fizeram o mesmo algumas pessoas, com o que repararam muitas vidas, principalmente dos homens da frota, que certamente haviam de morrer no desamparo, coisa que deu grande cuidado ao dito Marquês, receando-se [que] invernasse a dita Frota por falta de marinheiros, e assim tratou com grande cuidado de suas vidas (PMS, 1953, p. 19).

Vale lembrar que por um longo tempo a assistência hospitalar...

[...] esteve representada no Brasil pelas enfermarias instaladas nos Colégios dos Jesuítas, pelas Santas Casas de Misericórdia, pelos *lazaretos* [...], *isolamentos* para os atacados de moléstias contagiosas, e hospitais militares mantidos pelo governo para os enfermos da tropa. [...] Nessa época, a hospitalização não visou melhoria de condições técnicas, [...] mas tão somente [...] se acolherem os deserdados da sorte, aqueles que, não possuindo meios, não se achavam em condições de realizar o tratamento em casa. [...] Pessoas de posse não procuravam os hospitais, onde havia, regra geral, penúria e falta de asseio (SANTOS FILHO, 1993, p. 152-153).

Os remédios, por sua vez,

[...] eram raros e chegavam [do Reino] muitas vezes já deteriorados. Morria-se em razão da falta de socorro e de medicamentos, além da pouca habilidade dos

---

<sup>442</sup> Ibid., p. 115.

“práticos”. [...] Remédios e mezinhas caseiras eram administrados pelas mulheres da casa, apoiadas nos conhecimentos de uma mucama mais experiente, ou pelos curandeiros, que sofreram nas malhas da Inquisição [...]. Algumas receitas caseiras de purgantes chegaram até nós, representantes da crença da época de que para se ver livre das doenças era necessário tomar purgativos a fim de limpar o sangue (ALGRANTI, 1997, p. 127).

Interessante acompanhar também a troca de correspondências entre o Senado da Câmara e a Coroa portuguesa, retratando as condições da população durante estes surtos epidêmicos. Em tons dramáticos, solicitava-se geralmente a dispensa ou suspensão temporária dos variados impostos e donativos cobrados da população, como forma de atenuar o sofrimento dos colonos. É o que podemos encontrar, por exemplo, em julho de 1681, no...

Registro de uma carta escrita à Sua Alteza sobre conceder que se não cobre destes moradores em três anos das quantias de cinquenta mil réis para cima [...] pelos muitos empenhos com que se acha tanto pela inconveniência dos tempos como pela imensidão do dano que causou o pestilento contágio das bexigas, que este presente ano experimentou esta Cidade [...] (PMS, 1952, p. 103).

Ou ainda, em documento de julho de 1686, no “Registro de uma Carta escrita à Sua Majestade sobre a cobrança do donativo do Dote da Sereníssima Rainha [...] da Grã-Bretanha e a Paz com Holanda”<sup>443</sup>, na qual...

[...] recorreu este Senado à Vossa Majestade, representando o Estado desta terra e a falta de cabedais com que se achavam os moradores, para serem novamente fintados sobre a finta anual que estão pagando; [...] este Senado se valeu por não carregar tão demasiadamente este Povo pelas razões referidas (PMS, 1953, p. 19).

Naquele mesmo ano de 1686, quando acudia o povo o Marquês das Minas em consequência da febre amarela, o Senado da Câmara lembrava à Sua Majestade “o

---

<sup>443</sup> PMS, 1953, p. 19.

lastimoso estado em que esta Cidade fica com a ocasião da Peste que padecemos”<sup>444</sup>, observando que “chegarão aos Reais ouvidos [...] não só por estes, mas também pelos clamores de muitos que aí na Corte choram seus maridos, filhos e parentes, [...] que [...] deste mal pereceram”.

Pouco antes, em 1681, por duas vezes - 25 de abril e 01 de julho - informava a Câmara<sup>445</sup> sobre “o irremediável dano que de presente padecem” os moradores em função da “bexiga” (varíola). Realmente, porém, o quadro de penúria retratado nestas correspondências, às vezes beirava o exagero: “[...] este miserável Povo, que vive hoje tão atenuado, que [...] se arrematam as viúvas, casadas e donzelas, os capelos, saias e mantos”<sup>446</sup> como forma de poder arcar com as suas despesas, deixando-as, portanto, quase nuas.

A varíola (ou “bexiga”), por sinal, a partir do século XVIII transformara-se em “um mal crônico da cidade, sujeito a exacerbações periódicas”<sup>447</sup>. De fato, ao desembarcar em Salvador em 1760, o Marquês do Lavradio registrava que a população local era composta “tudo de gentes doentes, e que havia muito tempo que já não logravam saúde”<sup>448</sup>. Na realidade, muitas pessoas que aqui chegavam pela primeira vez, logo se infectavam; outros, por escolha, jamais pisavam os pés na cidade, preferindo a segurança de seus engenhos. Foi este o caso, por exemplo, do “Coronel Garcia de Avellar Pereira”, descendente do primeiro Garcia d’Ávila<sup>449</sup>, fundador da Casa da Torre, que em 1716, por “receio de contágio das bexigas, por ainda não haver tido esse achaque em anos crescidos nesta América mortal”<sup>450</sup>, pediu dispensa de “vir assistir um ano nesta Cidade a servir o cargo de Vereador”.

Havia duas formas básicas de disseminação destas pragas pela cidade. Em alguns casos,

---

<sup>444</sup> Ibid., p. 22.

<sup>445</sup> PMS, 1952, p. 93-94 e 103.

<sup>446</sup> PMS, 1959, p. 18.

<sup>447</sup> AZEVEDO, 1969, p. 207-208.

<sup>448</sup> PORTUGAL, 1972, p. 118.

<sup>449</sup> Garcia d’Ávila veio junto com Tomé de Sousa, na primeira leva de colonos que fundaram Salvador em 1549, falecendo sessenta anos depois, em 1609, já um grande proprietário de terras (CALMON, 1983).

<sup>450</sup> PMS, [196-?b], pág. 62.



[...] os surtos começavam normalmente entre os escravos nas zonas portuárias, espalhando-se primeiro, com muita força, pelas áreas pobres, e quase a seguir por todo o perímetro urbano e suas adjacências. Isso era facilitado não só pela precaríssima higiene pública como pela própria forma do habitar: a maioria da população [...] vivia em casas amontoadas e pequenas para abrigar quase sempre família numerosa e seus escravos (ARAÚJO, E., 1997, p. 71).

Em 1626, por exemplo,

[...] logo depois do dia de S. João a população foi alarmada com a notícia de que chegara de Angola uma nau com dezenas de negros atacados da bexiga. A Câmara reuniu-se e convocou o físico Diogo Pereira, pedindo-lhe que opinasse sobre o que vira a bordo e as medidas a tomar para resguardo do povo. Os casos felizmente não eram tão numerosos nem de formas malignas, informou o médico; em todo o caso era conveniente que as 15 peças fossem desembarcadas, como de costume, na ponta da ilha dos Frades (AZEVEDO, 1969, p.163),

... local onde então ficavam de quarentena os negros doentes que chegavam da África.

Por vezes, porém, era a enorme “quantidade de lixo que se lançava nas ladeiras e fundos de casas, [...] e nas ladeiras”<sup>451</sup> que gerava inúmeros focos de doenças espalhados pela cidade, apesar da proibição já bastante antiga a este respeito.

Em primeiro lugar se arruína a saúde do povo da Bahia pelo ar corrupto, que se respira, evaporado das muitas imundices, que por dentro da cidade se lançam por diversas paragens, além das que há em quase todos os quintais, em que percutindo o sol, faz subir aquelas partículas pútridas, de que impregna a atmosfera, contaminando o ar [...] (VILHENA, 1969, v. 1, p. 154).

Desde 1625, por exemplo, ordenava-se que “todo escravo que botar lixo nas ruas ou travessas e Terreiro do colégio e Sé e praça pública por onde anda gente, paguem seus senhores quinhentos réis”<sup>452</sup>. O poder público ainda estipulava que...

---

<sup>451</sup> AZEVEDO, 1969, p. 210.

<sup>452</sup> PMS, 1949a, p. 19.

[...] toda pessoa que tivesse casas nesta cidade onde se fizessem esterqueiras as mandasse limpar, com pena de 16 mil réis [...]; e que toda pessoa que tivesse casa que botasse cano na rua pública o tivesse sempre limpo, com a mesma pena; e assim varresse suas ruas e as tivesse limpas, com pena de dois mil réis (PMS, 1949a, p. 19).

Porém, devemos ressaltar que esta prática condenável – a de sujar a cidade - não estava restrita apenas aos escravos: toda a população estava engajada em tais práticas nocivas ao bem comum<sup>453</sup>.

Vale notar que estes entulhos clandestinos, além de favorecer o aparecimento e a disseminação de doenças, com “grande abundância de ratos”<sup>454</sup>, muitas vezes eram também responsabilizados pelos corrimentos de terra que aconteciam de vez em quando nas “invernadas” e até mesmo pelo entupimento de riachos e valas que, por sua vez, alimentavam algumas fontes públicas. É o que podemos perceber, por exemplo, na vistoria realizada em 1718 numa determinada “obra que fica ao pé dos Montes da Igreja de N. Sra. do Desterro, e Igreja de S. Francisco”<sup>455</sup>:

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil e setecentos e dezoito anos nesta Cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos, nas casas da Câmara [...] se determinou e resolveu que a vistoria que haviam feito a requerimento do Reverendíssimo Pe. guardião do Convento de São Francisco [...] nas águas que se ajuntam na baixa do monte de N. Sra. do Desterro e o monte em que está situado o mesmo convento [...] a fim de se dar a expedição delas, por não terem a necessária correnteza a saída delas [...] de que resultava prejuízos às fontes dos ditos religiosos dentro de sua cerca e fora dela [...], o qual prejuízo se conheceu ocularmente por não poderem as águas das ditas fontes evacuar com limpeza nas vasilhas que nas bicas dela se metem, [...] pelos moradores [...] de uma e outra vala a terem entulhado e cortado [...] e bem assim pelos entulhos que os moradores daqueles bairros circunvizinhos mandam deitar junto das mesmas valas e pontes e também pelas enxurradas das águas chuvas, que

---

<sup>453</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 50.

<sup>454</sup> ALDENBURGK, 1961, p. 200.

<sup>455</sup> PMS, 1985, p. 07-08.

conduzem para as mesmas valas muitas águas e lixo [...] (PMS, 1985, p. 07-08).

De fato, em 1671 descrevia o Senado da Câmara à Sua Majestade as consequências nefastas de um destes desabamentos provocados pelos despejos irregulares, ocorrido em abril daquele mesmo ano, explicando que “tudo nasce das imundices que no despenhadeiro da ladeira se botam, o que não podemos acudir nem com castigo [e] nem com penas”<sup>456</sup>, chegando a sugerir que talvez a única solução talvez fosse mesmo “fazer paredes que impeçam o lançamento”.

Um ano mais tarde, em 1672, era finalmente criado o posto de Almotacel da Limpeza, “a exemplo das cidades populosas do reino de Portugal”<sup>457</sup>, uma vez que reconhecia-se que...

[...] porquanto esta cidade era muito populosa e o serviço dela se fazia todo por escravos, e sobre a limpeza dela se não pudera até agora conseguir o meio para se fazer, e das muitas imundícies que se lançam pelas ruas e praças dela se entendia que resultam muitas doenças agudas que nela havia, havendo sido antigamente muito sadia (PMS, [196-?a], p. 78).

Apesar destas providências fiscalizadoras, a população mantinha os mesmos maus costumes: em outubro de 1688 o então Governador-Geral e Arcebispo frei Manoel da Ressureição escrevia, em outubro de 1688, uma carta aos “oficiais da Câmara” cobrando providências contra a enorme sujeira que havia na cidade, pois eram poucos os locais onde “não haja monturos, sendo o Terreiro o maior deles”<sup>458</sup>. Em função disto, a “corrupção de todos infecciona os ares, e sendo antes tão benignos, são hoje os que pervertem a saúde; e ajudam mais eficazmente a malignidade, que quase faz contagiosas, tirando a vida, o veneno que pela respiração se comunica aos corpos”<sup>459</sup>. Em outra carta<sup>460</sup> novamente dirigida ao rei de Portugal, informava o Senado em 1694 que “as doenças são hoje nesta cidade tão repetidas e estranhas”, sendo originadas “da

---

<sup>456</sup> PMS, 1951, p. 91-92.

<sup>457</sup> PMS, [196-?a], p. 78.

<sup>458</sup> APEB, 1921, p. 11.

<sup>459</sup> Ibid., p. 11.

<sup>460</sup> PMS, 1959, p. 32.

malignidade dos ares, infeccionados e corruptos por causa das imundícies que de dia e de noite se lançam na maior parte das ruas desta cidade, onde três ou quatro no meio delas que o povo costuma fazer barbaramente despejos”<sup>461</sup>.

Na falta, pois, de um setor que cuidasse especificamente da higiene pública de maneira eficiente, “incubiam-se as águas da chuva, os raios do sol e os diligentes urubus”<sup>462</sup> da limpeza das ruas, calçadas e terrenos baldios de Salvador. O resultado deste descontrole todo, portanto, não poderia deixar de afetar seriamente a população: grandes epidemias de varíola (“bexiga”) atingiram o Brasil e a Bahia entre 1662-1666, 1680-1684 e 1732-33; a febre amarela atingiu quase todo o litoral entre Pernambuco e São Paulo<sup>463</sup> entre os anos de 1685 e 1692. Contra estas epidemias, empregavam-se “[...] à farta fórmulas *secretas*, *teriagas* e *panacéias*, de duvidoso efeito, mais os antídotos, talismãs, amuletos, acompanhados de rezas e palavras mágicas com a invocação do sobrenatural. De *mezinhas* e receitas caseiras todos usavam antes de invocarem o auxílio e a sabedoria dos médicos”<sup>464</sup>, além do auxílio prestados pelos “manuais de medicina popular, raros no século XVIII e numerosos no XIX”<sup>465</sup>.

De todas estas doenças, porém, “a peste das ‘bexigas’ com certeza, matou mais gente durante a época colonial do que todas as outras reunidas”<sup>466</sup>. Em alguns casos, estas doenças apareciam consorciadas, atacando ao mesmo tempo a população. Foi o que ocorreu por exemplo em 1616 e 1617, quando ocorreu “uma grande mortandade de escravos [...], vítimas de sarampão e bexiga”, que “causou enormes prejuízos à população”<sup>467</sup>. Com relação à epidemia de varíola (“bexiga”) de 1666, por exemplo, Sebastião da Rocha Pitta (1724) informa-nos que ...

[...] pelos recôncavos foram tantos mais penetrantes os estragos, quanto era maior a falta dos remédios e dos médicos, morrendo os enfermos antes que da cidade, aonde recorriam, lhes fossem as receitas e as medicinais; e constando a maior parte [...] de escravos para as fábricas dos engenhos, fazendas e

---

<sup>461</sup> Ibid., p. 32.

<sup>462</sup> ABREU, J., 1934, p. 238.

<sup>463</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 56.

<sup>464</sup> SANTOS FILHO, 1993, p. 151-152.

<sup>465</sup> Ibid., p. 152.

<sup>466</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 54-55.

<sup>467</sup> AZEVEDO, 1969, p. 162.

lavouras, houve alguns senhores destas propriedades, que perdendo todos os que tinham, ficaram pobres e não puderam em sua vida tornar a beneficiar as suas possessões, ficando em muita necessidade algumas famílias nobres que possuíram grandes cabedais (PITTA, 1952, p. 274-275).

Em função disto,

[...] seguiu-se depois uma geral fome, que alguns anos padeceu o Brasil, por faltarem os cultores das plantas e sementeiras e dos outros gêneros precisos para alimentar a vida, sendo tão considerável e geral esta ruína, que ainda hoje [1724] se experimentam os prejuízos e consequências dela (PITTA, 1952, p. 275).

Mais tarde, em 1743, o Vice-Rei André de Melo e Castro, em carta à Lisboa, assim descrevia o estado em que se encontrava a cidade de Salvador, assolada simultaneamente por diferentes “afecções”:

[...] o ano que vai correndo, e os últimos dois meses do passado, tem sido o mais infausto e terrível que se experimentou na Bahia há muitos tempos a esta parte. As doenças foram tantas, e de tão má qualidade, que morreram mais de cinco mil pessoas; e ainda que no mês de abril aplacaram alguma coisa, depois com a mudança da estação, se renovaram com tanta força que estamos padecendo uma quase epidemia de defluxo e priorizes, que vão fazendo um grande estrago, [...] de sorte que não há dia nenhum que não saia o Santíssimo Viático das paróquias desta cidade cinco a seis vezes ao dia [...] (CARTAS..., 1743 apud AZEVEDO, 1969, p. 208-209).

Nestas ocasiões, portanto, muitas famílias e senhores-de-engenho iam à falência com a morte de milhares de escravos<sup>468</sup>, afetando assim, em decorrência, vários outros setores da economia, dependentes todos – direta e indiretamente – da produção do açúcar. Da mesma forma, “de vez que a medicina não era competente para curar os contaminados pela peste, todo mundo – pobres e ricos, escravos e senhores – via-se

---

<sup>468</sup> Em Santos, por exemplo, durante a primeira grande epidemia na década de 1660, quase 1/3 da população havia sucumbido à varíola (ARAÚJO, E., 1997, p. 54).

exatamente diante da mesma situação de morte iminente”<sup>469</sup>, deixando muitas viúvas desamparadas e crianças órfãs pela cidade.

Com esta resumida análise dos acontecimentos que historicamente afetavam, direta ou indiretamente, a saúde da economia local – levada a cabo, obviamente, sem a pretensão de esgotá-los neste trabalho -, procuramos demonstrar, no final das contas, a situação precária em que vivia o amontoado de pobres em Salvador durante boa parte do período colonial. Dependentes de um sistema econômico do qual eles não participavam diretamente <sup>470</sup>, estavam então sujeitos às fomes, às guerras, às epidemias, às crises de abastecimento etc., numa situação evidentemente mais desesperadora do que a dos poderosos senhores de engenho, protegidos em suas casas-grandes no Recôncavo, vindo à cidade apenas ocasionalmente para os principais festejos religiosos e para abastecer-se dos produtos trazidos pela frota comercial portuguesa, bem como a dos grandes comerciantes, ricos o suficiente para lidar com as frequentes especulações nos preços dos principais gêneros alimentícios sem grandes sobressaltos.

E mesmo estes, contudo, não estavam totalmente livres das crises financeiras. Dependentes do mercado internacional – que ditava o preço do açúcar<sup>471</sup> -, do sucesso nas viagens das naus comerciais – sujeitas às tempestades, aos ataques corsários etc. -, da saúde dos seus escravos (“[...] a fábrica de todos os frutos deste Estado [...]”<sup>472</sup>) etc., podiam eles encontrar também a ruína inesperada<sup>473</sup>. Apesar de todos estes riscos, porém, “o Brasil ainda era uma terra de genuína oportunidade. Somente, todavia, para os resistentes, os afortunados, ou para os destituídos de escrúpulos”<sup>474</sup>.

---

<sup>469</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 57.

<sup>470</sup> Ibid., p. 88.

<sup>471</sup> ARRUDA, 1980, p.110.

<sup>472</sup> PMS, 1952, p. 115.

<sup>473</sup> PITTA, 1952, p. 274-275.

<sup>474</sup> BOXER, 2000, p. 38.

### 3.2 A Economia Baiana no Século XIX

O século XIX inicia-se na Bahia com poucas mudanças significativas no quadro social e econômico da província<sup>475</sup>. O açúcar continuava a ser o esteio da economia baiana; o tráfico de escravos mantinha-se em alta<sup>476</sup> com a crescente demanda das províncias do sul; o porto continuava frequentado por milhares de embarcações, movimentando o comércio local<sup>477</sup>. A chegada repentina de D. João VI em 1808 – e a consequente abertura dos portos brasileiros ao comércio com outras nações - viria a impulsionar temporariamente o cenário econômico local, mas não por muito tempo<sup>478</sup>.

De fato, como aponta Kátia Mattoso, o período entre os anos de 1787 e 1821 seria efetivamente o último ciclo de crescimento real da economia baiana, alimentando previsões otimistas para o novo século que, ao longo do tempo, porém, revelariam-se falsas. Nesta época,

[...] a produção de açúcar, motor da economia baiana, foi beneficiada por fatores internos e externos. [...] Na década de 1810, procurou-se melhorar a produção pela introdução de novas variedades de cana-de-açúcar. Essa fase foi determinada também por uma conjuntura internacional favorável, com as guerras da Revolução Francesa e as napoleônicas, e a desorganização da produção açucareira nas Antilhas, em especial do Haiti e Jamaica, o que favoreceu as exportações baianas. A prosperidade nas atividades açucareiras repercutiu sobre outros setores da economia, incentivando a produção e o

<sup>475</sup> Do ponto de vista político, porém, Salvador havia perdido o posto de capital da Colônia - desde 1763 - para o Rio de Janeiro, com reflexos negativos óbvios para os senhores de engenho e grandes negociantes locais, incapazes de influir nas decisões estratégicas com a mesma facilidade anterior.

<sup>476</sup> Convém lembrar que durante muito tempo os traficantes baianos levavam enorme vantagem sobre seus concorrentes portugueses pois possuíam “o único produto de escambo admitido na África: o tabaco” (ARRUDA, 1980, p. 321). De fato, entre 1799 e 1807 a Bahia importou da Costa da Mina 29.191 escravos e mais 13.965 vindos de Angola e Benguela. O valor total destas operações alcançou os 4.036.300\$000, correspondentes a quase 14% de todo o comércio de exportação no mesmo período.

<sup>477</sup> Segundo pesquisa de José Jobson de Arruda (ARRUDA, 1980), entre os anos de 1796 e 1811 a Bahia e o Rio de Janeiro disputavam as primeiras posições no comércio brasileiro de importação e exportação. A Bahia, neste caso, ocupou a primeira posição no comércio de importação no ano de 1798 e alcançou a 2ª colocação nos anos de 1796, 1797, 1799-1803, 1806 e 1808. No comércio de exportação, a Bahia ocupou a 1ª colocação nos anos de 1796, 1797, 1808 e 1809. Ficou também em 2º lugar nos anos de 1798 – 1803, 1810 e 1811 (ARRUDA, 1980, p. 137-141).

<sup>478</sup> AZEVEDO, 1969, p. 219.

comércio de fumo e intensificando o tráfico negreiro (MATTOSO, 1992, p. 571-572).

Entre 1800 e 1811, por exemplo, o comércio baiano pôde testemunhar um longo período superavitário, acumulando aproximadamente 6.499.072\$151 (diferença entre o total exportado e importado no período)<sup>479</sup>. Nesta mesma fase, a Bahia ocupou ainda o segundo lugar no comércio de importação brasileiro (com 26,4% do total) e também segundo lugar no comércio de exportação (27,1%), embora seguida de perto por Pernambuco (com 22,7% e 21,0% respectivamente). O comércio com a Ásia é promovido<sup>480</sup>, expande-se a variedade de produtos exportados<sup>481</sup>, o comércio com as províncias do sul mobiliza mais embarcações do que o comércio com a Metrópole<sup>482</sup>, famílias estrangeiras fixam residência nos nobres “arrabaldes” de Salvador, enriquecendo o panorama cultural da cidade etc. Convêm lembrar, porém, que...

[...] este segundo lugar que a Bahia conserva no conjunto das regiões brasileiras deve ser considerado em termos relativos, por causa da importância crescente de Pernambuco. [...] Apesar deste período ser extremamente favorável para todo o conjunto da economia brasileira, para a Bahia, em função da primazia que já tivera, não era tão significativo, a ponto de preocupar as autoridades, que gostariam de ver esta região tão dinâmica quanto fora outrora (ARRUDA, 1980, p. 190).

Portanto, apesar deste período inicial de prosperidade, as guerras da Independência (1821-1823), as revoltas populares (a Sabinada<sup>483</sup>, a revolta dos Malês<sup>484</sup> em 1835

<sup>479</sup> ARRUDA, 1980, p. 138-154.

<sup>480</sup> Em 1796, 16,5% do comércio baiano era feito com a Ásia; em 1797 passou a 27,3%. Daí para a frente, porém, “diminui sempre, sem deixar de ser significativo” (ARRUDA, 1980, p. 190).

<sup>481</sup> Entre 1796 e 1811, os principais produtos da pauta de exportações baianas eram (por ordem de importância): o açúcar branco, algodão, açúcar mascavado, couros secos, arroz, tabaco, cacau, café, vaquetas (espécie de artigo de couro), aguardente, couros salgados, meios de sola e atados (ambos também artigos de couro). Estes 13 produtos respondiam, pois, a 82,5% da receita obtida com as exportações baianas no período. (ARRUDA, 1980, p. 351-352)

<sup>482</sup> De acordo com o *Mappa dos Navios que Entrarão e Sairão do Porto da Capitania da Bahia* nos anos de 1798, 1799, 1800, 1802, 1804, 1805 e 1808, Salvador recebe 304 navios provenientes de Lisboa; no mesmo período foram 464 as embarcações apenas do Rio Grande do Sul (ARRUDA, 1980, p. 191).

<sup>483</sup> “Em 1837, durante a Sabinada, revolta federalista e contra os portugueses, bairros inteiros foram destruídos” (MATTOSO, 1992, p. 450).



etc.), a queda no preço internacional do açúcar<sup>485</sup>, a abolição do tráfico dos escravos africanos (1850), as epidemias de febre amarela<sup>486</sup> e *cholera morbus*<sup>487</sup> (1855), dentre outros fatores<sup>488</sup>, viriam a determinar o declínio da economia baiana ao longo do século XIX. É o período em que inúmeros engenhos de açúcar vão à falência, paralisando a economia do Recôncavo; povoados e vilas mergulham no esquecimento. Propriedades são abandonadas, os melhores escravos vendidos para o trabalho nas plantações de café no sul; os velhos e doentes simplesmente abandonados<sup>489</sup>. O período entre 1860 e 1887, por exemplo, fora excepcionalmente ruim para a Bahia:

Este último momento da conjuntura econômica da Bahia no período colonial foi marcado por uma profunda depressão que deu início a um declínio sem retorno. As causas foram muitas, internas e externas. [...] As exportações de algodão, que tinham crescido sensivelmente durante a Guerra da Secessão, caíram a níveis muito baixos. Por fim, a produção açucareira, a despeito de um esforço constante para aumentar a produção, viu-se prejudicada pela deterioração dos preços do produto no mercado externo. Na década de 1870, a cana-de-açúcar foi afetada por doenças e parte de produção foi perdida. Por outro lado, os produtores de açúcar, sem meios de crédito disponíveis, mostravam-se desanimados, avessos a inovações, e permitiram que continuasse o êxodo de escravos para outros centros produtores de açúcar, em outras províncias. A

---

<sup>484</sup> “Essas revoltas na Bahia eram obra dos muçulmanos; eram guerras religiosas, repercussão direta das guerras que ocorriam na África. A Jihad, ou guerra santa dos Fulani, declarada em 1804, e o progresso do Islão no norte do país loruba, provocou a chegada de contingentes de prisioneiros de guerra Haussas e também de lorubas muçulmanos recentemente convertidos. [...] Essa guerra santa continuava, pois, na Bahia, sob a forma de revoltas de escravos e de africanos livres. Assim, houve as rebeliões dos Haussas entre 1807 e 1816, e a dos Nagôs-Malês, entre 1826 e 1835” (VERGER, 1992, p. 30).

<sup>485</sup> Na Europa, substituído aos poucos pelo açúcar de beterraba (MATTOSO, 1992, p. 572).

<sup>486</sup> “Em 1849-50, 1858, 1861, 1862, 1864, 1873 e 1875 ocorreriam surtos de febre amarela” em Salvador (FRAGA FILHO, 1996, p. 31).

<sup>487</sup> “Em 1855-56, tivemos a grande epidemia de cólera que segundo estimativas oficiais deixou saldo de 30.000 mortos na Bahia, 7.987 somente em Salvador” (FRAGA FILHO, 1996, p. 31).

<sup>488</sup> Não devemos esquecer ainda que alguns fatores que afetavam negativamente a economia baiana entre os séculos XVII e XVIII faziam-se sentir também no século XIX: as instabilidades climáticas (secas e enchentes) que destruíam as lavouras, os surtos epidêmicos que desestabilizavam a produção, a forte especulação nos preços dos alimentos básicos (cujo comércio concentrava-se na mão de poucos – mas poderosos e influentes – negociantes) etc.

<sup>489</sup> “Muitos senhores, ao internarem escravos em estado bastante precário de saúde, apressavam-se em conceder-lhes carta de liberdade como forma de evitar o pagamento das diárias e do tratamento médico. Em 1832, um médico do hospital da Caridade denunciava que a maior parte dos senhores concedia alforria aos seus escravos, gravemente doentes exatamente para livrar-se do pagamento da diária hospitalar, que então custava 640 réis” (FRAGA FILHO, 1996, p. 70).

depressão econômica que se instalou na Europa a partir de 1873 veio tornar dramático um quadro já sombrio (MATTOSO, 1992, p. 572-573).

Em Salvador, numa demonstração adicional da força de certos hábitos coloniais na sociedade baiana no século XIX, famílias inteiras ainda continuavam dependendo da renda dos seus escravos “de ganho” ou “de aluguel”, mantidos muitas vezes fora da casa de seus senhores para diminuir a despesa com a sua manutenção<sup>490</sup>. O escravo urbano,

[...] com efeito, envolvia-se em três grandes atividades básicas: aprendia algum artesanato ou adestrava-se em qualquer ofício, dispensando o senhor do exercício direto da produção; trabalhava nas ruas para auferir o sustento do dono, quer vendendo pequenas mercadorias, quer alugando seu serviço; e dedicava-se exclusivamente às necessidades domésticas do proprietário (ARAÚJO, E., 1997, p. 95).

Esta alternativa econômica, porém, revela-se cada vez mais inviável na medida em que os escravos perdem a concorrência com a mão-de-obra liberta – contingente crescente da população<sup>491</sup> - na disputa pelos mesmos serviços e produtos<sup>492</sup>. Escravos e libertos muitas vezes unidos por laços de família, crenças religiosas ou mesmo por motivos econômicos<sup>493</sup>, dividindo os mesmos espaços construídos - locadores e locatários, proprietários e seus “agregados”<sup>494</sup>. De fato, empobrecidos, alguns antigos “senhores”, reduzidos a poucos escravos velhos e doentes - sem condições de trabalho

<sup>490</sup> COSTA, A., 1989, p. 48.

<sup>491</sup> “À época da Independência [...], a cada ano 2,75% da população escrava de Salvador recebiam sua carta de alforria. Em 1839-1840, esse ritmo se acelera e o percentual ascende a 4,04% e vai atingir 6,62% em 1869-1870” (MATTOSO, 1992, p. 100-101). Em 1872, por exemplo, 88% da população da cidade já era composta de pessoas livres (MATTOSO, 1992, p. 111).

<sup>492</sup> “A partir da década de 1830, algumas medidas tomadas pelo governo da província terminariam beneficiando os livres com a concessão de exclusividade a certas ocupações urbanas. Por exemplo, em 1848, o governo [...] proibiu a contratação de escravos nas obras públicas. Em 1850 o presidente da província [...] proibia que africanos escravos e libertos trabalhassem nos saveiros que descarregavam os navios do porto. Em 1861, os estivadores chegaram a reivindicar do governo a proibição do emprego de escravos em atividades portuárias” (FRAGA FILHO, 1996, p. 23-24).

<sup>493</sup> “Os novos escravos [...] vinham juntar-se algumas vezes àqueles que tinham sido trazidos fazia muitos anos. Verdadeiros pedaços de “nações” organizavam-se assim na Bahia. Constituíam sociedades distintas que guardavam seus costumes, praticavam com discrição seus cultos tradicionais e falavam línguas particulares que permaneciam ignoradas dos outros” (VERGER, 1992, p. 29).

<sup>494</sup> CASTRO, A., 1989, p. 195-196.

-, e sem meios de adquirir outros para substituí-los, encaminham pedidos de ajuda ao Presidente da Província<sup>495</sup>, em busca de socorro financeiro, numa demonstração clara da decadência crescente desta alternativa econômica.

O comércio, portanto, continua sendo a maior fonte de renda da população de Salvador, apesar da instalação de algumas indústrias importantes na cidade<sup>496</sup>: “vender era, sem dúvida nenhuma, o ofício mais praticado na Salvador do século XIX: de alto a baixo da escala social, homens e mulheres exerciam algum tipo de comércio”<sup>497</sup>. Nos primeiros anos do século XIX (1802-1803), por exemplo, o comerciante inglês Thomas Lindley surpreende-se com o movimento do porto da cidade:

[...] oitocentas lanchas e sumacas de vários tamanhos, trazem diariamente sua contribuição para o comércio com a capital: fumo, algodão, drogas diversas, de Cachoeira; o maior sortimento de louça comum, de Jaguaripe; aguardente e óleo de baleia, de Itaparica; farinha e peixe salgado, de Porto Seguro; algodão e milho, dos rios Real e São Francisco; açúcar, lenha e legumes, de todos os lugares. Uma riqueza, em grau desconhecido na Europa, é assim posta em circulação (LINDLEY, 1969, p. 171).

No caso de certas atividades comerciais, como a venda de “gêneros molhados”, por exemplo,

[...] as mulheres tinham uma forte interferência, tanto as sinhás dos sobrados, que mandavam as escravas para a rua com caixinhas e tabuleiros, cheios de comidas e doces, como as mulheres do povo que negociavam com miúdos, carne cozida, frutas, e as que amassavam o pão ou tinham vendas (AZEVEDO, 1969, p. 392).

---

<sup>495</sup> No Arquivo Público do Estado (Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidente da Província – Tesouraria – Propriedades Urbanas), na coleção de manuscritos contidos na série 4561, encontra-se um exemplo desta situação, em que uma pobre viúva solicita a dispensa dos impostos por não dispor para o seu sustento mais do que uma velha escrava “de ganho”, deixando-a em estado lastimável de tão pobre.

<sup>496</sup> A indústria têxtil, por exemplo, instalada na península Itapagipana, não empregava mais do que 478 funcionários entre os anos de 1875 e 1876 (MATTOSO, 1992, p. 532). Além dela, algumas fábricas de fumo (rapé) (VERGER, 1981, p. 40), calçados, móveis e biscoitos – dentre outras – aparecem listadas no *Almanaque* de 1860 (MATTOSO, 1992, p. 533). Porém, “é evidente que essas atividades do tipo industrial ofereciam em seu conjunto escassas possibilidades de emprego” (MATTOSO, 1992, p. 532).

<sup>497</sup> PEÑA, 1994, p. 04.

Nos conventos, as internas aproveitavam o tempo livre para fabricar preciosos doces<sup>498</sup> e delicados trabalhos manuais<sup>499</sup>, vendidos depois aos visitantes; das roças e currais que circundavam a cidade, partiam diariamente os vendedores de frutas, legumes, leite<sup>500</sup> etc., abastecendo a cidade com os gêneros alimentares indispensáveis; das casas térreas e dos sobrados das sinhás, com suas “roupas de cores vivas, porte altaneiro, língua afiada”<sup>501</sup>, partiam as vendendoras de quitutes, com seus tabuleiros ricamente decorados, equilibrados sobre as cabeças.

Os moradores mais pobres, em função do baixo investimento inicial necessário, continuam dedicados ao pequeno comércio, muitas vezes ambulante, de todo tipo de mercadoria (alimentos, artesanato em geral, tecidos etc.). Em suas pequenas oficinas<sup>502</sup> – muitas vezes instaladas em seus quintais -, em suas criações e roças espalhadas pela cidade, os moradores procuram transformar os seus produtos em renda, despertando o interesse de seus clientes com seus tabuleiros decorados. A luta – de todos - pela sobrevivência não é fácil e portanto o esforço tem que ser contínuo. Os escravos, por exemplo, podiam ser vistos aos grupos pela cidade, reunidos em seus “cantos” à espera dos fregueses<sup>503</sup>. Enquanto esperam, porém, suas mãos ágeis fabricam produtos diversos<sup>504</sup> – balaios, chapéus de palha, esteiras, gaiolas etc. -, imediatamente colocados à venda, alimentando assim o sonho da compra da própria liberdade.

Enfim, numa cidade onde efetivamente o mercado de trabalho era reduzido, o comércio – principalmente o ambulante – permitia a toda uma parcela da população auferir uma renda mínima para a sua manutenção:

---

<sup>498</sup> “[...] os conventos são, em geral, os lugares onde se fazem as conservas mais delicadas. As que comprei eram de goiaba, caju, cidra e lima. As de caju são particularmente boas. São chamadas pelo nome genérico de doce” (GRAHAM, 1956, p. 163).

<sup>499</sup> Em testemunho de 1837: “De penas de garça, tucano, arara, periquito, e mesmo de pica-flor, e doutras mais aves dos trópicos se fazem ramalhetes e grinaldas para guarnições de vestidos. [...] Por abundantes que sejam as aves, de lustrosa plumagem, nas grandes florestas do Brasil, entende-se que há sempre dificuldade em obter certos matizes indispensáveis para os ramalhetes variados: por isso nada é mais singular que os viveiros de pássaros, que em certos mosteiros existem. Os infelizes pássaros estão ali continuamente numa muda obrigada, porque em certas épocas do ano inteiramente os despojam de suas penas, cobrindo-os depois com um leve pano, até que tenham tempo de empenar, para serem condenados a um novo suplício” (DÉNIS, 1955, v. 2, p. 60).

<sup>500</sup> SANTOS, M., 1992, p. 258.

<sup>501</sup> MATTOSO, 1992, p. 494.

<sup>502</sup> SANTOS, M., 1992, p. 258.

<sup>503</sup> COSTA, A., 1992, p. 48-50.

<sup>504</sup> *Ibid.*, p. 53.

A cidade reunia toda espécie de varejistas e revendedores. Os mais importantes, já se viu, tinham mercearias, tabernas, padarias e lojas de tecidos e de ferragens instaladas nos bairros centrais. Serviam a uma população numerosa. Ser proprietário de loja conferia certo prestígio social. Ao lado deles, conviviam enorme quantidade de feirantes e vendedores ambulantes, que expunham em tabuleiros ou barracas, ou levavam de porta em porta, desde frutas, legumes, peixes, carnes e gêneros de mercearia em geral, até tecidos e miudezas variadas. Eram livres para fixar seus preços, mas tinham que ter licença para comerciar, pagando o imposto correspondente. Competia à Municipalidade conceder ou recusar as licenças, arrecadando depois o imposto – entre quatro e cinco réis – que incidia sobre os ‘tabuleiros’ e ‘caixas’ dos vendedores ambulantes. Essa gente zanzava o dia todo, ladeira abaixo, ladeira acima, [...] fosse a mulher que vendia mingau de tapioca ou o padeiro, gente madrugadora, ou a baiana de saia rodada e muitos colares, que chegava de tardinha para oferecer acarajé, doce de banana ou de goiaba. Vendia-se de tudo nas ruas de Salvador, de carvão a legumes. [...] Esse modesto comércio ambulante, que pouco investimento exigia, permitia a toda uma parcela da população viver, ou sobreviver, numa cidade onde [...] o mercado de trabalho era reduzido (MATTOSO, 1992, p. 494).

Em função, pois, da decadência (financeira e política) dos produtores rurais e do crescimento do comércio como principal atividade econômica da cidade, aos poucos os grandes negociantes substituem – no poder e no prestígio - os antigos senhores de engenho<sup>505</sup>, ao longo do século XIX<sup>506</sup>. As novas gerações rurais – principalmente aqueles herdeiros mais capazes e instruídos: bacharéis, médicos, engenheiros etc. – abandonam a vida no campo e fixam-se definitivamente na cidade<sup>507</sup>, atraídos pelos

---

<sup>505</sup> Alguns engenhos, no entanto, continuariam existindo na mão de poderosos comerciantes. Porém, desta vez, mantidos como casas de campo e recreio, ou mesmo “por uma espécie de decoração social” (FREYRE, 1968, v. 1, p. 08).

<sup>506</sup> Encontrava-se o agricultor “desvaforecido pelo governo, agora mais chegado ao comércio nas cidades e às indústrias urbanas que começavam a repontar na paisagem brasileira com seus bueiros e chaminés, sujando de fuligem o verde das mangueiras e das jaqueiras líricas dos sítios” (FREYRE, 1968, v. 1, p. 17).

<sup>507</sup> “As cidades tomaram das fazendas e dos engenhos esses filhos mais ilustres [...]” (FREYRE, 1968, v. 1, p. 18).

novos costumes<sup>508</sup> e idéias “modernizadoras” introduzidas, junto com os imigrantes estrangeiros<sup>509</sup> (especialmente os ingleses<sup>510</sup>), no cotidiano urbano. Desta forma,

[...] os inferiores em inteligência, ou os sem saúde para emigrar ou seguir a carreira militar é que foram, em numerosos casos, sucedendo os avós na administração dos domínios rurais; e estes reduzindo-se em importância e extensão; dividindo-se entre herdeiros distantes, indiferentes à agricultura e fixados nas cidades (FREYRE, 1968, v. 1, p. 18-19).

---

<sup>508</sup> “A vida cultural era tipicamente provinciana. Por volta de 1863, existiam várias associações de caráter literário, recreativo, artístico, a cuja frente estavam quase sempre as mesmas pessoas, em geral médicos, advogados, eclesiásticos, magistrados, funcionários. [...] Atividades musicais e literárias eram fomentadas por diversas entidades, como a Associação Euterpe (que reunia músicos oriundos das camadas populares) e a Associação Filarmônica da Bahia. As agremiações recreativas eram muito numerosas e quase sempre ocupavam-se de obras de caridade [...]. Era na arte dramática, porém, que os baianos mais se esmeravam: nada menos que três associações competiam em 1860 para atrair os jovens talentos. O Conservatório Dramático, o Clube Dramático e o Instituto Dramático disputavam também os palcos dos dois teatros da cidade, o de São Pedro de Alcântara e o de São João, este o mais célebre. [...] Os baianos cultos – ou os que, pertencendo à boa sociedade, queriam parecê-lo – promoviam os chamados saraus, que tinham lugar à noite, em geral nas casas das famílias, ensejos para brilhantes duelos de retórica, fundados sobretudo na capacidade mnemônica dos contendores” (MATTOSO, 1992, p. 204-205).

<sup>509</sup> “A classe média da colônia, formada praticamente de pés-de-chumbo, principia agora a enriquecer-se de elementos porventura mais ativos, ou passa a acolher ofícios antes desconhecidos, numa espécie de cosmopolitismo de que, mesmo em épocas mais tardias, não se conhecerão muitos exemplos” (HOLANDA, 1993, p. 12-13).

<sup>510</sup> “A penetração inglesa marcará o século XIX brasileiro. Predominam os ingleses em nosso mercado: trazendo mercadorias de toda espécie, levam matérias-primas, como algodão, e produtos agrícolas ou derivados da pecuária. Investem grandes capitais: em títulos de empréstimo do governo, em companhias mineiras, em estradas de ferro e em inúmeras outras empresas. Influem em todos os aspectos da vida brasileira. A eles deve-se a introdução do gosto pela residência em casas isoladas por jardins bem tratados, e longe do centro da cidade, frequentemente em contato direto com a natureza agreste; as transformações no interior mesmo das casas, com a adoção de cômodos, novos arranjos, novos móveis e melhor higiene [...]. Os produtos ingleses, louças e porcelanas, cristais e vidros, panelas de ferro, cutelaria e uma infinidade de outros objetos conquistaram as casas brasileiras e nelas se instalaram como mercadorias de qualidade superior. Produtos da indústria inglesa, das mais variadas espécies, tornaram-se comuns nas lojas e armazéns das cidades. Remédios ingleses fizeram época: a magnésia, os calamelanos, os unguentos de Inglaterra entraram nas farmácias brasileiras. Carruagens inglesas invadiram as cidades mais importantes” (PANTALEÃO, 1993, p. 64-65).

#### 4. Arquitetura Residencial

Outros aspectos de nossa antiga casa de moradia que ressaltam ao primeiro exame, e dignos de imediata análise, são: a absoluta naturalidade do seu modo de ser, a simplicidade do seu aspecto sempre enquadrado pelo bom senso, e a pobreza dos seus elementos decorativos. [...] Em nosso território, devido talvez apenas à nossa passada condição de dependência, [...] a casa se manteve durante séculos, numa uniformidade imperturbada, numa constância impressionante (RODRIGUES, 1975, p. 285).

As moradias em Salvador, a grosso modo, dividiam-se em dois tipos básicos: a casa térrea e o sobrado<sup>511</sup>. A primeira, de longe a mais comum, era a residência típica das famílias pobres, dos menos favorecidos pela sorte e pela fortuna<sup>512</sup>. Se em nossa pesquisa transparece uma certa predominância das análises de “casas térreas”, isto se dá em função de formarem estas casas justamente a maioria das residências em grande parte das cidades brasileiras<sup>513</sup>. Os sobrados, por sua vez, representavam as elites<sup>514</sup>: as ricas famílias de Salvador escolhiam, quando passavam a morar no centro da cidade<sup>515</sup>, os altos sobrados, com seus pavimentos muitas vezes repetidos<sup>516</sup> e seus cômodos com funções bem definidas. Em ambos os casos, porém,

<sup>511</sup> MATTOSO, 1992, p. 446-447.

<sup>512</sup> VAUTHIER, L. L. Casa de Residência no Brasil. In: ARQUITETURA CIVIL I, 1975, p. 62: “[...] a casa térrea, que por si só enche ruas inteiras[...]”.

<sup>513</sup> VAUTHIER, 1975, p. 61-62.

<sup>514</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p.187.

<sup>515</sup> Ao longo do século XIX, porém, vamos testemunhar a construção cada vez mais comum de espaçosas casas térreas em meio às roças dos “arrabaldes” de Salvador: Cabula, Brotas etc. Como exemplo, podemos citar o imóvel descrito no seguinte manuscrito (com data de 13 de outubro de 1858): “Registro da terra de João Simões Coimbra como da cópia da respectiva Escritura de Compra abaixo copiada consta. / Saibam quantos este público instrumento de Escritura de venda, paga e quitação, [...] verem, que no ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e oito, aos vinte e cinco dias do mês de Outubro, nesta Leal e Valorosa Cidade de São Salvador, Bahia de Todos os Santos, [...] a saber – como vendedores o Doutor Apolônio Anhangá Coururupeba, e sua Mulher Dona Sabina [...] Pereira Coururupeba, e como comprador João Simões Coimbra, [...] e pelos vendedores foi dito que eles vendem, [...] ao comprador [...], uma roça sita ao Cabula, denominada Sobradinho, com casa de telha, varanda na frente, duas salas, quatro quartos, e sala de jantar, toda envidraçada, cozinha fora, e senzala para escravos, e todas as mais benfeitorias que na dita roça e casa existem, com arvoredos de espinho, jaqueiras, mangueiras, cajueiros, mangabeiras etecetera a justo preço e quantia tudo de seis contos e duzentos mil réis [...]” (APEB - Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Viação Santo Antônio Além do Carmo – 1857 a 1863 – Série 4497).

<sup>516</sup> VAUTHIER, 1975, p. 44.

[...] as peças dos apartamentos tinham designações precisas: sala, 'quarto da sala', 'quarto do meio', 'quarto de dentro' ou 'da sala de jantar', sala de jantar, às vezes uma copa, cozinha e dependências. [...] Nas casas ricas, sobretudo quando ocupavam mais de um andar, havia duas salas de jantar, a 'de baixo' e a 'de cima', sendo a primeira delas o centro da vida familiar; lá se comia, se costurava, se recebiam os amigos. A sala do segundo andar só era aberta por ocasião de grandes festas [...]. (MATTOSO, 1992, p. 447).

Também em comum à maioria destas moradias estava a implantação “em lotes em geral mais compridos que largos, o que resultava em fachadas estreitas e mesquinhas”<sup>517</sup>. De fato, a largura destas residências em Salvador raramente ultrapassava os 5,0 metros<sup>518</sup>; algumas mal chegavam aos 3,0 metros<sup>519</sup>. Da mesma forma, em função da exígua largura destes lotes, praticamente inexisteriam os recuos laterais. Coladas umas às outras, portanto, mantendo apenas o mesmo recuo com relação às principais vias de acesso, as casas limitavam a visão dos transeuntes, que pouco conseguiam enxergar além das suas salas de visitas<sup>520</sup>.

Com o objetivo de conhecer melhor as principais características destas residências em Salvador – bem como o seu funcionamento -, passamos a detalhar, a seguir, os dois principais tipos de moradias existentes (a “casa térrea” e o sobrado) no seu núcleo urbano central, justamente a zona mais densamente povoada da cidade, onde compartilhava o mesmo espaço grande parte de sua população. Entendendo como eram construídas estas casas – sua disposição interna, a relação com os espaços externos etc. - e como funcionavam, poderemos então obter os subsídios necessários ao estudo dos quintais do ponto de vista funcional; ou seja, mais facilmente poderemos compreender o papel dos quintais dentro de uma residência típica do século XIX em Salvador, sua relação com o funcionamento das casas e com o bem-estar de seus habitantes.

---

<sup>517</sup> MATTOSO, 1992, p. 446.

<sup>518</sup> Em Recife, por exemplo, L. L. Vauthier (VAUTHIER, 1975, p. 33) aponta a seguinte situação: “Cada casa ocupa sobre a rua apenas uma largura de 5 a 8 metros; as que ultrapassam essa dimensão constituem fenômenos”.

<sup>519</sup> Em manuscrito de 1861, contendo avaliações de uma série de imóveis em Salvador, encontramos uma “[...] casa n° 267 à rua da Poeira, freguesia de S. Anna, edificada em terreno foreiro ao Convento do Desterro, com porta e janela, medindo de frente 2,86 metros [...]” (APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Tesouraria - Propriedades Urbanas (1835-1868) – Série 4559).

<sup>520</sup> Em função desta implantação no terreno, até meados do século (1842-1857) eram “poucas as casas que têm uma varanda em seu redor, a qual seria, me parece, tão agradável e cômoda num clima tropical como este [...]” (WETHERELL, [197-?], p. 125).



## 4.1 A Casa Térrea

[...] mas um traço característico das cidades brasileiras, nas partes de construção mais recente, onde o terreno não é ainda disputado tão avidamente, é a casa que só tem o rés-do-chão, a casa térrea, que por si só enche ruas inteiras (VAUHTIER, 1975, p. 61-62).

Embora Salvador possuísse, desde muito cedo, “vários edifícios consideráveis”<sup>521</sup>, que davam à cidade uma “aparência de grandeza e magnificência”, para outros, no entanto, era impossível não perceber a enorme quantidade de casas “baixas e insignificantes”<sup>522</sup>, sem “nenhuma variedade notável”<sup>523</sup>, que dominavam a paisagem da cidade em muitos trechos habitados:

A construção das casas não oferece nenhuma variedade notável; são todas simples e feias, uma raramente se distinguindo da vizinha pelo estilo; a uniformidade das ruas só é atenuada quando alguma igreja ou algum convento interrompe a fileira das casas” (CANSTATT, [186-] apud MATTOSO, 1992, pág. 445).

Eram estas as denominadas “casas térreas”, as moradias do grosso da população baiana, pobre e mal alimentada<sup>524</sup>, como também do “grosso da classe média sem pretensões”<sup>525</sup>:

Ter uma casa térrea – quando talvez se sonhasse com um sobrado -, alguns móveis toscos e um dinheirinho no bolso já conferia prestígio e introduzia a pessoa no rol dos abonados. Aliás, numa cidade onde a maioria vivia na penúria, algumas centenas de mil réis no bolso já era riqueza” (MATTOSO, 1992, p. 608).

<sup>521</sup> TOLLENARE, 1956, p. 280.

<sup>522</sup> WIED-NIEUWIED, 1958, p. 469.

<sup>523</sup> CANSTATT, [186-] apud MATTOSO, 1992, pág. 445.

<sup>524</sup> Da mesma forma, “as casas térreas, consideradas casas de pobre, eram isentas do imposto de locação que incidia sobre os imóveis mais valorizados, o que explica seu grande número, por toda a cidade” (MATTOSO, 1992, p. 609).

<sup>525</sup> VIANNA, H., 1979, p. 03.

Eram estas “casas térreas” as...

[...] casas comuns de duas ou três janelas e uma porta. Casas com divisões comuns e denominações para cada cômodo: sala de visita, quarto da sala, quarto do meio, quarto de dentro ou da sala de jantar, sala de jantar, copa (quando havia), cozinha e dependências (quando existiam) dentro da casa confundidas com a cozinha” (VIANNA, H., 1979, p. 03-04).

Convém esclarecer desde já, porém, que estamos analisando, neste trabalho, apenas as casas urbanas de Salvador. Ou seja, não vamos incluir, nesta pesquisa, a análise das casas térreas maiores, parentes próximas da casa-grande do engenho<sup>526</sup>, localizadas nos subúrbios e “arrabaldes” da cidade, rodeadas de extensas áreas livres, compondo as chamadas “roças”, chácaras e sítios “que eram verdadeiros parques: tão vastos que se realizavam, dentro deles, procissões”<sup>527</sup>. Estas residências, por suas características distintas de implantação e localização, mereceriam, pois, um estudo complementar, não contemplado, porém, neste trabalho.

As casas térreas urbanas de Salvador, portanto, em sua simplicidade – “[...] de uma monotonia desesperadora [...]”<sup>528</sup> -, eram geralmente bastante estreitas, como apontado anteriormente, constando apenas de porta e janela – ou talvez de “porta e duas janelas”; as casas de “porta e três janelas”, por sua vez, eram mais raras<sup>529</sup>. Aliás, “casas térreas” e sobrados, em geral, dividiam esta mesma característica:

A largura da fachada é a mesma que a dos sobrados. Uma ou duas janelas no máximo, eis tudo o que se encontra, além da porta. E, contrariando as leis da simetria, tão caras ao coração dos brasileiros, a porta quase sempre fica de um lado, enquanto as janelas formam um par (VAUTHIER, 1975, p. 62-63).

Na maior parte dos casos, porém, de acordo com as nossas fontes documentais, a largura destas casas situa-se normalmente entre os quatro metros – ou pouco menos

<sup>526</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 187.

<sup>527</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 137.

<sup>528</sup> VAUTHIER, 1975, p. 62.

<sup>529</sup> Tomemos como exemplo a seguinte escritura de 15 de outubro de 1878: “[...] uma casa térrea à freguesia do Pirajá, [...] e lugar denominado São João, [...] com frente construída de tijolos e caixa de taipa coberta de telha, com porta e três janelas [...]” (APEB – Seção Juduciária - Livro de Notas 01/05/580 – Folha 05V).

de duas “braças”<sup>530</sup> –, caso da maioria das casas de “porta e duas janelas” de Salvador, e os cinco metros - nos exemplos das casas de “porta e duas janelas” ou ainda “porta e três janelas”<sup>531</sup>. Encontram-se também casos de casas térreas mais largas, mas estas estão em menor número nas fontes pesquisadas, ou então encontram-se justamente nas zonas mais afastadas do centro urbano, geralmente construídas dentro de espaços denominados “roças” – depois “sítios” e “chácaras”<sup>532</sup>.

Nas fontes primárias pesquisadas, as “casas térreas”, como dito anteriormente, são maioria em Salvador. Nestes documentos elas encontram-se descritas com maior ou menor nível de detalhes, porém normalmente seguem um padrão quase imutável: as descrições das casas, nos documentos, são compostas de alguns elementos básicos: largura da fachada, disposição da fachada (número de portas e janelas), composição das paredes (paredes “dobradas”<sup>533</sup>, “singelas”, de pedra e cal etc.) e a costumeira listagem dos cômodos existentes internamente, a partir de sua fachada principal. Infelizmente os mesmos registros não incluem as dimensões destes cômodos e muito menos sua posição exata. Desta forma, parte da interpretação das informações contidas nos manuscritos é feita por analogia com os modelos de edificações conhecidos por nós – aquelas construções do século XIX que conseguiram chegar até o

---

<sup>530</sup> Segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 01 braça = 10 palmos = 2,2 metros (FERREIRA, 1995, p. 280).

<sup>531</sup> Os exemplos que extraímos dos documentos manuscritos trazem as seguintes medidas: “2 braças” (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/370 – Folha 10V – 30/12/1862), “21 palmos” (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/370 – Folha 99V – 24/08/1863), “quatro metros e cinquenta centímetros” (APEB – Inventários e Testamentos – Documento 01/70/89/08 – Período: 1900-1902), “quatro metros e setenta e cinco centímetros” (APEB - Seção Judiciária – Livro de Notas 01/05/580 – Folha 11 – 02/11/1878) etc.

<sup>532</sup> Como exemplo, podemos citar o imóvel descrito no seguinte manuscrito: “Escritura de venda, paga e quitação que fazem o Doutor João Antunes de Azevedo Chaves, e sua mulher Dona Maria Eugênia de Castro Chaves, a Antônio de Oliveira Souza, de uma roça com seus arvoredos, casa de banho e fonte na baixa, e uma morada de casa [...] com seis janelas de frente, e uma porta, construída de pedra e cal, parte de paredes dobradas e parte de frontal, edificada em terras próprias, sita na rua Direita da Saúde, [...] tudo pelo preço e quantia de Reis = 9:000\$000 [...]” (APEB – Seção Judiciária – Livro de Notas 01/04/295 – Folha 37 – 18/12/1849).

<sup>533</sup> L. L. Vauhtier informa-nos a respeito dos tijolos usados nas alvenarias: “O tijolo que é utilizado para as paredes externas tem em geral grandes dimensões. Dão-lhes 44 centímetros de comprimento por 22 de largura e 6 a 7 de espessura. Esses tijolos são frequentemente mal feitos; a argila é mal desembaraçada dos cascalhos mais grossos e a queima não é de modo algum satisfatória. [...] A dimensão que acabo de citar, a largura de um tijolo, é a espessura clássica das empenas. É o que se chama a *parede singela* ou *de um tijolo*. Quanto às paredes da fachada, dá-se-lhes uma espessura dupla, correspondentes ao comprimento de um tijolo ou a duas espessuras. É o que se chama *parede dobrada* ou *de dois tijolos*. Esse acréscimo de largura [...], se explica e justifica, entretanto, pelas numerosas aberturas que são rasgadas nessas paredes” (VAUTHIER, 1975, p. 49).

século XXI - ou mesmo por comparações com as informações prestadas pelos cronistas e viajantes estrangeiros do mesmo período. Desta forma,

[...] desvendar a intimidade dos colonos no interior dos domicílios exige, além do reconhecimento dos vários cômodos e das suas funções, atentar para o modo como tais espaços foram aproveitados e equipados efetivamente, o que nem sempre se torna evidente em razão do desaparecimento dessas construções mais antigas ou às sucessivas reformas às quais foram submetidas (ALGRANTI, 1997, p. 102).

#### **4.1.1 Casa Térrea – Disposição Interna**

Em relação à disposição interna das casas térreas em Salvador, vamos encontrar, de maneira geral, poucas variações. Se tomarmos como modelo os detalhamentos apresentados nas fontes primárias consultadas, seguindo a mesma ordem de descrição dos imóveis constantes dos manuscritos originais<sup>534</sup> – inventários e testamentos, escrituras de venda e hipoteca etc. -, listando os cômodos na ordem em que aparecem a partir da fachada principal, teremos então, invariavelmente, a seguinte relação:

##### **4.1.1.1 Sala de visitas**

As salas de visitas das casas térreas podiam ser “abertas”<sup>535</sup> - isto é, “sem o corredor de estilo que recatava o cômodo a olhos indiscretos, rebaixando ainda mais a condição social dos moradores”<sup>536</sup> - ou “fechadas” – quando dispunham de uma entrada

---

<sup>534</sup> Como exemplo típico de um destes registros, selecionamos: “Escritura de venda, paga e quitação, que fazem José Antônio Guimarães e sua mulher Dona Maria Eleutéria de Freitas Guimarães à Joaquim Caxias Monteiro, de uma propriedade de casa térrea de nº 128, à rua do Coqueiro de Água de meninos, freg.<sup>a</sup> do Pilar, [...] edificada em terreno próprio, tendo de frente quatro metros e setenta e cinco, constando de porta e janela, com paredes de frente e fundo dobradas, compreendendo-se de sala fechada, dois quartos, sala de jantar, cozinha fora e pequeno quintal [...]” (APEB – Seção Judiciária – Livro de Notas 01/05/580 – Folha 11 – 02/11/1878).

<sup>535</sup> Segundo Hildegardes Vianna, “a sala era aberta, quando a chamada porta da rua abria diretamente para dentro da sala de visitas” (VIANNA, 1979, p. 12).

<sup>536</sup> VIANNA, H., 1979, p. 06.

independente, normalmente abrindo diretamente para o corredor principal ou outro compartimento menor próximo à entrada principal da casa<sup>537</sup>.

#### 4.1.1.2 Os Quartos de Alcova

Por vezes, o primeiro quarto da casa, era chamado também de “quarto da sala”. Isto acontecia quando, além de ter uma porta abrindo para o corredor lateral, permitia-se o trânsito entre os dois ambientes – sala de visita ou sala aberta e o quarto propriamente dito – através de uma porta, geralmente envidraçada (VIANNA, H., 1979, p. 15).

Sempre que haviam hóspedes em casa, eram nestes primeiros quartos – ou quarto da sala – onde eles eram instalados, não por comodismo, mas principalmente para resguardar a parte posterior da residência, mais reservada e protegida<sup>538</sup>. Estes quartos – de alcova - geralmente não possuíam aberturas (janelas) para fora, sendo naturalmente ambientes bastante escuros, úmidos e anti-higiêncos,

[...] de modo que [...] impregnavam-se de um cheiro composto de sexo, de urina, de pé, de sovaco, de barata, de mofo. Porque nas alcovas também se guardavam roupas, às vezes penduradas do teto – como certas comidas na despensa – por causa dos ratos, dos bichos, da umidade. Quando a inhaca era maior, queimavam-se ervas cheirosas dentro dos quartos (FREYRE, 1968, v. 1, p. 205).

A renovação do ar nestes ambientes, indispensável, era garantida então pelo seu pé-direito mais elevado:

[...] acima das divisões internas, que se elevam a 3 m. ou 3,5 m., todo o resto do espaço sob o telhado é inteiramente vazio. [...] a sala dos fundos e os quartos ou câmaras sem luz são abertos livremente por cima e recebem o ar pelo telhado (telha vã) (VAUTHIER, 1975, p. 64).

<sup>537</sup> Exemplo de registro de uma sala fechada: “Uma morada de casa térrea, sita à rua dos Carvões, com vinte e quatro palmos de frente, com porta e duas janelas, [...] sala fechada, dois quartos, cozinha e um quintal [...]” (APEB, 1948, p. 99).

<sup>538</sup> LEMOS, 1978, p. 60.

De maneira geral, as casas térreas possuíam de dois a quatro quartos; quase todos eles, porém, de modestas dimensões<sup>539</sup>. Tomemos como exemplo a “casa térrea” localizada na “rua do Areal de cima, número sete” adquirida em agosto de 1863 por José Ramos Neves<sup>540</sup>: tem a referida casa “vinte um palmos de frente, sessenta e dois palmos de comprimento” – aproximadamente 4,60 x 13,60 metros – dividida em “duas salas, um quarto, despensa e cozinha”. Mesmo que considerássemos a cozinha e a despensa fora do corpo principal da casa – infelizmente o documento não traz informações adicionais -, teríamos – em média - pouco mais de 4,50 metros de comprimento para cada ambiente interno – duas salas e quarto -, tendo que descontar do quarto ainda a largura do corredor interno (também não indicada). A mesma simplicidade pode ser observada em outro imóvel documentado: a “casa térrea” de número 91, da Rua Direita de Santo Antônio Além do Carmo, incluída no inventário de Afonso Joaquim Ferreira Caldas<sup>541</sup>, “medindo de frente e fundo quatro metros e quarenta centímetros, e de comprimento quinze metros e cinquenta e oito centímetros”, disposta internamente com uma “sala fechada, dois quartos, sala de jantar e cozinha”. De novo, se considerarmos o imóvel sem a cozinha – que poderia estar localizada fora do corpo principal da casa -, teríamos algo em torno de 3,90 metros de comprimento – em média - para cada um destes ambientes internos.

#### 4.1.1.3 Corredor Lateral

Eram estes corredores estreitos que permitiam o trânsito – e faziam a ligação - entre a parte frontal da casa e os cômodos ao fundo, passando também pelos quartos de alcova e demais ambientes – quando haviam (despensa, copa etc.). Invariavelmente,

---

<sup>539</sup> Levamos em conta, ao expormos o nosso comentário sobre as dimensões internas dos quartos, por exemplo, o fato de Kátia Mattoso indicar uma média de 7,4 habitantes por casa, de acordo com o Censo de 1872 (MATTOSO, 1992, p. 121). Neste caso, mesmo se considerarmos a sala de jantar como espaço de dormida dos escravos e eventuais “agregados”, as casas térreas menores, com apenas um quarto – ou mesmo as que tinham dois quartos internamente –, seriam obrigadas a acomodar todos os moradores num mesmo espaço (que era naturalmente mal iluminado e ventilado). Queremos crer que os quartos e “armazéns” construídos - às vezes - nos quintais pudessem eventualmente suprir também esta aparente carência de espaço interno, de forma a melhor instalar todos os moradores da mesma casa (lembrando ainda que nem sempre estes pertenciam necessariamente à mesma família, como aponta Leila Algranti (ALGRANTI, 1997, p. 87)).

<sup>540</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/370 – Folha 99V. (24/08/1863)

<sup>541</sup> APEB – Seção Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 01/70/89/08 – Período: 1900-1902.

[...] casas com belos soalhos ou casebres de chão batido, imponentes palacetes de vários andares ou casinholas de uma janela só, quase todos os imóveis tinham em comum um corredor estreito e escuro que levava da porta da rua até uma espécie de pátio interno indispensável – o quintal – cujas dimensões variavam segundo a importância da construção (MATTOSO, 1992, p. 446).

#### 4.1.1.4 Sala de Jantar

Em geral, na parte dos fundos, ao final do corredor, ficava a chamada “sala de jantar”, local onde a família fazia as refeições íntimas e onde, muitas vezes, passavam-se também várias horas do dia, descansando longe das vistas dos transeuntes e das visitas inesperadas. Em algumas situações, porém, a sala de jantar podia fundir-se com a cozinha, formando um mesmo ambiente<sup>542</sup>, reproduzindo o quadro descrito por L. L. Vauthier, por volta de 1843, para as casas humildes de Recife: “[...] esta sala, disposta como a da frente, [...] serve, ao mesmo tempo, de sala de jantar e de cozinha, a menos que um pequeno apêndice, que se prolonga sobre o pátio, não desempenhe este ofício”<sup>543</sup>.

Na maioria dos registros, porém, a sala surge como espaço próprio, independente, encontrado mesmo naquelas casas menores, com apenas um quarto<sup>544</sup>. Vauthier, mais uma vez, informa-nos sobre o que poderia ser encontrado nestas salas:

---

<sup>542</sup> Temos como exemplo (Período: 1900-1902): “Uma casa térrea de nº 42, sita a Rua dos Carvões, Freguesia de Santo Antônio, [...] medindo de frente e fundo quatro metros e cinquenta centímetros, [...] porta e duas janelas, **sala de jantar que serve de cozinha**, pequeno pátio murado, toda cimentada e de telha vã [...]” (APEB – Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – Documento 01/70/89/08 - grifo nosso). No mesmo “Inventário” encontramos outro imóvel em condições semelhantes: “[...] casa térrea sita a rua direita de Santo Antônio além do Carmo, Freguesia do mesmo nome, medindo de frente cinco metros e setenta centímetros, [...] edificada em terreno próprio, com porta e duas janelas, três quartos, **sala de jantar onde é a cozinha**, quintal em ribanceira [...]” (APEB – Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – Documento 01/70/89/08 - grifo nosso).

<sup>543</sup> VAUTHIER, 1975, p. 64.

<sup>544</sup> Exemplo: “Uma casa térrea de número três, sita à Rua de São Raimundo distrito de São Pedro Velho, [...], medindo de frente cinco metros e quarenta e cinco centímetros e nesta porta e duas janelas, duas salas, com quarto e pequeno pátio [...]” (APEB – Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – Documento 06/27/11/10). (Período: 1913)

Reina aí mais desordem, porém o mobiliário é tão simples quanto o da outra [sala de visitas]. Falta a mesa redonda, o canapé é substituído por um móvel do mesmo gênero, embora mais comprido e mais simples, podendo servir também de leito de repouso (VAUHTIER, 1975, p. 41).

Ambiente íntimo e recluso, era então bastante frequentado pelas mulheres da casa, que podiam circular livremente em seus trajes simples e desleixados<sup>545</sup>, em meio aos escravos e às crianças da casa:

Duas jovens escravas, sentadas no chão, sobre esteiras, cosem ou fazem renda; crianças de quatro ou cinco anos, vestidas de camisinhas curtas ou mais primitivamente ainda, correm pela sala; um recém-nascido, deitado no soalho, na mais simples das instalações, besunta as faces de doce [...]” (VAUHTIER, 1975, p. 41).

#### 4.1.1.5 Varanda

Muito mais do que simplesmente articular sala de jantar, cozinha e despensa, a varanda, em realidade, faz a intermediação entre o interior e o exterior das residências. Por ser também uma área aberta, a varanda pressupõe o quintal, espaço este que garante a iluminação e ventilação necessárias às varandas das acanhadas casas térreas em Salvador. Espaço de intenso convívio familiar, aqui no Brasil...

[...] o português transferiu seu local de estar para a varanda alpendrada, onde comia, conversava e fazia a sesta na rede bem ventilada, de malhas grandes. A varanda, lugar de refeições e estar, consagrou-se na habitação do brasileiro remediado (LEMOS, 1978, p. 46).

Segundo José Wash Rodrigues, a varanda geralmente ligava “a sala de jantar à cozinha. Quando esta peça é larga e envidraçada, formando alpendre, chama-se copiar – nome que no Norte se dá à sala de jantar”<sup>546</sup>. Em meados do século XIX, por exemplo, Wetherell (1842-1857) dá-nos notícia de que a maioria das residências em

<sup>545</sup> GRAHAM, 1956, p. 148.

<sup>546</sup> RODRIGUES, 1975, p. 295.



Salvador possuía “frequentemente, em sua parte traseira, uma longa galeria sobre a qual se abrem janelas e que eles chamam de varanda”<sup>547</sup> ao invés de tê-las “em seu redor”, posição esta “tão agradável e cômoda num clima tropical como este”. Através dos manuscritos consultados, principalmente nos “Termos de Alinhamentos e Vistorias”, produzidos pelos representantes do Senado da Câmara (FGM) e seus “Peritos”, testemunhamos a presença das varandas em imóveis localizados em diferentes pontos da cidade, demonstrando que efetivamente este hábito – o de ter varanda em casa – não estava restrito unicamente a zonas específicas de Salvador. Em novembro de 1807, por exemplo, um certo “Nicolau Marques”<sup>548</sup>, morador da “Rua que vai da Soledade para a Lapa”, requeria licença para “consertar a sua casa [...] que possui no dito Sítio, e fazer de novo uma varanda para o lado do seu quintal”. Mais tarde, em outubro de 1839, solicitava o “Doutor Jonathas Abott”<sup>549</sup> permissão para alterar sua residência, situada na rua do “Caminho novo”, derrubando...

[...] a varanda mencionada, e de novo levantá-la, com acréscimo de vinte e oito palmos, que foram medidos da parede respectiva à face do novo alicerce, ficando o referido acréscimo com o mesmo prospecto da propriedade existente [...] (FGM: Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1837 a 1841. Estante 09. Número de ordem 174.8 - Folha 92).

Por outro lado, estes mesmos registros dão a entender que nem todos os proprietários de imóveis tinham permissão para construir suas varandas da forma e no local que quisessem. Coerentemente, naquelas residências localizadas em áreas de “ribanceira”, principalmente aquelas situadas no topo da encosta que dividia as duas partes da cidade – alta e baixa -, as autoridades procuravam coibir estes acréscimos, de forma a garantir a segurança dos moradores – e propriedades - da Cidade Baixa. Temos um exemplo destas fiscalizações no “Termo de Vistoria”<sup>550</sup> de 22 de julho de 1797, realizada na “Escadinha que desce da Praça para a Praia, onde foi vinda a

<sup>547</sup> WETHERELL, [197-?], p. 125.

<sup>548</sup> FGM: Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1800 a 1812. Estante 09. Número de ordem 174.4 - Folha 101. (21/11/1807)

<sup>549</sup> FGM: Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1837 a 1841. Estante 09. Número de ordem 174.8 – Folha 92. (21/10/1839)

<sup>550</sup> FGM: Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1775 a 1800. Estante 09. Número de ordem 174.3 – Folha 183V. (22/07/1797)

Vereação [...] para examinar as Propriedades de casas arruinadas, em virtude da Portaria do Senhor Governador registrada no livro 8º a p.223 [...]”. Ao longo da visita ao local, na “Casa do Capitão Miguel Roiz de Siqueira” determinou-se que se lançasse “abaixo a varanda”, fazendo a mesma coisa em mais duas casas da “ladeira da Misericórdia”, tendo em vista a segurança da população. Ainda do final do século XVIII, registramos outro documento<sup>551</sup> no qual estas varandas irregulares preocupavam os vizinhos das propriedades denunciadas: em 21 de julho de 1797, requeriam “alguns moradores das casas situadas na Praia” a visita da “Vereação” à “rua do Caminho novo e ladeira que desce do Taboão para a fonte dos Padres”, onde determinaram os peritos que “destruíssem as varandas de trás” em algumas “casas do Convento do Carmo e de outros senhorios”. A partir da segunda metade do século XIX, porém, vamos encontrar com frequência cada vez maior, diferentes registros de varandas, às vezes localizadas na frente das residências (principalmente em áreas suburbanas<sup>552</sup>) ou mesmo nas laterais das casas<sup>553</sup>, fazendo a ligação com os novos jardins<sup>554</sup> que surgem – nas casas mais abastadas, logicamente - junto com as influências modernizantes do século XIX. Estas mudanças, porém, não operam alterações significativas nas modestas casas térreas dos bairros centrais da cidade, objeto principal de nossa pesquisa.

#### 4.1.1.6 Cozinha

Neste item, inicialmente temos que separar as cozinhas em dois tipos, de acordo com a sua situação: existiam em Salvador as cozinhas internas (aquelas que faziam parte do

<sup>551</sup> FGM: Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1775 a 1800. Estante 09. Número de ordem 174.3 – Folha 182.

<sup>552</sup> Temos o exemplo da “roça sita ao Cabula, denominada Sobradinho”, pertencente a João Simões Coimbra, que em 25/10/1858 apresentava uma “casa de telha, varanda na frente, duas salas, quatro quartos, e sala de jantar, toda envidraçada, cozinha fora e senzala para escravos”, além de “todas as mais benfeitorias que na dita roça e casa existem”, orçada em “seis contos e duzentos mil réis [...]”.(APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Viação Santo Antônio Além do Carmo – 1857-1863 – Série 4497)

<sup>553</sup> “O contato da arquitetura com os jardins laterais [...] era resolvido pela presença de varandas apoiadas em colunas de ferro, com gradis, às quais se chegava por meio de caprichosas escadas com degraus de mármore” (REIS FILHO, 1987, p. 46).

<sup>554</sup> Por volta de 1857, James Wetherell reconhecia que “no decorrer dos últimos anos, o gosto pela jardinagem tem aumentado muito. Para alguém que conheça a Bahia, há bastante tempo, é extraordinário verificar como este hábito delicioso vem se tornando comum. Embora não exista muito gosto nos arranjos, [...] jardins vêm aparecendo em todos os cantos” (WETHERELL, [197-?], p.145).

corpo principal da edificação) e as cozinhas externas (ou “cozinha fora”), registradas várias vezes nos manuscritos consultados: aquelas localizadas nos quintais, e que portanto irão merecer um detalhamento maior nesta pesquisa (especificamente quando tratarmos das zonas de serviço das casas em Salvador, no Capítulo 05). Com relação às cozinhas internas, descobrimos ainda que estas podiam existir de forma independente ou então fundir-se com as salas de jantar, funcionando ambas então como um único ambiente (ver texto anterior sobre a sala de jantar). Independente de sua localização, porém, a cozinha não era um local visto com bons olhos, pois para as mulheres da casa,

[...] ir para a cozinha era desdouro. [...] As matronas porfiavam também em ficar longe da cozinha. Cozinha significa cinza, fumaça e cheiro de tempero. Moças e matronas sempre tinham uma parenta mais pobre, uma amiga necessitada ou uma *Catarina* (menina preta dada de presente para aprender a trabalhar). Estas três personagens substituíam as empregadas nas faltas e impedimentos, quando não se efetivavam, sem ordenado ou qualquer regalia, no indesejado mister (VIANNA, H., 1979, p. 30).

Igualmente, “todas as casas tinham fogão construído junto à parede ou no centro da peça”<sup>555</sup>. Nestes casos, “a mesa de madeira de feitio tosco, mesmo quando de fabricação sólida, servia para muitos misteres. Na mesa da cozinha se engomava, se tratava a carne, se lavava prato, se dava banho em menino”<sup>556</sup>.

#### 4.1.1.7 Despensa

Encontramos também alguns registros de despensas nestas “casas térreas”, inclusive nas mais simples:

[...] venda, paga e quitação [...] de uma casa térrea [...] à rua do Areal de cima, número sete, em terreno próprio, tendo porta, e duas janelas, parede de frente

---

<sup>555</sup> VIANNA, H., 1979, p. 32.

<sup>556</sup> Ibid., p. 32.

dobrada, com vinte e um palmos de frente, [...] contendo a dita casa duas salas, um quarto, **despensa** e cozinha [...].<sup>557</sup>

Ou ainda naquelas casas maiores, mais confortáveis e afastadas do centro da cidade:

[...] uma casa térrea, sita aos Currais Velhos, Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo [...], edificada em terreno foreiro [...] de número 101, com quatro braças de frente e nove e meia de fundo, quatro janelas e porta na frente, sala de visitas, cinco quartos, **despensa**, sala de jantar, cozinha, sótão [...].<sup>558</sup>

Infelizmente, também nestes casos as dimensões das despensas não são fornecidas nos manuscritos consultados, o que poderia, com certeza, apontar para alguns hábitos específicos dos baianos, ligados à sua rotina de alimentação e abastecimento. Podemos apenas imaginar que nem sempre estas despensas estivessem totalmente cheias de gêneros alimentícios. Em primeiro lugar, a maioria da população de Salvador era pobre, dificilmente dispendo de altas somas para comprar os gêneros de primeira necessidade em grandes quantidades. Depois, não podemos esquecer-nos da alta umidade existente dentro dos ambientes mal iluminados e ventilados destas antigas casas<sup>559</sup>, o que certamente poderia provocar a deterioração dos alimentos que porventura estivessem estocados por muito tempo sob estas condições adversas.

#### 4.1.1.8 Armazém

Os “armazéns” podem ser encontrados em registros do tipo:

Uma casa nº 51 sita à rua dos Marchantes, freguesia de S. Antônio, medindo de frente 3(3) M(ts) com porta e janela, sala aberta, 2 quartos, sala de jantar, despensa, e cozinha. Salão, 2 quartos e janela. **Armazém** com 2 quartos; pequeno quintal cercado (APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Propriedades Urbanas (1835-1868) – Série 4559 - grifo nosso).

<sup>557</sup> APEB - Seção Judiciária – Livro de Notas 01/04/370 – Folha 99V (grifo nosso). (24/08/1863)

<sup>558</sup> APEB - Seção Judiciária – Livro de Notas 01/05/580 – Folha 41V (grifo nosso). (10/03/1879)

<sup>559</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 205.

Embora a função exata dos armazéns não possa ser determinada tão facilmente, em função da falta de informações contidas nos manuscritos consultados, são os pequenos detalhes, contidos nestes mesmos registros, que levam-nos a poder descobrir algumas pistas importantes. No caso acima, por exemplo, tomamos conhecimento da existência de “quartos” instalados no “armazém” da residência. O que poderia indicar este fato? Seriam os armazéns usados eventualmente como senzalas ou dependências de empregados? Segundo pesquisa de Ana de Lourdes Ribeiro da Costa<sup>560</sup> – *Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX* -, pelo menos um exemplo de armazém destinado à acomodação dos escravos aparece em uma pequena nota do *Diário da Bahia*, edição de 06 de junho de 1859: “R. Ariani fará leilão [...] de boa casa [...] à Rua do Passo, n° 7, com sala de frente e de jantar e 3 quartos, [...] loja com sala de frente e de traz e 2 quartos, estribaria e armazém para escravos”<sup>561</sup>. Por outro lado, caso funcionassem como oficinas (infelizmente não podemos saber ao certo), seriam estes quartos os alojamentos dos mestres e aprendizes? Curiosamente, a mesma situação – armazéns com quartos - ocorre em outro imóvel<sup>562</sup>, nos “Currais Velhos, Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo”:

Escritura de venda, compra, paga e quitação, que fazem D. Viridiana Lúcia Monteiro, D. Ignes Lúcia Dias Monteiro, D. Cândida Monteiro Alves e D. Maria Josepha Monteiro de Amorim ao Doutor Antônio Monteiro Alves de uma casa térrea [...] edificada em terreno foreiro [...] com [...] quatro janelas e porta na frente, sala de visitas, cinco quartos, despensa, sala de jantar, cozinha, sótão, **armazém com quartos** [...].

Na Rua Direita de Santo Antônio além do Carmo, do lado do mar, encontramos uma relação de casas térreas, no lado da encosta, com os seus armazéns situados “por baixo da cozinha”, abrindo para o quintal:

---

<sup>560</sup> COSTA, A., 1989.

<sup>561</sup> COSTA, A., 1989, p. 180.

<sup>562</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/05/580 – Folha 41V (grifo nosso). (10/03/1879)

Uma casa térrea de nº 104, [...], com duas janelas e uma porta, sala de frente forrada, três quartos [de] telha vã, corredor, sala de jantar e cozinha, [...] sendo assoalhado o último quarto até a cozinha, onde tem um armazém com uma porta para o quintal que é em ribanceira [...].<sup>563</sup>

Ou ainda:

Uma casa térrea de nº 108, [...] com porta e duas janelas, sala de visitas, dita de jantar, três quartos, cozinha fora, assoalhada e forrada em parte, e parte de telha vã, **armazém por baixo da cozinha**, com porta para o quintal, o qual é em ribanceira [...].<sup>564</sup>

Na Rua da Cruz do Paschoal, uma transversal da Rua Direita de Santo Antônio além do Carmo, ficava a...

[...] casa térrea de nº 83, [...], Freguesia da Rua do Paço, edificada em terreno próprio, medindo de frente e fundo seis metros e quarenta centímetros, e vinte metros e setenta centímetros de comprimento, com porta e [...] três janelas, sala de jantar, **cozinha em baixo – um armazém com porta e janela para o quintal** [...].<sup>565</sup>

Esta disposição dos armazéns demonstra, mais uma vez, a disposição dos moradores em usar os seus quintais em ribanceira, mesmo quando as autoridades faziam o possível para controlar a ocupação irregular das encostas. Da mesma forma, ela demonstra também a forte relação dos armazéns com os quintais. Portanto, apesar da precariedade das informações obtidas, podemos imaginar que estes armazéns pudessem ter tido uma função mista em Salvador: depósito de gêneros, depósito de ferramentas ou tralhas domésticas, dependências de escravos ou empregados etc., com alguma relação direta com os quintais e suas múltiplas utilidades (ver o Capítulo 05 a este respeito).

---

<sup>563</sup> APEB – Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – Documento 01/70/89/08. (Período: 1900-1902)

<sup>564</sup> APEB – Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – Documento 01/70/89/08 (grifo nosso).

<sup>565</sup> APEB – Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – Documento 01/70/89/08 (grifo nosso). (Período: 1900-1902)

Com esta relação de cômodos, portanto, praticamente esgotamos os ambientes internos das casas térreas (pelo menos de acordo com os dados encontrados nos documentos do século XIX utilizados nesta pesquisa). É possível perceber então a simplicidade do programa adotado para estas residências, praticamente sem diferenças marcantes entre si. Da mesma forma, verifica-se a inadequação destes espaços internos para a realização de uma série de tarefas inerentes à rotina doméstica: lavagem de roupas, lavagem dos grandes utensílios da cozinha, a higiene pessoal (banho, necessidades fisiológicas), etc. (isto sem falar dos espaços necessários à produção daqueles artigos que muitas famílias depois comercializavam pela cidade). Também podemos entender a predileção das famílias pelas áreas abertas localizadas na parte de trás das edificações – varandas, pátios e quintais -, onde o ar fresco e a claridade natural contrastavam com o cheiro de mofo e a escuridão dos quartos de alcova.

Desta forma, já é possível perceber – ainda que de forma parcial - a importância dos quintais para estas residências antigas em Salvador. Quando finalmente estudarmos suas principais características e diferentes utilidades – no Capítulo 05 -, a relação de dependência entre estes espaços livres – os quintais – e as edificações ficará evidenciada de maneira clara e objetiva. Ou seja, acreditamos poder demonstrar, ao final, a necessidade imperiosa dos quintais para o pleno funcionamento das residências em Salvador, justificando, pois, a sua ocorrência na esmagadora maioria das casas descritas em nossas fontes.

## **4.2 O Sobrado**

A maior parte da classe média habitava prédios de dois, três ou quatro andares, com uma porta e duas ou três janelas dando para a rua, só abertas depois que o sol se punha. As peças dos apartamentos tinham designações precisas: sala, 'quarto da sala', 'quarto do meio', 'quarto de dentro' ou 'da sala de jantar', sala de jantar, às vezes uma copa, cozinha e dependências. [...] Nas casas ricas, sobretudo quando ocupavam mais de um andar, havia duas salas de jantar, a 'de baixo' e a 'de cima', sendo a primeira delas o centro da vida familiar; lá se comia, se costurava, se recebiam os amigos. A sala do segundo andar só era aberta por ocasião de grandes festas [...] (MATTOSO, 1992, p. 447).

Os sobrados, “cujo significado referia-se ao espaço sobrado ou ganho em virtude de um soalho suspenso, o que, portanto, podia indicar que estava acima – forros assoalhados – ou embaixo do piso, chegavam a ter dois ou mais andares”<sup>566</sup>. Sua existência em Salvador, segundo Robert Smith é muito antiga. Uma vez “que há referências a casas particulares “de um sobrado” em Salvador desde 1605 a 1606, pode-se presumir com segurança que já existiam na capital do Brasil antes mesmo do fim do século XVI”<sup>567</sup>. Eram, desde então, ocupados geralmente por aqueles moradores com melhores condições financeiras<sup>568</sup>, ou mesmo por aqueles que faziam questão de aparentar uma riqueza aparente, ainda que irreal.

Com uma área interna maior - em comparação com o grosso das “casas térreas” encontradas em Salvador – possuíam também, por conseguinte, uma maior diferenciação nos cômodos (mais salas, mais quartos, pavimento térreo diferenciado etc.), como também nas funções específicas de cada pavimento. Da mesma forma, em função do sistema econômico adotado no Brasil – baseado quase que totalmente na mão-de-obra escrava para os trabalhos manuais, atividades mecânicas e até mesmo para as corriqueiras atividades domésticas - e da própria sociedade existente no país<sup>569</sup>, por um bom tempo estas casas dependiam em grande parte – para o seu funcionamento pleno - dos escravos africanos. Nas palavras de Lúcio Costa,

A máquina brasileira de morar, ao tempo da colônia e do império, dependia dessa mistura de coisa, de bicho e de gente que era o escravo. Se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto, é porque o negro está ausente. Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo - desde negrinhos sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador (COSTA, L., 1962 apud LEMOS, 1978, p. 111).

<sup>566</sup> ALGRANTI, 1997, p. 101.

<sup>567</sup> SMITH, 1975, p. 103-104.

<sup>568</sup> Segundo L. L. Vauhtier, “o *sobrado* significa a aristocracia e a *casa térrea* a plebe. Habitar um sobrado é o objeto único de certas ambições e a condição obrigatória de certas posições sociais” (VAUTHIER, 1975, p. 64).

<sup>569</sup> A este respeito vide o Capítulo 02: “Paisagem Humana”.



Antigamente, portanto,

[...] a falta de água corrente nos cômodos de serviço, a carência de redes de esgoto, as atuações do negro escravo, fazendo a casa funcionar, subindo e descendo as pesadas janelas de guilhotina, buscando água nos chafarizes, levando para bem longe as barricas de fezes, cortando, picando e levando para os fogões fumegantes a lenha buscada no mato, enfim, fazendo tudo para o conforto do branco (LEMOS, 1978, p. 17),

... permitia que muitos sobrados fossem plenamente habitáveis, eliminando alguns contratempos que a falta destes escravos depois viria a representar, quando então estes sobrados “transformaram-se, os mais felizes, em armazéns, hotéis, colégios, pensões, quartéis, repartições públicas, sedes de sociedades carnavalescas. Os outros em cortiços, “cabeças-de-porco” e casas de prostitutas”<sup>570</sup>.

Alguns dos viajantes estrangeiros explicavam a grande altura que estes sobrados podiam apresentar em função “da exiguidade do espaço. Razão válida, por certo, nas paróquias da Conceição da Praia ou do Pilar, na Cidade Baixa ou na paróquia da Sé, onde de fato os prédios de vários andares eram mais numerosos”<sup>571</sup>. Porém, eram nos sobrados que as famílias mais endinheiradas podiam gozar de uma maior liberdade e intimidade em casa, dando-se ao luxo de reservar cada pavimento – nos casos dos sobrados mais altos - para as diferentes atividades domésticas, com a segurança de ter a família – especialmente as mulheres da casa – sempre longe das vistas dos seus convidados e vizinhos<sup>572</sup>. Desta forma,

[...] o que é certo [...] é que dentro dum velho sobrado urbano, mais ortodoxamente patriarcal, estava-se quase sempre, no Brasil do século XVIII ou da primeira metade do século XIX, como num interior de igreja. A luz só entrava pela sala da frente e um pouco pelo pátio ou pela sala dos fundos; pelas

<sup>570</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 183.

<sup>571</sup> MATTOSO, 1992, p. 445.

<sup>572</sup> Apesar desta maior área disponível internamente, “o antigo sobrado foi quase sempre uma casa de condições as mais anti-higiências de vida. Não tanto pela quantidade do material empregado na sua construção, muito menos pelo plano de arquitetura nela seguido, como pelas convenções de vida patriarcal, que resguardavam exageradamente da rua, do ar, do sol, o burguês e sobretudo a burguesa. A mulher e principalmente a menina” (FREYRE, 1968, v. 1, p.183).

frinchas das janelas ou pela telha-vã dos quartos. Evitava-se o sol. Tinha-se medo do ar (FREYRE, 1968, v. 1, p. 204).

Em termos de largura, os sobrados geralmente apresentavam dimensões um pouco superiores às das casas térreas (embora tenhamos exemplos em que estes podiam ser tão estreitos quanto estas últimas), mas mesmo assim, nos antigos núcleos urbanos, de acordo com os documentos pesquisados, raramente ultrapassavam os seis ou sete metros. Muitos, aliás, tinham - tal qual a maioria das casas térreas - apenas “duas janelas e porta”: este era o caso, por exemplo, do sobrado de nº 85, situado na Rua Direita de Santo Antônio Além do Carmo, arrolado no inventário de Afonso Joaquim Ferreira Caldas<sup>573</sup>. Outros sobrados, porém eram ainda menores: com apenas uma “porta e janela sem vidraça”<sup>574</sup>, encontramos um sobrado na Rua do Sodré, pertencente a Joaquim Gonçalves Maia. Na Rua dos Marchantes, número 51, outro sobrado de “porta e janela” com apenas 3,30 metros de largura<sup>575</sup> aparece num fragmento de manuscrito datado de 1861. As exceções, porém, surgem com até oito (“[...] trinta e seis e meio palmos de frente [...]”<sup>576</sup>) ou mesmo 9,90 metros de frente<sup>577</sup>, mas estes sobrados não eram comuns em Salvador e os manuscritos refletem esta situação.

#### 4.2.1 Sobrados - O Pavimento Térreo

De acordo com os testemunhos de viajantes e cronistas do período (século XIX), no andar térreo dos sobrados localizados nas zonas residenciais, abrindo-se diretamente para a rua, estavam então localizadas todas aquelas dependências ligadas ao funcionamento da casa, produtoras de sujeira ou barulhos indesejáveis: o estábulo,

<sup>573</sup> APEB – Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – documento 01/70/89/09. (Período: 1900-1902)

<sup>574</sup> Este era o caso, por exemplo, do sobrado pertencente (em 1913) a Joaquim Gonçalves Maia, localizado na Rua do Sodré (APEB - Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – documento 06/2711/10).

<sup>575</sup> APEB - Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Tesouraria – Propriedades Urbanas (1835-1868) - Série 4559.

<sup>576</sup> APEB, 1948, p. 67.

<sup>577</sup> Exemplo: “[...] uma casa de sobrado sita a rua da Oração, que faz ângulo com a rua dos Ossos [...] com quarenta e cinco palmos de frente [...]” (APEB - Seção Judiciária – Livro de Notas 01/04/293 – Folhas 21 e 22). (06/05/1849)

cocheiras, “cômodos para criados”<sup>578</sup>, banheiros etc. Se, porém, o sobrado estivesse localizado...

[...] em uma rua comercial, em vez de porta única, a casa teria três. O vestíbulo se transformaria em corredor, servido por uma das portas laterais e os quartos, postos, assim, em comunicação direta com a rua, seriam rigorosamente separados do resto, convertendo-se na oficina ou na habitação de algum industrial modesto ou em botequim igualmente humilde. Todavia, as pessoas que se respeitam não admitem semelhantes concessões ao espírito moderno e o rés-do-chão ficaria de preferência desocupado. Entretanto, encontra-se meio de utilizá-lo. O aposento estreito da frente é reservado aos escravos homens, que, sem ele, dormiriam nos corredores ou nos patamares, e o quarto que dá para o pátio serve para acolher os hóspedes e os parentes que chegam do interior, - coisa necessária em um país onde não há hotéis para viajantes, - ou é destinado a rapazes ou aos filhos que passaram de quatorze ou quinze anos (VAUTHIER, 1975, p. 43).

Em Salvador, na Cidade Baixa – zona comercial por excelência -, coisa semelhante também acontecia, de acordo com depoimento de Quirijn Ver Huell (1807-1810). Segundo este oficial holandês, nos sobrados próximos à zona do porto, morava um grande número de negras libertas, dedicadas ao “comércio de alimentos”, que efetivamente residiam “em pequenas lojas na Cidade Baixa”<sup>579</sup>. De maneira geral, no entanto, o pavimento térreo raramente era ocupado com moradias enquanto ainda neles residiam as ricas famílias de Salvador. De fato, somente as pessoas muito humildes ou sem outra opção aceitavam viver sob tais condições: “[...] o primeiro indício da decadência de uma família era sua mudança para um alojamento térreo. Na ocorrência de tal infortúnio, a família se tornava extremamente discreta, evitando todo o convívio social [...]”<sup>580</sup>.

Seguindo o mesmo procedimento adotado para o estudo das “casas térreas”, passamos a listar, a seguir, os cômodos que eventualmente seriam encontrados nos pavimentos térreos dos sobrados em Salvador – tanto os ocupados por

<sup>578</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - nº de ordem 150. (12/08/1892)

<sup>579</sup> VER HUELL, 1976, p. 301.

<sup>580</sup> MATTOSO, 1992, p. 447.

estabelecimentos comerciais quanto aqueles adaptados à moradias de aluguel. Lembramos que partimos sempre das informações contidas nas fontes primárias consultadas – inventários, testamentos, escrituras e vistorias etc. – para elaborar o seguinte quadro descritivo:

#### 4.2.1.1 Cocheiras

As cocheiras estão presentes em muitos sobrados de Salvador e isto é facilmente explicado pela importância que tinham os cavalos<sup>581</sup> no transporte de pessoas e produtos através das regiões da cidade que não dispunham de atracadouros apropriados para o atendimento pelas embarcações que então abundavam na Baía de Todos os Santos<sup>582</sup>, e ainda por cima numa época em que os transportes públicos ainda eram limitados e precários<sup>583</sup>. Nos “Termos de Alinhamentos e Vistorias” do município, encontramos vários exemplos de pedidos de moradores para alterarem as fachadas de seus sobrados, de forma a “abrir uma nova porta e fazê-la de Cocheira”<sup>584</sup>. Podemos tomar como exemplo o requerimento<sup>585</sup> – deferido – de José Maria de Pina e Mello, que em 20 de julho de 1818 solicitava oficialmente permissão para criar uma cocheira em seu sobrado, localizado então na “Rua Direita do Colégio”.

---

<sup>581</sup> “Assim, o cavalo é um auxiliar indispensável do brasileiro que se preza e toda casa bem posta tem a sua cocheira, colocada sempre [...] a um ângulo do pátio e aberta a todos os ventos” (VAUTHIER, 1975, p. 43).

<sup>582</sup> “Durante a maior parte do século XIX, Salvador continuou a ligar-se à vilas e arraiais de sua Província pelos métodos tradicionais, ou seja, as vias marítimas e fluviais e os animais de carga [...]” (MATTOSO, 1992, p. 59).

<sup>583</sup> A primeira linha ferroviária “que partia de Salvador em direção ao Rio Joanes, data de 1860” (MATTOSO, 1992, p. 59); o primeiro sistema de transporte urbano a prescindir da tração animal foi criado apenas em 1871, quando foi então “instalada uma linha entre a Barroquinha e Sete Portas; era uma espécie de vagão, puxado por uma locomotiva a vapor montada sobre enormes rodas revestidas de borracha vulcanizada, que até podia subir a íngreme ladeira da Conceição da Praia” (MATTOSO, 1992, p. 443).

<sup>584</sup> FGM – Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1817 a 1827. Estante 09. Número de ordem 174.6 – 301 folhas.

<sup>585</sup> FGM – Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1817 a 1827. Estante 09. Número de ordem 174.6 – Folha 29V. (20/06/1818)

#### 4.2.1.2 Lojas

Sendo uma cidade fortemente ligada ao comércio, em muitos sobrados da cidade o pavimento térreo, quando não aproveitado pela própria família residente no imóvel ou mesmo alugado a famílias mais pobres, costumava ter uma “loja de aluguel”<sup>586</sup>, como forma de complementar a renda de seus proprietários. Temos vários exemplos de sobrados com suas “lojas” ou “sobrelojas” instaladas:

- a) Hermenegildo da Silva Sena adquire em maio de 1849 um sobrado<sup>587</sup> situado na “rua da Oração, que faz ângulo para a rua dos Ossos”, “com quarenta e cinco palmos de frente, **loja de aluguel** com porta e duas janelas [...]”.
- b) O próprio Hermenegildo da Silva Sena, menos de um mês antes desta aquisição<sup>588</sup>, havia vendido outra “propriedade de casas de sobrado, de um andar, com **loja**, [...] em chãos próprios, livre e desembargada de todos e quaisquer Ônus, sita à rua direita das Portas do Carmo do lado do mar”.
- c) Mais tarde<sup>589</sup> (em 1863), na mesma rua, “D. Maria Umbelina d’Almeida e D. Ângela do Bom-fim Almeida” compravam duas moradas do “lado do mar, contíguas”, sendo uma “de sobrado de um andar com três janelas, e **loja** com porta de entrada e duas janelas”.

Alguns sobrados, porém, podiam ter várias lojas no pavimento térreo, tal como registrado na...

[...] propriedade de sobrado, sita ao Largo do Desterro, que faz quina para a Ladeira de Sant’Anna, com trinta e seis e meio palmos de frente, em terreno próprio, de pedra e cal, com uma **sobre loja**, pertencente ao andar superior, e **quatro lojas de alugar** [...]” (APEB, 1948, p. 67, grifo nosso),

<sup>586</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/293 – Folha 63. (22/10/1849)

<sup>587</sup> APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/293 - Folhas 21 e 22 (grifo nosso). (06/05/1849)

<sup>588</sup> APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/293 - Folha 12V (grifo nosso). (27/04/1849)

<sup>589</sup> APEB – Seção Judiciária – Livro de Notas 01/04/368 – Folha 54 (grifo nosso). (07/05/1863)

... sobrado este pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santana em levantamento de 1853. No sobrado adquirido por José Gonçalves de Oliveira<sup>590</sup> em julho de 1849, situado na rua Direita de Santo Antônio além do Carmo, informa-se inclusive a natureza do comércio existente no térreo: “[...] que se acha ocupado com venda de molhados [...]”. Igualmente, no sobrado de número 85, “sito à rua dos Perdões, antiga Fonte de Santo Antônio”, comprado em 1893 por Domingos Pinheiro Garrido e Salvador Oitavens<sup>591</sup>, encontrava-se no pavimento térreo “porta de entrada e duas portas da loja de rendimentos ocupada por uma venda”.

Porém, a levarmos em conta os dados contidos em nossas fontes de pesquisa, muito numerosos em Salvador eram também os sobrados com seus pavimentos térreos ocupados por moradias, a evidenciar sua enorme população pobre, que não dispunha de recursos para construir sua própria casa, tendo que submeter-se, portanto, a esta posição humilhante<sup>592</sup>. Desta forma, vamos encontrar nos registros destes imóveis todas aquelas dependências associadas à função residencial: as salas e os quartos<sup>593</sup>, as cozinhas<sup>594</sup>, e até mesmo as varandas<sup>595</sup>; eventualmente encontramos também um

---

<sup>590</sup> APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/293 - Folha 34V. (12/07/1849)

<sup>591</sup> APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/07/935 - Folha 45.

<sup>592</sup> MATTOSO, 1992, p. 447.

<sup>593</sup> Exemplos: “Um sobrado de nº 87, sito á rua direita de Santo Antônio além do Carmo, Freguesia do mesmo nome, medindo de frente e fundo seis metros e dezenove centímetros e de comprimento vinte um metros e noventa centímetros. Pavimento térreo com duas janelas e porta, duas salas, dois quartos [...] (APEB – Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – Documento 01/70/89/08 – Período: 1900-1902); No sobrado pertencente ao cônego Francisco Pereira de Souza (APEB – Inventários e Testamentos – Documento: 05/2134/2603/02 – Período: 1877), localizado na “estrada da Vala”, constavam do pavimento térreo “duas salas, uma de frente e outra de jantar, quatro quartos, varanda e cozinha”; no “sobrado com sótão, sito à rua direita de Santo Antônio” (APEB – Inventários e Testamentos – Documento: 07/2963/0/19 – Período: 1894-1900), pertencente a José Fernandes de Carvalho Braga, o pavimento térreo estava composto de “sala de frente, sala de jantar, três quartos, cozinha e banheiro”.

<sup>594</sup> Além dos exemplos citados para o caso das salas e quartos, podemos mostrar ainda: “[...] uma casa nº 51 sita à rua dos Marchantes, freguesia de Santo Antônio, [...] com porta e janela, sala aberta, 2 quartos, sala de jantar, [...] e cozinha [...]” (APEB - Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Tesouraria – Propriedades Urbanas (1835-1868) - Série 4559).

<sup>595</sup> Ao final do século XIX (11/08/1892), no sobrado de número 28 da Rua da Cruz do Paschoal (Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis - número de ordem 149), pertencente ao “Capitão Bento Beryllo da Silva e Oliveira”, registra-se um pavimento térreo bastante amplo: “[...] medindo de frente 10 m. e 40 c., com loja com entrada para a porta principal do sobrado, com 3 janelas, sala de visita, gabinete, 4 quartos, sala de jantar” e, ao final, “varanda toda envidraçada”. Igual situação apresentava o sobrado pertencente a Rosa da Cruz Paraíso, adquirido em 12 de agosto de 1892 (Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - nº de ordem 150), que tinha no pavimento térreo “medindo 14 m. e 60 c. de largura, [...] 2 salas, 6 quartos, corredor no centro e dando entrada para a sala de jantar, 1 varanda no fundo em toda a largura da propriedade”.

gabinete<sup>596</sup> ou uma despensa<sup>597</sup>, ambientes também, de certa forma, ligados ao cotidiano doméstico. Também nestes sobrados, como apontamos anteriormente para as “casas térreas”, os **quintais** estão presentes (de acordo com as mesmas fontes), reforçando o que dissemos anteriormente a respeito de sua importância – e utilidade – para as residências em Salvador, independente da condição social de seus proprietários.

A este respeito, por sinal, surge neste ponto uma dúvida interessante: estando ocupado totalmente por diferentes famílias, habitando os diferentes pavimentos, quem, afinal, detinha o uso do quintal nestes sobrados? Hierarquicamente, somos levados a crer que a família mais rica, moradora dos pavimentos superiores, poderia talvez impor certas condições para o uso do quintal pelos seus vizinhos de baixo. Porém, devido à própria proximidade – ampliada pelo convívio diário - e às semelhanças das necessidades básicas de qualquer família no período, somos levados a crer que, de algum modo, todos pudessem usufruir destes espaços não-edificados e protegidos. Aliás, esta parece ter sido a situação dos dois sobrados de aluguel<sup>598</sup> situados na “rua do Cais Dourado, freguezia do Pilar”, que em 1880, em função de obras públicas realizadas na localidade, perderam os seus quintais. Segundo os proprietários – que exigiam uma indenização -, além de dar “grande valor às ditas duas propriedades”, os referidos quintais proporcionavam uma grande comodidade “aos inquilinos do lado do mar”, indicando, pois, um uso comum dos mesmos.

De qualquer forma, a partir deste pavimento térreo, fazia-se então o acesso aos demais pavimentos da edificação através de escadas – internas ou externas. As escadas internas geralmente comunicavam-se com o corredor principal da casa, recorrendo-se, por vezes, a portas – em madeira, com treliças - para garantir a privacidade dos seus habitantes, barrando a entrada direta e desavisada de estranhos ou visitantes inesperados.<sup>599</sup>

---

<sup>596</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - número de ordem 149. (11/08/1892)

<sup>597</sup> APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Propriedades Urbanas (1835-1868) – Série 4559.

<sup>598</sup> APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Propriedades Urbanas (1869-1882) – Série 4563. (27/02/1880)

<sup>599</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 75.



**Figura 10:** HOLTHER, J. (Sem título). 1998. 1 fot., color, 10cm x 15cm. Foto interna da “Casa das Sete Mortes”, situada na Rua Ribeiro dos Santos, número 24, no Santo Antônio.

A porta da rua está aberta. No vestíbulo, por onde se entra, encontra-se um negro velho, trançando um chapéu de palha. Queremos falar ao dono da casa. Ele nos conduz a uma escada reta, iluminada pelo alto, e nos precede. Em cima, a escada é fechada por uma porta vasada. O negro toca a sineta. Uma figura de mulher negra ou fortemente bronzada em breve aparece entre as grades. Depois de algumas palavras trocadas com o introdutor, ela vai ver se o senhor está em casa. Passos de criança atravessam o corredor; ouve-se o farfalhar de um vestido de mulher; e, depois de uma espera mais ou menos longa, a porta se abre, enfim (VAUTHIER, 1975, p. 39-41).



#### 4.2.2 Sobrados – Pavimentos Superiores

Como dito anteriormente, os sobrados podiam ter vários pavimentos, dependendo das necessidades dos seus proprietários, bem como de sua posição social e situação financeira. Os diferentes pisos destes andares, por sua vez, eram geralmente compostos “exclusivamente de um soalho simples de tábuas repousando diretamente sobre barrotes que o sustentam. Nas construções antigas, chamam a atenção o pequeno espaçamento e as dimensões extraordinárias que tinham essas peças”<sup>600</sup>. De maneira geral, porém, “quando os elementos são bem escolhidos”, as tábuas de madeira formam “superfícies magníficas, que adquirem, pelo uso, um lustro muito bonito”<sup>601</sup>.

Obviamente que quanto maior o número de pavimentos nesses sobrados, maior era também a quantidade dos cômodos – salas e quartos principalmente. Numa cidade de topografia tão acidentada como Salvador, por vezes os sobrados conseguiam até mesmo possuir entradas independentes para os seus diferentes pavimentos. Podemos tomar como exemplo desta situação o sobrado<sup>602</sup> “de número oitenta e cinco, sito à Rua do Sodré, distrito de São Pedro, [...] medindo de frente cinco metros e oitenta centímetros”. Em seu pavimento térreo, uma “loja com porta e janela sem vidraça, tendo uma sala, um quarto, e corredor com fogão, e latrina, fundo entaipado, chão cimentado”. No primeiro pavimento, no entanto, em função da diferença de nível do terreno, existia então uma outra “porta de entrada” independente, “e três janelas de peitoris com vidraça, com duas salas, dois quartos” e, do lado de fora, “cozinha [...], latrina, banheiro e quintal murado com dependência e saída para um beco [...]”; complementando o mesmo imóvel, “sótão com três janelas para o telhado da frente e três para o do fundo”, todo o edifício avaliado “de comum acordo em dez contos de reis [...]”.

De uma maneira geral, estavam os diferentes pavimentos ocupados com os mesmos

---

<sup>600</sup> VAUTHIER, 1975, p. 55.

<sup>601</sup> Ibid., p. 56.

<sup>602</sup> APEB - Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – Documento 06/2711/10. (Período: 1913)

cômodos<sup>603</sup>; repetia um andar os ambientes dos pavimentos inferiores – com exceção dos cômodos do pavimento térreo, obviamente, espaço este, como visto anteriormente, ocupado por moradias de aluguel, por algum tipo de comércio ou mesmo por algumas dependências ligadas aos serviços da casa (quartos de empregados ou escravos, cocheiras etc.) que permaneciam somente no “rés-do-chão”<sup>604</sup>.

Desta forma, vamos encontrar estes pavimentos superiores geralmente ocupados pelas salas de visitas<sup>605</sup>, alguns quartos de alcova, sem iluminação ou ventilação direta<sup>606</sup> e a sala de jantar<sup>607</sup>. Obviamente que nos sobrados mais simples, porém, com apenas dois pavimentos, sendo o “rés-do-chão” ocupado geralmente por algum tipo de comércio (ou alugado a outras famílias mais humildes)<sup>608</sup>, a sala de visitas nobre era então única no sobrado, mas nem por isso acabava recebendo um melhor tratamento com referência ao mobiliário colocado à disposição das convidadas<sup>609</sup>. L. L. Vauhtier,

<sup>603</sup> “A casa, porém, tem três andares, sem contar o sótão; o segundo e o terceiro são exatamente a repetição do primeiro e o sótão adapta-se à mesma disposição. Não há, pois, necessidade de maiores explicações” (VAUTHIER, 1975, p. 44).

<sup>604</sup> VAUTHIER, 1975, p. 43.

<sup>605</sup> Justamente por receber as visitas em grande estilo, estas salas eram geralmente mais espaçosas e bem iluminadas que as salas de vistas que presenciamos na maioria das “casas térreas” humildes: “[...] sala forrada com quatro janelas na frente, bacias e grades de madeira [...]” (APEB - Seção: Judiciária - Livro de Notas 01/04/293 - Folhas 21 e 22 – 06/05/1849), ou ainda “[...] quatro janelas rasgadas com bacia de Cantaria de Lisboa, e grades de ferro [...]” (APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/293 - Folha 63 – 22/10/1849).

<sup>606</sup> Em geral, os sobrados encontrados em nossa pesquisa dos manuscritos apresentam - na maioria dos casos - de dois a três quartos no primeiro pavimento. Por vezes, porém, o número de quartos chegava a quatro ou mesmo cinco unidades no mesmo andar. Como exemplos, podemos citar o sobrado de nº 28 da Rua da Cruz do Pascal (Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - nº de Ordem 149), bastante largo (10 metros e 40 centímetros), adquirido em 11/08/1892 pelo “Capitão Bento Beryllo da Silva e Oliveira”, contendo no seu primeiro andar “[...] 4 janelas de frente com grades de ferro corridas sobre bacias de Cantaria de Lisboa, grande sala de visitas, 4 quartos, sala de jantar [...]”. Encontramos um outro sobrado com um número ainda maior de quartos: “[...] uma morada de casas de sobrado, de um andar [...] sita à rua do Areal de Cima [...], com porta e gabinete, quatro janelas rasgadas [...], cinco quartos maiores, e menores [...]” (APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/293 - Folha 63 – 22/10/1849).

<sup>607</sup> Segundo Kátia Mattoso, “nas casas ricas, sobretudo quando ocupavam mais de um andar, havia duas salas de jantar, a ‘de baixo’ e a ‘de cima’, sendo a primeira delas o centro da vida familiar; lá se comia, se costurava, se recebiam os amigos. A sala do segundo andar só era aberta por ocasião de grandes festas [...]” (MATTOSO, 1992, p. 447).

<sup>608</sup> Como, por exemplo, o sobrado de nº 85, “sito à rua dos Perdões, antiga Fonte de Santo Antônio, freguesia de Santo Antônio desta cidade”, cujo pavimento térreo encontrava-se – em 1893 – todo ocupado por “uma venda”, mas que tinha em cima “três janelas de peitoris, duas salas, dois quartos e cozinha, tendo quatro janelas na parede lateral do norte” (APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/07/935 - Folha 45).

<sup>609</sup> “[...] uma vez que a precariedade do mobiliário e dos ambientes domésticos era comum a toda a Colônia, salvo algumas exceções, [...]. No geral, a modéstia do mobiliário fica evidente nos depoimentos colhidos [...]” (ALGRANTI, 1997, p. 105).

em 1843, testemunhava esta simplicidade nos sobrados do Recife:

As paredes da sala são caiadas; os elementos de madeira, pintados de cinzento claro. O mobiliário é dos mais simples. No meio, há uma mesa redonda, sustentada por uma coluna maciça, de onde partem três pés trabalhados com mais ou menos gosto. À esquerda, ao longo da parede, um canapé de madeira escura, com assento de palhinha, onde se acha instalado o dono da casa, e, aos lados, estão simetricamente dispostas as cadeiras de construção semelhante à do canapé. Algumas vezes, nos alizares, entre as janelas da fachada, vêem-se estreitos consolos ou mesas de jogo com tampo retangular; depois, a um ângulo, pendurada obliquamente em dois ganchos, uma rede que acaba de ser usada e que balança ainda. O dono da casa se ergue e nos recebe cortesmente. Faz-nos sinal para nos sentarmos às cadeiras apoiadas no canapé. [...] A porta da alcova está fechada cuidadosamente e não ouvimos ruído algum. Mas, se aí lançássemos um olhar, veríamos a momentos erguer-se uma das cortinas de musselina que guarnecem por dentro as folhas envidraçadas, e avistaríamos alguma fisionomia esperta que examina curiosamente os visitantes. São as crianças da casa, por vezes a própria dona da casa, que passam pelo pequeno corredor dissimulado entre as alcovas, atrás do vão da escada (VAUTHIER, 1975, p. 39-41).

Eventualmente encontramos também as cozinhas<sup>610</sup> - no levantamento dos “Bens de Raiz” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Baixa dos Sapateiros, encontramos o sobrado “de um andar, e sobre loja, sita na Ladeira do Carmo, [...] contendo no sobrado uma sala, [...] dois quartos, sala de jantar e cozinha [...]”<sup>611</sup> - e varandas<sup>612</sup>. Percebe-se, porém, que estas varandas localizadas nos pavimentos superiores, em contraste com as varandas do pavimento térreo, geralmente abertas e em contato direto com o quintal, são fechadas (“envidraçadas”).

<sup>610</sup> Temos como exemplos: o sobrado de nº 85, “sito à rua dos Perdões, antiga Fonte de Santo Antônio, freguesia de Santo Antônio desta cidade”, cujo pavimento superior possuía – em 1893 – “três janelas de peitoris, duas salas, dois quartos e cozinha [...]” (APEB - Seção Judiciária - Livro de Notas 01/07/935 - Folha 45).

<sup>611</sup> APEB, 1948, p. 98-99.

<sup>612</sup> No sobrado de número 28 da Rua da Cruz do Pascoal, pertencente ao “Capitão Bento Beryllo da Silva e Oliveira” (comprado em 11 de agosto de 1892), informa-se possuir, em seu “andar superior”, “[...] 4 janelas de frente com grades de ferro corridas sobre bacia de Cantaria de Lisboa, grande sala de visitas, 4 quartos, sala de jantar e varanda toda envidraçada”, sendo ainda “todos estes cômodos [...] forrados” (Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Trncrição dos Imóveis - nº de ordem 149).

Por vezes, registramos até mesmo, os “quartos de banho” nestes pavimentos superiores. No sobrado localizado Rua do Passo, número 34, por exemplo, adquirido em 10 de fevereiro de 1898 por Germano Francisco de Assis<sup>613</sup>, são listados os seguintes cômodos no primeiro pavimento: “[...] no 1º andar tem sala de frente com 3 janelas rasgadas, com varandas de ferro sobre bacias de Cantaria [...], 2 quartos, sala de jantar [...], 5 quartos, [...], quartos para banho, sala de jantar [...]”. Ou seja, podemos acreditar na presença de pelo menos dois cômodos destinados à higiene pessoal, denominados neste registro de compra e venda do imóvel como “quartos de banho” (no plural). Da mesma forma, havia em todo o prédio “encanamento para água e gás”, o que nos leva a crer que àquela altura – 1898 – já se tomassem banhos neste sobrado usando os “modernos” recursos hidráulicos (chuveiros ou torneiras), ao invés do antigo banho de bacia ou gamela<sup>614</sup>.

### 4.3 O Funcionamento das Casas em Salvador

Essa extroversão, essa fragmentação da zona de serviço em várias dependências transformou os quintais posteriores em verdadeiras áreas de circulação e distribuição onde o trânsito de servos e mulheres era incessante, buscando e trazendo mantimentos e comida, lavando e corando a roupa, beneficiando os cereais, [...] tratando os animais domésticos, ralando a mandioca da farinha e quantas coisas mais não se fazia (LEMOS, 1978, p. 67).

Enquanto perdurou o sistema escravocrata no Brasil, praticamente todo o serviço braçal e até mesmo atividades mecânicas com algum grau de sofisticação (marcenaria, serralheria, artesanato etc.) dependiam totalmente da mão-de-obra escrava<sup>615</sup>. Com a casa brasileira, não seria diferente. Os escravos urbanos eram, em última análise, os responsáveis pelo bom funcionamento das casas em Salvador: representavam a engrenagem principal da “máquina brasileira de morar”<sup>616</sup>. Enquanto os senhores

<sup>613</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca de Salvador – Livro 03 de Transcrição dos Imóveis – nº de ordem 1410. (10/02/1898)

<sup>614</sup> LEMOS, 1978, p. 16-17.

<sup>615</sup> MATTOSO, 1992, p. 169.

<sup>616</sup> COSTA, L., 1962 apud LEMOS, 1978, p. 111.

ociosamente descansavam em casa grande parte do dia, saindo apenas ao final da tarde para os passeios rotineiros, seus escravos dedicavam-se ao pequeno comércio – perambulando pelas ruas em busca de clientes interessados em seus produtos ou serviços – ou então às atividades domésticas mais variadas – abastecimento de água, lavagem de roupas e dos objetos da cozinha, limpeza e produção de alimentos etc. Nem mesmo às antigas sinhás interessavam estas tarefas, por mais ociosas que fossem suas vidas: trabalho em casa era coisa desprestigiada, inadequado às moças de boa família. Preocupavam-se elas apenas em comandar seus escravos, “mucamas” e “moleques”<sup>617</sup>, certificando-se que estes tivessem o que fazer, seja correndo atrás do sustento dos seus senhores ou mantendo em ordem a sua casa:

[...] a boa mãe de família não deveria preocupar-se senão com a administração de sua casa, levantando-se cedo a fim de dar andamento aos serviços, ver-se partir a lenha, se fazer o fogo na cozinha, se matar a galinha mais gorda para a canja; a fim de dar ordem ao jantar, [...] e dirigir as costuras das mucamas e mulecas, que também remendavam, cerziam, remontavam, alinhavam a roupa da casa, fabricavam sabão, vela, vinho, licro, doce, geléia. Mas tudo devia ser fiscalizado pela iaiá branca, que às vezes não tirava o chicote da mão (FREYRE, 1968, v. 2, p. 109).

Outra importante característica das antigas casas em Salvador, que merece ser novamente lembrada neste capítulo, é a sua forte relação com o ambiente externo. Ou seja,

[...] dada a precariedade das instalações dos locais de lavagens, ou limpeza, de utensílios, mormente no que dizia respeito aos sistemas de desvios das águas residuais ou servidas, o agenciamento da zona dos serviços domésticos [...] pedia ligações, as mais amplas, com o exterior” (LEMOS, 1978, p. 35).

Recorria-se então às fontes públicas, poços nativos, cisternas ou barricões para o abastecimento regular de água<sup>618</sup>; os “tigres” esvaziados nas praias durante a noite,

---

<sup>617</sup> VER HUELL, 1976, p. 198.

<sup>618</sup> LEMOS, 1978, p. 34-35.

eliminando os dejetos domésticos<sup>619</sup>, compensavam a falta de um eficiente sistema de saneamento básico; as roupas lavadas na beira de rios e lagoas<sup>620</sup>; os banhos tomados nos rios<sup>621</sup> evitando o transporte de grandes volumes de água etc. Aliás,

A lei do mínimo esforço fazia, e ainda faz, com que se transportasse para a casa a água estritamente precisa às pequenas limpezas, à cozinha e aos raros banhos de gamela, porque bom mesmo, e também mais prático, era o banho “na água grande”, no ribeirão, na lagoa (LEMOS, 1978, p. 34).

Nada mais natural, portanto, que os quintais – espaços externos, próximos às edificações e geralmente protegidos por muros ou cercas - também viessem a desempenhar um papel fundamental no funcionamento das residências, acomodando parte dos serviços que necessariamente não poderiam – por segurança, higiene ou comodidade – ser executados dentro de casa. São nos quintais, portanto, que irão concentrar-se quase todos os elementos – cozinhas externas, telheiros, latrinas, casas de banho, estrebarias, jiraus etc. - ligados aos serviços domésticos: limpeza, produção de alimentos, higiene pessoal etc<sup>622</sup>.

Através da pesquisa direta nos documentos do século XIX, vamos então confirmar a presença destes espaços e elementos que, em conjunto, formavam a zona de serviço das residências em Salvador. Por serem os quintais tão comuns pela cidade – poucos as edificações residenciais que não os tinham em Salvador – acreditamos poder afirmar que efetivamente faziam falta às moradias que não podiam dispor desta área livre tão versátil. Ou seja, numa cidade com as características sociais e econômicas como as apresentadas por Salvador no século XIX, aliado às condições específicas de moradia

---

<sup>619</sup> Postura 32, aprovada em 25/02/1831 (FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5 - Folha 20): “O despejo imundo das casas será levado ao mar em vasilhas de pau cobertas, depois das oito horas da noite: os que foram apanhados antes da hora marcada, ou fazendo o despejo nas ruas, e outros lugares públicos, serão incurso na pena de 2\$000 réis, ou vinte e quatro horas de prisão. Ficam os senhores responsáveis por seus escravos”.

<sup>620</sup> Postura 31, aprovada em 25/02/1831 (FGM: Posturas – 1829 a 1859 – Estante 08. Número de ordem 119.5 - Folha 18V): “Enquanto as fontes públicas não receberem um melhoramento amplo que se possa nelas estabelecer tanques separados para lavagem de roupas, fica proibida tal lavagem nas mesmas fontes, pena de 4\$000 réis, ou quatro dias de prisão. Excetuam-se desta disposição as lavagens nos diques e rios”.

<sup>621</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 195.

<sup>622</sup> A este respeito, ver adiante o Capítulo 05 – “Os Quintais” -, item 5.3 (“Os Quintais: Zonas de Serviços das Casas em Salvador”).

de sua população, o quintal tornava-se efetivamente parte integrante e inseparável das edificações, levando alguns moradores inclusive a criarem alternativas próprias que suprissem a sua eventual falta.

Corroborando esta afirmação, vamos encontrar registros de imóveis em Salvador nos quais determinados terrenos baldios são adquiridos por proprietários de imóveis vizinhos, funcionando então, na prática, como os “quintais” destas casas, demonstrando de forma inquestionável a sua necessidade e utilidade. Este é o caso, por exemplo, do registro de venda<sup>623</sup> que, em 1863, Manoel do Carmo de Jesus faz a Joaquim Machado Cayres de “uma quarta parte de uma casa” localizada “à estrada das Boiadas”, e mais um “terreno contíguo que serve de quintal [...]”. Da mesma forma, a casa térrea vendida em 1878 a José Antônio dos Santos Guerra<sup>624</sup>, localizada “no lugar denominado São João”, na “freguesia de Pirajá”, dividia-se “de um lado com terreno baldio, que serve de quintal da mesma casa e pelo outro com um beco [...]”. Certamente estariam em desvantagem, portanto, aquelas casas que não tinham os seus próprios quintais, perdendo em funcionalidade ou mesmo em conforto e segurança dos seus proprietários.

---

<sup>623</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/370 – Folha 140. (05/11/1863)

<sup>624</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/05/580 – Folha 05V. (15/10/1878)

## 5. Os Quintais

A parte inicial deste trabalho, desenvolvida nos capítulos anteriores, buscou traçar um perfil - bastante resumido - da cidade e de seus habitantes, levantando uma série de informações a respeito da evolução de Salvador, da composição de sua população, da sua vida econômica etc. A inclusão deste estudo preliminar, ocupando efetivamente uma parte considerável desta pesquisa, reflete a necessidade de conhecermos previamente os usuários destes espaços urbanos – os quintais – e as particularidades da cidade que escolhemos como objeto do nosso estudo – Salvador, capital da Bahia – ao longo do século XIX. Por acreditarmos na integridade do conjunto formado pelas residências e seus respectivos quintais, bem como na relação estreita existente entre a realidade de uma cidade e seus habitantes, não poderíamos, em nosso entendimento, excluir esta análise – por mais extensa que fosse – do nosso trabalho. Ou seja, entendendo quem eram e como viviam os usuários dos quintais em Salvador, poderemos, ao final, comprovar sua inserção plena no cotidiano da cidade.

Desta forma, neste último capítulo procuramos desenvolver o conhecimento específico a respeito dos quintais, reunindo os diferentes fragmentos de informação encontrados nos milhares de manuscritos originais do século XIX consultados, comparando-os constantemente com os depoimentos de viajantes e cronistas do mesmo período. Da união destas duas importantes fontes de pesquisa procuramos então montar um amplo painel de informações relativas aos quintais, identificando sua importância – e participação – em diferentes aspectos da vida social, econômica e cultural da cidade

### 5.1 Conceito

Entendemos por *quintal*, de acordo com a pesquisa terminológica<sup>625</sup> que realizamos em publicações do século XIX, o espaço “na cidade [...] ou vila”<sup>626</sup>, “de ordinário junto à

---

<sup>625</sup> Ver resultado desta pesquisa no *Apêndice A*, ao final deste trabalho, páginas 248 a 250.

<sup>626</sup> SILVA, 1823, t. 1, p. 578.



casa de habitação<sup>627</sup>, protegido por muros ou cercas<sup>628</sup> e ocupado normalmente por “arvoredos de frutas”<sup>629</sup>, “horta ou jardim”<sup>630</sup>. Porém, de acordo com as nossas fontes de pesquisa, a estes primeiros elementos - de caráter eminentemente recreativo<sup>631</sup> e produtivo -, adicionamos também uma série de outros itens, relacionados diretamente ao funcionamento das residências em Salvador e ao cotidiano de seus moradores, como bem demonstram os antigos manuscritos<sup>632</sup>: telheiros, cozinhas externas, fontes ou poços nativos, cisternas, latrinas e secretas etc.

Em função da implantação das antigas edificações em Salvador “em lotes em geral mais compridos que largos”<sup>633</sup>, localizam-se normalmente os quintais na parte posterior das residências, protegidos da curiosidade alheia<sup>634</sup>. Embora existissem também os quintais localizados na lateral de algumas residências<sup>635</sup>, os mesmos dados levam-nos a crer que isto devia-se muito mais a limitações impostas pela topografia do terreno - ou mesmo pela localização do imóvel<sup>636</sup> - do que propriamente pela vontade dos seus donos. Na verdade, em Salvador – principalmente nas áreas centrais, de ocupação mais antiga – a localização mais comum dos quintais é na parte de trás das casas, sejam confinados em quarteirões fechados ou mesmo dando acesso a pequenos becos<sup>637</sup> e ruas de maior circulação<sup>638</sup>.

---

<sup>627</sup> FARIA, 1853, v. 4, p. 354.

<sup>628</sup> PINTO, 1832, não pag.

<sup>629</sup> SILVA, 1858, t. 2, p. 646.

<sup>630</sup> VALENTE, 1881, p. 1458.

<sup>631</sup> PINTO, 1832, não pag.

<sup>632</sup> Vide as referências deste trabalho, mais precisamente as fontes primárias (Termos de Alinhamentos e Vistorias, Inventários e Testamentos etc.).

<sup>633</sup> MATTOSO, 1992, p. 446.

<sup>634</sup> Lembramos que excluímos do nosso estudo os jardins laterais, típicos das residências mais abastadas da segunda metade do século XIX (Nestor Goulart), construídas sob novas influências e distantes da realidade sofrida do enorme contingente humilde da população de Salvador.

<sup>635</sup> “Escritura de compra, venda, paga e quitação, que faz Antônio Francisco Marinho [...] à José Antônio dos Santos Guerra, ambos moradores nesta Cidade, de uma casa térrea à freguesia de Pirajá subúrbio desta Cidade e lugar denominado São João, [...] construída de tijolos e caixa de taipa coberta de telha, com porta e três janelas, divide de um lado com terreno baldio, que serve de quintal da mesma casa [...]” (APEB – Livro de Notas 01/05/580 – Folha 05V – 15/10/1878).

<sup>636</sup> “Escritura de compra, venda, que fazem, como vendedores Luis Ernesto Martins e sua mulher Dona Maria Carlota de Cerqueira Lima e como comprador o Visconde do Rosário, todos moradores nesta Cidade, de uma casa abarracada, [...] sem número e terrenos, sito à estrada do Canela, na Freguesia da Vitória desta Cidade, com um andar e sótão, tendo cinco janelas de frente, porta de entrada, tendo vinte e três braças de terreno, que compreende a dita casa e terreno baldio, sendo próprios, ficando o dito terreno baldio, nos lados [...]”. (APEB – Livro de Notas 01/05/580 – Folha 38V – 29/08/1850).

<sup>637</sup> APEB, 1948, p. 96.

## 5.2 Os Quintais no Século XIX

Para comprovar a importância dos quintais em Salvador – pelo menos até o século XIX -, dividimos o presente estudo em três grandes tópicos principais:

- A análise dos quintais do ponto de vista funcional: o estudo dos quintais e das zonas de serviço das residências em Salvador, permitindo o pleno funcionamento destas edificações e o bem estar de seus moradores.
- A inserção dos quintais na vida econômica de Salvador e seus habitantes: como a produção caseira de pequenos utensílios e alimentos auxiliava na subsistência da enorme parcela pobre da população local, dependente em larga escala do pequeno comércio.
- Os quintais e a vida cultural de Salvador: os ritos e costumes locais envolvendo os quintais e seus elementos mais comuns.

A partir desta divisão, procuramos desenvolver cada tópico separadamente, agrupando todas as informações relacionadas a cada um dos diferentes temas. Em alguns casos, porém, será possível perceber uma duplicidade de interferências, reforçando ainda mais o caráter de total inserção dos quintais no cotidiano da cidade. É o que percebemos quando estudamos, por exemplo, a questão do abastecimento de água em Salvador: as mesmas fontes nativas que facilitavam a limpeza e higiene das casas – bem como favoreciam a manutenção das pequenas hortas e plantações domésticas – eram também importante fonte de renda para aqueles que viviam do comércio de água potável em diferentes pontos da cidade.

## 5.3 Os Quintais: Zonas de Serviços das Casas em Salvador

Embora a morada tenha primeiramente a função de dar abrigo e repouso a seus habitantes, ela é também o local onde inúmeras atividades se desenvolvem no

---

<sup>638</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis - nº de ordem 510. (05/05/1894)

dia-a-dia. Como destacou Carlos Lemos, “a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários” (ALGRANTI, 1997, p. 90).

No estudo anterior que fizemos sobre a arquitetura residencial em Salvador, vimos que o funcionamento pleno das casas durante boa parte do século XIX baseava-se fortemente em duas premissas básicas: mão-de-obra farta e barata (principalmente os escravos) – sobre a qual recaía todo o trabalho de manutenção das casas - e uma forte dependência de espaços e elementos externos<sup>639</sup>, visto que internamente os ambientes disponíveis geralmente não tinham as dimensões e nem as condições necessárias ao desempenho de uma série de atividades ligadas ao pesado serviço doméstico.

A limpeza da casa, por exemplo, dependia quase que totalmente da água que coletava-se nas fontes públicas, rios e lagoas<sup>640</sup>. Uma vez disponível em casa, porém, a realidade da casa brasileira não favorecia a sua entrada – em grandes quantidades - nos cômodos já naturalmente úmidos<sup>641</sup> e terrivelmente impregnados de um forte cheiro de mofo<sup>642</sup>. As casas brasileiras eram, portanto, “secas”<sup>643</sup> por natureza. A sua própria disposição interna, aliás, com pouca ventilação e iluminação naturais, não permitia que fosse de outro jeito.

Porém, a cada novo dia surgia dentro de casa uma quantidade adicional de roupa a ser lavada, de panelas e pratos a limpar; banhos tinham que ser tomados, necessidades fisiológicas satisfeitas, todas estas atividades demandando uma grande quantidade de água – e de boa qualidade. Onde poderia então a população resolver estas questões de forma satisfatória sem comprometer o conforto mínimo de suas casas? Uma parte do problema, pelo menos, sabemos que era resolvido recorrendo-se

---

<sup>639</sup> “De qualquer forma, essas atividades ligadas à limpeza eram efetuadas nas áreas de serviço fora das casas, ou à beira dos rios, preservando-se o ambiente interno” (ALGRANTI, 1997, p. 103).

<sup>640</sup> Com exceção, obviamente daquelas propriedades que podiam contar com a sua fonte ou “poço nativo”, além do pouco que conseguia-se armazenar nos “barricões” instalados sob os telhados, renovando-se o conteúdo a cada chuva mais forte – a este respeito, ver o capítulo específico sobre a “Vida Econômica de Salvador”.

<sup>641</sup> “Alguns viajantes conseguiram vislumbrar (e cheirar) alguma coisa quando uma porta se entreabria: nada de canalização de água, nada de esgoto; os banhos eram de bacia e cuia. Se a isto somarmos o cheiro de mofo que, graças à umidade, esverdeava madeiras e couros mal conservados, teremos uma idéia dos odores e eflúvios que emanavam daqueles escuros corredores, entre a rua e o quintal” (MATTOSO, 1992, p. 447).

<sup>642</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 208.

<sup>643</sup> LEMOS, 1978, p. 35-36.

às fontes naturais de água existentes nos arredores da cidade. Rios, lagoas e o próprio “Dique” serviam àquelas tarefas mais pesadas, que demandavam uma grande quantidade de água para sua execução – a lavagem da roupa, por exemplo<sup>644</sup>. Mesmo dispondo – teoricamente o dia todo - dos escravos para o cansativo trabalho de transporte dos potes e barris de água, a própria “lei do mínimo esforço”<sup>645</sup> levava a uma prática cotidiana que otimizasse este tempo, até mesmo porque outras tarefas certamente aguardavam os escravos quando estes voltavam de suas rotineiras visitas às fontes públicas.

Desta forma, o que fosse possível ser levado à beira dos rios e lagoas da cidade, era então lavado desta maneira. Porém, certamente haveria também, com grande frequência, aqueles pequenos serviços rotineiros de limpeza, aquelas lavagens constantes de utensílios de uso frequente em casa – os artigos e objetos da cozinha, por exemplo -, ou mesmo para a limpeza prévia dos alimentos, que demandava uma quantidade mínima de água (a do “gasto”), que depois era despejada no próprio quintal – quando não no meio da rua mesmo, apesar das antigas proibições<sup>646</sup>.

Nos quintais também limpavam-se os objetos maiores da casa, como por exemplo móveis e colchões, velhos baús e quaisquer outros objetos que pudessem acumular poeira, percevejos, baratas etc.:

Catar percevejo era ofício pouco atraente. Era preciso remover a cama ou outro móvel em questão para o fundo do **quintal**. Se fosse cama, tinha de ser desarmada, processo muito complicado no tempo das camas de pau, enormes, sólidas, de cabeceiras pesadas, travessas, cambotas, tabuletas e outras peças de desmonte penoso pelos parafusos e ferrolhos que aguentavam os encaixes. Matava-se percevejo com água fervente. Também com aguarrás. Era o modo mais banal e ao alcance de todos (VIANNA, H., 1994, p. 126, grifo nosso).

Ou ainda:

---

<sup>644</sup> ALGRANTI, 1997, p.103.

<sup>645</sup> LEMOS, 1978, p. 34.

<sup>646</sup> Postura 30: “Nenhuma pessoa poderá conservar imundos, ou com águas estagnadas e corruptas, os quintais e pátios de sua casa. Pena de 8\$000, ou oito dias de prisão” (FGM: Posturas: 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5 – Folha 19).

A Dindinha, abelha prestimosa, desde cedo atarefada, mandava trazer as malas para o **quintal** e ali as abria cuidadosamente. Receando que as peças de roupa trouxessem alguma barata, examinava-as e sacudia-as uma a uma, antes de dizer à meninas que as levassem para dentro (BARROS, M., 1998, p. 118, grifo nosso).

Eram os quintais, portanto, os espaços ideais para tarefas desta natureza, fossem elas desempenhadas diretamente a céu aberto, sob os pequenos “telheiros” ou mesmo nas “cozinhas fora” arroladas nos manuscritos do século XIX, utilizados como base de nossa pesquisa. Porém, de maneira a funcionar adequadamente como zona auxiliar aos serviços domésticos, o quintal tinha que ter, preferencialmente, um acesso facilitado, que permitisse o contínuo fluxo – entrada e saída - de escravos e escravas, a desempenhar suas tarefas sem perturbar a tranquilidade da família, geralmente instalada dentro de casa várias horas por dia. Efetivamente, podemos imaginar que o corredor principal das casas, dando acesso às salas e aos quartos, não deveriam ser usados preferencialmente para o transporte dos detritos e dejetos caseiros, das panelas e potes sujos, das roupas usadas etc. Vamos descobrir, em realidade, através dos documentos do século XIX, uma outra característica dos quintais em Salvador: muitos efetivamente tinham “portões” ou “porteiras” instaladas em seus muros e cercas, garantindo então a sua plena “servidão”.

Ou seja, tão importante quanto ter um quintal em casa era também assegurar, sempre que possível, um acesso individual para o mesmo, que o tornasse de certa forma independente do acesso principal da casa. E efetivamente os manuscritos refletem esta realidade: descobre-se que a denominada “servidão” dos quintais era, em muitos casos, garantida pela existência destas vias alternativas de acesso: becos, vielas, ruas etc. Através dos “portões” e “porteiras” existentes nos muros e cercas dos quintais, portanto, podiam os escravos ou empregados utilizar os becos transversais para o transporte de mercadorias e objetos em geral. No sobrado<sup>647</sup> de “1 andar e sótão” localizado na Rua dos Perdões, nº 23, por exemplo, encontramos “1 portão de grades de ferro do lado do beco” que lhe dava “servidão”. Os becos também podiam ter nomes próprios: a “morada

---

<sup>647</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis - nº de ordem 810. (24/08/1895).

de casa térrea” pertencente à “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Baixa dos Sapateiros”<sup>648</sup> possuía o seu “quintal com dezesseis [palmos] que bota o fundo” para o “beco denominado do Mingau”. Por vezes, o beco tinha até mesmo um proprietário, tal como o que, em 1858, pertencia à “Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santana”<sup>649</sup>: “[...] sendo o beco pertencente a esta casa [na Rua do Castanheda] da Irmandade, e dá servidão pelo lado posterior”.

Por vezes, os quintais comunicavam-se diretamente com ruas maiores. Este era o caso, por exemplo, do sobrado<sup>650</sup> de nº 87 da Rua Direita de Santo Antônio, adquirido em 1898 por Affonso Joaquim Ferreira Caldas, que possuía “quintal murado com portão que deita para a rua dos Carvões [...]”. Na mesma rua, a “casa térrea” pertencente a Anselmo Ferreira da Cruz<sup>651</sup> também tinha o seu “quintal murado com portão de madeira que dá saída para a rua dos Carvões [...]”. A casa adquirida por João Felix da Cruz<sup>652</sup>, na “Cruz do Paschoal, nº 3” tinha, em seu quintal, uma “porta que dá saída para a Rua Ramos de Queiroz”, ampliando, pois, a sua servidão.

Efetivamente estes quintais que “deitavam” para as ruas principais facilitavam depois a construção de novas casas nos mesmos terrenos, certamente valorizando-os. Podemos tomar como exemplo o relatório do “Inspetor da Tesouraria da Fazenda” ao Presidente da Província em 20 de dezembro de 1883:

D. Maria Magdalena da Pureza Bahia desejando tirar título de foreira de um pequeno terreno, que foi fundo de quintal de outra propriedade sita à rua dos Coqueiros em Itapagipe, como prova com os documentos juntos, onde possui duas casinhas [...] edificadas, vem pedir a V. Ex.<sup>a</sup> se digne a mandar proceder à medição, demarcação e avaliação do dito terreno [...]”<sup>653</sup>

---

<sup>648</sup> APEB, 1948, p. 96.

<sup>649</sup> APEB, 1948, p. 73.

<sup>650</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis – nº de ordem 48. (28/09/1891)

<sup>651</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis - nº de ordem 510. (05/05/1894)

<sup>652</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis - nº de ordem 1435. (14/03/1898)

<sup>653</sup> APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Propriedades Urbanas (1869-1882) – Série 4563.

### 5.3.1 Quintais - Elementos Construídos

Dispondo, portanto, de uma área livre bastante versátil, complementada às vezes por estas vias de acesso auxiliares (becos, vielas, ruas), estavam os quintais preparados então para receber uma série de elementos que desempenhavam importante papel no funcionamento das residências em Salvador. A partir da documentação analisada, selecionamos então alguns exemplos destes elementos, detalhando, sempre que possível, sua utilização pelos proprietários e seus serviçais (escravos ou empregados).

#### 5.3.1.1 As cozinhas externas

O lugar do fogo caseiro, antes de tudo, sempre foi função do clima. [...] O português, do Norte ou do Sul, veio acostumado ao lume e ao trafogueiro internos, à trempe e à lareira da “casa de estar e comer”. No trópico, passou a cozinhar no **quintal**, conforme a usança indígena, e a comer na varanda fresca. [...] O português logo esqueceu-se do fogo interno para aquecimento e aproveitou a fogueira externa do índio – pois aqui o fogo entre quatro paredes lhe era insuportável. E como o serviço culinário e atividades correlatas estavam afetos ao elemento servil, o lugar certo da cozinha era mesmo o mais afastado possível da zona de habitação. A cozinha branca tomou o lugar da cozinha ameríndia ou da negra, tanto faz. Saiu de dentro de casa (LEMOS, 1978, p. 51-52, grifo nosso).

Leila Mezan Algranti<sup>654</sup> registra a presença, no Brasil colonial, de “casas com duas cozinhas: a “limpa” dentro de casa e a “suja” ainda do lado de fora, onde se cozinham os doces por várias horas, e se procediam as tarefas mais pesadas e menos higiênicas”. Seriam estas possivelmente as “cozinhas fora” que registramos em nossas pesquisas, bem como alguns outros espaços descritos nos mesmos documentos, mas que aparecem sob outra denominação. Este seria o caso, por exemplo, do “telheiro com fogão” registrado na casa térrea<sup>655</sup> “de número três, sita à Rua de São Raymundo,

<sup>654</sup> ALGRANTI, 1997, p.102-103.

<sup>655</sup> APEB – Inventários e Testamentos – Documento 06/2711/10. (Período: 1913)

distrito de São Pedro”, que demonstra claramente o uso deste espaço - ao menos em parte - para a produção de alimentos.

As cozinhas externas, em função da separação do corpo principal da casa, tinham a vantagem de afastar delas o calor excessivo e a fumaça, típicos de uma zona de produção de alimentos. Não podemos esquecer também que em Salvador muitas destas cozinhas representavam um ganha-pão importante para as famílias, produzindo internamente os gêneros que os escravos “de ganho” depois teriam que vender pelas ruas da cidade<sup>656</sup>. É de se imaginar que o fogão sempre aceso, o vai e vêm de escravos e escravas trazendo a matéria-prima para os alimentos, o próprio serviço de limpeza destes alimentos, o preparo dos quitutes sobre o fogão à lenha (bolos, doces, mingaus, cuscuz etc.) e a arrumação das bandejas para o comércio ambulante, tudo isto efetivamente produzisse uma quantidade enorme de sujeira e barulho, que convenientemente deveria ser afastado o quanto possível do corpo principal da casa, como forma de garantir-lhe um mínimo de conforto e higiene.

Exemplos de imóveis com sua “cozinha fora” - com seu fogão principal “ao ar livre”<sup>657</sup> - são inúmeros em nossas fontes de pesquisa, demonstrando, desta maneira, a força deste hábito em Salvador:

- a) A “casa térrea sita à rua do Rosário de João Pereira”, entregue como garantia de uma hipoteca contraída em outubro de 1849 por “Dona Antônia Joaquina Theófila do Amaral”, possuía, aos fundos, um “quintal bastante grande, que deita para a rua do Fogo, com sua **cozinha**”.<sup>658</sup>
- b) Em 1850 comprava o Visconde do Rosário uma “casa abarracada [...] de um andar e sótão” na “estrada do Canela, na Freguesia da Vitória desta Cidade”, com a sua “**cozinha separada**”, construída num terreno de “treze braças” situado ao lado.<sup>659</sup>

<sup>656</sup> MATTOSO, 1992, p. 437.

<sup>657</sup> LEMOS, 1978, p. 31.

<sup>658</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 19 (grifo nosso). (23/10/1849)

<sup>659</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/05/580 – Folha 38V (grifo nosso). (29/08/1850)



- c) No inventário do Cônego Francisco Pereira de Souza, com data de 1877, vamos encontrar um grande sobrado, “tendo de largura 17 metros e cinquenta e três centímetros, e de fundo vinte dois metros e setenta e seis centímetros”, erguido em meio a um amplo terreno na “estrada da Vala, freguesia de Santo Antônio além do Carmo, sem número”, com a sua “**cozinha fora**”, além de outras benfeitorias.<sup>660</sup>
- d) O sobrado de nº28 da “Rua da Cruz do Paschoal”, adquirido em agosto de 1892 pelo “Capitão Bento Beryllo da Silva e Oliveira”, possuía em seu andar térreo uma “sala de visitas, 4 quartos, sala de jantar, varanda, **cozinha fora** [...]”.<sup>661</sup>
- e) O “sobrado com andar” adquirido por José Fernandes de Carvalho Braga em 1893, na rua Direita de Santo Antônio, nº 114, tinha em seu quintal também a “**cozinha fora** [...]”.<sup>662</sup>
- f) O sobrado “com 1 andar e sótão” localizado na Rua dos Perdões, nº 23, tinha, em agosto de 1895, a sua “**cozinha fora** [...] e quintal murado [...]”.<sup>663</sup>
- g) As duas “casas térreas, contíguas” localizadas no “Beco do Funil, nº 875 e 876 tinham ambas uma “**cozinha fora e quintal**”.<sup>664</sup>
- h) A “casa térrea” adquirida por Ricardo Miguel de Sant’Anna em outubro de 1897, localizada na Rua dos Carvões, nº 81 possuía também a sua “**cozinha**

---

<sup>660</sup> APEB – Seção Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 05/2134/2603/02 (grifo nosso). (Período: 1877)

<sup>661</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis - nº de ordem 149 (grifo nosso). (11/08/1892)

<sup>662</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis - nº de ordem 373 (grifo nosso). (29/08/1893)

<sup>663</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis - nº de ordem 810 (grifo nosso). (24/08/1895)

<sup>664</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis - nº de ordem 871 (grifo nosso). (23/11/1895)

**fora**”, além de um “depósito de ferro para água, banheiro e latrina” em seu quintal.<sup>665</sup>

- i) Uma casa térrea de nº 106, “[...] medindo de frente e fundo quatro metros e sessenta centímetros, e dezesseis metros e [...] cinquenta e oito centímetros de comprimento, edificada em terreno próprio, com porta e duas janelas, sala de visitas, sala de jantar, **cozinha fora**, dois quartos, assoalhada em parte, e parte cimentada e de telha vã [...]”.<sup>666</sup>
- j) O sobrado de “número oitenta e cinco, sito à Rua do Sodré, distrito de São Pedro”, arrolado entre os bens de Joaquim Gonçalves Maia no ano de 1913, possuía dentro de seu “quintal murado” a sua “**cozinha fora**”.<sup>667</sup>

Em alguns casos, porém, em função da topografia acidentada da cidade – e de limitações no tamanho dos lotes urbanos - eram estas cozinhas externas construídas em áreas de risco de desabamentos – contrariando, pois, as determinações legais<sup>668</sup>, obrigando, então, as autoridades municipais a agirem prontamente de forma a evitar as tragédias. “Aos quatro dias do mês de Julho” de 1820, por exemplo, na Rua Direita de Santo Antônio Além do Carmo<sup>669</sup>, ao vistoriar a casa térrea de “Anna Mathilde Lopes, para efeito de se lhe conceder licença para fazer nova frente” e demolir “a que tem”, descobriu a “Vereação” na casa vizinha, pertencente à Ordem 3ª de São Francisco, uma “cozinha, que a dita Casa da Ordem, sem licença [...] lançou por cima da montanha, sendo isto tão proibido”.

<sup>665</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição de Imóveis - nº de ordem 1340 (grifo nosso). (25/10/1897)

<sup>666</sup> APEB – Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – Documento 01/70/89/08 (grifo nosso). (Período: 1900)

<sup>667</sup> APEB – Seção Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 06/2711/10 (grifo nosso). (Período: 1913)

<sup>668</sup> Temos, por exemplo, a “Postura” de número 54 (FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5 – Folha 31), que estipula o seguinte: “Ninguém poderá escavar, arrancar árvore, ou tirar pedra desde a falda até o cume da montanha da Cidade no espaço compreendido do Unhão ao Noviciado: pena de 30\$000, e oito dias de prisão. A Câmara proibe expressamente, debaixo das mesmas penas, que se edifiquem sobrados no cume da montanha na extensão mencionada”.

<sup>669</sup> FGM: Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1817 a 1827. Estante 09. número de ordem 174.6 – Folha 55V.

Quando as condições do terreno eram ainda mais desfavoráveis, porém, recorria-se a alternativas curiosas: na mesma rua – Direita de Santo Antônio Além do Carmo -, no ano de 1893, adquiria Luis de França Martins Florenci<sup>670</sup> uma “casa térrea” que possuía na sua parte de trás - “do lado do mar” –uma “sala de jantar, armazém e cozinha embaixo”. Ou seja, lançava-se a cozinha abaixo da referida sala de jantar, certamente em função do declive acentuado da encosta, íngreme demais para permitir uma ampliação da casa sem despertar a atenção das autoridades, mas também inclinado o suficiente para permitir a construção de um segundo pavimento abaixo do nível principal da casa.

### 5.3.1.2 Os telheiros

Na falta dos recursos técnicos de hoje, podemos dizer que as moradas de nossos antepassados foram moradas enxutas, secas [...]. Casas enxutas, no máximo permitindo perto da porta da cozinha um **telheiro** para lavagens. Telheiro isolado [...]. Telheiro das águas de lavagens escorrendo pelo chão, telheiro dos detritos, e das sobras, onde as galinhas vinham ciscar. Zona suja satisfazendo a função limpeza. Às vezes, malcheirosa e, por isso, escondida ou deixada em segundo plano [...] (LEMOS, 1978, p. 35-36, grifo nosso).

Com relação aos telheiros localizados nos quintais, vamos ocupar-nos, nesta parte do trabalho, com o estudo daqueles que serviam à limpeza da casa – garantindo o seu funcionamento adequado - e dos utensílios diversos de uma residência (panelas, pratos, roupas etc.). Veremos adiante, na análise dos outros aspectos dos quintais em Salvador, os telheiros com outras funções específicas (telheiros usados como oficinas, telheiros protegendo poços nativos, telheiros cobrindo galinheiros etc.), demonstrando assim a sua grande versatilidade.

Podemos tomar como exemplo de um destes telheiros “de serviço”, da maneira em que são descritos por Carlos Lemos<sup>671</sup>, o registro da “morada de casa térrea”

<sup>670</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/07/935 – Folha 22.

<sup>671</sup> LEMOS, 1978, p. 35-36.

pertencente à “Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santana”<sup>672</sup>, localizada na Rua do Castanheda (em 1858), onde vamos encontrar um anexo coberto nos fundos, ao lado da cozinha - “[...] um lado com cobrimento sobre pilares [...]” -, compondo certamente um telheiro de auxílio aos trabalhos desta (preparo dos alimentos, lavagem dos utensílios etc.). Pelo menos é o que sua posição, a princípio, nos leva a crer. O quintal desta casa, com “setenta e seis palmos de fundo”, vinha logo a seguir, comunicando-se com um beco “pertencente a esta casa da Irmandade”, dando-lhe portanto a “servidão pelo lado posterior”.

Nos manuscritos do século XIX, por sua vez, podemos destacar os seguintes exemplos de registro dos telheiros, da forma como são mencionados nos documentos oficiais:

- a) Diz Raymunda Bemvinda dos Reis que tendo lhe tocado por herança de seus pais, três pequenas casinhas e um **telheiro** com seu respectivo quintal e mais outro pequeno **telheiro**, constantes das plantas juntas [...]”<sup>673</sup>.
- b) “Escritura de venda, paga e quitação, que fazem José Rodrigues da Costa, e sua mulher Dona Thereza de Jesus, a Victorino José Pereira, de duas moradas de casas térreas sitas à rua da Preguiça, e um **telheiro** fronteiro ao fundo das mesas casas, pela quantia de Réis = 4:000\$000, como abaixo se declara [...]”<sup>674</sup>.

### 5.3.1.3 As senzalas e dependências de empregados

Como visto anteriormente, as casas em Salvador dependiam em grande medida dos escravos domésticos (responsáveis pela maioria dos serviços ligados ao funcionamento das casas), sem os quais estas praticamente não tinham como ser habitadas atendendo às condições mínimas de higiene e conforto. Estes escravos, por

---

<sup>672</sup> APEB, 1948, p. 73.

<sup>673</sup> APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Propriedades Urbanas – Série 4564 - grifo nosso. Documento de 19/06/1882.

<sup>674</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 17 - grifo nosso. Documento de 16/10/1849.

sua vez, principalmente os adultos do sexo masculino, eram mantidos, ao final do dia, em um ambiente separado dos cômodos principais da casa. Nos sobrados de vários pavimentos, às vezes existiam quartos específicos para a sua dormida no térreo<sup>675</sup>. Porém, mais comum ainda – principalmente nas casas térreas - era manter os escravos num aposento em separado, erguido no quintal, que podia receber diferentes denominações – senzalas, quartos para negros, quartos para empregados, armazéns<sup>676</sup> etc.– mas que apresentavam todos, a princípio, a mesma função.

Nas casas mais pobres, porém, observamos também o uso destes quartos, erguidos nos quintais, para o aluguel. Não eram incomuns, por exemplo, os casos em que os escravos de ganho obtiam permissão de seus senhores para residir em outros locais, longe de sua fiscalização direta<sup>677</sup>. Os libertos, por sua vez, tinham certo destaque nesta prática, principalmente em função da renda extra que auferiam com estes aluguéis<sup>678</sup>. No Censo de 1855, por exemplo, encontram-se alguns exemplos que confirmam esta prática, e os escravos, por vezes, aparecem então registrados como “agregados”<sup>679</sup>.

Nos registros da segunda metade do século XIX pesquisados, podemos perceber também que os documentos acompanham a decadência do regime escravocrata em Salvador<sup>680</sup>, designando estes ambientes já como “quartos de empregados” em lugar das antigas “senzalas”, troca esta que ocorre mesmo antes do fim oficial da escravidão (em 1888). No inventário<sup>681</sup> do Cônego Francisco Pereira de Souza, por exemplo, com data de 1877, vamos encontrar um grande sobrado - “[...] tendo de largura 17 metros e cinquenta e três centímetros, e de fundo vinte dois metros e setenta e seis centímetros [...]” -, erguido em meio a um amplo terreno na “estrada da Vala, freguesia de Santo

---

<sup>675</sup> VAUTHIER, 1975, p. 43.

<sup>676</sup> COSTA, A., 1989, P. 180.

<sup>677</sup> Ibid., p. 06.

<sup>678</sup> “A existência de “vilas de aluguel” nos fundos dos quintais também se evidencia no Censo de 1855. Temos um exemplo explícito na casa do Sr. Juvêncio Lopes, no 34° quarteirão da freguesia de Santo Antônio, onde existiam alguns pardos sapateiros e uma costureira morando no seu quintal. A construção de cômodos de aluguel dentro dos quintais residenciais nos parece ter sido uma solução usada com certa frequência, uma vez que a Câmara Municipal de Salvador chegou a baixar uma Resolução exigindo licença para abertura de portão para o acesso a tais cômodos” (COSTA, A., 1989, p. 207).

<sup>679</sup> COSTA, A., 1989, p.195-196.

<sup>680</sup> De acordo com Kátia Mattoso, em 1872 menos de 12% da população da cidade ainda era mantida na condição de escravo (MATTOSO, 1992, p. 111).

<sup>681</sup> APEB – Seção Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 05/2134/2603/02. (Período: 1877)

Antônio além do Carmo, sem número”, com uma série de “dependências” externas: “[...] como sejam **casa para empregados**<sup>682</sup>, armazém para depósito de gêneros” e a “cozinha fora”. Curioso notar, portanto, que onze anos antes da eliminação oficial do sistema escravagista no Brasil, um documento já registra uma dependência com esta designação: “de empregados”, ao invés de “para escravos”, por exemplo (como vamos encontrar em outros registros do mesmo período). Apesar da denominação diferente, estes aposentos continuam a ser construídos de maneira simples e mantidos afastados do corpo principal da casa, preservando, pois, as antigas relações entre os senhores e seus serviçais (cativos ou libertos).

Desta forma, até meados do século XIX, os quintais ainda registram a presença das “senzalas”<sup>683</sup>, do “quarto para escravos”<sup>684</sup> ou ainda da “casa para pretos”<sup>685</sup>. Ao final do século, porém, com o fim da escravidão, estas dependências já são oficialmente chamadas de “quartos” simplesmente<sup>686</sup>, e já permitiam até mesmo usos alternativos para estes espaços. Em uma descrição dos folgedos de São Pedro realizados em Salvador no início do século XX, por exemplo, testemunhava Antônio Vianna<sup>687</sup> os seguintes acontecimentos:

Culminavam alta madrugada quando o sono começava a amolentar os convivas. Entrava em cena a rolha queimada para caricaturar os dorminhocos. [...] Aquele homem de branco, que arriara no jardim, não encontraria ao acordar o calçado. Tiraram-no e o colocaram sobre a ramagem da mangueira próxima.

<sup>682</sup> APEB – Seção Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 05/2134/2603/02 (grifo nosso).

<sup>683</sup> Em dezembro de 1849, adquiria José Gabriel Luis Lamarguese (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 35V – grifo nosso) uma propriedade na “Estrada de Monteserrate”, composta de uma “casa de morada” e uma série bastante completa de benfeitorias: “[...] **senzalas**, cocheiras, estrebarias, [...] casa de banho e tanques”. A “casa de telha” adquirida em 1858 por João Simões Coimbra no Cabula (APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Viação Santo Antônio Além do Carmo – 1857 a 1863 – Série 4497 – grifo nosso) possuía, do lado de fora, a sua “**senzala** para escravos [...]”.

<sup>684</sup> Na “casa térrea sita à rua de São Pedro Velho, Freguesia do mesmo nome” (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/371 – Folha 45V – grifo nosso), adquirida em setembro de 1863 por Carlos Ribeiro Sanches, nos fundos encontramos a “cozinha fora, com um pequeno **quarto para escravos** [...]”.

<sup>685</sup> Na “casa térrea à rua nova do Travassos, [...] na Freguesia da Penha” (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/370 – Folha 02V – grifo nosso), ao fundo, no quintal, uma “**casa para pretos**”, além de uma “estribaria”. (10/12/1862)

<sup>686</sup> O sobrado de nº28 da “Rua da Cruz do Paschoal” (Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Tanscrição dos Imóveis - nº de ordem 149 – grifo nosso), adquirido em 1892 pelo “Capitão Bento Beryllo da Silva e Oliveira”, possuía em seu quintal, além da “cozinha fora”, uma “latrina, banheiro, galinheiro e um pequeno **quarto** [...]”.

<sup>687</sup> VIANNA, A., 1979.

Aqueloutro, deitado no oitão da casa, tinha à cabeça uma grinalda de capim e à mão um tope de mato seco. O pianista exausto foi se refugiar no **quarto do quintal** [grifo nosso], com escândalo das galinhas em choco, que o receberam em alarma (VIANNA, A., 1979, p. 98-99, grifo nosso).

#### 5.3.1.4 As cocheiras e estrebarias<sup>688</sup>

Embora na parte do Brasil onde nos encontramos, os cavalos sejam menos numerosos que nas Províncias do Sul, Rio Grande e São Paulo; embora não se faça selar um animal como nas Províncias do Prata, para andar apenas cinquenta passos, todavia aqui poupam-se suficientemente as pernas, a ponto de não lhes confiar, senão em caso de extrema necessidade, o cuidado do transporte a certa distância. Assim, o cavalo é um auxiliar indispensável do brasileiro que se preza e toda casa bem posta tem a sua **cocheira**, colocada sempre [...] a um ângulo do pátio e aberta a todos os ventos” (VAUHTIER, 1975, p. 43, grifo nosso).

Salvador, ao longo de boa parte do século XIX, sofreria com a falta de um sistema de transporte público eficiente<sup>689</sup>. Para a comunicação entre a capital e as pequenas vilas e povoados do Recôncavo baiano, os transportes marítimo e fluvial ainda eram os mais utilizados. Porém, para percorrer distâncias maiores entre as diferentes freguesias no interior da cidade, longe das águas tranquilas da Baía de Todos os Santos, tinham os moradores que recorrer, invariavelmente, aos seus cavalos e carroças<sup>690</sup>. De fato, não apenas os manuscritos examinados testemunham a presença de instalações ligadas ao trato dos animais de carga e das carruagens – as estrebarias<sup>691</sup> e cocheiras<sup>692</sup>

<sup>688</sup> Segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1995), define-se “estrebaria” como “lugar onde se recolhem bestas e arreios” (p. 727). Na mesma fonte, a “cocheira” é definida como “casa destinada a guardar coches, carruagens e outros veículos” (p. 423).

<sup>689</sup> MATTOSO, 1992, p. 59 e 443.

<sup>690</sup> Lembramos, porém, que para vencer as pequenas distâncias, os bem afortunados não hesitavam em recorrer à “cadeirinha elegante da senhora e das moças da casa” (VAUTHIER, 1975, p. 44-45), conhecidas também por “cadeiras de arruar”, verdadeiras cabines de madeira sustentadas por dois fortes escravos, que podiam ser comumente alugadas pela cidade.

<sup>691</sup> Na “casa térrea à rua nova do Travassos, [...] na Freguesia da Penha” (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/370 – Folha 02V – grifo nosso), ao fundo, “no quintal, uma [...] **estrebaria**”. (10/12/1862)

<sup>692</sup> Em dezembro de 1849, adquiria José Gabriel Luis Lamarguese (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 35V – grifo nosso) uma propriedade na “Estrada de Monteserrate”, composta de

respectivamente - como também demonstram a existência de grandes áreas plantadas de capim, inclusive em zonas centrais da cidade<sup>693</sup>, certamente destinadas à manutenção destes animais.

Para manter em casa um animal de montaria – ou mesmo uma carroça ou carruagem – era preciso dispor de uma área grande o suficiente para satisfazer esta demanda, bem como ter o cuidado de afastar dos moradores a sujeira e o mau cheiro típicos de instalações desta natureza<sup>694</sup>, principalmente no caso das estrebarias, onde eram guardados às vezes os próprios cavalos. Os quintais – principalmente os maiores - surgem, portanto, como uma opção para aqueles que faziam questão de manter no centro da cidade os seus animais de montaria ou de carga. Certamente os terrenos baldios – que existiam em grande quantidade – também serviriam como área de pasto e de guarda destes animais, mas com certeza jamais ofereceriam a mesma segurança de um quintal murado, debaixo da fiscalização constante dos proprietários e seus escravos. Lembremos que até 1829 – quando foram instalados “os primeiros lampiões a óleo de baleia”<sup>695</sup> - a cidade ficava totalmente às escuras, sendo bastante perigoso sair à noite desacompanhado. Somente a partir de 1862 foi que “a iluminação a gás carbônico [...] se generalizou” em Salvador, trazendo maior segurança aos seus moradores<sup>696</sup>.

As cocheiras, porém, podiam ser mantidas dentro de casa, no caso dos sobrados, aproveitando-se parte do espaço disponível no pavimento térreo. Obviamente que nas casas mais ricas da cidade, as cocheiras eram mais comuns, uma vez que poucos podiam dar-se ao luxo de adquirir de uma carruagem para os seus passeios. Nestas residências, os moradores privilegiados andam “de carruagem. Portanto, encontramos

---

uma “casa de morada” e uma série bastante completa de benfeitorias: “[...] senzalas, **cocheiras**, **estrebarias**, [...] casa de banho e tanques”.

<sup>693</sup> Com data de 07 de novembro de 1863, encontramos uma “escritura de arrendamento por tempo de cinco anos, que faz o Tenente Coronel Manoel de Lima Rocha Pitta e Argôllo a Dona Francisca Moreira dos Santos, da sua propriedade de casa nobre com lojas, armazéns, e mais servidões, sita à Ladeira do Bilcó, Curato da Sé, com grande quintal com plantação de capim pela quantia de Rs. 5:600\$000” (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/371 – folha 76).

<sup>694</sup> Em 1850 comprava o Visconde do Rosário (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/05/580 – Folha 38V) uma “casa abarracada [...] de um andar e sótão” na “estrada do Canela, na Freguesia da Vitória desta Cidade”, com um terreno de “treze braças” situado ao lado, no qual estava então situada a sua “cocheira”, separada da casa.

<sup>695</sup> MATTOSO, 1992, p. 443.

<sup>696</sup> Ibid., p. 442.



no meio da fachada uma entrada para carros, dando acesso para o vestíbulo, que serve ao mesmo tempo de depósito para aqueles<sup>697</sup>. Uma vez desatrelados dos “carros”, eram então os cavalos “conduzidos [...] para o pátio”<sup>698</sup> ou quintal, ao fundo da residência, onde geralmente ficariam então as estrebarias.

De forma a garantir a segurança destes “carros” e “carruagens”, abria-se então nas fachadas principais dos sobrados uma porta mais larga, de forma a permitir a passagem – e guarda – dos mesmos. Podemos tomar como exemplo o requerimento de José Maria de Pina e Mello<sup>699</sup>, morador da “Rua Direita do Colégio”, que em 20 de junho de 1818 solicitava permissão para abrir uma nova porta na fachada de sua casa e “fazê-la de Cocheira”. Da mesma forma, no grande sobrado<sup>700</sup> localizado na “rua da Oração, que faz ângulo para a rua dos Ossos”, encontramos em uma de suas fachadas “uma cocheira com duas portas”. Nas casas térreas, no entanto, principalmente naquelas maiores e mais ricas, estas cocheiras novamente aparecem do lado de fora, associadas às estrebarias<sup>701</sup> ou mesmo construídas de forma isolada<sup>702</sup>.

### 5.3.1.5 As “casas de banho” e “banheiros”

Ao longo de boa parte do período colonial brasileiro, o banho, para muitos, era uma daquelas atividades geralmente levadas a cabo no lado de fora das casas, na beira de rios e lagos<sup>703</sup>. Porém, seria lógico supor que para muitos este deslocamento nem sempre seria possível – ou mesmo apropriado, como no caso das mulheres e moças das nobres famílias. De fato, “o banho mais característico da gente do sobrado foi o de gamela e o de assento, dentro de casa. O banho de cuia. [...] Para a gente de mais idade, o banho era sempre morno, inteiro ou de assento”<sup>704</sup>. Este banho caseiro, portanto, era “tomado de bacia, incluindo um ritual um tanto complicado na rotina

<sup>697</sup> VAUTHIER, 1975, p. 44-45.

<sup>698</sup> Ibid., p. 45.

<sup>699</sup> FGM: Termos de Vistorias e Alinhamentos – 1817 a 1827. Estante 09. Número de ordem 174.6 – Folha 103.

<sup>700</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/293 – Folhas 21 e 22. (06/05/1849)

<sup>701</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 35V. (15/12/1849)

<sup>702</sup> APEB – Seção Judiciária – Livro de Notas 01/05/580 – Folha 38V. (29/08/1850)

<sup>703</sup> FREYRE, 1968, V. 1, p. 195.

<sup>704</sup> Ibid., p. 196

doméstica. Posta no quarto da sala de jantar ou na cozinha, não oferecia atrativos especiais para os espíritos práticos, que recorriam ao banho de lata e caneco”<sup>705</sup>.

Com o passar do tempo, porém, principalmente com base nas medidas higienizadoras aplicadas pelas autoridades municipais<sup>706</sup> em decorrência principalmente da grave epidemia de cólera-morbo<sup>707</sup> ocorrida em meados do século XIX (1855-1857) na Bahia, criaram-se do lado de fora das casas – em seus quintais – dependências específicas para a higiene pessoal: as “casas de banho” ou “banheiros” e as “latrinas”. Observar, no entanto, que neste caso os antigos “banheiros” eram construídos isoladamente, compondo um elemento totalmente distinto das “latrinas”; situação diferente, pois, da noção contemporânea que temos dos “banheiros” em nossas casas e apartamentos.

É desta forma, portanto, que vamos encontrá-los registrados nos manuscritos a partir de meados do século XIX:

- a) Em dezembro de 1849, adquiria José Gabriel Luis Lamarguese uma propriedade na “Estrada de Monteserrate”, composta de uma “casa de morada” e uma série bastante completa de benfeitorias: “[...] senzalas, cocheiras, estrebarias, [...] **casa de banho** e tanques”.<sup>708</sup>
- b) Também em dezembro de 1849, Antônio de Oliveira Souza adquiria na “rua Direita da Saúde” uma “morada de casa assobradada com seis janelas de frente e uma porta”, tendo ao fundo a sua “**casa de banho** e fonte na baixa”.<sup>709</sup>
- c) Em 1850 comprava o Visconde do Rosário uma “casa abarracada [...] de um andar e sótão” na “estrada do Canela, na Freguesia da Vitória desta Cidade”, com um terreno de “treze braças” situado ao lado, no qual estava então situado

<sup>705</sup> VIANNA, H., 1979, p. 03-04.

<sup>706</sup> “As dependências puxadas fora só se tornariam comuns depois que a famosa Higiene começou a exigir o máximo dos proprietários e moradores” (VIANNA, H., 1979, p. 03-04).

<sup>707</sup> MATTOSO, 1992, p. 442.

<sup>708</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 35V (grifo nosso). (15/12/1849)

<sup>709</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 37 (grifo nosso). (18/12/1849)

o “quarto de banho”, junto com a cozinha e a cocheira, todos estes ambientes “separados” da casa.<sup>710</sup>

- d) O sobrado de nº28 da “Rua da Cruz do Paschoal”, adquirido em 1892 pelo “Capitão Bento Beryllo da Silva e Oliveira”, possuía em seu quintal, além da “cozinha fora”, uma “latrina, **banheiro**, galinheiro e um pequeno quarto [...]”.<sup>711</sup> Observar que já neste caso, ao final do século XIX, o “banheiro” e a “latrina” surgem de forma independente, compondo diferentes cômodos.
- e) A “casa térrea” pertencente a Ricardo Miguel de Sant’Anna, localizado na Rua dos Carvões, nº 81 possuía também a sua “cozinha fora”, além de um depósito de ferro para água, **banheiro** e “latrina” em seu quintal.<sup>712</sup> Neste exemplo, vale novamente a observação acima, com relação aos “banheiros” e “latrinas” nos quintais.
- f) O sobrado de “número oitenta e cinco, sito à Rua do Sodré, distrito de São Pedro”, arrolado entre os bens de Joaquim Gonçalves Maia, possuía dentro de seu “quintal murado”, a sua “cozinha fora”, “latrina” e “**banheiro**”.<sup>713</sup>

### 5.3.1.6 As latrinas e “secretas”

Durante boa parte do século XIX, a limpeza pública seria tratada praticamente como uma questão de ordem particular de cada morador. Naquela época,

[...] era costume cavar longitudinalmente, no meio das ruas, uma valeta destinada ao escoamento das águas pluviais – precaução indispensável numa cidade cheia de ladeiras, por vezes muito íngremes, e exposta às tempestades

<sup>710</sup> APEB – Seção Judiciária -Livro de Notas 01/05/580 – Folha 38V (grifo nosso). (29/08/1850)

<sup>711</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - nº de ordem 149 (grifo nosso). (11/08/1892)

<sup>712</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - nº de ordem 1340 (grifo nosso). (25/10/1897)

<sup>713</sup> APEB – Seção Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 06/2711/10 (grifo nosso). (Período: 1913)

tropicais. Na prática, porém, essas valetas viravam o escoadouro de todo tipo de água suja e detrito. [...] Só as fortes chuvas limpavam de quando em quando esses esgotos a céu aberto. Até 1856, os moradores tinham a obrigação de limpá-los, mas não o faziam, a despeito de muitas posturas municipais sobre a questão e a criação de diversos depósitos de lixo. Por fim, graças à consciência despertada pela terrível epidemia de cólera-morbo (1855-1857), a lei provincial nº 588 autorizou o governo a controlar com mais rigor os problemas de salubridade. [...] Em 1867, a limpeza de Salvador tornou-se incumbência da Câmara Municipal! O serviço de coleta de lixo doméstico continuou precário (MATTOSO, 1992, p. 442-443),

... eximindo-se de responsabilidade as autoridades municipais, que pouco mais faziam do que baixar “Posturas” sobre o tema, proibindo – desde o século XVII pelo menos – o despejo dos detritos em locais inadequados<sup>714</sup>, sem os resultados esperados. Segundo Gilberto Freyre<sup>715</sup>, as capitais brasileiras neste período eram, na verdade, “burgos imundos e tão à toa que a limpeza das ruas, dos quintais, das praias, dos telhados esteve, por muito tempo, entregue quase oficialmente aos urubus e às marés”<sup>716</sup>. Curiosamente, a sociedade...

[...] que cuidava de sua aparência pessoal e procurava promover seu asseio corporal era a mesma que vivia em casas recendendo a urina e excrementos; que preparava seus alimentos, servido nas mais finas louças e cristais, em cozinhas imundas e fétidas; que reservava suas bem arrumadas salas às visitas, mas despejava todo o lixo que produzia nas soleiras de suas próprias portas. Bem penteada, finamente vestida e perfumada, passeava elegantemente por ruas e praças, em meio a toda sorte de imundícies (LIMA, T., 1995, p. 36).

Diante de tal quadro, os dejetos produzidos diariamente dentro de casa só tinham

---

<sup>714</sup> “Assim como na Cidade Baixa, a limpeza e a conservação das ruas da Cidade Alta era problemática. A Câmara Municipal multiplicava em vão as posturas que proibiam o lançamento de águas usadas e detritos nas ruas ou a passagem de animais pelas vias públicas. [...] As posturas sobre limpeza eram renovadas pela Municipalidade a cada ano, estipulando altas multas e ameaçando os infratores com a prisão” (MATTOSO, 1992, p. 442).

<sup>715</sup> FREYRE, G., 1968.

<sup>716</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 195.

duas maneiras práticas de serem eliminados<sup>717</sup>. A mais precária delas, certamente, era a que mais dependia da mão-de-obra escrava: o transporte<sup>718</sup> dos barris – ou “tigres” – à beira-mar, todas as noites<sup>719</sup>, quando então eram lavados e transportados de novo às casas<sup>720</sup>, aguardando a próxima “viagem”<sup>721</sup>. Esta opção, porém, caiu em desuso não apenas pela decadência do sistema escravocrata no Brasil, mas também em função da tomada de consciência e da preocupação crescente com a higiene, decorrentes dos avanços nas pesquisas médicas e das próprias epidemias – principalmente a de cólera-morbo – que trouxeram sérias consequências para Salvador<sup>722</sup> entre os anos de 1850 e 1857.

Em meados do século, escudada na necessidade de debelar as grandes febres e surtos epidêmicos, de eliminar focos de infecção, ares e águas contaminados, de baixar as elevadíssimas taxas de morbidade e mortalidade através de severos dispositivos sanitários, a medicina, até então sem qualquer projeto de combate sistemático a essa insalubridade generalizada, passou a exercer um controle fiscalizador crescente, [...]. Com um formidável poder de penetração, introduziu-se em praticamente todos os domínios da esfera social, tendo como alvo não mais o indivíduo, mas a coletividade, sobre a qual foi conquistando uma ascendência cada vez maior (LIMA, T., 1995, p. 33).

<sup>717</sup> Segundo Gilberto Freyre (FREYRE, 1968), no entanto, às vezes o quadro era mais tenebroso: “O grosso do pessoal das cidades defecava no mato, nas praias, no fundo dos quintais, ao pé dos muros e até nas praças. Lugares que estavam sempre melados de excremento ainda fresco” (FREYRE, 1968, v. 1, p. 198).

<sup>718</sup> “Todo este material destinado à excreção foi portátil, móvel e sem um aposento definido na casa brasileira [...], até praticamente a introdução e disseminação do *water closet* e das instalações hidráulicas, ao final do século XIX e início do XX, quando finalmente ganhou um cômodo especial, reservado, permanente e fixo da unidade doméstica” (LIMA, T., 1995, p.13).

<sup>719</sup> Postura de número 32, aprovada em 25/02/1831: “O despejo imundo das casas será levado ao mar em vasilhas de pau cobertas, depois de oito horas da noite: os que forem apanhados antes da hora marcada, ou fazendo o despejo nas ruas, e outros lugares públicos, serão inclusos na pena de 2\$000 réis, ou vinte e quatro horas de prisão. Ficam os senhores responsáveis por seus escravos” (FGM: Posturas - 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5 – Folha 20).

<sup>720</sup> Segundo Vauhtier (VAUHTIER, 1975), em Recife eram estes “tigres” mantidos “a um canto afastado da casa do seu amo” (VAUTHIER, 1975, p. 59-60), de preferência nos quintais e pátios abertos ao fundo das casas.

<sup>721</sup> De acordo com Gilberto Freyre, “a remoção de matérias fecais das casas para as praias era feito de modo [...] repugnante. Tais matérias, depois de acumuladas em barril conservado no fundo do quintal ou em um quarto mais discreto, [...] eram, depois de completamente cheio o barril – que se chamava *tigre* – transportados para a praia à cabeça dos escravos” (FREYRE, 1943 apud VAUTHIER, 1975, p. 59).

<sup>722</sup> MATTOSO, 1992, p. 442-443.

Em função, pois, destas medidas higienizadoras, foram sendo criadas nos quintais, num canto afastado das casas, as “latrinas” ou “secretas”. Em grande parte, eram constituídas estas dependências de “[...] “casinhas” com simples barris sem fundo enterrados até o meio sobre uma fossa”<sup>723</sup>, ou mesmo, segundo Leila Mezan Algranti, instaladas de maneira a permitir a instalação de chiqueiros em sua parte inferior:

Além das áreas de serviço, o quintal podia conter a senzala e a secreta. Esta última era uma edificação com fins de higiene existente em algumas casas mas que consistia muitas vezes apenas num buraco na terra, embaixo do qual podiam se instalar os chiqueiros (ALGRANTI, 1997, p. 94-95).

Vê-se, portanto, como afirmado anteriormente na análise das “casas de banho”, que estas “latrinas” funcionavam de maneira autônoma; ou seja, a noção contemporânea de “banheiro” – incluindo num mesmo ambiente fechado todos os recursos necessários à higiene pessoal - não encontrava similaridade nestas dependências de meados do século XIX.

Desta forma, explica-se o fato de encontrarmos então um número maior de registros destas “latrinas” justamente nas fontes originárias dos últimos anos do século XIX, quando as “novas” práticas higiênicas já haviam sido então mais assimiladas pela população:

- a) O sobrado de nº28 da “Rua da Cruz do Paschoal”, adquirido em 1892 pelo “Capitão Bento Beryllo da Silva e Oliveira”, possuía em seu quintal, além da “cozinha fora”, uma “**latrina**, banheiro, galinheiro e um pequeno quarto [...]”.<sup>724</sup>
- b) O “sobrado com andar” pertencente a José Fernandes de Carvalho Braga na rua Direita de Santo Antônio nº 114 também tinha em seu quintal uma “**latrina**”.<sup>725</sup>

<sup>723</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 198.

<sup>724</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - nº de ordem 149 (grifo nosso). (11/08/1892)

<sup>725</sup> Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - nº de ordem 373 (grifo nosso). (29/08/1893)

- c) A “casa térrea” pertencente a Ricardo Miguel de Sant’Anna, localizado na Rua dos Carvões, n° 81 possuía também a sua “cozinha fora”, além de um depósito de ferro para água, banheiro e **latrina**” em seu quintal.<sup>726</sup>
- d) O sobrado de “número oitenta e cinco, sito à Rua do Sodré, distrito de São Pedro”, arrolado entre os bens de Joaquim Gonçalves Maia, possuía dentro de seu “quintal murado” a sua “cozinha fora”, “**latrina**” e um “banheiro”.<sup>727</sup>

### 5.3.1.7 Os jiraus<sup>728</sup> e varais

Se a lavagem de boa parte da tralha doméstica e da própria roupa de casa era, muitas vezes, em função do problema do abastecimento de água, realizada na beira de rios e lagoas da cidade<sup>729</sup>, restava encontrar posteriormente uma solução para secar estes artigos de maneira rápida e segura. Obviamente que o interior das casas não se prestava a este tipo de serviço, uma vez que estas já encontravam-se naturalmente úmidas e mal ventiladas<sup>730</sup>, não sendo interessante, portanto, transportar ainda mais umidade para dentro de seus aposentos. Apesar do hábito de algumas pessoas utilizarem os espaços públicos para secar e “corar” – ou “quarar”, segundo Hildegardes Vianna<sup>731</sup> - suas roupas, especialmente as de cores claras<sup>732</sup>, acreditamos que esta não fosse a alternativa mais eficiente ou mesmo a preferida pela população de Salvador,

<sup>726</sup> Cartório do 2° Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador – Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - n° de ordem 1340 (grifo nosso). (25/10/1897)

<sup>727</sup> APEB – Seção Judiciária – Inventários e Testamentos – Documento 06/2711/10 (grifo nosso). (Período: 1913)

<sup>728</sup> De acordo com o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1995, p. 988), o termo “jirau” deriva do tupi (“*yi’rab*), significando “estrado de varas sobre forquilhas cravadas no chão, usado para guardar panelas, pratos, legumes, etc. [...]”.

<sup>729</sup> “Era inevitável que a parte referente às lavagens de roupa fosse resolvida executando-se o serviço nas margens dos rios, ou em tanques públicos, dado o grande volume de líquido pedido” (LEMOS, 1978, p. 34).

<sup>730</sup> MATTOSO, 1992, p. 447.

<sup>731</sup> VIANNA, H., 1979, p. 153.

<sup>732</sup> Segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1995, p. 447), o termo “corar” apresenta duas definições ligadas ao ato de lavar roupas: “Branquear, expondo ao sol (roupa, cera etc.)”, ou ainda “Branquear em consequência de ficar exposto ao sol: *A lavadeira estendeu a roupa a corar.*”

levando-se em conta a precária situação da limpeza pública ao longo de boa parte do século XIX<sup>733</sup>.

Efetivamente, vamos encontrar, pois, nos quintais destas residências os espaços ideais para a secagem de todos estes artigos domésticos, mantendo o excesso de umidade sempre longe do interior dos cômodos. Para esta tarefa, no entanto, usavam-se comumente os jiraus<sup>734</sup> – normalmente para os utensílios domésticos - ou mesmo os varais – geralmente para as roupas.

No quintal, o **jirau** alto servia para secar alimentos resguardados dos animais domésticos, para enxugar o trem de cozinha lavado, para secar a rede de pesca e a roupa lavada e para suportar plantas trepadeiras. [...] Tivemos, também, o jirau prolongamento de alpendre, o jirau continuação de telheiros, o jirau para fazer sombra [...]” (LEMOS, 1978, p. 43, grifo nosso).



**Figura 11:** Camilo Vedani (c. 1862) (Sem título). In: FERREZ, 1989, p. 9. A foto acima mostra o Terreiro de Jesus, na Cidade Alta, com várias roupas no chão, à esquerda, corando sob o sol.

<sup>733</sup> MATTOSO, 1992, p. 442-443.

<sup>734</sup> “No Brasil, sempre que possível, os fogões e jiraus foram levados para fora e deixados a cargo das escravas, mesmo nas regiões mais frias [...]” (ALGRANTI, 1997, p. 102-103).



Na verdade, mesmo que as roupas pudessem eventualmente ser estendidas diretamente sobre o chão do quintal, queremos crer que o uso de varais ou jiraus suspensos<sup>735</sup> garantiriam melhores resultados, afastando do chão sujo e do alcance das crianças e animais domésticos a roupa – bem como os demais utensílios domésticos – lavada com tanto trabalho na beira dos rios e lagoas nos arredores da cidade.

Em resumo, percebemos até aqui uma curiosa ambiguidade entre o estilo de vida da maioria das famílias baianas e o sistema de funcionamento de suas residências. Ou seja, o caráter intimista do seu viver e a valorização exacerbada da privacidade (levando a uma reclusão quase monástica – especialmente no caso das mulheres da casa), contrastam fortemente com a enorme dependência externa de suas moradias. Estas “casas térreas” e sobrados, até então, não funcionavam adequadamente sem a mão-de-obra escrava, que, por sua vez, representava o elo de ligação entre os ambientes internos destas moradias e os espaços abertos da cidade: as fontes públicas (para o abastecimento regular de água potável), os rios e lagoas (para a lavagem de roupas e a limpeza de maior volume), as praias (para o despejo dos dejetos acumulados ao longo do dia e posterior limpeza dos “barris” ou “tigres”), as ruas e praças (colocando à venda, muitas vezes, os produtos produzidos artesanalmente em casa ou os próprios serviços de carregadores, carpinteiros etc.) etc. Os escravos, pois, entravam e saíam de casa o dia todo, levando e trazendo todo tipo de produtos – e notícias...

Para os serviços domésticos corriqueiros, porém, os quintais forneciam o espaço necessário e adequado às mais diversas tarefas inerentes ao funcionamento destas antigas residências. As cozinhas externas afastavam do interior da casa a fumaça e a fuligem do fogão de lenha, junto com toda a sujeira inerente à produção de alimentos – especialmente naquelas casas que produziam quantidades maiores de quitutes para o pequeno comércio da cidade. Os telheiros abrigavam todo tipo de atividade que provocasse barulho ou sujeira indesejados: sob sua cobertura os escravos – ou empregados – faziam a pequena lavagem das tralhas domésticas, executavam o artesanato doméstico etc. Sobre os varais e jiraus descansavam os peixes e as carnes

---

<sup>735</sup> LEMOS, 1978, p. 43.

salgadas, mantendo ainda as panelas, louças e até mesmo a roupa longe do alcance das crianças e dos animais domésticos criados soltos. Nas “casas de banho” e nas “latrinas” externas, mais comuns à partir da segunda metade do século XIX, os moradores procuravam atender às novas medidas higiênicas impostas pelas autoridades em função das graves epidemias que assolavam a cidade em determinados períodos.

Enfim, a área aberta existente próxima às residências – representada pelos quintais – era extremamente importante para o pleno funcionamento das casas em Salvador. Sem estes quintais, muitas tarefas domésticas simplesmente não podiam ser desempenhadas – ou então demandariam um sacrifício maior dos escravos (ou empregados), forçando-os a permanecerem mais tempo longe de casa, limitando assim sua “produtividade”. Efetivamente, percebemos que praticamente todas as casas possuíam um espaço com estas características (dos quintais), e aquelas que não os tinham – independente dos motivos (topografia irregular, dimensão dos lotes urbanos etc.) procuravam, de alguma forma, alternativas similares:

“Escritura de compra, venda, paga e quitação, que faz Antônio Francisco Marinho, [...] a José Antônio dos Santos Guerra, ambos moradores nesta Cidade, de uma casa térrea à freguesia de Pirajá, subúrbio desta cidade e lugar denominado São João, [...] sem, número, com frente construída de tijolos e caixa de taipa coberta de telha, com porta e três janelas, de um lado com terreno baldio, que **serve de quintal da mesma casa** [...]. (APEB – Seção Judiciária – Livro de Notas 01/05/580 – Folha 05V - grifo nosso).<sup>736</sup>

#### 5.4 A Economia Doméstica e os Quintais

Numa sociedade tão dependente do pequeno comércio – bem como da prestação de serviços -, os quintais inserem-se na vida econômica de Salvador, até o século XIX, oferecendo aos seus usuários um espaço com múltiplas funções e possibilidades. No estudo da economia baiana elaborado anteriormente, descobrimos que até mesmo alguns dos ricos sobrados dependiam – em maior ou menor grau - do pequeno comércio ambulante da cidade, realizado então pelos “escravos de ganho”. Das pequenas casas térreas, as humildes casas de “porta e duas janelas” em sua maior

<sup>736</sup> Documento manuscrito de 15/10/1878.

parte, também saíam milhares de vendedores, que percorriam diariamente ruas e praças em busca de fregueses interessados em seus serviços ou produtos. Eram estes produtos, por sua vez, principalmente os alimentos, de fabricação eminentemente caseira, que, junto com os pequenos artigos produzidos nas pequenas oficinas de “fundo de quintal”, geravam os lucros necessários à sobrevivência de muitas famílias baianas, especialmente as mais pobres e desamparadas.

#### 5.4.1 As Oficinas de “Fundo de Quintal”

A princípio, podemos destacar a importância dos pequenos objetos e serviços especializados, que podiam ser produzidos nas pequenas oficinas que eventualmente estavam instaladas nos quintais e terrenos baldios, invariavelmente sob os telheiros espalhados pela cidade:

As oficinas e “fábricas de fundo de **quintal**” eram, por excelência, as fontes produtoras de artigos de consumo de muitas espécies e ramos que circulavam na cidade. As oficinas, em geral, empregavam basicamente três pessoas: o mestre, que era o proprietário; o meio-oficial; o aprendiz, ajudante não remunerado (SANTOS, M., 1992 p. 258, grifo nosso).

De fato, ao longo das consultas realizadas nos dois principais arquivos públicos (APEB e FGM), ao consultarmos os manuscritos referentes às propriedades urbanas, deparamo-nos com alguns exemplos de imóveis descritos com os seus respectivos telheiros<sup>737</sup>, muito embora a maioria destes não forneça os dados complementares relativos à sua função principal dentro dos quintais.

De acordo com as fontes pesquisadas, existiam então os telheiros “abertos” – aqueles sem paredes laterais – e os “fechados” – facilitando, pois, a instalação de pequenas oficinas em seu interior:

Escritura de venda, compra, paga e quitação, que fazem D. Viridiana Lucia Monteiro, D. Ignes Lucia Dias Monteiro, D. Cândida Monteiro Alves e D. Maria

---

<sup>737</sup> Ver especificamente o item 5.3.1.2, na página 153.

Josepha Monteiro de Amorim ao Doutor Antônio Monteiro Alves de uma casa térrea, sita aos Currais Velhos, Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, [...] edificada em terreno foreiro (...) com quatro braças de frente e nove e meia de fundo, quatro janelas e porta na frente, sala de visitas, cinco quartos, despensa, sala de jantar, cozinha, sótão, armazém com quartos, com **telheiro fechado** no quintal e este murado [...].<sup>738</sup>

Porém, como comprovar a existência das oficinas sob estes telheiros? Novamente a pesquisa nos documentos fornece as pistas que confirmam a nossa hipótese. No “Termo de Vistoria e Arruação feita a Requerimento de Manoel de Souza Maia em um terreno ao Cais do Sodré”<sup>739</sup>, datado de 14 de janeiro de 1797, é dito que:

... foi vinda a Vereação que no presente serve, [...] a requerimento de Manoel de Souza Maya para se lhe arruar o terreno em que se achava construindo um **telheiro** velho, o qual tinha tomado de venda ao Senhorio Capitão-Mor Simão Alvares da Silva, para o edificar com algum acréscimo para desafogo da **oficina de ferreiro** de que usa [...].

Da mesma forma, ao visitar uma propriedade no “arrabalde” do Rio Vermelho durante sua estadia na Bahia (1817-1818), L. F. Tollenare<sup>740</sup> descobre uma “cordoaria” instalada debaixo de “um **telheiro** fechado de 50 pés por 30”. Observar que por ser “fechado”, certamente o telheiro estaria melhor adaptado à função produtiva, dando maior segurança ao material e às ferramentas estocadas nestas “oficinas”.

Enfim, estariam naturalmente instaladas debaixo destes telheiros todas aquelas áreas de produção que não coubessem dentro de casa, ou que trouxesse algum risco à segurança do imóvel e de seus habitantes. Certamente uma oficina de ferreiro, por exemplo, dificilmente poderia ser instalada de maneira adequada dentro de uma residência, por maior que fosse o edifício. O calor da fornalha e o barulho das marretas sobre o ferro certamente estariam melhor adequados à uma área separada da casa, tais como os telheiros encontrados nos exemplos acima.

<sup>738</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/05/580 – Folha 41V - grifo nosso. Documento de 10/03/1879.

<sup>739</sup> FGM – Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1775 a 1800. Estante 09. Número de ordem 174.3 - Folha 57V - grifo nosso.

<sup>740</sup> TOLLENARE, 1956, p. 318-319, grifo nosso.

Em função destes dados, acreditamos poder demonstrar, com alguma segurança, a enorme utilidade dos quintais para aqueles proprietários que dispusessem de escravos treinados para desempenhar tarefas produtivas especializadas<sup>741</sup> e que, ao final, com o fruto do seu trabalho, pudessem aumentar a renda de seus senhores. Lembramos ainda que, como no passado, às vezes era o próprio senhor que podia ostentar uma profissão mecânica (sapateiro, ferreiro, tanoeiro etc.), mas que na prática entregava aos seus escravos – treinados para isto, obviamente - todo o trabalho pesado<sup>742</sup>, passando a viver ociosamente, ostentando uma posição prestigiada em Salvador. Desta forma, a oficina instalada no quintal seria, efetivamente, providencial para a sua subsistência.

#### **5.4.2 O Abastecimento de Alimentos em Salvador**

A cidade de Salvador inaugura o século XIX sem resolver de forma adequada alguns problemas que a afligiam em séculos anteriores. De fato, nos documentos e depoimentos dos séculos XVII e XVIII aos quais tivemos acesso, percebemos a grande preocupação das autoridades com o tema da alimentação em Salvador, principalmente com a questão do abastecimento regular de certos gêneros alimentícios (farinha de mandioca, carne etc.). Por sua vez, em função dos resultados obtidos em nossa coleta de dados, podemos associar também este tema ao estudo dos quintais, uma vez que a produção doméstica acabaria tendo por muito tempo ainda, como veremos adiante, um papel fundamental para a subsistência de uma parcela considerável de seus habitantes. Ao final, será possível compreender certos comportamentos - e soluções – adotados por parte da população de Salvador, de forma a poder gerenciar um cotidiano nem sempre favorável à subsistência de sua grande maioria de pobres – brancos, negros e mestiços.

---

<sup>741</sup> Podemos lembrar também da grande quantidade de “mestres de ofício” existentes em Salvador, a quem eram entregues, muitas vezes, os meninos daquelas famílias mais pobres (ou mesmo os considerados “vadios” pelas autoridades) para o aprendizado de ofícios diversos. Debaxo de suas “tendas”, eram estes meninos “submetidos a rigorosa disciplina, a castigos corporais e a tarefas estafantes” (FRAGA FILHO, 1996, p. 112), pagando o sustento com o fruto do seu trabalho.

<sup>742</sup> BOXER, 2000, p. 36.

#### 5.4.2.1 Séculos XVII e XVIII – A “Fome Universal”

Através das informações contidas nas fontes documentais dos séculos XVII e XVIII consultadas nesta pesquisa, percebe-se que, de fato, a “fome universal, que tantas lágrimas e honras custou à miserável pobreza que a sentiu”<sup>743</sup>, era uma companheira relativamente constante na vida de boa parte da população da cidade de Salvador, pobre e desamparada. É digno de atenção, porém,

[...] o fato de que nem os administradores portugueses e brasileiros do período colonial, nem os cronistas da mesma época têm qualquer constrangimento em se ocupar da fome que tantas vezes reinou no Brasil. Nenhum esconde os fatos, nem lhe atenua as cores, mesmo no formalismo das correspondências e relatos oficiais (AZEVEDO, 1969, p. 300-301).

Com períodos de maior ou menor duração, as crises de abastecimento dos principais gêneros – especialmente da farinha de mandioca, base da alimentação local -, provocadas pelas grandes secas, as epidemias, os ataques às zonas produtoras de alimentos etc. – ou até mesmo pela especulação pura e simples – podiam levar a períodos longos de fome na cidade. Em 1700, por exemplo, a cidade se achava...

[...] no mais miserável estado que se pode considerar, porque padecendo a sete para oito anos fome, agora até de água se vê falta, e está em uma suma miséria, havendo morrido alguma gente de fome, e não bastando a muitos os ganhos de muitos meses para o sustento de poucos dias, nem havendo já fazendas que bastem aos homens para poderem comprar o pouco sustento que acham, e ainda os mais frutos da terra, o qual umas vezes nos tiram as pragas, outras a chuva, e este ano, nove meses de seca e falta de água contínua (PMS, [196-?a], p. 18).

No capítulo 03, por sinal, analisamos uma série de fatores que viriam a afetar, em menor ou maior grau, a economia baiana durante os primeiros séculos de colonização (séculos XVI ao XVIII): a falta de moedas, a manutenção da frota comercial portuguesa,

---

<sup>743</sup> PMS, 1959, p. 51.

as revoltas indígenas, os ataques corsários e as invasões holandesas do século XVII, a descoberta do ouro nas províncias ao sul, as variações climáticas e as frequentes epidemias. De todos eles, resultavam também, de acordo com as mesmas fontes, as terríveis fomes. Num pequeno resumo deste estudo, teríamos:

- a) A Falta de moedas – “[...] por falta de dinheiro, nem os naturais têm quem lhes compre os seus gêneros, nem com que comprar as fábricas tão custosas e necessárias para eles” (VIEIRA, A., 1949, p. 360).
- b) A Manutenção da frota portuguesa – “O fornecimento das naus que aportavam isoladamente à cidade, das que arribavam avariadas pelos temporais ou acossadas por piratas, e das frotas que anualmente chegavam e partiam, comboiados por navios armados, [...] era um dos motivos de dificuldade alimentar” (AZEVEDO, 1969, p. 285-286).
- c) As revoltas indígenas – “[...] ao menos pelas roças, e lavragens, andar com as armas nas mãos, e os que não podiam tanto, deixando de as cultivar, de que se seguiu nestes anos bastante falta de mantimentos, e frutos da terra” (JABOATÃO, [193-?] apud AZEVEDO, 1969, p. 79).
- d) Ataques de naus corsárias e as invasões holandesas do século XVII – “[...] viviam faltos os nossos até do precioso alimento para sustentar as vidas (porque os lavradores, com a vizinhança do perigo deixavam a cultura dos campos), chegava a excessivo preço algum gênero comestível que se descobria, sendo ainda mais caro em aparecer que em se reputar. [...] Por esta causa experimentava uma geral necessidade toda a nossa gente [...]” (PITTA, 1952, p. 195).
- e) A descoberta e exploração do ouro “das Minas” – “O ouro das Minas do Sul foi a pedra-ímã da gente do Brasil, e com tão veemente atração, que muita parte dos moradores das suas capitâneas (principalmente da província da Bahia) correram a buscá-lo, levando os escravos que ocupavam em lavouras, [...]. Da sua ausência

se foi logo experimentando a falta na carestia dos víveres e mantimentos, por haverem ficado desertas as fazendas que os produziam [...]” (PITTA, 1952, p. 390).

- f) As variações climáticas – “[...] havia dois meses que principiaram as chuvas e suposto que não têm sido as que bastam para se restituirem as fontes ao estado em que se achavam antes de seca, [...] se experimentará uma grande disformidade na América Portuguesa, porque no mesmo tempo que a seca continuava de 13 graus para o norte, era tanta a chuva desta latitude para o sul que para aquela parte fez grande dano o excesso de águas; e para a outra considerável prejuízo a falta dela, e que de toda esta irregularidade procederá a falta de frutos e especialmente a farinha da terra [...]” (CARTAS..., 1721 apud ACCIOLI; AMARAL, 1925, pt. 3, s. 3).

- g) As epidemias – “Pelos recôncavos foram tanto mais penetrantes os estragos, quanto era maior a falta dos remédios e dos médicos, morrendo os enfermos antes que os da cidade, aonde recorriam, lhes fossem as receitas e as medicinas; e constando a maior parte dos habitantes de escravos para as fábricas dos engenhos, fazendas e lavouras, houve alguns senhores destas propriedades, que perdendo todos os que tinham, ficaram pobres e não puderam em sua vida tornar a beneficiar as suas possessões [...]. Seguiu-se depois uma geral fome, que alguns anos padeceu o Brasil, por faltarem cultores das plantas e sementeiras e dos outros gêneros precisos para alimentar a vida [...]” (PITTA, p. 274-275).

Além destes fatores, Gilberto Freyre, em sua obra *Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*<sup>744</sup>, traz à tona outra discussão importante, apontando uma nova causa para as constantes crises de abastecimento de alimentos nas grandes capitais brasileiras, com especial ênfase para os casos do Recife e de Salvador, zonas de economia baseada na monocultura açucareira. Segundo ele,

---

<sup>744</sup> FREYRE, 1968, 2 v.



[...] com a urbanização mais intensa [...], a situação só fez piorar. De tal modo se acentuou a alta dos preços da carne, dos legumes e do leite que os economistas da época se preocuparam gravemente com o problema. E o atribuíam às causas mais diversas. Uns, vagamente, à “diminuição de produção e aumento do consumo”. Outros, à falta de braços que vinha ocorrendo depois do fechamento do tráfico negro e da devastação dos escravos pela epidemia de cólera. Sebastião Ferreira Soares, em suas *Notas Estatísticas Sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil*, [...] teve a intuição que hoje nos surge como a mais séria e a mais profunda de todas: a maior concentração dos braços na cultura dos gêneros exportáveis – o açúcar e depois o café – em desprezo pelos de alimentação comum [...]” (FREYRE, 1968, v. 1, p. 175-176).

Desta forma, com base neste raciocínio, “o flagelo era mais intenso” obviamente nas grandes capitais litorâneas do Brasil, “não pela circunstância de serem marítimas, mas, principalmente, porque eram as regiões de monocultura mais profunda. Pernambuco e a Bahia, entregues à produção quase exclusiva de açúcar”<sup>745</sup>, em prejuízo da produção de alimentos básicos para a sua população.

Como é possível perceber, a maioria destes fatores era de difícil prevenção – ou solução -, escapando ao controle das autoridades – com mandatos temporários - e da população em geral<sup>746</sup>. Desta forma, se por um lado a impressão que a terra do Brasil passava aos colonos portugueses era a melhor possível, descrita como “fértil de tudo”<sup>747</sup>, “mui viçosas”<sup>748</sup> e ricas em “muitas frutas”<sup>749</sup>, por outro lado temos os documentos e cartas oficiais, que traçam um quadro geral de penúria e dificuldades.

Na verdade, segundo as fontes consultadas, a alimentação da maioria da população, inclusive a dos escravos, era rica apenas em calorias, compondo então “uma ração de qualidade inferior”<sup>750</sup>. “No século XVIII, quando aumentava muito o número de libertos e

<sup>745</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 176.

<sup>746</sup> Neste estudo, é importante salientar que estaremos restringindo nossa análise apenas aos mantimentos produzidos na própria colônia, não absorvendo então as variáveis que podiam afetar o comércio dos alimentos importados (azeite, farinha de trigo, vinho, bacalhau, queijos etc.), até mesmo porque entendemos que estes, submetidos a “impostos escorchantes” (BOXER, 2000, p. 38), dificilmente comporiam o cardápio regular das camadas mais pobres da população.

<sup>747</sup> NÓBREGA, 1931, p. 84. Obra original do século XVI.

<sup>748</sup> GANDAVO, 1980, p. 29. Obra original do século XVI.

<sup>749</sup> CARDIM, 1978, p. 175. Obra original do século XVI.

<sup>750</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 69.

de brancos pobres nas cidades, sua dieta em pouco ou nada se diferenciava da alimentação da escravaria”<sup>751</sup> e até mesmo “o peixe escasseava” em suas mesas.

De todos os mantimentos consumidos ao longo do período colonial, de longe o mais importante para a dieta dos brasileiros era a farinha de mandioca, sendo esta, em consequência, alvo de uma série de controles e medidas oficiais – registradas, por exemplo, nas *Atas da Câmara* e nas *Cartas do Senado* (vide as referências bibliográficas) -, além das notícias fornecidas pelos principais cronistas do Brasil colonial. Em meados do século XVI, por exemplo, o francês Jean de Léry<sup>752</sup> fez as seguintes observações sobre o cultivo da mandioca na região da Baía da Guanabara:

Os americanos têm duas espécies de raízes, a que chamam *aypi* e *maniot*, que crescem dentro da terra em três ou quatro meses [...]. Depois de arrancá-las, as mulheres (os homens não se ocupam disso) secam-nas ao fogo no *bucan* [...]; ou então as ralam ainda frescas sobre uma prancha de madeira, cravejada de pedrinhas pontudas [...], e as reduzem a uma farinha alva como a neve. Essa farinha ainda crua, bem como o farelo branco que dela sai apresentam um cheiro de amido [...]. Para preparar essa farinha usam as mulheres brasileiras grandes e amplas frigideiras de barro, com capacidade de mais de um alqueire e que elas mesmas fabricam com muito jeito, põem-na ao fogo com certa porção de farinha dentro e não cessam de mexê-la com cabaças [...] até que a farinha assim cozida tome a forma de granizos ou confeitos. Fazem farinha de duas espécies: uma muito cozida e dura, a que os selvagens chamam *uhi antan*, usada nas expedições guerreiras por se conservar melhor; outra menos cozida e mais tenra a que chamam *uhi pon*, muito mais agradável do que a primeira porque dá à boca a sensação de miolo de pão branco ainda quente. Ambas, depois de cozidas, mudam de sabor, tornando-se mais agradáveis e delicadas (LÉRY, 1941, p. 123-124).

A farinha de mandioca, portanto, de acordo com estas fontes, era então o principal alimento da população baiana, frequentando as mesas dos mais ricos aos mais pobres<sup>753</sup>. Os seus grandes centros produtores concentravam-se em algumas vilas do

<sup>751</sup> Ibid., p. 69.

<sup>752</sup> LÉRY, 1941. Obra original do século XVI.

<sup>753</sup> Segundo o Padre Manuel da Nóbrega, a farinha de mandioca era bastante apreciada pelo próprio Tomé de Souza, que a preferia mesmo à farinha “do Reino” (NÓBREGA, 1931, p. 97).

Recôncavo e do baixo sul<sup>754</sup>, com as quais a administração municipal de Salvador mantinha contratos de fornecimento. Dentre estas vilas, destacavam-se: Cairu, Boipeba, Camamu, Jaguaripe, Maragogipe, Capanema e Cachoeira. Porém, este fornecimento nem sempre era garantido, apesar dos contratos<sup>755</sup>, levando o Senado da Câmara a intervir em inúmeras ocasiões, protestando formalmente contra estes atrasos e desvios da farinha. Em alguns casos, a farinha, transportada em *sírios* de palha<sup>756</sup>, extremamente frágeis, perdia-se no caminho da cidade (ou era roubada mesmo por alguns dos tripulantes das pequenas embarcações que faziam o comércio entre os diferentes povoados) diminuindo a quantidade final do produto acertado entre as autoridades municipais. Em outras ocasiões, porém, estava o sistema de abastecimento da farinha – em embarcações – sujeito a complicações próprias deste meio de transporte: “[...] o fornecimento de farinha, na maior parte do Mar em fora, [...] muitas vezes, pelo rigor do tempo que impede a navegação, se padece necessidade, e de mais, nas ocasiões de inimigo, fica de todo impedida a entrada daquela parte”<sup>757</sup>.

O certo é que por um longo tempo, em função da irregularidade do seu fornecimento, haveria uma forte especulação nos preços de muitos gêneros em Salvador, principalmente da farinha de mandioca, o que obviamente afetava em maior grau a população pobre. A “estupenda usura nos mercados”<sup>758</sup>, pode ser entendida, por exemplo, pela análise do que acontecia com o mercado do peixe. Apesar do enorme potencial piscoso de seu litoral, até mesmo o peixe era fruto de especulações no comércio de Salvador, tornando o seu preço excessivamente caro<sup>759</sup>. Segundo Vilhena (1798), se não fosse pelo descontrole da especulação,

[...] não se comeria nesta cidade peixe pesado a dinheiro, quando aliás é aqui o mar bastante piscoso; o que é inevitável por passar por quatro, ou cinco mãos, antes de chegar às do que o compra para comê-lo; todos sabem desta desordem, mas ninguém a emenda, por ser aquele negócio como privativo de

<sup>754</sup> OLIVEIRA, M., M., 1998, p. 11.

<sup>755</sup> AZEVEDO, 1969, p. 284.

<sup>756</sup> AZEVEDO, 1969, p. 284.

<sup>757</sup> PMS, 1953, p. 32-33. Cópia de uma carta enviada “à Sua Majestade” em 14 de julho de 1686.

<sup>758</sup> MATOS, 1968, p. 35.

<sup>759</sup> Disto temos o testemunho, por exemplo, de John Bulkley e John Cummings no século XVIII (BULKELEY; CUMMINGS, 1936, p. 40) e o de Thomas Lindley logo no início do século XIX (LINDLEY, 1969, p. 116).

ganhadeiras, que de ordinário são, ou foram cativas de casas ricas, e chamadas nobres, com as quais ninguém quer se intrometer, pela certeza de ficar mal, pelo interesse que de comum têm as senhoras naquela negociação (VILHENA, 1969, v. 1, p. 127).

As autoridades municipais, pelo menos formalmente, ao longo do tempo parecem ter-se preocupado, pela insistência no assunto, com as manobras de certos fornecedores de gêneros de primeira necessidade (carne bovina, peixe, legumes, vinho, pão, farinha etc.). “Configurava-se então, com toda clareza, a ação danosa de elementos já aí chamados de atravessadores, isto é, aqueles que compravam mercadorias na fonte produtora por quantia irrisória e as revendiam aos negociantes por preço altíssimo”<sup>760</sup>:

[...] havia nesta cidade muitos regatões que atravessavam todas as mercadorias e mantimentos que vinham a esta cidade, o que era em grande prejuízo dos moradores dela, porquanto quando queriam ir comprar haviam de ir aos atravessadores, que lhes vendiam por excessivos preços (PMS, 1949a, p. 64).

Em uma mesma semana do final do século XVII, por exemplo, valia “o sírio de farinha a doze tostões”<sup>761</sup>, e mesmo assim escasseava o produto no mercado. Bastou uma decisiva intervenção do Governador-Geral, dom João Lencastro (1694-1702), para que o preço caísse pela metade, além de aparecer “em abundância”<sup>762</sup>, prova efetiva da forte especulação que podia ser encontrada neste comércio em Salvador.

Que falta nesta cidade? ..... Verdade  
 Que mais por sua desonra ..... Honra  
 Falta mais que se lhe ponha ..... Vergonha.

O demo a viver se exponha,  
 Por mais que a fama exalta,  
 Numa cidade onde falta  
 Verdade, Honra, Vergonha.

<sup>760</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 311.

<sup>761</sup> PMS, 1959, p. 51.

<sup>762</sup> Ibid., p. 51.

Quem a pôs neste socrócio? ..... Negócio  
 Quem causa tal perdição? ..... Ambição  
 E o maior desta loucura? ..... Usura

Notável desventura  
 de um povo néscio, e sandeu,  
 que não sabe, que o perdeu  
 Negócio, Ambição, Usura.

Quem faz os círios mesquinhos? ..... Meirinhos  
 Quem faz as farinhas tardas? ..... Guardas  
 Quem as têm nos seus aposentos? ..... Sargentos

Os círios lá vêm aos centos,  
 e a terra fica esfaimada,  
 porque os vão atravessando  
 Meirinhos, Guardas, Sargentos.<sup>763</sup>

No século XVIII, a ação dos atravessadores continuava desenfreada, mantendo o estado de penúria alimentar na cidade e, mais uma vez, suscitando novos protestos das autoridades. Em 1723, por exemplo, o vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes (1720-1735), conde de Sabugosa, escrevia uma carta ao rei em Portugal protestando contra a “multidão de atravessadores que há nesta cidade e seu Recôncavo a toda casta de mantimento”<sup>764</sup>, reconhecendo ainda a ação danosa – para o povo - de sua existência:

[...] os gêneros principais de que se provê esta cidade vem do sertão e do Recôncavo [...], mas com tal desordem que os senhores deles eram os mesmos que arbitravam os preços à proporção dos seus interesses; e não obstante estes excessos, acrescia serem revendidos pelos atravessadores, negros e negras vendedeiras que os compravam (CARTAS..., 1723 apud ACCIOLI; AMARAL, p. 385).

---

<sup>763</sup> MATOS, 1968, p. 62-63.

<sup>764</sup> CARTAS..., 1723 apud ACCIOLI; AMARAL, p. 385.

Mais tarde, em 1769, D. Luis de Almeida Portugal vira-se obrigado a intervir no mercado e proibir “os embargos que se faziam nos gêneros comestíveis”<sup>765</sup>, regularizando o comércio local. Vilhena relembra os esforços despendidos pelo então governador D. Rodrigo José de Menezes (1784-1788), logo no início de sua administração, para sufocar os desmandos dos especuladores e “monopolistas”, acostumados à inação – ou incapacidade de intervir - de governos anteriores:

Não tardou muito que o ócio pretérito não fizesse sobrevir uma muito sensível falta de víveres para um povo tão numeroso, chegando a extremo tal que o exmo. Governador se viu precisado a sair em pessoa ao Recôncavo, por aquelas paragens mais próximas, onde se colhia, e fabricava a mandioca, donde fêz expedir as possíveis porções de farinha para apaziguar, em parte o povo, que cometido da fome, se achava como em um desesperado frenesi; sabendo porém que aquela falta procedia, não só da escassez de frutos, como da ambição, e fraudes dos monopolistas, instituiu um Celeiro Público, para que nele, e não em outra parte, fosse o povo comprar farinha pelo preço correspondente à sua qualidade, e abundância [...]” (VILHENA, 1969, v. 2, p. 419).

Com base nestas informações, tomamos conhecimento então que a produção e distribuição de alimentos destinados à população de Salvador - ou pelo menos daqueles gêneros de maior procura -, ao longo do período colonial, atravessava fases de contração, em maior ou menor intensidade, resultando na tão temida “fome universal” de que falava o Senado da Câmara<sup>766</sup> ao final do século XVII. Em momentos assim, quando viam-se, pois, acossados pela fome, tinham os moradores da cidade que recorrer a todos os expedientes ao seu alcance para garantir um mínimo de subsistência. No nosso entendimento, seriam então as inúmeras lavouras espalhadas ao redor da cidade desde o final do século XVI<sup>767</sup> – as roças e hortas -, bem como as plantações e criações domésticas encontradas nos quintais que reduziriam as privações de muitas famílias.

---

<sup>765</sup> PORTUGAL, 1972, p. 174.

<sup>766</sup> PMS, 1959, p. 51.

<sup>767</sup> SOUSA, 1938, pt. 2, cap. 10.

Ou seja, aqueles produtos que “não se achava na praça, nem no açougue”<sup>768</sup> eram, muitas vezes, encontrados dentro das casas:

Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, e nada lhe traziam, porque não se achava na praça, nem no açougue, e, se mandava pedir as ditas coisas e outras mais às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa (SALVADOR, 1975, p. 42-43).

#### 5.4.2.2 O Abastecimento de Alimentos no Século XIX

“Dois elementos marcaram profundamente as atividades dos colonos no interior dos domicílios e a sua rotina cotidiana: a escravidão e a falta de produtos, que estimulou a produção doméstica” (ALGRANTI, 1997, p. 142).

Efetivamente, ao longo do século XIX o sistema de abastecimento dos gêneros alimentares para a população de Salvador, como no passado, ainda era precário. Faltavam produtos em boa quantidade, especialmente no caso da farinha de mandioca, alimento básico da imensa população pobre. Até mesmo alimentos que pouco dependiam das condições climáticas (secas e chuvas), tal como o pescado e os mariscos, ainda eram motivo de especulação. Quando passaram por Salvador em 1740, os marinheiros britânicos John Bulkeley e John Cummings acharam o preço do pescado em Salvador “excessivamente caro”<sup>769</sup>; em 1803, de acordo com Thomas Lindley, apesar de ser a cidade “bem provida de peixe”, este, “no entanto”, continuava sendo “caro”<sup>770</sup>. “Quase o mesmo sucedia com a carne verde. [...] Com toda espécie de alimentação, que o pobre da cidade tinha de comprar pelos olhos da cara, por culpa

---

<sup>768</sup> SALVADOR, 1975, p. 42. Obra original do século XVII.

<sup>769</sup> BULKELEY; CUMMINGS, 1936, p. 53.

<sup>770</sup> LINDLEY, 1969, p. 116.

menos da terra, que dos seus donos – os proprietários de latifúndios e sesmarias [...]”<sup>771</sup>.

Poucos moradores podiam se dar ao luxo de comprar alimentos em grande quantidade para armazenar em casa, não apenas pela falta de dinheiro – devemos lembrar que a grande maioria da população da cidade era muito pobre - como também, em muitos casos, pela falta de espaço adequado em suas residências, geralmente já abarrotadas de moradores, agregados e inquilinos<sup>772</sup>. Maria Graham, em 1821, ao longo de uma visita a um dos sobrados baianos, lembrava-se de ter visto “os criados [...] transportar pratos de açúcar, mandioca e outras provisões, que tinham sido colocados nas melhores salas para secar”<sup>773</sup>. Ou seja, com o clima úmido da região, nem todos os alimentos aguentavam períodos longos de armazenamento sem deteriorar-se. Isto, obviamente, forçava os moradores a estarem continuamente em contato com os comerciantes, submetendo-os às suas políticas - nem sempre favoráveis e justas - de fixação dos preços dos principais artigos de que necessitava a população local.

Segundo Kátia Mattoso, a baixa oferta de alimentos era, em verdade, proposital, sendo resultado direto da “estrutura oligopólica”<sup>774</sup> do mercado baiano. Da mesma forma, ainda dependia Salvador da produção das vilas e cidades do Recôncavo para obter a maior parte dos alimentos de seu consumo diário. “De fato, muito poucos dos produtos alimentares de primeira necessidade eram cultivados nas proximidades de Salvador, e os que provinham do interior tinham acesso sempre difícil à capital, fosse qual fosse o clima”<sup>775</sup>, não apenas pela péssima qualidade das poucas estradas existentes como também pela precariedade dos meios de transporte<sup>776</sup>. Deste modo,

A importação de gêneros de primeira necessidade, como farinha de mandioca, carne fresca, carne-seca, feijão e arroz, estava nas mãos de poucas casas importadoras, que monopolizavam determinados produtos - Joaquim Pereira Marinho, por exemplo, controlava a carne-seca - ou se combinavam entre si

<sup>771</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 167.

<sup>772</sup> MATTOSO, 1992, p.147-171.

<sup>773</sup> GRAHAM, 1956, p. 148.

<sup>774</sup> MATTOSO, 1992, p. 501.

<sup>775</sup> Ibid., p. 566.

<sup>776</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 187.



para suprir o mercado com parcimônia, elevando os preços. E tinham todas as condições para isso, possuindo depósitos para armazenar as mercadorias pelo tempo que lhes conviesse. O poder público, recrutado na elite da cidade, tinha pouca possibilidade ou desejo de intervir, e eram afinal esses comerciantes que pagavam os mais gordos impostos, garantindo as receitas do Estado. A partir de dados fragmentados, pode-se calcular que as receitas provenientes das taxas de importação e exportação representavam, em 1860-1861, 89,6% das receitas ordinárias da Província e 85,6% do total das receitas. Em 1877-1878, essas percentagens eram, respectivamente, de 88,7 e 80,1% (MATTOSO, 1992, p. 501).

Para os ricos moradores da cidade, ocupando os seus sobrados ou confortavelmente instalados em suas “chácaras”<sup>777</sup>, invariavelmente cercados – ou acompanhados - por extensas áreas livres, a menor dependência do comércio local era conseguida através não apenas da importação direta de alguns produtos, como o “vinho, seu vinagre, seu azeite”<sup>778</sup>, como também pela possibilidade de poder criar e matar “em casa seu carneiro, seu bode, seu porco; criando no quintal ou engordando no sítio seus perus, suas galinhas, às vezes suas cabras e suas vacas de leite”<sup>779</sup>. Ou seja,

As casas-grandes dos ricos quase rivalizando com as do engenho não só na massa enorme, patriarcal, do edifício, como no espaço reservado à cultura da mandioca e das frutas, e à criação dos bichos de corte. Os moradores dos sobrados não podiam depender de açougues, que quase não existiam, nem de um suprimento regular de víveres frescos, que viessem dos engenhos e das fazendas do interior para os mercados da beira-mar. Precisavam assim de se assegurar dessa regularidade de gêneros de primeira necessidade, produzindo-os o mais possível em casa (FREYRE, 1968, v. 1, p. 187).

Ainda segundo Freyre,

---

<sup>777</sup> “Dentro deste contexto crônico de problemas de abastecimento, o custo de manutenção [...] tornava-se mais barato para os donos de chácaras, na medida em que podiam produzir o próprio alimento, fugindo assim da dependência dos preços majorados pelo comércio local” (COSTA, A., 1989, p. 35).

<sup>778</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p.165.

<sup>779</sup> Ibid., p.165.

Por aí se explica, em parte, pelo menos, a extensão de área das cidades brasileiras. Elas foram crescendo com os interesses de concentração urbana prejudicados pelos de autonomia econômica das casas dos ricos, que precisavam de verdadeiro luxo de espaço para senzala, chiqueiro, estrebaria, cocheira, horta, baixa de capim, pomar, parreiral, árvores grandes a cuja sombra se almoçava nos dias mais quentes, açougue, viveiro, banheiro de palha no rio ou riacho. Para todo um conjunto de atividades impostas às casas burguesas pela imperfeita urbanização da vida e pela escassa ou difícil comunicação das cidades com os engenhos e as fazendas (FREYRE, 1968, v. 1, p. 188).

Os moradores mais humildes, porém, nem sempre podiam contar com estes recursos. As poucas opções dos moradores pobres de Salvador seriam então: a compra à crédito – que, “a médio e longo prazos os arruinava”<sup>780</sup> -, a barganha nos preços – que dependia do produto em questão - ou então contar com a própria produção doméstica – tudo aquilo que podiam tirar de suas roças e quintais.

Segundo Hildegardes Vianna<sup>781</sup>, alguns produtos eram então mais facilmente negociáveis que outros. Ou seja, haviam os produtos de preço fixo – tais como o leite, o pão, a carne, os beijus etc. – e aqueles que permitiam alguma negociação. Aliás, este procedimento seria o mais natural “numa cidade em que a maioria vivia na pobreza e onde ninguém sabia o que lhe traria o dia de amanhã. Não podendo economizar, a população tentava tirar o proveito possível de um mercado cujos termos lhe eram pouco favoráveis”<sup>782</sup>. Desta forma, a barganha então “tornava-se regra entre vendedor e comprador”<sup>783</sup>.

Temos que lembrar também da permanência – no século XIX - de alguns fatores discutidos anteriormente – séculos XVI ao XVIII - que afetavam a economia local e a produção e distribuição dos alimentos: podemos citar as variações climáticas (secas e enchentes)<sup>784</sup>, as epidemias<sup>785</sup> e, em menor grau, a manutenção dos milhares de

---

<sup>780</sup> MATTOSO, 1992, p. 501.

<sup>781</sup> VIANNA, H., 1979.

<sup>782</sup> MATTOSO, 1992, p. 502.

<sup>783</sup> Ibid., p. 502.

<sup>784</sup> “Antes de mais nada, as condições climáticas tinham uma influência considerável sobre os preços. Se todo bom baiano sabia dizer, pelo vento, as chuvas que estavam a caminho, é que tanto as chuvas excessivas quanto as grandes secas eram catastróficas num região que vivia na mais estreita

navios<sup>786</sup> que aportavam anualmente na cidade e que, como antes, necessariamente compravam parte de seus mantimentos na mão dos comerciantes locais, competindo com os consumidores de Salvador e piorando ainda mais o problema da “escassez de dinheiro em circulação”<sup>787</sup>.

Estas provações diárias, decorrentes da incapacidade das autoridades em lidar com os atravessadores e especuladores, das instabilidades climáticas, das instabilidades políticas etc., tudo contribuía para os levantes populares; momentos em que a população pobre reagia contra a carestia e a especulação dos preços dos alimentos de primeira necessidade. Em 1858, por exemplo, ao longo de um dos mais críticos períodos de desabastecimento<sup>788</sup> do século XIX, ocorreu em Salvador um grave distúrbio, “quando uma crise de abastecimento e a carestia da farinha de mandioca, [...]

dependência da produção agrícola para a exportação e até, em certa medida, das colheitas no próprio quintal. Ora, como já foi mencionado, o clima baiano sempre foi marcado pela sucessão de períodos de chuvas violentas e de secas rigorosas” (MATTOSO, 1992, p. 566).

<sup>785</sup> “Não podemos esquecer também os graves surtos epidêmicos de meados do século XIX, como elementos de instabilidade adicionais da ordem econômica e social da província. Referimo-nos, portanto, ao surto de febre amarela que atinge a população da cidade entre 1849 e 1854, imediatamente seguida pela epidemia de *cholera morbus*, que castiga severamente Salvador e demais vilas do Recôncavo entre 1855 e 1856. Além disso, havia sido esta década (1850-1860) extremamente confusa e danosa à população em termos climáticos. Os anos de 1851 e 1852 “foram extremamente chuvosos, destruindo as safras, não somente dos produtos de exportação mas também os gêneros de primeira necessidade como a farinha de mandioca. A esses anos de chuva ininterrupta seguem-se, a partir de 1853, anos de seca. Circunscrita nas áreas sertanejas da Província, a seca atinge também o litoral em 1858. Epidemias e intempéries climáticas acabam por desorganizar o mercado consumidor da cidade, cujo abastecimento dependia de importações de gêneros alimentícios do exterior e de outras regiões do país” (MATTOSO, 1978, p. 236).

<sup>786</sup> Segundo Kátia Mattoso, em 1868 entraram no porto de Salvador “1.398 navios de alto-mar, dos quais 1.361 eram mercantes e 32 de guerra”, muitos destes para “reabastecer-se de água e de víveres” (MATTOSO, 1992, p. 49-50).

<sup>787</sup> MATTOSO, 1992, p. 501.

<sup>788</sup> “A epidemia do *cholera morbus* assolou a Bahia em meados de 1855, [...] alastrando-se rapidamente por todas as freguesias da cidade. Fez um número de vítimas que aumentou assustadoramente, gerando pânico na população. Provocou uma crise de abastecimento com a escassez de produtos alimentícios básicos, como a farinha de mandioca e a carne verde, ao mesmo tempo em que certos produtos como o peixe e o bacalhau eram evitados por serem considerados prejudiciais. Essa crise de abastecimento decorreu do alastramento da epidemia pelas áreas do Recôncavo e outros municípios do interior da província [...]. O fato de Salvador estar sitiada pela epidemia afastou os seus abastecedores (lavradores, criadores e negociantes) com receio do contágio, gerando principalmente a escassez da farinha de mandioca. A epidemia desorganizou a produção do Recôncavo, liquidando praticamente uma safra inteira e dizimando uma parcela considerável da escravaria, trazendo sérias consequências para a reposição de mão-de-obra na medida em que, com a extinção do tráfico, a substituição pela mão-de-obra africana tornava-se impraticável. [...] Em decorrência da desarticulação econômica da região do Recôncavo, verificou-se uma forte elevação nos preços alimentícios, que atingiu o seu ponto máximo entre os anos de 1857 e 1860, sendo um dos mais violentos do século XIX”. (COSTA, A., 1989, p.31-32).

provocou o motim conhecido como *Carne sem Osso, Farinha sem Caroço*<sup>789</sup>. Em meio a uma feroz disputa entre o Presidente da Província, João Lins Cansanção Sinimbu, e a Câmara Municipal, na qual misturavam-se interesses políticos e econômicos, o povo, aglomerando-se...

[...] na praça do Palácio, [...] em atitude hostil, protestando contra a alta dos gêneros alimentícios e clamando pela baixa do preço da farinha, invadiu inopinadamente o Paço da Câmara, subiu à torre cujo sino foi tocado a rebate e, aos gritos de *queremos carne sem osso e farinha sem caroço*, tornaram à rua, apedrejando o Palácio do Governo, partindo as vidraças e ferindo o Capitão Elias Rodrigues da Silva, comandante da guarda, só serenando os ânimos pelas 7 horas da noite, com a interferência da patrulha militar. [...] Encerrara-se esse motim sem perda de vidas, mas com um elevado número de feridos, na sua maioria atropelados pelos companheiros em fuga. Ao que dizem, [...] a praça e adjacências estavam coalhadas de chinelos dos mais variados tipos e qualidades, o que valeu aos jornais da época glosarem a arruaça ironicamente, crismando-a de *Revolução dos Chinelos*" (AGUIAR, M., 1985, p. 67-70).

Em 1878, novamente a população revoltava-se diante de problemas no abastecimento decorrentes da união de uma série de fatores negativos: a grande seca de 1877 - com a forte retração na produção agrícola da província - e à natural decadência econômica provocada pela contínua queda no preço internacional do açúcar<sup>790</sup>. Vale lembrar que neste período, segundo o próprio Presidente da Província, Antonio Cândido da Cruz Machado, o açúcar baiano já não era mais "reputado de primeira qualidade"<sup>791</sup>, condição que havia permitido, no passado, preços melhores para o produto baiano. Aliás,

[...] o receio de conflitos como os de 1858 era natural na comunidade de Salvador. A população da Capital baiana, ao longo dos últimos 60 anos,

<sup>789</sup> AGUIAR, M., 1985, p. 61.

<sup>790</sup> Na década de 1870, a seca voltaria a afetar a produção das safras baianas. A estiagem que começou por volta de 1870 iria ter reflexos na economia até o período de 1873/74. Em 1873, por exemplo, "a produção de açúcar caiu dos 50.382.090 quilos, produzidos em 1871, para 29.599.068; a exportação de café desceu de 5.112.240 sacas, de 1871, para 3.405.450; a de algodão de 6.679.851, daquele ano, para 1.574.410" (TAVARES, 1974 apud AGUIAR, M., 1985, p. 73).

<sup>791</sup> AGUIAR, M., 1985, p. 73.

sublevara-se várias vezes na defesa daquilo que considerava, acertadamente ou não, seus legítimos interesses, desde os sangrentos episódios que precederam de perto a guerra da Independência até problemas menores, como a proibição de sepultamentos nas igrejas. A criação de cemitérios públicos gerou a onda de depredações conhecida como a *Cemiterada*. Episódios sangrentos foram também as quarteladas e levantes, políticos e econômicos, da *abrilada*, do *mata-maroto*, da *sabinada*...” (AGUIAR, M., 1985, p. 73).

Para evitar novos incidentes desta natureza, a Câmara Municipal procurava sempre garantir o abastecimento regular da farinha mandioca, origem mais frequente destes distúrbios, recorrendo aos meios de que dispunha. No final do século XIX (junho de 1898), por exemplo, ela editava a “Postura”<sup>792</sup> de número 29-A, que em seu artigo primeiro proibia “até nova resolução, a exportação de farinha de mandioca e de cereais, d’este Município para fora do Estado”, evidenciando assim a sua preocupação com o abastecimento de alimentos na cidade numa época espantosamente distante das agruras do antigo período colonial.

#### 5.4.2.3 Os quintais e a produção doméstica de alimentos

Pelo visto até aqui, compreendemos que a situação do abastecimento de gêneros alimentares foi realmente um dos grandes problemas enfrentados pela população de Salvador ao longo de sua história<sup>793</sup>. Dependente em grande parte de um produto – a farinha de mandioca – que não era produzido na cidade – ao menos em quantidade suficiente para atender à demanda -, os moradores podiam ver-se em dificuldades por uma série de motivos diferentes. A fome, portanto, foi uma constante para muitos<sup>794</sup>, podendo estender-se por anos a fio<sup>795</sup>, agravada ainda mais por uma frequente especulação nos preços dos principais gêneros alimentícios, fruto de um mercado

---

<sup>792</sup> FGM – Posturas – 1893 a 1897. Estante 08. Número de ordem 119.7 - Folha 20.

<sup>793</sup> MATTOSO, 1992, p. 502.

<sup>794</sup> AZEVEDO, 1969, p. 301.

<sup>795</sup> PMS, [196-?a], p. 18.

descontrolado e, muitas vezes, monopolista<sup>796</sup>. Exploração esta, porém, que alguns conseguiam evitar,

[...] matando em casa seu carneiro, seu bode, seu porco; criando no **quintal** [...] seus perus, suas galinhas, às vezes suas cabras e suas vacas de leite. [...] O regime de economia privada dos sobrados [...] fez do problema de abastecimento de víveres e de alimentação das famílias [...], um problema de solução doméstica ou particular – o animal abatido em casa sempre dispensando a carne de talho, as frutas [...] dispensando as cultivadas para renda regular no mercado [...]. (FREYRE, 1968, v. 1, p. 165-166, grifo nosso).

Em função disto, vamos encontrar muitos terrenos baldios ao redor da cidade ocupados, com roças, hortas<sup>797</sup> e pomares<sup>798</sup>, de onde parte da população podia tirar o seu sustento (ou parte dele)<sup>799</sup>. Da mesma forma, os quintais, por sua proximidade com a casa e maior proteção – delimitados por muros de pedra e cal ou mesmo pelas cercas, mais simples -, tornavam-se espaços ideais de culturas e criações domésticas<sup>800</sup>, facilitando o manejo das pequenas lavouras e dos animais.

De acordo com as fontes pesquisadas, podemos constatar que a presença do elemento vegetal – utilitário e/ou ornamental – nos quintais, até a virada do século XIX para o século XX pelo menos, era uma realidade. Nos quintais encontramos plantados “os arvoredos” diversos<sup>801</sup>, as hortaliças<sup>802</sup>, as ervas medicinais<sup>803</sup>, as flores etc. Enfim,

<sup>796</sup> MATTOSO, 1992, p. 501.

<sup>797</sup> Exemplo: “Uma propriedade de sobrado, sita à Ladeira do Alvo, com [...] quintal com quarenta e nove palmos de fundo que divide com o muro da **horta** dos herdeiros do Gonzaga [...]” (APEB, 1948, p. 69, grifo nosso).

<sup>798</sup> MATTOSO, 1992, p. 444.

<sup>799</sup> Ibid., p. 46.

<sup>800</sup> Em áreas mais afastadas de algumas freguesias, os privilegiados proprietários de chácaras mantinham uma parcela considerável de seus escravos ocupados na lavoura. Este era o caso, por exemplo, do rico negociante Querino Antônio, morador da freguesia da Vitória, que possuía – segundo o Censo de 1855 – 34 escravos ao todo, sendo 10 para o serviço doméstico, 5 carpinteiros, 3 pedreiros, 1 marinho e nada menos de 15 para o serviço na lavoura (CASTRO, A., 1989, p. 148).

<sup>801</sup> APEB – Livro de Notas 01/04/295 – Folhas 35V (15/12/1849) e 39 (20/12/1849); APEB – Livro de Notas 01/04/371 – Folha 18V (25/08/1863); APEB – Livro de Notas 01/05/580 – Folha 19V (28/11/1878).

<sup>802</sup> APEB, 1948, p. 69.

<sup>803</sup> “Entretanto, suadouro já foi tema muito familiar, tendo entrada e permanência nos melhores quartos até mesmo nas melhores famílias. Quem falava em suadouro falava em sabugueiro, planta que não faltava num quintal ou jardim de pessoas organizadas, sabugueiro que depurava os humores, bastando beber em jejum, uma hora antes do café da manhã, um chá feito com oito folhas bem picadas e fervidas com mais ou menos um copo d’água durante dez minutos” (VIANNA, H., 1979, p. 223).

as plantações domésticas eram bastante comuns e zelosamente protegidas por seus proprietários:

Ilustríssimos Senhores Presidente, e Vereadores da Câmara Municipal = Diz Manoel José Guedes Chagas, estabelecido em uma Botica na rua do Guindaste dos Padres na Cidade baixa, e proprietário de uma morada de casa de sobrado no porto do Senhor do Bomfim, que existindo de frente deste sobrado, varias moradas de casas térreas de Manoel Joaquim de Cirqueira Nobre, este tapava um cano real antigo, que passava por baixo de uma destas casas, bem como um rego na rua, que vai desaguar no mar, de forma que com semelhantes tapagens, todas as águas da chuva regressam para o lugar onde está edificado o sobrado do Suplicante; ficando o mesmo sobrado bastantemente inundado, e por esta inundação, resulta mais notável prejuízo, já à mesma propriedade, já aos **arvoredos** e **plantações** existentes no **quintal** [...] (FGM – Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1837 a 1841 – Folha 55 – grifo nosso).

Estes elementos, principalmente as árvores, em função de sua importância para os moradores, tinham inclusive valor econômico, passível de indenizações nos casos de desapropriações ou acidentes:

O Agrimensor Francisco da Costa Cirne, Cavalheiro das ordens de Cristo e da Imperial ordem da Rosa por S. M. I. a quem Deus guarde = Certifico que sendo chamado pelos Senhores Demétrio Ferreira Bandeira e Irmão, proprietários de uma Chácara sita à Estrada do Garcia, Freguesia da Vitória, a fim de depois examinar os prejuízos causados na mesma chácara, do lado da Estrada do Campo Santo, no lugar denominado Rio de S. Pedro, orçasse o que fosse de justiça [...]. Pelo estrago de derruba feita em cinco pés de jaqueira ..... 80#000. Pelo de dois pés de dendê ..... 8#000 [...] Todos os prejuízos causados na Chácara acima descrita, foram provenientes das obras mandadas fazer pelo Governo [...] <sup>804</sup> .

---

<sup>804</sup> APEB – Seção de de Arquivo Colonial e Provinial - Propriedades Urbanas (1835-1868) – Série 4559. (01/08/1867)

Não surpreende, portanto, as recomendações anotadas pelo proprietário de uma “Roça” em Montserrat, dirigidas a seu arrendatário, de forma a garantir a preservação das árvores em sua propriedade:

Escritura de arrendamento que faz João Lourenço Seixas, de uma Roça sita ao alto do Bonfim [...] e estrada que segue para Monserrate, do lado esquerdo, [...] com alguns arvoredos, como sejam Mangueiras, Jaqueiras, Dendezeiros, Cajueiros, [...] **cujos arvoredos devem ser conservados** pelo Rendeiro [...] <sup>805</sup>.

Através dos documentos e manuscritos, podemos inclusive elaborar uma pequena lista das árvores comumente encontradas nos quintais em Salvador:

- a) Coqueiros – “Escritura de venda, paga e quitação, que fazem Felícia Maria Magdalena, e seus filhos [...] de uma casa térrea [...], sita na Povoação do Rio Vermelho, a Rafael Floquet, [...] com duas janelas, e duas portas de frente, dois quartos, duas salas, uma janela do lado do Leste, quintal aberto com uma cisterna de pedra e cal, **sete pés de coqueiros**, que dão fruto [...]” <sup>806</sup>; “Escritura de compra e venda, paga e quitação, que, como vendedora, faz Ignez Alves de Lima de [...] uma pequena casa de taipa coberta de telha, com **quinze pés de Coqueiros** ainda novos [...]” <sup>807</sup>; “[...] a escritura da propriedade do Suplicante, lavrada em Junho de 1855, declara ter ela quintal bastante comprido, que vai terminar no 3º **coqueiro**, cujo tronco ainda existe [...]” <sup>808</sup>.
- b) Bananeiras - “Regº da Portaria do Senado ao Alcaide para notificar a Antônio Coelho Fragoço para demolir as cercas, e arrancar as **Bananeiras** que tem no seu quintal fronteiro ao Trapixe do Barnabé [...]” <sup>809</sup>. Do século XIX, selecionamos também o relato de Johann Spix: “O mais bonito adorno dessa extensa casaria

<sup>805</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/293 – Folha 42V (grifo nosso). (17/08/1849)

<sup>806</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 39 (grifo nosso). (20/12/1849)

<sup>807</sup> APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Propriedades Urbanas (1835-1868) – Série 4559 (grifo nosso). (01/04/1870)

<sup>808</sup> APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Propriedades Urbanas (1830-1869) – Série 4560 (grifo nosso). (23/04/1877)

<sup>809</sup> FGM: Portarias: 1817 a 1831. Estante 07. Número de ordem 116.6 – Folha 24 (grifo nosso). (13/04/1824)



são os muitos jardins, situados de permeio, que embora raramente tratados, conservam todavia, o ano inteiro, o verde viçoso de suas laranjeiras e **bananeiras**<sup>810</sup>.

- c) Laranjeiras - “[...] Manoel de Oliveira Nogueira vem registrar a compra de um terreno sito à Cruz do Cosme, Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo [...] em o qual [...] existem duas casinhas de taipa cobertas de telhas, [...] cujo terreno se acha nele plantado de **dezesseis pés de laranjeiras** [...] e outros arvoredos nele existentes [...]”<sup>811</sup>. Sobre os quintais da Vitória, informa-nos Ferdinand Denis (c.1818): “Nestes deliciosos jardins se cultiva a melhor espécie de **laranja** que existe no Brasil, e talvez no mundo todo: esta laranja é conhecida pelo nome de *laranja de umbigo*, adquire um tamanho pouco vulgar e quase nunca tem pevide”<sup>812</sup>.
- d) Mangueiras – O Príncipe Maximilano de Habsburgo, em 1860, descreve o hábito de plantar mangueiras em Salvador: “É um tesouro incalculável possuir uma velha **mangueira** diante de sua casa, pois se têm a sombra e o frescor de uma segunda morada ao ar livre”<sup>813</sup>. Para o americano Samuel Greene Arnold, que visita a Bahia em 1847, a **mangueira** era “a rainha dos trópicos, mui grande e frondosa como um carvalho, com densa folhagem verde escura e folha da forma do louro [...]”<sup>814</sup>.
- e) Jaqueiras – Johann Spix, no início do século XIX (1817-1820) informa-nos a respeito da diversidade os pomares em Salvador: “... mas de frutas de toda espécie não há falta; [...], as **jacas** (*Artocarpus integrifolia*), as mangas e atas (*Mangifera indica* e *Anona squamosa L.*)”<sup>815</sup>. Bem mais tarde, em 1860, o Príncipe Maximilano de Habsburgo impressiona-se com as imponentes jaqueiras: “A decoração mais surpreendente aos olhos do viajante, porém, são as imensas

<sup>810</sup> SPIX, 1976, p. 131, grifo nosso.

<sup>811</sup> APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província - Viação de Santo Antônio Além do Carmo – Período: 1857 a 1863 – Série 4497 (grifo nosso). (23/09/1857)

<sup>812</sup> DÉNIS, 1955, p. 62, grifo nosso.

<sup>813</sup> HABSBURGO, 1982, p. 125, grifo nosso.

<sup>814</sup> ARNOLD, [188-?] apud SILVA, A., 1952, p. 07, grifo nosso.

<sup>815</sup> SPIX, 1976, p. 131, grifo nosso.

**jaqueiras** (*Artocarpus incisa*), com sua elevada copa frondosa e enigmática [...]”<sup>816</sup>.

Em muitos casos, obviamente, os quintais possuem um pomar bastante variado:

Escritura de venda, paga, e quitação que faz João Novaes de Carvalho por seu Procurador o Comendador Joaquim Correia Marinho, à Carvalho & Companhia de [...] uma casa térrea coberta de telha, com duas janelas de frente, e porta, sala fechada, três quartos, e cozinha, tendo seus arvoredos, constante de quinze pés de laranjeiras selectas, dezoito ditas da terra, três pés de limão doce, dois limoeiros, um abacateiro, uma mangueira, um pé de cidra, e um de fruta-pão [...] <sup>817</sup>.

Ou ainda,

[...] saibam quantos este público instrumento de Escritura de venda, paga e quitação [...] verem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e oito, aos vinte e cinco dias do mês de Outubro, nesta Leal e Valorosa Cidade de São Salvador [...] como vendedores o Doutor Apolônio Anhangá Coururupeba, e sua Mulher Dona Sabina [...] uma [...] casa de telha, varanda na frente, duas salas, quatro quartos, e sala de jantar, toda envidraçada, cozinha fora [...] com arvoredos de espinho, jaqueiras, mangueiras, cajueiros, mangabeiras [...] <sup>818</sup>.

Por vezes, porém, os quintais eram plantados com capim:

Escritura de arrendamento por tempo de cinco anos, que faz o Tenente Coronel Manoel de Lima Rocha Pitta e Argôllo a Dona Joanna Francisca Moreira dos Santos, da sua propriedade de casa nobre com lojas, armazéns, e mais servidões, sita à Ladeiro do Balcó, Curato da Sé, com grande quintal com plantação de capim pela quantia de Rs. 5:600\$000” <sup>819</sup>,

<sup>816</sup> HABSBURGO, 1982, p. 97, grifo nosso.

<sup>817</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/370 – Folha 87. (03/08/1863)

<sup>818</sup> APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província - Viação de Santo Antônio Além do Carmo – Período: 1857 a 1863 – Série 4497. (13/10/1858)

<sup>819</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/371 – Folha 76. (07/11/1863)

... fato este testemunhado também por Maria Graham em 1824:

Os subúrbios da cidade sofreram muito em beleza no sítio do ano passado, com a perda de várias árvores magníficas, mas ainda há bastante para fazer da Bahia uma das cidades mais cheias de árvores do mundo. Uma boa área do terreno foi aberta, mas é destinada principalmente à produção do capim (GRAHAM, 1956, p. 394).

Encontramos também as pequenas criações domésticas<sup>820</sup> - permanentes ou temporárias -, principalmente de aves: galinhas, perus, patos etc.:

Deitar galinhas e tirar pintos já foi uma arte [...] das mais cultivadas, com sucesso mais ou menos duvidoso, por expeditas donas-de-casa ou dedicadas criaturas que faziam disso um galardão. Quem sabia deitar galinhas tirava em certas ocasiões duas dúzias de pintos, sem margem de perda, a não ser que surgisse algum contratempo. Uma pessoa assim podia transformar o mister de deitar galinha num verdadeiro ofício rendoso. Porém nem toda a gente estava habilitada a tirar ninhadas de pintos. Não por falta de quintal, pois quase sempre sobrava espaço. Tampouco por falta de galinhas hábeis ou bons galadores (VIANNA, H., 1994, p. 112).

Além destes galinheiros, instalados muitas vezes sob os telheiros, era costume também, nos dias que antecediam as festas, manter animais maiores – como porcos<sup>821</sup>, bodes etc. – até o dia do abate, engordando sob as vistas dos seus proprietários, contrariando as normas municipais:

Nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que seja, não deve criar, nem ter porcos desde o forte de S. Pedro até a Soledade, e menos da Penha, Itaparica e mais Povoações e fazendo o contrário serão mortos por qualquer pessoa, que os achar pelas ruas e quintais, metade será para o matador e metade para os presos [...], e além disto pagarão as pessoas que tiverem os ditos porcos, seis

<sup>820</sup> “[...] o quintal era povoado, complementando a criação normal de aves, por um porco, um peru, galos castrados, mais raramente um bode também castrado e um pato” (VIANNA, H., 1994, p. 41-42).

<sup>821</sup> “A um canto do quintal, de preferência longe das aves, preso por uma espécie de cabresto ou focinheira rudimentar, ficava o porco, [...] enchendo a barriga com litros e mais litros de farinha grossa misturada com bastante sal grosso e água fria, o quanto chegasse para simular um pirão (VIANNA, H., 1994, p. 42).

mil rs. de condenação e 30 dias de Cadeia [...]” (REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, 1897, p. 69).

No quintal também era possível a produção de alimentos secos – ao sol, geralmente suspensos nos jiraus<sup>822</sup> – de largo consumo pelas faixas mais pobres da população:

Em casa também se salgava peixe. Na época do xaréu, por exemplo, quando ele era vendido a dar com o pé, por dez réis de mel coado, era comum que quem dispusesse de dinheiro e espaço comprasse os xaréus inteiros. Depois de tratados, bem limpos, tirado algum excesso de umidade ou sujeira com o auxílio de um pano seco, os xaréus recebiam principalmente nas entranhas um verdadeiro revestimento de sal. Ficavam em salmoura dois ou três dias, depois dos quais eram enfiados num cordão ou arame e dependurados na corda de secar roupa. Ficavam expostos ao sol até secar. Os xaréus duravam semanas. O essencial é que não tivessem sido lavados com água (VIANNA, H., 1994, p. 73).

Desta forma, fica claro que a possibilidade de poder contar com um quintal em casa seria de fundamental importância para garantir uma melhor alimentação da família. Da mesma forma, quanto maior o quintal, logicamente maiores eram também as possibilidades de variar os produtos disponíveis – um pomar maior, mais canteiros de hortaliças etc. Para a manutenção destas lavouras, inclusive, quem não podia ter os seus próprios escravos poderia sempre recorrer ao aluguel dos inúmeros “escravos de ganho” que existiam pela cidade<sup>823</sup>, livrando suas culturas das ervas daninhas e dos formigueiros:

Todos os lavradores serão obrigados nos três meses de Abril, Maio e Junho, a tirarem as formigas na forma seguinte: os Vizinhos [...] de três, e quatro roças [...] mais próximas concorrerão com os seus escravos próprios ou alugados nos lugares em que existirem os formigueiros onde mandarão abri-los a enxada, e tirando as panelas serão queimadas, assistindo os senhorios ou seus feitores [...], e depois de retirarem cada um dos ditos formigueiros os deixarão abertos

---

<sup>822</sup> LEMOS, 1978, p. 40.

<sup>823</sup> “O aluguel de 1 dia por 1 escravo para servir ou carregar a Cadeira [de arruar] custava 200 réis; [...] sendo para trabalhar em quintal ou roça 100 rs., dando-lhe de comer, e a seco 120 rs” (REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, 1897, p. 64).

até passar o inverno para as águas penetrarem a terra mais facilmente [...] (REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, 1897, p. 52).

Sem os quintais, portanto, fica claro que as privações a que os moradores de Salvador estariam submetidos seriam compreensivelmente maiores, impedindo que estes pudessem cercar-se de proteções adicionais contra as frequentes crises de desabastecimento de alimentos que ocorriam em Salvador desde o século XVII. Podendo usufruir de seus pomares e hortaliças, cuidando do galinheiro ou engordando um porco em um canto afastado da casa, podiam os moradores das humildes “casas térreas” – ou mesmo dos imponentes sobrados – ter alguma ajuda na alimentação de suas famílias – isto quando também não comercializavam o excedente de suas produções caseiras.

#### 5.4.3 O Abastecimento de Água em Salvador

O abastecimento de água na cidade de Salvador, principalmente da água potável, foi outro ponto crítico a ser diariamente enfrentado pela população ao longo de boa parte de sua história. Até o final do século XIX, grande parte dos moradores de Salvador dependia diretamente das fontes naturais (poços, cisternas etc.) e dos chafarizes públicos, existentes dentro do perímetro urbano e em suas redondezas, para o seu abastecimento regular. Outras fontes de água disponíveis, tais como rios, lagoas e o próprio dique dos Barris, parecem ter sido usadas apenas para a lavagem de roupas e para a irrigação das hortas e roças ao seu redor<sup>824</sup>. Aliás, nem seria recomendável agir de outra forma, uma vez que parte desta água estava certamente contaminada por dejetos que eventualmente eram despejados às suas margens<sup>825</sup>, um hábito antigo da população. Da mesma forma, vários pequenos riachos e lagoas que podiam ser encontrados em diferentes pontos da cidade nem sempre eram perenes, secando logo após as estações chuvosas<sup>826</sup>.

---

<sup>824</sup> FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5 - Folha 18V (Postura nº 31).

<sup>825</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 63.

<sup>826</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 103.

A água era então transportada destas fontes para as residências, ficando os escravos<sup>827</sup> com esta responsabilidade durante um longo período. Eles deslocavam-se pela cidade, durante o dia, carregando sobre as cabeças pesados potes de barro, repetindo o percurso tantas vezes quantas fossem necessárias. Este vaivém constante, além de representar um enorme desperdício de tempo e energia, acabava contribuindo indiretamente para movimentar a vida da cidade, pois...

[...] propiciava os encontros dos cativos e os inevitáveis mexericos sobre o que se passava nos domicílios, mais um fator que contribuía para devassar o cotidiano dos indivíduos, já tão à mercê de olhares estimulados pela arquitetura externa e interna das casas (ALGRANTI, 1997, p. 103).



**Figura 13:** João Goston (1857 a 1873) (Sem título). In: FERREZ, 1989, p. 12.

---

<sup>827</sup> Em nota do jornal *Correio Mercantil*, edição de 29/10/1846, informa-se que “fugiram da padaria de S. Felipe Neru dois escravos, um na tarde de 23 do corrente, em ocasião que acompanhava dois burrinhos que traziam água da fonte do Forte de São Pedro, levando também um barril d’água [...]” (CASTRO, A., 1989, p. 82).

Estas reuniões de escravos frequentemente terminavam em arruaças e confusões, enquanto estes esperavam a sua vez de encher os vasilhames, o que obrigava, por vezes, a presença de soldados para manter a ordem pública. Em certas ocasiões, porém, estes mesmos soldados eram os causadores das confusões, a levarmos em conta o depoimento de Luis dos Santos Vilhena (final do século XVIII):

[...] porque é indizível a desordem que nelas [fontes] há, e os pretos fazem para tomar água, quebrando-se mutuamente as cabeças, e braços; uns pelo que lhes pertence; [...] outros por defender-se [...] das insolências dos insubordinados soldados, que violentamente os constringem a que lhes levem água onde bem querem, sem que estes sejam aguadeiros, nem paguem às negras que o são; e se prontamente lhes não obedecem, é infalível o quebrar-lhes as vasilhas, e dar-lhes muita pancada (VILHENA, 1969, v. 1, p. 108-109).

Cada parte da cidade, durante a primeira metade do século, era abastecida basicamente por fontes públicas (e naturais) específicas (ou preferidas), mais próximas dos moradores, muitas vezes conhecidas por nomes próprios: “do Gravatá”, “Nova”, do “Queimado”, de “Água de Meninos” etc. Por vezes, eram fontes menores, auxiliares, que atendiam à demanda: “[...] no bairro de Santo Antônio perto dos Currais, há outra pequena fonte, donde bebe quem não tem quem lha traga do Queimado”<sup>828</sup>.

A maior parte destas fontes públicas, “de que é público e notório que necessita esta cidade e república”<sup>829</sup>, era construída com o dinheiro arrecadado pelo Senado da Câmara com impostos cobrados sobre determinados gêneros básicos, tais como carne verde<sup>830</sup> e farinha de mandioca. Ao final do século XVIII, segundo Vilhena, com a exceção da fonte do Gravatá, não existia no centro da cidade mais “uma única fonte, cuja água se possa beber”<sup>831</sup>, e mesmo “para o gasto não abundam”. Ainda segundo o mesmo autor, as fontes públicas de água potável existentes na cidade<sup>832</sup> por volta de 1798 seriam as seguintes:

---

<sup>828</sup> CASTRO, A., 1989, p. 103.

<sup>829</sup> PMS, 1953, p.316.

<sup>830</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 49.

<sup>831</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 102.

<sup>832</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 102-103.

- a) Cidade Baixa - a Fonte dos Padres (“[...] no fundo da ladeira da Misericórdia, [...] muito pobre, [...] tem duas bicas [...]”) e a de Água de Meninos (“[...] dizem ser a melhor que há para aguadas para o mar.”).
- b) Cidade Alta - a fonte do Queimado (“[...] fica fora dela [cidade] pelo Norte, e detrás do convento da Soledade [...], de água excelente para beber...”), a fonte das Pedras (“[...] por trás do convento do Desterro em uma comprida baixa [...]”), a Fonte Nova (“[...] mais adiante, além do Dique [...]”), a fonte do Gravatá (“[...] dentro já na cidade, um pouco abaixo da igreja, e freguesia de Santa Ana, a mais imunda e pior de todas; é porém a mais frequentada por ser a única pública que há dentro na cidade [...]”), e mais dois “poços”, sendo um “junto à capela de São Miguel” e outro no “sítio do Maciel”.

O fato é que mesmo com estas fontes públicas maiores - e as menores, auxiliares - que haviam espalhadas pela cidade, a levamos em consideração os documentos e textos analisados, existiram momentos em que efetivamente ocorria a escassez de água potável para os moradores da antiga Salvador. E mesmo que esta escassez não fosse generalizada por toda a cidade, certamente algumas zonas habitadas ressentiam-se mais que outras com a falta de água de boa qualidade para o consumo humano. Estas ocorrências, ao que parece, repetiram-se ao longo de grande parte do período colonial, uma vez que são registrados em documentos de diferentes épocas (do século XVII ao XVIII).

A confirmar o testemunho de Vilhena ao final do século XVIII, por exemplo, registramos nas Posturas de 1785, “as últimas posturas dos tempos coloniais”<sup>833</sup>, em meio à discussão sobre a localização adequada dos futuros cemitérios, uma preocupação com a possível contaminação das nascentes e fontes da cidade: “[...] atendendo a que esta cidade não tem fontes capazes de suprir ao povo em todo o ano, por serem todas subterrâneas, e faltas de água, de sorte, que nos verões costuma ser pouca a que se acha”. As autoridades municipais, portanto, não escondem a situação

---

<sup>833</sup> REVISTA...,1897, p. 69.



desfavorável de Salvador, discutindo (e reconhecendo) abertamente as suas deficiências nesta séria questão.

Eram momentos, portanto, de acordo com as nossas pesquisas, em que realmente faltavam “águas até de beber”<sup>834</sup> em Salvador, dando a impressão de que esta escassez fosse, por vezes, realmente um fenômeno generalizado. Através do Senado da Câmara – nas *Cartas do Senado* - e da correspondência oficial com os Governadores-Gerais e Vice-Reis, ficava a Coroa portuguesa sabendo das dificuldades enfrentadas pela população baiana. E por vezes, as cartas enviadas ao Brasil pelo rei de Portugal, em resposta a estas da Bahia, demonstram que estas crises efetivamente chamavam a sua atenção. É o que se constata, por exemplo, de uma carta de D. João V (1706-1750), datada de 1721, onde Sua Majestade discorre sobre a situação da colônia em função da grave seca ocorrida naquele mesmo ano, quando, apesar “de que havia dois meses que principiaram as chuvas, é suposto que não têm sido as que bastam para se restituírem as fontes ao estado em que se achavam antes da seca”<sup>835</sup>.

Havia, por consequência, uma preocupação por parte das autoridades municipais com a manutenção e conservação destas fontes públicas. Obviamente procurava-se, assim, garantir o pleno acesso da população ao maior número possível de fontes de água potável existentes na cidade, realizando, sempre que necessário, vistorias e serviços de reparos. Selecionamos então alguns destes documentos, incluídos na coleção publicada das *Atas da Câmara* (séculos XVII e XVIII), editadas pela Prefeitura Municipal em Salvador a partir de 1949, em que transparecem justamente estas preocupações, os problemas e as respectivas soluções adotadas pelas autoridades competentes.

- a) No “Termo de Vereação e de Conserto”<sup>836</sup> de 06 de outubro de 1692, o “Procurador da Cidade”, capitão Manoel Soares Ferreira, solicita à Câmara que “se mandasse logo consertar” a denominada “fonte do Graviel”, considerada por ele “a principal fonte desta Cidade”. Em função dos danos provocados na “caixa d’água”, estava a cidade sofrendo com a “falta de água”, provocando, com isto,

---

<sup>834</sup> PMS, [196-?a], p. 20. Carta enviada pelo Senado à “Sua Majestade”, em 14/08/1700.

<sup>835</sup> CARTAS..., 1721 apud ACCIOLI; AMARAL, 1925. pt. 3. s. 3.

<sup>836</sup> PMS, 1949c, p. 189.

muitas “brigas e dissensões”. Neste documento, portanto, a Câmara reconhece oficialmente a escassez de água na cidade, com implicações diretas na questão da segurança e ordem públicas. O conserto deveria ser então realizado imediatamente, de forma a acabar com os tumultos que, certamente, estavam acontecendo devido à falta de condições de uso desta fonte em particular.

- b) No “Termo de Vereação e Resolução”<sup>837</sup> de 28 de março de 1703, o “Almotacel da Limpeza”, Manoel da Costa, dá parte ao Senado da Câmara dos danos causados às fontes denominadas “São Francisco Novo” e do “Quebungo”, sugerindo a imediata solução do problema. Segundo a vistoria realizada no local, nas duas fontes havia muita “água empoçada no tanque debaixo das bicas”, resultado da “grande imundice e terra que caía no rego, ou rio, por onde vai a dita”. Esta sujeira era fruto de “haverem pessoas particulares que ocupavam, e encanavam a dita água, aproveitando-a para hortas, palames, e mais usos particulares”. Aqui temos, em realidade, o testemunho de dois problemas: a escassez de água (que demandava a solução imediata do problema) e a disputa que havia por ela em certas partes da cidade. Ou seja, apesar da aparente falta de água potável, algumas pessoas arriscavam punições (multa ou prisão) para poder garantir uma produção de mantimentos, por menor que fosse (não sabemos, porém, se estas hortas eram de subsistência ou se tinham finalidade comercial), mesmo que às custas do seu bem estar e o de seus vizinhos.
- c) No “Termo de Vereação e Vistoria”<sup>838</sup> de 28 de setembro de 1718, os oficiais da Câmara relatam a vistoria que fizeram, a pedido do padre “guardião do Convento de S. Francisco” na parte baixa entre os montes onde estavam localizados os Conventos do Desterro e o próprio Convento de São Francisco. Nesta baixa, as águas estavam acumulando em grande quantidade, resultando em “prejuízos às fontes dos ditos religiosos dentro de sua Cerca” e a outras duas fontes próximas: uma ao lado “da cerca do dito convento de S. Francisco e a outra chamada [...]

---

<sup>837</sup> PMS, 1984, p. 151.

<sup>838</sup> PMS, 1985, p. 07-08.

fonte nova, no princípio da ladeira que sobe para o convento das religiosas de N. Sra. do Desterro”. Neste caso, novamente alguns moradores, apesar da dificuldade que tinham em obter água potável em grande quantidade, eram os grandes responsáveis: “[...] pelos moradores [...] de uma e outra vala a terem entulhado e cortado para fazerem água para regarem as suas hortas e sem assim pelos entulhos que os moradores daqueles bairros circunvizinhos mandam deitar junto das mesmas valas e pontes e também pelas enxurradas das [...] chuvas, que conduzem para as mesmas valas muitas águas e lixo [...]” Temos neste documento registrada mais uma vez a ação danosa dos pequenos agricultores, que desviam parte da água das fontes públicas para as suas plantações. Porém, aqui também descobrimos um novo problema a afetar as fontes de água da cidade: o terrível hábito que os moradores tinham de sujar a cidade com o despejo de seus detritos em locais inadequados. Desta forma, além de criarem focos de doenças e de espalharem um mau cheiro ao redor, os depósitos clandestinos de lixo ainda provocavam mais um inconveniente: com as chuvas, o lixo acumulava e entupia as valas por onde corriam as águas das fontes, prejudicando todos aqueles que dependiam delas para o seu abastecimento.

- d) O “Termo de Vereação”<sup>839</sup> de 12 de julho de 1724 trata especificamente da Fonte do Gravatá, relatando os problemas encontrados nesta fonte após uma vistoria realizada pelo “Mestre de Campo Engenheiro” e acompanhada pessoalmente pelo “Vice-rei deste Estado”, Vasco Fernandes César de Menezes, Conde de Sabugosa. Em primeiro lugar, o documento afirma que apesar “dos grandes consertos que se lhe tem feito em repetidas ocasiões”, a referida fonte estava sempre apresentando problemas em decorrência da “grande distância em que se acha a mais da mesma fonte ao lugar das bicas”. Em virtude de sua importância, os vereadores “mandaram que a obra da dita fonte se pusesse logo a pregão na praça pública desta cidade, e que se fizesse logo com toda a brevidade possível para que este povo não padecesse as faltas de água que está experimentando”.

---

<sup>839</sup> PMS, 1985, p. 87-88.

Esta fonte deveria ser realmente muito importante para o abastecimento da capital, uma vez que sua vistoria foi acompanhada pessoalmente pelo Vice-Rei. Na verdade, até o final do século XVIII, pelo menos, a mesma fonte ainda seria considerada a “mais frequentada”<sup>840</sup>, justamente por “ser a única pública que há dentro da cidade”<sup>841</sup>. O mesmo documento não hesita em afirmar que a cidade, naquela ocasião, experimentava um período de seca (“faltas de água”), o que parece comprovar que a escassez poderia, em determinados períodos, afetar realmente toda a cidade. Historicamente, registramos que este documento data especificamente de um período em que o Brasil passava por uma de suas piores secas (1723-1727), segundo Colombo Souza, em estudo publicado no *Boletim Geográfico*<sup>842</sup> de número 14, de 1944, o que poderia explicar talvez a difícil situação em que se encontrava Salvador naquele ano em particular.

- e) O “Termo de Vereação e Resolução”<sup>843</sup> de 05 de agosto de 1724, na verdade, trata de dois assuntos distintos, ambos porém relacionados às fontes de água em Salvador. Em primeiro lugar, discute-se o resultado de uma nova vistoria realizada na fonte do Gravatá, tomando-se então a decisão de chamar-se “o capitão engenheiro Nicolau de Abreu e os mestres pedreiros Manuel Antunes Lima e Antonio de Souza” para que na dita fonte se “rebaixasse em altura de três palmos, ou mais se fosse conveniente, e que a água dela se trouxesse com a correnteza necessária até o lugar em que ficassem as bicas, por um cano feito de pedra e cal”. Logo a seguir, porém, discute-se o caso de um poço localizado próximo à fonte do Gravatá, pertencente ao Sargento-mor José Batista de Carvalho. Após uma nova vistoria ao local, determina-se que “a água do poço do Sargento [...], que fica junto ao cano da mesma fonte, se encane e meta dentro dela para que suas águas se aproveitem pelas sobreditas bicas em benefício do povo desta cidade”. Da mesma forma, decreta-se que “o dito sargento-mor se não possa em tempo nenhum valer dele pelo prejuízo que se experimenta na dita

<sup>840</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 103.

<sup>841</sup> Ibid., p. 103.

<sup>842</sup> SOUZA, C., 1944 apud AZEVEDO, 1969, p. 281.

<sup>843</sup> PMS, 1985, p. 88-89.

fonte”. Com este decreto, portanto, perdeu o sargento-mor, na prática, a posse do seu poço particular, beneficiando porém uma parcela maior dos habitantes da cidade que, como vimos antes, experimentava um grave período de “faltas de água”.

Através destes registros, podemos perceber o cuidado dispensado às fontes públicas, apesar da atitude irresponsável de parte da população local. Eles demonstram a importância destas fontes para a cidade, lembrando por mais de uma vez que estava Salvador sofrendo com a “falta d’água” (documentos de 1692 e 1724, por exemplo), o que justificaria então as providências imediatas para restaurar as ditas fontes às suas condições anteriores de uso. A partir do último documento analisado, porém, datado de 05 de agosto de 1724, podemos registrar outro aspecto das fontes de água em Salvador, envolvendo o poder público e os proprietários de poços e fontes particulares, localizados geralmente em seus quintais e roças.

Também da coletânea das *Atas da Câmara*, extraímos mais alguns documentos que tratam especificamente destes conflitos (entre os proprietários de quintais que continham fontes nativas e as autoridades municipais):

- a) Na Transcrição de uma “Petição”<sup>844</sup> de 21 de maio de 1667, “queixam-se os moradores de Água de Meninos” contra um certo João Martins, em cujo quintal, localizado próximo ao Forte do Rosário, encontrava-se “um olho d’água”. Contrariado por não estar sendo mais pago pelos “homens do mar a quem é uso vendê-la”, o dito João Martins decide impedir o acesso da população em geral à sua fonte, chegando mesmo a “trazer gado dentro do quintal”, resultando em “dano às correntes d’água”. Lembravam os moradores às autoridades que o mesmo proprietário havia assinado um documento comprometendo-se a “botá-la fora ao povo por bicas, e não faltar com ela por sua via em nenhum tempo”, devendo, pois, a Câmara agir prontamente para garantir a “quietação dos Moradores”. De uma análise inicial desta petição, podemos extrair alguns dados valiosos. Em primeiro lugar, seria lógico supor que os mesmos moradores não

---

<sup>844</sup> PMS, 1949b, p. 302-303.

tivessem que recorrer às autoridades municipais em busca de providências se a água potável fosse realmente abundante pela cidade toda (ou especificamente neste local). Desta forma, somos levados a crer que efetivamente estes signatários da petição, habitantes da região de Água de Meninos, estivessem realmente em dificuldades para garantir o seu abastecimento regular de água (daí estarem “inquietos”) caso não pudessem mais contar com a fonte existente no quintal do denunciado. Da mesma forma, o fato dos marinheiros pagarem para abastecer-se nesta fonte também reforça a noção de escassez do produto em Salvador (ou pelo menos em Água de Meninos e redondezas), confirmando as informações prestadas por Vilhena quase 100 anos depois, embora não saibamos o que havia feito com que eles não quisessem mais pagar pela água fornecida pelo referido João Martins. Finalmente, tomamos conhecimento que, em alguns casos, estavam os proprietários de fontes e poços naturais formalmente obrigados a fornecer a água aos demais habitantes do local, assumindo o compromisso inclusive por escrito.

- b) O “Termo de Vistoria”<sup>845</sup> realizado em 24 de maio do mesmo ano (1667), traz as providências tomadas pelas autoridades contra as arbitrariedades do João Martins, em resposta à petição descrita anteriormente. Durante a vistoria, portanto, descobrem o “Juiz do Povo” e demais oficiais da Câmara que o dito “João Martins Francês” havia realmente causado “dano ao rego por onde corre a dita água, em razão de o entupir e a sujá-la”, levando à perda desta “água donde bebem os moradores daquele distrito” e que “serve para as aguadas dos navios”. Desta forma, por ser “muito importante por uma e outra coisa, e sobretudo bem comum para o povo”, decretam os ditos oficiais que o gado seja imediatamente removido das terras próximas à fonte, sob “pena de seis mil réis”. Ou seja, em primeiro lugar, as autoridades municipais reconhecem oficialmente a importância desta fonte para os “moradores daquele distrito” e para a provisão dos navios, obrigando o denunciado a restabelecer as condições anteriores de uso da referida fonte. Em segundo lugar, este documento revela um elemento curioso no

---

<sup>845</sup> PMS, 1949b, p. 303-305.

quintal do referido João Martins: um curral. Imagina-se que o quintal, no caso, pudesse ser bastante grande, de forma a poder manter um pequeno rebanho de gado. Infelizmente este texto não traz mais detalhes sobre o mesmo, mas de qualquer forma representa um importante testemunho da importância que alguns quintais particulares tinham para determinadas regiões da cidade. Afinal, o dono do quintal, João Martins, era também dono do “olho d’água”. Apesar de não poder recusar-se a fornecer a água para seus vizinhos (acreditamos que isto fosse feito gratuitamente), o documento em nenhum momento indica que ele não pudesse continuar a vendê-la para os navios que por ali aportavam (embora, como dito anteriormente, não saibamos a razão destes marinheiros não mais pagarem por ela, gerando a revolta do proprietário).

- c) No “Termo de obrigação”<sup>846</sup> de 12 de junho de 1668, um certo “Bertholomeu Longo”, trazido perante a Câmara, foi oficialmente obrigado a “levar a água de que se serve a gente do mar e os moradores de água de meninos ao redor do seu quintal” até “aonde atualmente cai”, não interrompendo nunca o seu fornecimento, “enquanto a Deus der”, sob pena de multa de 500 cruzados “para as obras da cadeia nova e casa de Câmara”. Em caso de reincidência, o dito “Bertholomeu” seria então obrigado a abrir “a porta e a dá-la à sua custa pelo meio do seu quintal como de presente corre”. Novamente a região de Água de Meninos é citada num documento, levando a crer que talvez esta parte da cidade fosse mais afetada pela falta de água ou então que nela a água fosse disputada por um número maior de habitantes ou mesmo que nesta área as fontes fossem mais comuns (daí talvez a coincidência de duas Atas tratando da mesma região em tão pouco tempo). Não sabemos, porém, qual a distância da propriedade do Bertholomeu para a do seu vizinho, João Martins (documentos anteriores), o que nos impede de fazer qualquer comentário definitivo a este respeito. No entanto, as condições são as mesmas impostas ao João Martins apenas um ano antes: a obrigação de fornecer a água aos vizinhos é clara. O que chama a atenção neste caso é o tipo de penalidade a que o “Bertholomeu” estaria sujeito caso não

---

<sup>846</sup> PMS, 1949b, p. 361-362.

cumprisse com sua obrigação: o seu quintal seria forçosamente aberto, o que certamente lhe traria sérios transtornos e aborrecimentos. Se ainda por cima o tal “Bertholomeu” fosse casado e tivesse família em casa, este movimento de pessoas entrando e saindo do seu quintal certamente lhe seria prejudicial, se levarmos em conta a forte tradição portuguesa de manter suas mulheres (esposas e filhas) longe do alcance dos olhos de estranhos. Da mesma forma, qualquer produção existente no local certamente estaria menos protegida contra a ação de vândalos e desocupados.

- d) No “Termo de Vereação”<sup>847</sup> de 07 de abril de 1725 estão registrados dois casos em que moradores deliberadamente prejudicam o acesso da população a duas diferentes fontes d’água, obrigando as autoridades municipais a intimá-los, sob “pena de ser preso, e da cadeia pagar as posturas deste dito Senado”, de forma a que restituíssem as duas fontes “ao seu antigo estado”. No primeiro incidente, um certo Manoel Borges teve sua roça vistoriada de forma a fazer-se novamente o caminho existente ali para uma fonte não identificada. Ou seja, estava ele dificultando o acesso da população ao local, o que certamente poderia ser resultado de problemas - ou aborrecimentos – anteriores, em função do trânsito contínuo de pessoas por dentro de suas plantações. O caso do capitão Antônio Vaz Silva, porém, é mais grave: ele foi obrigado a desentulhar “a fonte da sua roça” para que “dela se sirva o povo, como sempre se serviu”. Haveria o capitão inutilizado esta fonte de propósito? Podemos apenas imaginar o conflito contínuo existente entre os proprietários das referidas roças e os moradores vizinhos, nos momentos em que a água destas fontes fosse disputada por ambas as partes envolvidas. Também é compreensível que os proprietários das fontes não gostassem de abrir suas roças ao povo, abrindo mão assim de parte de sua privacidade ou mesmo de seus direitos sobre a terra. A falta d’água na cidade, porém, falou mais alto e as autoridades prontamente agiram nestes dois casos.

---

<sup>847</sup> PMS, 1985, p. 96.



Desta forma, podemos começar a perceber a importância que certas fontes particulares tinham em determinados pontos (ou períodos do ano) na cidade. Estas fontes e poços de água potável traziam, é verdade, muitas facilidades para os seus proprietários, diminuindo o percurso dos escravos e facilitando o acesso frequente destas famílias à água em boa quantidade. Havia ainda mais uma vantagem com relação a esta posse: podia-se ganhar dinheiro vendendo água à população. Se no século XVII esta prática já era conhecida (como podemos perceber das *Atas da Câmara* de 1667), também no século XVIII este hábito continuava presente no cotidiano dos moradores. Lembremos que, segundo Vilhena, fora das poucas fontes e poços de serventia pública, e de mais algumas outras, cuja água servia apenas “para o gasto”, existiam também “alguns poços, de que seus donos vendem a água, a quem a não pode haver”<sup>848</sup>.

Esta era, portanto, a situação do João Martins, morador de Água de Meninos em meados do século XVII<sup>849</sup>; essa também era a situação de um certo “eclesiástico, formado, que tanto se deixa arrastar da negra ambição, que sem pejo se põe junto à sua fonte a receber dinheiro de quem a ela manda buscar água, com receio de que seus escravos sejam estropiados nas fontes públicas”<sup>850</sup>, nas quais, como já vimos anteriormente, devido às brigas constantes, e especialmente à ação desnecessariamente violenta por parte dos soldados, por vezes os acidentes graves aconteciam, “quebrando a cabeça a muitos pretos, de que uma infinidade ficam aleijados, e muitos vêm a morrer, ficando seus senhores perdendo cento e quarenta mil réis, e mais, por que tanto se compra hoje um negro de média sorte”<sup>851</sup>. Em função de problemas desta natureza e “outras semelhantes desordens que sucedem todos os dias”<sup>852</sup>, ficam portanto alguns proprietários receosos de mandar seus escravos buscar água em determinadas fontes, obrigando-os, por vezes, a adquirir este produto na mão daqueles afortunados que possuíam as suas próprias fontes. Curiosamente, na década de 1830, Johann Moritz Rugendas<sup>853</sup> traçaria exatamente a mesma cena em uma de

<sup>848</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 103.

<sup>849</sup> PMS, 1949b, p. 302-303.

<sup>850</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 109.

<sup>851</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 109.

<sup>852</sup> *Ibid.*, p. 109.

<sup>853</sup> ARTE no Brasil. São Paulo: Editora Abril, 1979, v. 1, p. 527.

suas representações do Rio de Janeiro - *Carregadores de Água* - indicando não apenas a continuação, em pleno século XIX, de certos costumes nefastos do século anterior, como também a coincidência de certas práticas em diferentes partes do Brasil.



**Figura 14:** Johann M. Rugendas (1821-1825). *Carregadores de Água*. In: ARTE..., 1979, v. 1, p. 527.

Neste ponto, merece registro o conflito encontrado entre algumas informações contidas em certas fontes analisadas e os dados expostos nos documentos consultados, no que tange à oferta de água na cidade de Salvador. Um exemplo desta controvérsia pode ser encontrado na caracterização do perfil geológico da cidade elaborado por Kátia Mattoso<sup>854</sup>, no qual a autora afirma que “os mananciais e as fontes estão em toda parte em Salvador, na base do *horst* como nas trilhas da menor fratura, do menor deslocamento de terreno, do mais insignificante vale. [...] Salvador é a cidade das mil fontes”<sup>855</sup>. Dito desta forma, realmente parece uma incongruência haver tanta disputa por água numa cidade rodeada de tantas fontes subterrâneas, riachos e lagoas.

<sup>854</sup> MATTOSO, 1992.

<sup>855</sup> MATTOSO, 1992, p. 47.

Esta afirmação parece inclusive negar a situação descrita em alguns dos manuscritos e documentos pesquisados (1785), nos quais é dito textualmente que “esta cidade não tem fontes capazes de suprir ao povo em todo o ano”<sup>856</sup>. Porém, a resposta para este conflito de informações parece ter sido encontrada, no final do século XVIII, em Vilhena:

Tenho, meu amigo, observado que são aqui as terras em extremo rôtas, motivo por que as surgentes das águas, tôdas saem junto à superfície da terra nas baixas à falda dos montes [...]. Tôda a montanha na sua falda geme água, e poucas são as casas, que não tenham sua poça, em que a aproveitam, tôda porém é salobra. [...] Algum outro esguichozinho, que aparece, dura só enquanto chove, sem que mereça o nome de fonte (VILHENA, 1969, p. 102-103).

A água que sobrava na cidade, portanto, era salobra, imprestável, pois, para o consumo humano, podendo ser usada, porém, na limpeza da casa, para os animais, etc. Enfim, era água para o “gasto”. Para obter a água potável, “gênero este [...] da primeira, e urgentíssima necessidade”<sup>857</sup>, recorria a população então às fontes públicas (e particulares) existentes na cidade e suas redondezas.

Em resumo, o que procurou-se demonstrar até aqui, através da análise destes documentos, é que as fontes de água **potável** existentes em alguns quintais e roças, dentro da cidade de Salvador, não deveriam ser tão abundantes assim, e que portanto seriam obviamente importantes para o abastecimento geral da cidade (ou de partes dela). Ou seja, as fontes particulares complementavam então, em alguma medida, a oferta de água disponível nas diferentes fontes públicas de Salvador.

#### 5.4.3.1 O Abastecimento de Água no Século XIX

Apesar da enorme experiência prévia com faltas d’água costumeiras - a levarmos em consideração a documentação oficial examinada anteriormente -, este foi um dos pontos negativos da vida em Salvador que não obteve uma solução definitiva ao longo do século XIX, mesmo com os melhoramentos introduzidos na cidade. Somente em

<sup>856</sup> REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, 1897, p. 69.

<sup>857</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 109.

1852, por exemplo, seria fundada, em Salvador, a Companhia do Queimado, “com o fim de prover-se a capital da Bahia de um serviço regular de abastecimento de água”<sup>858</sup>. Esta água, por sua vez, era então captada no açude e vertentes do Queimado e depois distribuída entre os 12 chafarizes instalados em diferentes pontos da capital: 5 na cidade baixa, no trecho compreendido entre Água de Meninos e Conceição da Praia, e 7 na cidade alta, entre a Cruz do Pascoal e a Piedade<sup>859</sup>. Seria este, então, “o marco inicial do serviço de águas da cidade do Salvador”<sup>860</sup>.

Até esta data, porém, e até mesmo depois (uma vez que os chafarizes ainda obrigavam o transporte da água para as residências), dependendo da região da cidade, a água para as casas – especialmente as mais pobres - continuaria dependendo dos “aguadeiros” (cativos ou libertos, trabalhadores dedicados a este tipo de comércio ambulante). Ao final do século XIX (1888), por exemplo, Durval Vieira de Aguiar relata a existência de tubulações de água encanada – e de gás carbono – em muitas ruas, numa demonstração do progresso atingido pela cidade até aquele período, porém o acesso da população a estes serviços ainda era bastante dificultado, pois era “tudo mais caro do que em qualquer outra província; não falando do vexame e no despotismo a que fica o público sujeito, sem recurso, para com tais companhias, que por soberanos contratos, gozam de intoleráveis privilégios e escandalosas imunidades”<sup>861</sup>.

Como visto anteriormente, no estudo dos quintais e as zonas de serviço das casas em Salvador (item 6.3), uma parte dos serviços domésticos necessitava de um volume maior de água (a “do gasto”); esta, por sua vez, não estava disponível, na maioria das vezes, dentro do limite restrito das moradias, demandando um grande esforço por parte dos escravos – bem como daqueles que dependiam do comércio ambulante de água - no transporte frequente dos potes e barris entre as diversas fontes e as residências. Da mesma forma, a manutenção de grandes reservas de água dentro das casas não era viável, não apenas pela própria falta de espaço interno para esta finalidade, como também pela própria situação de grande parte das estreitas casas baianas do período,

---

<sup>858</sup> LACOMBE, 1959 apud D. PEDRO II, 1959, p. 47.

<sup>859</sup> COSTA, A., 1989, p. 84.

<sup>860</sup> Ibid., p. 47.

<sup>861</sup> AGUIAR, 1979, p. 305.

já naturalmente úmidas e cheirando a mofo. Mantinham as casas, portanto, um contato frequente com os rios, lagoas, fontes públicas e chafarizes<sup>862</sup> existentes pela cidade<sup>863</sup>.

No século XIX, a população, numa solução absolutamente caseira, recorria ainda a um outro artifício para obter - e armazenar – a água da chuva, através do uso de...

[...] um barricão do lado de fora<sup>864</sup>, estrategicamente colocado debaixo da bica do telhado, para receber a água da chuva. Também as águas consideradas velhas [...] eram ali jogadas e aproveitadas para lavagem de roupa ou outra serventia. Era a água de gasto. Tais barricões nunca eram lavados, só mesmo em tempo de muita chuva, quando não fazia diferença jogar fora a água tão duramente armazenada (VIANNA, H., 1979, p. 92-93).

Porém, em virtude principalmente do combate à febre amarela e demais epidemias que atingiram duramente a cidade na segunda metade do século XIX – febre amarela em 1850 e cólera em 1855,

[...] de uma hora para outra, saiu a novidade que a água dos porrões, potes e barricões era uma das responsáveis pelos surtos de epidemias que, com frequência, castigavam a população. Os jornais começaram a explicar que a água velha era um verdadeiro viveiro de larvas transmissoras de não sei quantos tipos de doenças. Água de beber precisava ser fervida, as vasilhas lavadas com frequência e, depois de cheias, bem vedadas. [...] Tudo quanto o jornal publicava era lido e comentado com aplausos ou escárneos. Muita gente não acreditava naquilo. Ainda mais estranheza causava, quando se lia que a

<sup>862</sup> “Sendo o serviço de água em Salvador muito deficiente, dando-se frequentemente o esgotamento de águas das cacimbas e fontes do perímetro urbano, os chafarizes se multiplicaram no correr do século e, repetindo Francisco Vicente Vianna, embora houvesse *“muitos outros mais singelos, de ferro fundido bronzado, regulando de 13 a 20 palmos de altura, representando candelabros, fontes e outras alegorias”*, um certo número deles eram especialmente bonitos e elegantes, como alguns viajantes assinalaram” (AUGEL, 1980, p. 158).

<sup>863</sup> “Era inevitável que a parte referente às lavagens de roupa fosse resolvida executando-se o serviço nas margens dos rios, ou em tanques públicos, dado o grande volume de líquido pedido. A lei do mínimo esforço fazia, e ainda faz, com que se transportasse para casa a água estritamente precisa às pequenas limpezas, à cozinha e aos raros banhos de gamela, porque bom mesmo, e também prático, era o banho “na água grande”, no ribeirão, na lagoa. A distância ao manancial deveria ser a menor possível, e nesse ponto é que a água deu maior ou menor valor às residências urbanas, mais próximas ou afastadas dos chafarizes públicos - principalmente nas cidades da marinha, onde as cisternas sempre davam água salobra” (LEMOS, 1978, p. 34-35).

<sup>864</sup> N.A.: Observar que “fora de casa” não significava na rua. Ou seja, estavam os barricões instalados na parte posterior das casas, nos seus quintais, geralmente encostados em alguma parede próxima ao beiral do telhado.

Higiene ia mandar prepostos fiscalizarem as condições sanitárias das residências. Despejadouros no fundo do quintal não seriam mais permitidos. Quem não pudesse ter esgoto ligado ao cano real, mandasse construir uma fossa que recebesse as dejeções depositadas em sentinelas apropriadas. [...] Planta que pudesse ficar com água depositada era sumariamente sacrificada, a começar pela bananeira. Estas e outras providências escandalizavam a maioria dos cidadãos acostumados a fazer em casa o que bem desejassem. [...] Foi o início da via-crucis dos prepostos da Higiene, homens modestos [...]. Eles se apresentavam nas portas como empregados da Higiene. Mas o povo já tinha acertado a denominação de *mata-mosquito*, não havendo jeito de emenda (VIANNA, H., 1979, p. 93).

Desta forma, podemos dizer que na questão do abastecimento de água para as residências no século XIX, predominava - ainda - a “extroversão” da casa, “a franca comunicação da cozinha e peças satélites com o exterior”<sup>865</sup>, seja com o quintal ou pátio interno – ambientes próximos – ou mesmo com os rios, fontes e chafarizes públicos, onde muitas vezes era levada a roupa e o “trem de cozinha sujo”<sup>866</sup> para a limpeza de maior porte. Ou seja, o bom funcionamento das residências – casas térreas ou sobrados – dependia muito desta relação externa. A possibilidade de poder contar com uma área livre, não edificada, onde a água podia ser armazenada ou mesmo coletada – no caso dos barricões e cisternas dos quintais – seria então fundamental para aqueles responsáveis pela maioria dos serviços domésticos. Daí também podemos perceber a importância das fontes e cisternas nativas para aqueles que as possuíam em seus quintais ou roças, próximos de casa, facilitando a manutenção e o dia-a-dia dos seus moradores.

Além da dificuldade natural de depender de fontes externas para o abastecimento rotineiro das casas, a cidade continuaria também a sofrer – direta e indiretamente – com os períodos de seca<sup>867</sup>, que foram muitos ao longo do século XIX. Neste período existiram períodos de secas graves e duradouras, sendo talvez a que ocorreu entre os

---

<sup>865</sup> LEMOS, 1978, p. 36.

<sup>866</sup> Ibid., p. 35.

<sup>867</sup> “Desde o início do século que a província conhecia irregularidades climáticas, com períodos alternados de seca e de pluviosidade excessiva, gerando grandes perturbações no mercado de consumo de Salvador em função da escassez de alimentos. Estas irregularidades climáticas constituíam-se num dos fatores preponderantes para a oscilação de preços dos gêneros alimentares básicos de consumo da população [...]” (CASTRO, A., 1989, p. 33).

anos de 1877 e 1879 a mais documentada (e uma das piores), tendo atingido com maior violência o estado do Ceará<sup>868</sup>, mas com reflexos negativos para toda a economia do Império brasileiro.

Em função da escassez de água e alimentos ao norte, por exemplo, recebia a nossa província levas de retirantes nortistas, “deportados” pelas autoridades cearenses, incapazes de lidar com tamanha massa humana desamparada. Só em 1877, Salvador “já acolhera 753 deles”<sup>869</sup>, sem contar os inúmeros que atravessaram as fronteiras do Estado vindos do Ceará e do Piauí, instalando-se em diferentes municípios baianos. Resolvem os baianos montar diversos “centros de abastecimento” em alguns municípios do Estado, de forma a atender a população retirante. Como resultado destes esforços para amparar os flagelados, a Bahia assiste a um considerável aumento nos preços dos gêneros alimentícios, principalmente da farinha de mandioca, gerando conflitos sérios entre a população mais pobre<sup>870</sup>.

Muito antes destes distúrbios públicos, porém, as autoridades municipais já demonstravam preocupação com a questão da água em Salvador. É o que indica, por exemplo, um número razoável de “Posturas” editadas no início da década de 1830 que procuravam garantir a integridade das fontes públicas e a própria qualidade da água oferecida à população. Da lista de “Posturas” aprovadas em 1831, pelo menos quatro delas estão relacionadas diretamente ao assunto: as de número 29, 31, 75 e 85. Decretava-se, por exemplo, que enquanto “as fontes públicas não receberem um melhoramento amplo que se possa nelas estabelecer tanques separados para lavagem das roupas, fica proibida tal lavagem nas mesmas fontes”<sup>871</sup>. Além de cuidados deste tipo, que procuravam certamente garantir uma utilização racional das fontes, as autoridades preocupavam-se também com os pequenos riachos e “valas” que existiam dentro de propriedades particulares, que por vezes eram desviadas e encaminhadas às fontes públicas quando apresentavam boa qualidade. Para tanto, “os rios, ou valas, que

<sup>868</sup> “O obituário em Fortaleza, que em 1876 fora de 811 sepultamentos, em 1878 atingira 57.780 pessoas. E em todo o Ceará, no mesmo ano, morreram 120 mil pessoas. Somente em um dia, em Fortaleza, foram enterradas 1.004 vítimas da varíola. A epidemia grassava livremente naquele amontoado de condenados [...]” (AGUIAR, M., 1985, p. 49).

<sup>869</sup> AGUIAR, M., 1985, p. 57.

<sup>870</sup> “A farinha de mandioca aí estava cotada, no dia 30 de janeiro de 1878, a 4\$000 e 4\$500 a saca de 80 litros. Em 21 de março os preços já alcançavam 6\$000 a 8\$000 e em 2 de abril chegavam a 9\$000, com um aumento de 100 por cento” (AGUIAR, M., 1985, p. 58).

<sup>871</sup> FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5. Folha 18V (Postura 31).

atravessarem por terrenos particulares andarão sempre limpos e desentupidos pelos proprietários, administradores ou arrendatários [...]; pena de 20\$000 ou oito dias de prisão”<sup>872</sup>. Até mesmo abrir novos poços e tanques estava “absolutamente proibido [...] uma vez que seja nas imediações das fontes públicas”<sup>873</sup> caso estas “obras de hidráulica” representassem algum prejuízo aos “rios públicos, e suas vertentes” ou que pudessem representar alguma ameaça às mesmas fontes. A “Postura”<sup>874</sup> de número 85, por sua vez, tratava das obrigações que os proprietários de “poços e fontes” localizados próximos a incêndios tinham com a comunidade, sendo-lhes exigido que franqueassem o acesso pleno a estas fontes de água para auxiliar no combate às chamas, tendo o direito, porém, de exigir “da Polícia uma guarda para não sofrerem prejuízos”, pois nem suas casas e nem suas fontes e poços deveriam ser prejudicados. Ainda: “os infratores serão condenados em 10\$000 ou cinco dias de prisão”<sup>875</sup>.

Mais tarde, em 1833 seria aprovada outra “Postura”<sup>876</sup>, a de número 104, que proibia “aos proprietários de qualquer prédio terem debaixo de cercas os rios, lagoas, ou valas de serventia pública”, podendo erguê-las, porém, no mínimo “duas braças arredadas dos mesmos”. Isto sob o risco de passar oito dias na prisão, multa de 30\$000 e acabar custeando “a demolição das cercas”. Ou seja, mesmo possuindo o terreno onde estava localizada a fonte de água, o proprietário não tinha o direito de cercá-la, desde que esta servisse à comunidade. Obviamente que, sem poder cercá-la ele também não tinha como impedir o acesso da população ao seu terreno – ou pelo menos à parte dele na qual estava localizada a fonte ou o poço. Em 1842, numa revisão das antigas medidas, esta mesma postura incluiria ainda a proibição de ocupar os mesmos “rios, lagoas e valas” com muros e plantações<sup>877</sup>. Evidentemente, então, a cidade (ou regiões dela) ainda dependia de fontes naturais de água (potável e de serventia – água para o “gasto”), obrigando as autoridades municipais a garantir o acesso da população a estes recursos, além de mantê-los sempre em boas condições de uso.

---

<sup>872</sup> FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5. Folha 18V (Postura 29).

<sup>873</sup> FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5. Folha 43 (Postura 75).

<sup>874</sup> FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5. Folha 48 (Postura 85).

<sup>875</sup> FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5. Folha 48 (Postura 85).

<sup>876</sup> FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5. Folha 64 (Postura 104).

<sup>877</sup> FGM: Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5. Folha 71 (Postura 104).



Ao final do século (1899), mesmo com a presença de uma rede hidráulica eficiente em algumas regiões da cidade, o grosso do abastecimento ainda era feito mesmo de casa em casa, sendo a água transportada em vasilhames próprios (os potes ou “barris”). A sua venda pela cidade era, ao que tudo indica, uma opção comercialmente viável para muitos. Estipulava então a prefeitura em, no máximo, “100 réis ao barril de 20 litros”<sup>878</sup>, numa demonstração da necessidade que este tipo de comércio tinha de um controle de preços, evitando certamente as especulações, tão comuns em tempos passados.

#### 5.4.3.2 Os quintais, suas fontes e poços

O que vimos até agora vem reforçar a idéia de que o estoque de água potável – e até mesmo para o “gasto” – em algum local próximo da casa era de vital importância para os habitantes de Salvador. Não apenas para aqueles que não possuíam escravos – ou que os possuíam em pequeno número, e que portanto não podiam estar sempre enviando-os às fontes públicas -, mas mesmo os ricos moradores dos sobrados podiam obter vantagens se conseguissem armazenar a água em suas cisternas<sup>879</sup>, tanques<sup>880</sup>, ou até mesmo “depósito de ferro”<sup>881</sup>, livrando-os de privações em épocas de escassez na cidade (conforme foi visto no período entre os séculos XVII e XVIII).

Com pouco espaço dentro de casa adequado a este armazenamento, eram nos quintais, portanto, que estes reservatórios – maiores - eram sempre mantidos<sup>882</sup>:

<sup>878</sup> FGM: Posturas – 1893 a 1897. Estante 08. Número de ordem 119.7. Folha 20V (Postura 30-A).

<sup>879</sup> Nos manuscritos consultados, encontramos o registro das “cisternas”, por exemplo, na transcrição da compra e venda de um imóvel, sob o número de ordem 510, no Livro 03 de Transcrição dos Imóveis do Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador (com data de 05/05/1894). Da mesma forma, temos ainda, de 20/12/1849: “[...] uma casa térrea [...], com duas janelas, e duas portas de frente, [...] quintal aberto com uma cisterna de pedra e cal [...]” (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 39).

<sup>880</sup> Podemos citar o exemplo da propriedade localizada “no alto do Bonfim, Estrada de Monteserrate” (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 35V), que em 15/12/1849 possuía então alguns “tanques”, indicando, pois, a existência de mais de um deles em seu terreno.

<sup>881</sup> “Nessa casa térrea, edificada em terreno próprio, com porta e 2 janelas de frente, sala de frente forrada, 5 quartos, sala de jantar, despensa e cozinha fora, e quintal murado [...], contendo depósito de ferro para água, banheiro e latrina [...]” (Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador - Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - nº de Ordem 1340). (25/10/1897)

<sup>882</sup> N. A.: Pelo menos na documentação consultada, não fomos capazes de encontrar um único registro em que estes reservatórios de grande porte fossem mantidos dentro de casa.

barricas, cisternas<sup>883</sup> etc., às vezes cobertos por telheiros<sup>884</sup> de forma a proteger melhor a preciosa água. Os documentos oficiais – inventários, testamentos, escrituras etc. – estão repletos de exemplos destes elementos, a demonstrar a sua importância para aqueles que os construía em suas casas.

Nenhuma benfeitoria, porém, comparava-se ao privilégio de ter em seu próprio quintal um poço “nativo” (ou “fonte”), capaz de fornecer água em abundância e sem o inconveniente de ter que deslocar-se – às vezes por grandes distâncias - em busca do produto. Quando eles são conhecidos, os registros oficiais fazem questão de apontar a sua existência. Neste caso, podemos dar inúmeros exemplos:

- a) “[...] uma morada de casa térrea, sita à Rua da Ópera Velha, com trinta e dois palmos de frente [...] e quintal cercado de muros com porteira no fundo, que comunica para a Vala, tem também um **poço** de paredes de alvenaria [...]”<sup>885</sup>.
- b) “[...] uma casa térrea feita de paredes de tijolos e adobes, com duas janelas de frente, e porta, [...] e quintal aberto com **poço**, edificada em terreno foreiro ao Visconde de Barbacena [...] na rua do areal de Itapagipe, Freguesia da Penha [...]”<sup>886</sup>.
- c) “[...] uma propriedade de casa térrea de N° 128, à rua do Coqueiro d’Água de Meninos, freguesia do Pilar, [...] com cozinha fora e pequeno quintal, com **poço** de água nativa [...]”<sup>887</sup>.

---

<sup>883</sup> De acordo com a “escritura de [...] venda, paga e quitação” do imóvel situado “à rua de São Pedro Velho, Freguesia do mesmo nome”, adquirida em 23/09/1863 por Carlos Ribeiro Sanches (APEB – Seção Judiciária - Livro de notas 01/04/371 – Folha 45V), havia no quintal uma “cisterna de água de chuva”, indicando, pois, a importância desta forma de captação de água para os moradores da cidade.

<sup>884</sup> Na Ladeira do Baluarte, em 24/08/1894, vendia-se um “sobrado em terreno próprio, [...] com andar, estão de um lado, lojas, quintal grande, com poço encoberto em telhas, sobre pilares [...]” (Cartório do 2° Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador - Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - n° de ordem 574). Temos também o imóvel situado na Rua da Vala (25/01/1898) “com frontal de pedra e cal, com 2 portas e 1 janela, e um telheiro com 1 tanque d’água [...]” (Cartório do 2° Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador - Livro 03 de Transcrição dos Imóveis - n° de ordem 1402).

<sup>885</sup> APEB, 1948, p. 75, grifo nosso.

<sup>886</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/370 – Folha 10V – grifo nosso. (30/12/1862)

<sup>887</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/05/580 – Folha 11 – grifo nosso. (02/11/1878)

- d) “[...] uma roça com seus arvoredos, casa de banho e **fonte** na baixa, e uma morada de casa assobradada com seis janelas [...]”<sup>888</sup>.
- e) “[...] uma propriedade de casa com seu quintal murado, com **poço** de água nativa, sita na Freguesia de Nossa Senhora da Penha de Itapagipe [...]”<sup>889</sup>.

Em alguns casos, sua posse é dividida por mais de um proprietário. Na lista dos bens pertencentes à “Irmandade do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo” em 1853 (APEB, 1948, p. 95), por exemplo, encontramos...

[...] uma propriedade de sobrado de dois andares, sita à Baixa dos Sapateiros, com dezoito palmos de frente, com lojas de aluguel, de pedra e cal, em chãos próprios, com seu quintal murado de um lado e fundo cujo muro do lado não pertence, e nele um poço de água nativa feito de alvenaria, no qual tem igual parte o sobrado contíguo [...] (APEB, 1948, p. 95).

Da mesma forma, encontra-se registrada no “Livro de Notas” do tabelião João Antônio Rodrigues da Costa<sup>890</sup> a escritura de “venda, paga e quitação” de “duas propriedades por acabar, muito antigas, construídas de pedra e cal”, tudo “pela quantia de 3:000\$000”, que incluía também, na transação comercial, “parte de um Poço de água nativa”. Ou seja, este registro é de suma importância pois indica que as cotas de propriedade destes poços nativos podiam ser negociadas, revelando então que efetivamente **eles tinham um valor econômico** a ser levado em consideração.

Comprova-se mais uma vez o valor econômico destes poços e fontes no manuscrito parcialmente transcrito abaixo<sup>891</sup>, contendo uma oferta encaminhada ao Senado da Câmara pelo proprietário de uma fonte localizada no quintal de sua casa, sita à Rua do Maciel:

<sup>888</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 37 – grifo nosso. (18/12/1849)

<sup>889</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/295 – Folha 94 – grifo nosso. (07/08/1850)

<sup>890</sup> APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/293 – Folha 14V. (04/05/1849)

<sup>891</sup> FGM: Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1800 a 1812. Estante 09. Número de ordem 174.4. Folha 77V (documento de 07/10/1806).

Termo de Vistoria feita na Fonte que oferece para o Público o Coronel Pedro Gomes Ferrão Castelbranco à Rua do Maciel =

Aos sete de outubro de mil oitocentos e seis anos nesta Cidade da Bahia, e Casas do Coronel Pedro Gomes Ferrão Castelbranco no seu quintal à Rua denominada do Maciel, [...] para efeito de se decidir a representação que ao Senado havia feito o dito Coronel [...] pela qual oferecia fazer pública a fonte que havia no quintal das mencionadas casas, à condição do mesmo Senado fazer uma muralha, que sustentasse a terra que se achava eminente sobre a dita Fonte, como tudo consta da sua referida representação, e sendo aí os dois Presidentes e Procurador acima referidos, assentaram, depois de se proceder à informação do Mestre de Obras da Câmara, que avaliava a obra mencionada acima em mais de um conto de réis, que [...] se aceitasse a oferta, e que em Câmara se decidiria com mais circunspeção e pluralidade de Votos [...].

Percebe-se, portanto, que a fonte, por estar situada no centro da cidade, na zona densamente ocupada pelos sobrados e casas térreas, certamente valeria mais que outra qualquer, situada num ponto mais afastado, confirmando, assim, o que havia dito Vilhena no final do século XVIII<sup>892</sup>. Para efeito de comparação, neste mesmo ano (1806), segundo Henry Hill<sup>893</sup>, com um conto de réis – preço mínimo proposto pelos próprios peritos da Câmara - era possível adquirir quase 10 escravos importados da África<sup>894</sup>.

Comprova-se, portanto, mais uma vez, que os quintais eram fundamentais para o bom funcionamento das casas e o conforto de seus habitantes. Não se concebe uma residência sem o uso frequente de água, e numa cidade onde as casas podiam, em determinados períodos de sua história, abrigar quase 50 moradores<sup>895</sup>, muitas vezes o consumo podia ser realmente muito elevado. Desta forma, a população de Salvador dependia – e com razão – dos seus quintais como espaço de armazenamento de

---

<sup>892</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 102-103.

<sup>893</sup> HILL, 1964.

<sup>894</sup> HILL, 1964, p. 19 e 22.

<sup>895</sup> É o que nos dá conta, por exemplo, Sebastião da Rocha Pitta, no início do século XVIII (PITTA, 1952, p. 273).

grandes quantidades de água, até mesmo porque as alternativas (água encanada, aquedutos etc.) praticamente inexistiam<sup>896</sup>.

## **5.5 O Valor Cultural e Social dos Quintais**

Uma vez conhecidos os principais aspectos sociais e culturais da população de Salvador no século XIX<sup>897</sup> – seu crescimento, sua composição étnica, valores e costumes etc. –, fomos capazes de identificar também algumas instâncias em que a presença dos quintais – e seus elementos – no tecido urbano tornava-se, por um motivo ou outro, essencial ao desenvolvimento de certas práticas – específicas - de seus habitantes. Ou seja, percebemos que os quintais urbanos tornam-se, por vezes, palco de uma série de atividades ligadas ao cotidiano da cidade e de seus moradores. Nos quintais, portanto, vamos descobrir práticas e costumes que ligam-nos a momentos distintos da vida social e cultural de seus usuários, atendendo a certas necessidades e funções próprias de uma sociedade com as características esboçadas anteriormente, na parte inicial deste trabalho.

Com base nas pesquisas documentais e demais fontes bibliográficas, conseguimos identificar pelo menos quatro pontos básicos de inclusão dos quintais – e seus jardins – na vida social e cultural dos moradores de Salvador: o quintal como principal área de lazer da família; a produção de flores nos quintais (com os seus respectivos jardins) contribuindo para os diferentes eventos festivos e religiosos da cidade; os quintais e as manifestações religiosas (inclusive as não-católicas) e as superstições e simpatias que envolviam, de algum modo, os quintais e seus elementos (construções, vegetação etc.).

### **5.5.1 O Quintal como área de lazer da família**

Temos que lembrar inicialmente da enorme importância atribuída à privacidade pelos portugueses, resultando num confinamento quase total das mulheres e crianças

---

<sup>896</sup> O “Sistema do Queimado, inaugurado em 1852, atendia apenas a uma pequena parcela da população, segundo Luiz Lacombe (LACOMBE, 1959 apud D. PEDRO II, 1959, p. 47).

<sup>897</sup> Ver especificamente o segundo capítulo, que trata da “Paisagem Humana”.

dentro de casa. Fora a participação nas principais cerimônias religiosas do ano, portanto, “toda a diversão era de portas a dentro, por ocasião de batizado, casamento, aniversário”<sup>898</sup> etc. Do mesmo modo, com poucas tarefas a desempenhar em casa – era então tudo deixado aos cuidados dos escravos domésticos -, cultivava-se efetivamente o ócio como símbolo maior de prestígio e riqueza, separando-se parte do dia, porém, para os estudos costumeiros: os meninos aprendiam a ler e a fazer contas; para as meninas “toda a educação era voltada para o casamento, para as atividades que deveriam desempenhar enquanto mães e esposas”<sup>899</sup>.

Eram os quintais, portanto, praticamente por exclusão, locais de lazer por excelência das famílias baianas. Comia-se então na sala dos fundos – “sala de jantar” –, na “varanda fresca”<sup>900</sup> ou então na própria cozinha, que por vezes comunicava-se diretamente com o quintal. Nesta parte da casa, podiam todos conviver tranquilamente, longe da curiosidade dos transeuntes e das eventuais visitas inesperadas. Ambientes íntimos e reclusos, eram geralmente frequentados pelas mulheres da casa, que podiam livremente circular em seus trajés simples e desleixados, ombros à mostra, em meio aos escravos e às crianças da casa:

Duas jovens escravas, sentadas no chão, sobre esteiras, cosem ou fazem renda; crianças de quatro ou cinco anos, vestidas de camisinhas curtas ou mais primitivamente ainda, correm pela sala; um recém-nascido, deitado no soalho, na mais simples das instalações, besunta as faces de doce [...]” (VAUTHIER, 1975, p. 41).

Protegidos por altos muros de pedra e cal<sup>901</sup>, isolados da rua principal pelo comprido corredor lateral da casa e seus inúmeros aposentos – sala de visita, quartos de alcova, despensa, copa etc. - podiam os moradores descansar sossegados debaixo da sombra

---

<sup>898</sup> QUERINO, 1955, p. 115.

<sup>899</sup> ALGRANTI, 1997, p. 120.

<sup>900</sup> LEMOS, 1978, p. 51.

<sup>901</sup> “Pelas *Ordenações* filipinas, de 1603, já ficamos cientes de que o normal, na Metrópole mesmo, era a disposição apinhada das residências, de onde a preocupação com a privacidade: ninguém poderia fazer frestas, nem janelas, nem eirado com peitoril, sobre casa ou quintal alheio porque o descubra” (ARAÚJO, E., 1997, p. 71).

produzida pelo pomar; podiam as crianças brincar despreocupadamente sob os telheiros ou sobre as árvores; podiam as senhoras passear livremente pelo jardim<sup>902</sup>.

As meninas da casa, por exemplo, estavam frequentemente “ocupadas com seus brinquedos no quintal, pátio ou varanda”<sup>903</sup>. Maria Paes de Barros<sup>904</sup>, descreve uma cena típica do final do século XIX em sua própria residência:

Com a mesma severidade se exigia, a horas certas, a presença dos alunos para o estudo e o recreio no quintal. Ai da menina que, depois do toque de saída, fosse a um canto da sala de estudos para uma furtiva leitura do seu livro predileto! Veria logo abrir-se a porta e uma voz exclamar: “Que é isso? Não sabe que é hora do recreio? Vá já para o quintal, e hoje fica sem sobremesa”. Lá ia o livro querido para a carteira... A pequena descia a escada, tomando na sala de jantar o seu pão com manteiga, para comê-lo no alto da enorme pitangueira que crescia no fundo do quintal (BARROS, M., 1998, p. 14-15).

Depois das refeições, nos dias mais quentes, muitos sabiam aproveitar a proteção das enormes árvores – mangueiras, jaqueiras etc. – que, por vezes, também podiam ser encontradas nestes quintais. Antônio Vianna, em seu livro “Casos e Coisas da Bahia”<sup>905</sup>, relata inusitado fato ocorrido no Bonfim, nos primeiros anos do século XX:

De gênero diferente o ocorrido com morigerado cidadão. Entraram-lhe portas a dentro ilustres festeiros, sem convite nem cerimônias. Abancaram-se à mesa e devoraram alentadas iguarias, reservadas para a festa a realizar-se logo mais. Fizeram-no jovialmente. A rir! A pilheriar! A tecer expressões lisongeiros para o que viam: “Deus abençoe esses pratos... E também os que vierem depois. Comer assim é que é! Principescamente! Fosse-nos prometida a continuação destas delícias e mandaríamos buscar malas para uma estação de repouso à sombra daquela mangueira no quintal!” (VIANNA, A., 1979, p. 45-46).

---

<sup>902</sup> ARAÚJO, J., 1998, v. 1, p. 191.

<sup>903</sup> VIANNA, H., 1979, p. 33.

<sup>904</sup> BARROS, M., 1998.

<sup>905</sup> VIANNA, A., 1979.

### 5.5.2 Os Quintais e as Flores

Em Salvador, eram muitas as cerimônias que demandavam o uso de flores e galhos de algumas árvores, especialmente da pitangueira: as procissões religiosas, as missas, os velórios e enterros, as inaugurações etc.: “[...] uma pipa [de vinho] que fosse para a inauguração de venda nova, na cidade alta, era enfeitada de pitangueiras e de **flores**”<sup>906</sup>. Na época do Natal, por exemplo,

[...] logo cedo, começava o trabalho para armação do presépio. Fâmulos e escravizados saíam à procura da tradicional folha de pitangueira e das frutas do Natal. Sobre uma mesa colocavam arcadas de galhos de pitangueiras, enfeitadas de **flores** e pequenos frutos [...]” (QUERINO, 1955, p. 18, grifo nosso).

Nas procissões – frequentes – que haviam pela cidade<sup>907</sup>, não apenas as casas – com suas janelas ornadas de “vasos de **flores** e mantilhas”<sup>908</sup> - e igrejas, mas também as ruas “são então bem varridas, cobrem-se de areia branca e de **flores**”<sup>909</sup>.

Nos velórios, costumeiramente realizados em casa, também consumiam-se flores em diferentes tipos de arranjos. Hildegardes Vianna, em sua obra “A Bahia já foi assim”<sup>910</sup> - que trata do período entre o final do século XIX e início do século XX - descreve da seguinte maneira um destes velórios em Salvador:

Chegavam os primeiros *topes*<sup>911</sup> de flor. As bandejas vinham depois, já perto do enterro. Os homens, que não tinham sido ocupados em alguma providência, organizavam rodinhas no corredor, no quintal ou oitão da casa para contar anedotas, mentiras e vantagens. O desfilar dos casos, (alguns cabeludos) dava

<sup>906</sup> LIMA, 1908, p. 104, grifo nosso.

<sup>907</sup> “As principais diversões dos moradores da cidade são as festas dos vários santos, os votos das freiras, os suntuosos funerais, a Semana Santa, etc., celebrada com grandes cerimônias, concertos e frequentes procissões. É difícil haver um dia em que não ocorra algum desses festejos” (LINDLEY, 1969, p. 179).

<sup>908</sup> ALGRANTI, 1997, p. 113, grifo nosso.

<sup>909</sup> WIED-NIEUWIED, 1958, p. 469, grifo nosso.

<sup>910</sup> VIANNA, H., 1979.

<sup>911</sup> Segundo definição da própria Hildegardes Vianna, os “topes de flor” eram os “apanhados, buquês” (VIANNA, H., 1979, p. 219).



início à *sentinela*. [...] Capelas e coroas artificiais, tão em voga atualmente, não surgiam com tanta frequência em enterros. Na classe alta, os **arranjos florais** eram de bom-tom. O pobre usava *topes*, **simples apanhados do que pudessem comprar ou houvesse no seu jardim**. As *bandejas*, entretanto, estavam presentes nos enterros de pobres ou de ricos. As bandejas redondas ou ovais, normalmente com mais de um metro de diâmetro, um tanto rasas, eram destinadas, no uso doméstico, a juntar roupa engomada ou transportar a roupa das moças quando elas iam passar temporada fora. Em dias de enterro, eram desviadas de sua habitual serventia. [...] Dálíias, rosas, angélicas, saudades, suspiros, cravos de defunto, galhos de crótons, caládios e folhas de palmeira eram arrumados sobre as *bandejas* com alguma arte. [...] No cemitério, as bandejas eram sumariamente esvaziadas na cova, voltando o portador com a *bandeja* vazia e uma gratificação dada por alguém, parente ou amigo mais chegado do morto. Os *topes* eram desfeitos ainda em casa do defunto e as flores espalhadas sobre o corpo. Quando as flores eram feias, ou sem categoria como resedá, jasmim ou sabugueiro, a não ser em enterro de pobre, desapareciam discretamente, escamoteadas, sem que o doador visse o consumo que tinham dado (VIANNA, H., 1979, p. 61-65, grifos nossos).

Parte desta contínua demanda por flores certamente poderia ser atendida pelas...

[...] campanas [...] com maravilhosas casas de campo e quintas de rendimento e recreio, abundantes de copados e frutíferos arvoredos, cultivadas de várias hortaliças, ervas e **flores**, [...] formando [...] um formoso espetáculo aos olhos” (PITTA, 1952, p. 60-61, grifo nosso)...

... que haviam nos arredores da cidade desde muito cedo. Aliás, em Salvador, pelo menos desde o século XVII, podiam ser encontradas plantações de flores “em grande variedade”<sup>912</sup> nos “muitos jardins, tanto dentro como fora da cidade”:

Muita planta se tinha no jardim só pela cor sempre alegre das suas flores – a papoula, por exemplo, que, entretanto, servia também para dar brilho às botinas ou aos sapatos pretos dos burgueses. Várias, ao contrário, serviam para o culto doméstico dos mortos e dos santos: a saudade, a perpétua, a sempre-viva. Flores roxas ou de um azul muito pálido. [...] Às vezes, **dos mucambos vinham**

<sup>912</sup> DAMPIER, 1939 apud BOXER, 2000, p. 155.

**pedir nos sobrados, flores para enfeitar as caixas de camisa ou os tabuleiros de bolo onde a pobreza enterrava seus anjinhos** (FREYRE, 1968, v. 2, p. 202, grifo nosso).

A variedade das flores, por sua vez, era muito grande, com predominância das espécies exóticas. No início do século XVIII, por exemplo, Sebastião da Rocha Pitta, em sua *História da América Portuguesa*<sup>913</sup> lista algumas delas:

As flores estrangeiras que há nesta região em abundância grande, são rosas de Alexandria e de Portugal, que dão todo o curso do ano, e de uma se faz já açúcar rosado maravilhoso; cravos de Arrochela, mesclados, almirantes e vermelhos; jasmims de Itália e galegos em cópia excessiva; mosquetes, tulipas, angélicas, açucenas, maravilhas, posto que adulteradas, macelas, girassóis, lírios, caracóis e esponjas, que chamam *corona-christi*; suspiros, maiores que as perpétuas, porém semelhantes a elas na figura, na folha e na duração; a cor é entre roxo e carmesim, com umas miúdas respirações brancas no diâmetro da sua breve circunferência; trouxeram-na da Índia Oriental, e no seu nome bem mostram serem de longe; mogarins fragrantíssimos, claros como estrelas, também da Ásia; musambis, que nascem só nos fins dos ramos que a sua árvore lança, formando pirâmides compostas de flores tostadas, amarelas e brancas; são oriundas de Cabo Verde. [...] Outra é a metamorfose das flores, senão na substância, nos acidentes, rosa maior que a de Alexandria, que trajando púrpura de tarde, nascendo neve, e acabando nácar; é produzido de uma árvore pequena de grande copa e folhas largas. Outras há, que se chamam flores de S. João, por começarem um mês antes do seu dia, das quais se matizam as suas capelas; nascem de uma árvore de mediana estatura e copa, cujos ramos rematam em tal profusão de gemadas flores, que parecem cachos de ouro em folhagens de esmeralda; da própria cor dourada outras rosas pequenas, que parecem maravilhas, de inumeráveis e crespas folhas. O vulgo imenso de boninas de muitas castas, roxas e brancas, que dormem de dia e despertam à noite, com tão melindroso ser, como débil suavidade. As flores da quaresma, por virem naquele tempo, azuis e em forma de pirâmides, com as quais se ornem os altares. Os jasmims miúdos e vermelhos, mas em tal cópia produzidos por entre as estreitas folhas das brandas varas em que nascem, que enredando-se por qualquer tronco ou edifício, o fazem em confusão verde, ou

---

<sup>913</sup> PITTA, 1952.

um encarnado labirinto. As açucenas, que imitam no tronco e na folha às de Europa, umas brancas com cheiro, outras sem fragrância nacaradas; os bredos namorados, de muitas castas, com folhas de várias cores. As flores da courana miúdas e suaves (PITTA, 1952, p. 23-24).

No século XIX, por sua vez, vamos encontrar o registro dos “jasmíns, cravos e rosas”<sup>914</sup>, das “buganvílias, plumérias, lagerstrêmias e poincianas, bem como as poinsetias, ostentando as suas tão vistosas brácteas”<sup>915</sup>; temos ainda as “aurifloridas banistérias”<sup>916</sup>, as camélias e os gerânios<sup>917</sup>, as “malváceas [...], com flores alvas e amarelas”<sup>918</sup>, as “magníficas Thunbergias, que se enroscam leves como o pensamento e cujas flores amarelo-palha têm, no centro, um ponto preto veludo [...], as helicônias, com folhas como as da bananeira e com bonitos cálices escarlate”<sup>919</sup> etc.

Mas estas flores não eram utilizadas apenas nas cerimônias e eventos festivos. Nas casas, de acordo as fontes pesquisadas, era também costume enfeitar os cômodos, principalmente a sala de visitas ou sala de jantar, com arranjos de flores:

Mas o que dominava o ambiente da sala de jantar era o centro da mesa, continuação feliz da fruteira e floreira, onde nunca faltavam crótons. E, já que falamos em crótons, por que não lembrar as palmeiras, begônias, caládios que eram colocados sobre os móveis, entre as fruteiras e compoteiras [...]; aquelas plantas arranjadas nos cantos vazios da sala, dando um ar festivo ao aposento (VIANNA, H., 1979, p. 25)?

De forma a disciplinar este costume, inclusive, em fevereiro de 1831 era aprovada uma “Postura” municipal<sup>920</sup> – a de número 51 – tratando do assunto, proibindo-se então “conservar sobre o parapeito das janelas em tábuas fora deles, e nos telhados de suas casas, vasos de flores [...] que possam cair, e prejudicar a quem passa”. Podemos, no entanto, apenas imaginar o agradável contraste que estas flores coloridas produziam

<sup>914</sup> LINDLEY, 1969, p. 90.

<sup>915</sup> AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 27-28. O Príncipe Maximilano de Habsburgo (1860) também relaciona estas mesmas espécies nos jardins de Salvador (HABSBURGO, 1982, p. 79-80).

<sup>916</sup> Ibid., p. 29.

<sup>917</sup> WETHERELL, s.d., p. 145-146.

<sup>918</sup> HABSBURGO, 1982, p. 79-80.

<sup>919</sup> Ibid., p. 142-143.

<sup>920</sup> FGM: Posturas – 1829 a1859. Estante 08. Número de ordem 119.5 - Folha 30.

nas fachadas das casas, quebrando a monotonia das "paredes brancas das habitações"<sup>921</sup>.

### 5.5.3 Os Quintais e as manifestações religiosas

Até o século XIX, era forte a tradição religiosa doméstica<sup>922</sup>. Eram comuns, dentro das casas urbanas, os nichos, os oratórios, os quadros, as imagens de santos, etc., tudo zelosamente guardado pelas famílias. Muito embora a cultura local valorizasse a privacidade da família acima de tudo, mantendo grande parte das cerimônias e atividades dentro de casa, longe dos olhos e da curiosidade alheia, certos costumes demonstram a necessidade – ou pelo menos a vontade – de reforçar certas preferências religiosas, usando-se a parte externa das edificações.

Enquanto na zona rural muitas casas mantinham “um mastro, com a bandeira de um santo”<sup>923</sup>, que revelava então “a preferência da devoção familiar”, nas cidades iremos encontrar, com mais frequência, pequenos detalhes que revelam os hábitos e preferências de seus moradores. Em alguns casos, “podia-se ver uma cruzinha de madeira pregada à porta de entrada”<sup>924</sup>; por vezes encontramos também os pequenos nichos instalados nas fachadas de algumas residências, transformando-se em pontos de referência e até mesmo de devoção para parte da vizinhança.

Nos casos extremos, porém, especialmente naquelas propriedades maiores, confortavelmente instaladas nos subúrbios da cidade, por vezes até mesmo procissões<sup>925</sup> ocorriam dentro de suas extensas áreas livres.

Os quintais, dentro deste contexto, aparecem ligados, pois, a determinados hábitos relacionados à devoção de alguns santos católicos<sup>926</sup> ou mesmo ligados a festejos

---

<sup>921</sup> RUGENDAS, 1940, p. 10.

<sup>922</sup> “A casa de moradia é o locus privilegiado para o exercício da religiosidade privada dos católicos” (MOTT, 1997, p. 160).

<sup>923</sup> MOTT, 1997, p. 164.

<sup>924</sup> Ibid., p. 164.

<sup>925</sup> FREYRE, 1968, v.1, p. 137.

<sup>926</sup> Com relação à devoção a Santo Antônio no Brasil, Luiz Mott revela a enorme “intimidade” existente entre muitos devotos e suas representações (“imagens”). Nos pedidos direcionados ao Santo, um sistema de trocas e castigos era então colocado em prática: quando os pedidos eram atendidos, “[...] o santo era celebrado, colocando-se a imagem na mesa ladeada de duas velas. Caso contrário, ficava num

religiosos específicos. Era o caso, por exemplo, das comemorações em louvor a São João e a São Pedro, ambas realizadas - na Bahia - no mês de junho. Nestas festas populares, muitas vezes por falta de um espaço público seguro e apropriado para as famílias, os comemorações aconteciam em casa mesmo, não raro nos quintais.



**Figura 15:** HOLTHER, J. (Sem título). 1998. 1 fot., color. 10cm x 15 cm. Foto do nicho (preenchido com argamassa) existente na fachada principal do sobrado conhecido por “Casa das Sete Mortes”, situado na Rua Ribeiro dos Santos, número 24, bairro de Santo Antônio.

Nos sábados de Aleluia, por exemplo, queimavam-se os Judas pela cidade. “De pano nos quintais, com a meninada em folia. Na rua, os de porte, com ou sem testamentos”<sup>927</sup>. Nas festas de São Pedro, aproveitavam as crianças para inventar novas brincadeiras:

Culminavam alta madrugada quando o sono começava a amolentar os convivas. Entrava em cena a rolha queimada para caricaturar os dorminhocos. Roncava, aqui, um rapaz com a cara povoada de caratuvas. Ressonava, ali, uma moçoila de bigode e pêra, ou de costeletas desgraciosas. Aquele homem de branco, que arriara no banco do jardim, não encontraria ao acordar o

---

poço escuro” (MOTT, 1997, p. 187-188), possivelmente cavado no quintal, ou então “sofria” com uma série de “torturas” e maus tratos.

<sup>927</sup> VIANNA, A., 1979, p. 67-68.

calçado. Tiraram-no e o colocaram sobre a ramagem da mangueira próxima. Aquele outro, deitado no oitão da casa, tinha à cabeça, uma grinalda de capim e à mão um tope de mato seco. O pianista exausto foi se refugiar no quarto do **quintal**, com escândalo das galinhas em chôco, que o receberam em alarma (VIANNA, A., 1979, p. 98-99, grifo nosso).

Nas festas de São João, os quintais tornavam-se espaços ideais para as crianças armarem suas fogueiras, soltarem seus fogos de artifícios, suas bombas, seus rojões:

Foram tantas e bôas as arremetidas infantis que os maiores julgaram acertado liquidar o negócio de molecada na porta, a bem da disciplina caseira. Satisfiz-me a solução da qual não resultou me privassem de divertir-me no **quintal**, onde só não toquei ronqueira, com medo de morrer ou ficar aleijado (VIANNA, A., 1979, p. 101, grifo nosso).

No entanto, o uso dos quintais para determinadas manifestações religiosas não estava restrito unicamente ao culto católico, principalmente numa cidade como Salvador, com forte influência africana<sup>928</sup>. Os vestígios de mata nativa existentes em vários cantos da cidade, os pequenos rios e riachos que cortavam algumas zonas residenciais, os elementos naturais, enfim, tão presentes em Salvador forneciam o “habitat propício para o contato com os deuses d’África”<sup>929</sup>. De fato, nas áreas mais afastadas do centro da cidade, naquelas zonas semi-rurais das freguesias maiores – principalmente Santo Antônio, Vitória<sup>930</sup> e Nossa Senhora de Brotas – “existiam inúmeros quilombos e terreiros religiosos, principalmente no Cabula”<sup>931</sup>, onde os negros

---

<sup>928</sup> De fato, em diferentes partes do Brasil, pelo menos desde o século XVIII, já eram testemunhados – e denunciados às autoridades – os diferentes rituais ligados às crenças africanas: “Pela obrigação que tenho, como Pároco, eu, Padre Manoel Ribeiro Soares, morador da Freguesia de Itaubira, denuncio que Angela Maria Gomes, preta forra, padeira, de nação Courá, é público e notório que é feiticeira há 8 anos e todas as noites, das 3as. e 6as. feiras, depois da meia noite, na casa da dita, há uns calundus do inferno, estrondos horrendos que muitas vezes fazem tremer as casas em que vivo e numa noite de julho de 1759, fez tais diabruras, que me privou do sono. Os ruídos que fazem no calundu parecem peças de artilharia, tão horrendas as algazarras e estrondos, [...] e vários instrumentos do inferno e no fim gritaria de galinhas” (ANTT, IL, Caderno do Promotor, n° 125, fl. 53, 10/03/1760 apud MOTT, 1997, p. 200).

<sup>929</sup> MOTT, 1997, p. 206.

<sup>930</sup> Sobre a freguesia da Vitória: “Na área semi-rural da freguesia constatamos a presença de terreiros de candomblé existentes ainda hoje, como o de Engenho Velho ou Casa Branca, instalado aí desde 1855, o do Gantois, na Federação (...) e o Bogum, de tradição Jeje, também instalado nessa área no século XIX”. (COSTA, A., 1989, p. 146).

<sup>931</sup> COSTA, A., 1989, p. 125.

desafiavam constantemente as autoridades, realizando os seus “batuques” e instalando seus “candomblés”<sup>932</sup>.

Através dos principais documentos utilizados como fonte de pesquisa neste trabalho – testamentos, inventários, escrituras de compra e venda de imóveis, relatórios de vistorias em propriedades (os “Termos de Alinhamentos e Vistorias”), portarias e posturas diversas etc. –, porém, dificilmente poderemos encontrar de forma clara os antigos vestígios destas manifestações religiosas – principalmente relacionados diretamente com os quintais. Em primeiro lugar, temos que levar em conta que estes rituais eram oficialmente proibidos<sup>933</sup>, expondo os transgressores a severas punições. Desta forma, não seria lógico supor que justamente os que desafiavam estas normas fossem facilitar o trabalho das autoridades, deixando provas de sua desobediência nos documentos oficiais (seja através da confirmação da existência de ambientes ligados ao culto afro em suas propriedades ou mesmo através do detalhamento das suas cerimônias fúnebres – no caso dos testamentos, por exemplo).

Podemos tomar como exemplo desta limitação (das fontes de consulta) o testamento de Marcelina da Silva, escrito em 1881 e estudado em detalhes por Pierre Verger<sup>934</sup>. Segundo “a tradição oral dos africanos na Bahia”<sup>935</sup>, teria sido Marcelina a segunda mãe-de-santo do Candomblé do Engenho Velho<sup>936</sup>, importante personagem, pois, do culto afro na cidade. Apesar disto, em momento algum o seu testamento permite que tomemos conhecimento deste fato. Aliás, muito pelo contrário: logo nas primeiras linhas, afirma ela ser “Christã e na fé de Deus protesto viver e morrer e encomendo a minha alma a Maria Santíssima”<sup>937</sup>. Com relação às providências a serem tomadas para o seu funeral, no entanto, estabelece Marcelina que este fosse feito “à vontade”<sup>938</sup> de sua “filha e primeira testamenteira”. Ou seja, “neste ponto, o testamento de Marcelina

<sup>932</sup> Segundo Ana de Lourdes R. da Costa, “o primeiro registro baiano da palavra candomblé designando um local de culto africano apareceu em um documento policial se referindo a um terreiro no Cabula, em 1826”. (COSTA, A., 1989, p. 126).

<sup>933</sup> A Postura de número 25, editada em 1831, proibia os batuques, danças e reuniões de escravos em qualquer lugar ou horário, estipulando para os transgressores uma pena de 8 dias de prisão. (FGM – Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5 – Folha 17).

<sup>934</sup> VERGER, 1992, p. 138-141.

<sup>935</sup> OLIVEIRA, M., 1988, P.70-71 apud VERGER, 1992, p. 88-89.

<sup>936</sup> COSTA LIMA, 1977, p. 198 apud VERGER, 1992, p. 88.

<sup>937</sup> “Registro de Testamento com que faleceu em 27 de junho de 1885 a africana liberta Marcelina da Silva”, transcrito em VERGER, 1992, p. 138-141.

<sup>938</sup> Ibid., p. 138.

da Silva [...] é extremamente revelador em seu silêncio”<sup>939</sup>. Segundo Maria Inês Cortes de Oliveira, “para uma sacerdotisa do culto kêtô-nagô, o cumprimento do ritual do axexê, que perduraria pelos sete primeiros dias a contar do sepultamento”<sup>940</sup> seria então o procedimento esperado. O documento, porém, nada revela a este respeito.

De fato, como bem observa Pierre Verger, “a oralidade foi a grande arma dos africanos”<sup>941</sup>. Ou seja, pelo menos em parte, em função do medo da repressão, durante um bom tempo os “pais-de-santo e mães-de-santo deste Brasil afora” guardaram “zelosamente o “fundamento” do seu “axé”, partilhando-o somente com bem poucos iniciados”<sup>942</sup>. Desta forma, acreditamos, baseados em nossa pesquisa documental, que qualquer informação relevante a respeito dos cultos afros em Salvador dificilmente poderá ser obtida em fontes primárias tais como testamentos, inventários, escrituras de compra e venda de imóveis etc.<sup>943</sup>

Ana de Lourdes R. da Costa<sup>944</sup>, porém, em sua obra *Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX* descobre informações de grande importância nos jornais do período. Pelo que se constata em sua pesquisa, os “batuques” eram frequentes pela cidade, não apenas nas zonas mais afastadas, mas também naquelas de povoamento bastante antigo e densamente ocupadas. O jornal *Diário da Bahia*, por exemplo, em 02 de junho de 1859 traz a notícia de uma “batida na casa da parda Carlota, situada à Conceição do Boqueirão, [...] onde se fabricava os rituais do candomblé”<sup>945</sup>. Pouco mais tarde, o jornal *O Oculo Magico*, na sua edição de 11 de outubro de 1866 informava existir “em S. Miguel, duas ou três casas que constantemente se reúne uma grande quantidade de negros”, quando ocorrem então “danças”, batuques e cânticos.

---

<sup>939</sup> OLIVEIRA, M., 1988, P.70-71 apud VERGER, 1992, p. 88-89.

<sup>940</sup> Ibid., p. 89.

<sup>941</sup> VERGER, 1992, p. 87.

<sup>942</sup> MOTT, 1997, p. 204-205.

<sup>943</sup> Temos que levar em conta ainda uma outra dificuldade, desta vez relativa à própria natureza da população de Salvador: segundo Walter Fraga Filho (FRAGA FILHO, 1996, p. 25), durante o século XIX apenas “pouco mais de 5% da população ao morrer deixava bens dignos de serem inventariados”, o que certamente deixaria de fora da pesquisa a maioria dos negros da cidade, em sua grande parte extremamente pobres.

<sup>944</sup> COSTA, A., 1989.

<sup>945</sup> COSTA, A., 1989, p. 127.



A preocupação das autoridades – e da própria população – com relação a estas reuniões dos negros (escravos e libertos, africanos e “crioulos”), justificava-se ainda mais após o episódio do levante dos malês, em 1835<sup>946</sup>. Em algumas ocasiões, por exemplo, estas cerimônias podiam reunir centenas de negros num mesmo local: em sua edição de 13 de outubro de 1866, o mesmo jornal *O Oculo Mágico* alerta as autoridades para os “batuques” ocorridos novamente em São Miguel, freguesia de Santana, quando mais de duzentos negros estiveram reunidos “a rufarem nos tais tambores e com uma cantarola que atroavam os ares”, em pleno dia e sem qualquer tipo de repressão por parte dos policiais. Em momentos assim, as casas onde eram realizadas as cerimônias ficavam realmente entupidas de gente: “ainda domingo se reuniram e era tal a porção que não cabiam dentro de casa, e pela frente e fundo da rua estavam eles sentados”<sup>947</sup>.

Efetivamente, diante de tamanha afluência de participantes, as acanhadas casas térreas – e mesmo eventualmente algum sobrado abandonado – dificilmente poderiam acomodar a todos. O bom senso leva-nos a acreditar que, nestes casos, os quintais também seriam usados para os rituais, especialmente aqueles que pudessem ainda contar com vestígios de mata nativa ou que tivessem algum contato com fontes naturais de água. E, de acordo com as próprias notícias impressas nos antigos jornais, era exatamente isto que acontecia em algumas ocasiões: na mesma edição de 13 de outubro de 1866, *O Oculo Mágico* informa que os tais “batuques” com mais de duzentos negros aconteciam justamente “nos quintais das casas de São Miguel”<sup>948</sup>, comprovando de maneira irrefutável, pois, a utilização – mesmo que eventual – de alguns quintais em Salvador para as cerimônias do culto africano.

#### 5.5.4 Superstições e Simpatias

Vamos encontrar os quintais envolvidos também, de forma direta ou indireta, em uma série de credices e costumes populares da Bahia, atestando sua forte ligação com a

---

<sup>946</sup> Lembrava ainda *O Oculo Mágico* de 11/10/1866 que “é necessário todo cuidado e principalmente hoje com a idéia que corre de liberdade!” (COSTA, A., 1989, p. 134).

<sup>947</sup> *O Oculo Mágico*, edição de 11/10/1866 apud COSTA, A., 1989, p. 134.

<sup>948</sup> *Ibid.*, p. 134.

vida de seus habitantes. Nas obras consultadas ao longo desta pesquisa, por vezes nos deparamos com testemunhos que, de alguma forma, transformavam os quintais – incluindo aí os seus elementos mais comuns – em palco de eventos relacionados a superstições envolvendo a morte, o desenvolvimento das crianças, os segredos das parteiras etc.

Várias plantas, por exemplo, “eram cultivadas [...] sem motivo decorativo nenhum: só por profilaxia da casa contra o mau-olhado: o alecrim e a arruda, por exemplo. Com o mesmo fim espetavam-se chifres de boi nos paus das roseiras”<sup>949</sup>. Mas estas crendices podiam ir além:

Os adultos tinham sonhos significativos com dente doendo ou não, com muita comida, muita alegria, carruagens e automóveis, pessoas gordas e viçosas, panos pretos e ambientes sombrios. No **quintal**, surgia uma galinha cantando a pleno peito, como se galo fora, o que lhe custava a perda imediata de um dedo do pé ou da própria vida, se houvesse por perto pessoa muito cismada para dar palpites (VIANNA, H., 1979, p. 52, grifo nosso).

Desta forma, quando os “sinais” prenunciadores da tragédia não eram percebidos de imediato, uma vez ocorrida a morte propriamente dita do morador da casa, não faltavam aqueles, entre parentes e amigos, que lembravam-se, afinal, de terem pressentido a iminente fatalidade:

Raros os amigos ou parentes que não tinham recebido um *senal*. Cada qual recordava que ultimamente seus sapatos, sob a cama, tinham dado para virar de boca para baixo, o pão tinha dado para inchar na boca, a *criação* no **quintal** tinha dado para morrer, os pintinhos tinham ficado *encapotados*, de asa caída (VIANNA, H. 1979, p. 60, grifo nosso).

Em alguns quintais, certas espécies de galinhas eram também criadas especificamente para combater o “mau olhado”:

---

<sup>949</sup> FREYRE, 1968, v. 2, p. 201.

A galinha pintada, chamada “de-angola”, sequé, conquém ou “tô-fraco” [...] em certos galinheiros [...] era garantida pela superstição de que absorvia ou cortava qualquer olhado. Idem galinha preta e aquelas sem rabo, apelidadas de *suras* (VIANNA, H., 1994, p. 119).

De todos os vegetais comumente encontradas pelos quintais da cidade, a levarmos em conta as fontes pesquisadas, a bananeira parece ter sido uma das preferidas para as “mandingas” e simpatias caseiras. De antigo registro nos relatos dos cronistas e viajantes, o cultivo da bananeira era disseminado pela cidade, contrariando inclusive, por vezes, as próprias normas municipais:

Registro da Portaria do Senado ao Alcaide para notificar a Antônio Coelho Fragoso, para [...] arrancar as Bananeiras que tem no seu Quintal fronteiro ao Trapiche do Barnabé [...], onde já infelizmente corre terra da montanha, e causam grandes estragos à Cidade Baixa [...].<sup>950</sup>

Porém, de acordo com a cultura popular, manter um pé de bananeira por perto da casa, além de fornecer o fruto bastante apreciado, facilitava enormemente a vida das pessoas: “Picotar ou cortar as pontas do cabelo e enfiar no olho do filhote da bananeira era uma providência acertada. Era uma *simpatia* para o cabelo crescer e encher”<sup>951</sup>. Da mesma forma, enterrava-se o umbigo de um recém-nascido - ou a própria placenta<sup>952</sup> - ao pé da bananeira como forma de garantir o seu crescimento sadio: “É cada bitelão!”<sup>953</sup>. Na falta de uma bananeira, porém, pode-se também jogar “a primeira água do banho [...] no pé de uma planta nova que ainda esteja crescendo. A força da planta passa para o menino, que fica taludo depressa”<sup>954</sup>.

A bananeira ainda teria outras propriedades positivas, segundo a crendice popular. Para conter a hemorragia durante o parto, deve-se...

[...] dar um nó na camisa e dizer: “Fique aí preso até eu soltar”. Depois a parteira dá um talho no talo da bananeira e apara meio copo daquela água que

<sup>950</sup> FGM: Portarias - 1817 a 1831. Estante 07. Número de ordem 116.6 (Portaria de 13/04/1824).

<sup>951</sup> VIANNA, H., 1979, p. 142-143.

<sup>952</sup> VIANNA, H., 1988, p. 23.

<sup>953</sup> Ibid., p. 08.

<sup>954</sup> Ibid., p. 30.

escorre. Esta água deve ser bebida pela parida, que deve ficar com as pernas mais altas que o corpo” (VIANNA, H., 1988, p. 23).

Durante a fase de amamentação da criança, “para o peito não quebrar, a mulher deve [...] toda vez que der mama, passar água de bananeira em todo ele. Enxugar no vento”<sup>955</sup>. Para o “seio não ficar caído, [...] nos intervalos [da amamentação] deve passar uma pasta de tanino de bananeira e talco de Veneza”<sup>956</sup>.

Simpatia para facilitar a saída da placenta também envolvia a presença de outras árvores específicas para surtir o efeito desejado:

Quando a placenta não quer sair, destorce-se uma torcida de algodão (dessas para “fifó”) e manda-se que a mulher torne a torcer dizendo: “Eu te amarro, eu te agarro, eu te prendo. Quando o vento te soltar, tu há de pipocar com os poderes das 3 pessoas da Santíssima Trindade, das 11 mil virgens, dos santos mártires, do glorioso São Raimundo”. Depois, dependura-se num pé de pau de fruta macho (umbuzeiro, sapatizeiro, genipapeiro etc.), em lugar que vente. Quando o vento acabar de desenrolar a torcida, a placenta pula fora (VIANNA, H., 1988, p. 22).

Quando a criança, porém, vive sempre doente, dando muito trabalho,

[...] não adianta usar figas no pescoço. Já está “cozido” no olhado. Para fechar o corpo, manda-se que o pai, ou na falta deste, um senhor de respeito, num dia de sexta-feira, abra as pernas na porta do **quintal**, de forma que os pés fiquem guarnecendo os portais. Passa-se 3 vezes o menino por entre as pernas abertas do pai, sempre pelo mesmo lado. Três sextas-feiras seguidas, deve ser repetido o “remédio” (VIANNA, H., 1988, p. 35, grifo nosso).

Percebe-se, portanto, a importância dos quintais – e de seus elementos (elenco vegetal, elementos construídos etc.) – para a cultura local. As criações domésticas – especialmente as aves –, por exemplo, faziam parte não apenas do mecanismo de subsistência de muitas famílias, mas entravam já no domínio dos sonhos, das

---

<sup>955</sup> Ibid., p. 27.

<sup>956</sup> Ibid., p. 27.

crendices, das superstições. Sem o quintal em casa, não havia como manter estes animais tão perto de si, tão envolvidos com o seu cotidiano. Da mesma forma, as árvores comumente existentes nos quintais também acabavam, de alguma forma, envolvidas nas simpatias e curas caseiras, mesmo sem qualquer comprovação científica de suas propriedades. As pitangueiras forneciam os galhos e as folhas que perfumavam os ambientes em dias festivos, atraindo a boa sorte; as bananeiras garantiam o crescimento sadio das crianças da casa e a saúde das parturientes. Obviamente que muitas destas espécies existiam em grande quantidade pela cidade, espalhadas em meio aos terrenos baldios e encostas da montanha. Porém, o conforto – ou segurança - de tê-las por perto nestas ocasiões pode muito bem ter influenciado a sua introdução proposital nos quintais de Salvador.

## **5.6. Os Quintais na Paisagem de Salvador (Século XIX)**

Até então estivemos estudando os quintais sob diferentes pontos de vista – cultural, social, econômico etc. -, acentuando sempre a sua importância para a população de Salvador desde os primeiros tempos da colonização portuguesa. Como reflexo desta sua enorme utilidade, descobrimos então que eram poucos os imóveis residenciais na cidade que não possuíam o seu pequeno “quintal” ou “pátio”, por menor que fosse – mesmo em áreas com topografia acidentada. Estavam os quintais, portanto, perfeitamente inseridos no cotidiano da cidade e de seus moradores, com suas múltiplas funções e usos diversos (de acordo com o que estudamos nos capítulos anteriores).

Desta forma, a presença das edificações residenciais em Salvador – pelo menos até o século XIX – implicava também na existência de áreas não edificadas – com maior ou menor concentração -, até mesmo nas freguesias mais antigas, geralmente densamente ocupadas<sup>957</sup>. Dispostos de maneira isolada ou em conjuntos – no interior dos quarteirões fechados, por exemplo -, estes quintais inseriam o elemento vegetal

---

<sup>957</sup> Tomemos como exemplo o “grande quintal” pertencente à “casa nobre” do “Tenente Coronel Manoel de Lima Rocha Pitta e Argôllo” situada na “Ladeira do Bilcó, Curato da Sé”, que em 1863 estava ocupado com uma “plantação de capim” (APEB – Seção Judiciária - Livro de Notas 01/04/371 – Folha 76).

num meio predominantemente “mineral”<sup>958</sup>, onde, por muito tempo, a vegetação estaria ausente dos principais espaços públicos<sup>959</sup>. Dentro deste espírito, portanto, realmente não fazia sentido para o colonizador português dos séculos XVI ao XVIII, reintroduzir em suas ruas e praças a vegetação tropical que, com tanto sacrifício, ele havia conseguido eliminar.

Escondidos muitas vezes por trás de grossos muros de pedra e cal, estes quintais, no entanto, especialmente quando vistos à distância, destacavam-se de maneira intensa na paisagem<sup>960</sup>, conferindo à cidade uma característica paisagística única. Ou seja, as mesmas condicionantes sociais e econômicas de Salvador que demandavam a presença destas áreas não-edificadas – os quintais - em meio ao tecido urbano, eram responsáveis também, indiretamente, por conferir à cidade um aspecto ímpar, exclusivo de uma metrópole com as características físicas, sociais, culturais e econômicas como as que encontramos em Salvador.

---

<sup>958</sup> Aula proferida pelo Prof. Marco Aurélio F. Gomes em 04/11/1998, parte integrante da disciplina “Evolução Urbana” (ARQ 505) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFBA.

<sup>959</sup> “Era usual, no imaginário seiscentista e setecentista, que o progresso da humanidade pressupusesse o domínio das florestas, “lar de animais e não de homens”. Refúgio de seres selvagens e perigosos, a mata representava um obstáculo ao desenvolvimento humano; bárbaros e rudes eram os seres que habitavam a floresta, e arrancá-la e destruí-la seria o caminho rumo à civilidade” (SEGAWA, 1996, p. 23).

<sup>960</sup> Ver especificamente o estudo sobre para a paisagem de Salvador no século XIX (capítulo 01).

## CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa, acreditamos poder afirmar com bastante segurança, que os quintais urbanos na cidade de Salvador, pelo menos até o século XIX, eram parte integrante e fundamental das residências, tanto nas mais humildes “casas térreas” quanto nos sobrados. Em ambos os casos, os moradores tiravam partido destas áreas livres para os mais diversos propósitos, em contraposição a um estilo de vida voltado para o interior das moradias, onde a privacidade era o bem mais precioso.

Sem uma atividade industrial própria de relevo<sup>961</sup> que pudesse absorver um enorme contingente de desempregados e sem estar diretamente envolvida na atividade econômica que realmente interessava à Coroa<sup>962</sup> – a produção do açúcar -, a população de Salvador, em sua grande maioria pobre e desassistida, dependia em larga escala do pequeno comércio e da prestação de serviços – incluindo aí o aluguel dos seus escravos “de ganho”. Apesar de poder contar com extensas faixas de terra ao seu redor, Salvador produzia ela própria uma grande parte dos alimentos que consumia<sup>963</sup>, obviamente aproveitando os espaços livres existentes dentro da cidade para estas produções. Vamos encontrar nos quintais, portanto, as pequenas plantações, os pomares, as hortas, as criações domésticas (principalmente as aves) e até mesmo os jardins, que produziam flores eventualmente comercializadas na cidade<sup>964</sup>. Debaixo dos telheiros, nas cozinhas externas, nos jiraus suspensos, os escravos ou empregados produziam toda espécie de artigo comercializável: doces, bolos, conservas, carne e peixe secos, bebidas, chapéus, balaios, esteiras etc. Este comércio, muitas vezes, representava para algumas famílias a principal fonte de renda, tornando os seus quintais, portanto, absolutamente imprescindíveis.

Da mesma forma, descobrimos em Salvador uma arquitetura com graves deficiências em termos de conforto e higiene. Espremidos em lotes urbanos estreitos, sem recuos laterais, as casas eram mal iluminadas e ventiladas. Os quartos de alcova, por exemplo, localizados na parte central dos imóveis, sequer possuíam aberturas externas que

---

<sup>961</sup> “O setor industrial, reduzido a umas poucas manufaturas têxteis e pequenas indústrias de transformação, não podia absorver muitos assalariados” (MATTOSO, 1992, p. 532).

<sup>962</sup> ARAÚJO, E., 1997, p. 88-89.

<sup>963</sup> MATTOSO, 1992, p. 46.

<sup>964</sup> FREYRE, 1968, v. 1, p. 202.

propiciassem a renovação do ar viciado, o que resultava em condições altamente insalubres para os seus ocupantes<sup>965</sup>. Portanto, a família baiana do período colonial - e mesmo após esta fase, até pelo menos a segunda metade do século XIX -, reclusa a maior parte do tempo, mantendo afastadas da curiosidade e dos olhos alheios suas mulheres e filhas, passava boa parte do tempo nos aposentos dos fundos (cozinhas, varandas, salas de jantar) e nos quintais, onde as crianças podiam brincar à vontade, onde a brisa amenizava o calor, onde debaixo da sombra dos parreirais ou das majestosas mangueiras e jaqueiras, podia-se passar agadavelmente as longas horas quentes do dia.

Também em função de suas características construtivas, as casas em Salvador – e aí estamos incluindo sempre as “casas térreas” e os sobrados – dificilmente podiam prescindir dos quintais para garantir o seu funcionamento pleno. Era fora de casa, por exemplo, nas barricas e cisternas, que guardava-se a água potável em grandes volumes, evitando armazenar internamente, num espaço já naturalmente úmido em função da ventilação deficiente, esta água tão preciosa, conseguida com tanto esforço nas limitadas fontes públicas existentes pela cidade. Havia ainda aqueles afortunados que possuíam em seus quintais um poço ou fonte nativa, o que aumentava o valor de suas propriedades, servindo, às vezes, como moeda de troca com as autoridades municipais<sup>966</sup> ou mesmo como fonte de renda extra pela venda de água aos vizinhos<sup>967</sup>.

Nos quintais também ficavam as cozinhas externas, as “cozinhas sujas”<sup>968</sup>, responsáveis pela produção daqueles alimentos que produziam mais sujeira ou que exigiam o uso do fumacento fogão à lenha, mantido, evidentemente, sempre que possível, afastado do corpo principal da casa. Debaixo dos telheiros os escravos faziam a limpeza da tralha doméstica de uso comum; nos varais ficavam suspensas as roupas lavadas, “corando” sob o sol. Perdido em algum canto qualquer, escondido, ficava às vezes o barril conhecido por “tigre”, onde despejavam-se os detritos e toda sorte de

---

<sup>965</sup> “Dormia-se com as portas e janelas de madeira trancadas, o ar só entrando pelas frinchas. De modo que os quartos de dormir impregnavam-se de um cheiro composto de sexo, de urina, de pé, de sovaco, de barata, de mofo” (FREYRE, 1968, v. 1, p. 208).

<sup>966</sup> Em outubro de 1806, o “Coronel Pedro Gomes Ferrão Castelbranco”, morador da Rua do Maciel, oferecia a sua fonte nativa, localizada no quintal de sua propriedade, às autoridades municipais em troca de uma obra de contenção de terra, avaliada em “mais de um conto de réis” (FGM: Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1800 a 1812. Estante 09. Número de ordem 174.4 ).

<sup>967</sup> VILHENA, 1969, v. 1, p. 103.

<sup>968</sup> ALGRANTI, 1997, p.102-103.



imundície produzida pelos moradores ao longo do dia, à espera do momento em que, protegidos pela escuridão da noite, os escravos saíam em direção às praias efetuar o despejo e a limpeza posterior dos infectos recipientes.

Em função destas descobertas, podemos afirmar, portanto, que as residências de Salvador e seus respectivos quintais formavam um conjunto único, inseparável. Tratá-los, pois, de uma maneira diferente evidencia o desconhecimento – ou incompreensão - desta relação. Nas recentes intervenções de restauro efetuadas no antigo núcleo urbano de Salvador – popularmente denominado “Pelourinho” -, percebemos vários exemplos desta falta de informação. Os antigos quintais, confinados no centro dos quarteirões, por exemplo, foram substituídos por praças, estacionamentos, espaços para shows etc.



**Figura 16:** Vista Parcial do Pelourinho – Centro Histórico [199-]. Cartão Postal produzido pela BRASCARD Edições de Postais Ltda.

Inadvertidamente estas intervenções acabam, em realidade, modificando o aspecto dito “original” da antiga cidade colonial. Retira-se a vegetação de sua paisagem - justamente o elemento que permitia o contraste com as edificações, valorizando-as -, substituindo-a por áridos pisos de pedra e cimento. Justamente num espaço tão carente de áreas sombreadas e locais amenos, onde busca-se naturalmente o refúgio contra o

sol inclemente e o calor, reduz-se o espaço disponível para esta vegetação. Da mesma forma, descortina-se para os desavisados turistas e visitantes, um panorama que não encontra embasamento na história da arquitetura da cidade. Abrem-se, pois, as fachadas posteriores em um amplo espaço de convivência pública, contrastando totalmente com o clima de reclusão e privacidade que transparecem nos relatos dos antigos cronistas e viajantes estrangeiros.

Acreditamos, pois, que esta pesquisa poderá trazer uma nova luz sobre o assunto, modificando conceitos e práticas em intervenções futuras no mesmo tecido urbano antigo de Salvador. A vontade de conservar e restaurar as edificações e monumentos coloniais deve ser, portanto, estendida aos quintais, espaços fundamentais para a compreensão dos antigos hábitos, costumes e valores dos habitantes de Salvador, bem como aos elementos que, no passado, sempre fizeram parte de sua identidade visual – a rica vegetação tropical em particular.



**Figura 17:** Camilo Vedani (c. 1960) (Sem título). In: FERREZ, 1989, p. 95. Trecho da foto que mostra um pitoresco conjunto de casas na região da Calçada, destacando-se claramente os quintais com os seus arvoredos (coqueiros, bananeiras etc.).

## REFERÊNCIAS

### Fontes Impressas

ABREU, George. **Curiosidades da Cidade do Salvador no Século XVII**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, n. 37, [196-?].

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos da História Colonial (1500-1800)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; F. Briguiet & Cia., 1934.

ACCIOLI, Ignácio; AMARAL, Braz do. **Memórias Históricas e Políticas da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925. 3 v.

AFONSO, padre Gaspar. Relação da viagem e sucesso que teve a nau São Francisco... . In: BRITO, Bernardo Gomes de (Org.). **História Trágico-Marítima**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998. p. 427-460.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

AGUIAR, Manoel Pinto de. **Abastecimento: crises, motins e intervenção**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

ALDENBURGK, Johann Gregor. **Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625**. Tradução: Alfredo de Carvalho. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1961. (Brasiliensia Documenta, v. 1).

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: Laura de Mello Souza (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84-154.

ALMANAQUE Abril. São Paulo: Editora Abril S.A., 1988. 770 p.

ANCHIETA, padre José de. **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ARAÚJO, Anete Regis Castro de. **Apropriação do espaço: três sobrados no Pelourinho**. 1989. Tese de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

ARAÚJO, José Goes de. **Da velha cidade da Bahia: histórias e estórias**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1998. 2 v.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Anais...** Bahia, v. 1, 1917.

\_\_\_\_\_. **Anais...** Bahia, v. 8, 1921.

\_\_\_\_\_. **Anais...** Bahia, v. 14, 1927.

\_\_\_\_\_. **Tombo dos Bens das Ordens Terceiras, Confrarias e Irmandades da Cidade do Salvador Instituído em 1853.** Bahia: Imprensa Oficial, 1948. (Publicações do Arquivo do Estado da Bahia, v. 6).

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial.** São Paulo: Ática, 1980. (Ensaio, n. 67).

ARTE no Brasil. São Paulo: Editora Abril, 1979. 2 v.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-6023:** Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-10520:** Informação e documentação – Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-14724:** Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2001.

AUGEL, Moema Parente. **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista.** São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1980.

AULETE, F. J. Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa.** 2. ed. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1925. 2 v.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859).** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade do Salvador.** 3. ed. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

BARROS, J. Teixeira de. Emissão de posse de imóveis nos tempos coloniais. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,** Salvador, n. 54, p. 77-82, 1928.

BARROS, Luísa Margarida Portugal de, Condessa de Barral e da Pedra Branca. **Cartas a Suas Majestades, 1859-1890.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.

BARROS, Maria Paes de. **No Tempo de Dantes.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes: A construção da Paisagem.** São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1994.

BENEVOLO, Leonardo. **A Cidade e o Arquiteto.** Lisboa: Edições 70, 1984.

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial.** Tradução: Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANDI, Cesare. **Teoria de la restauración.** Madrid: Alianza Editorial, 1988.

BULKELEY, John; CUMMINGS, John. **Uma Viagem aos Mares do Sul nos Anos de 1740-1.** Tradução de J. Carvalho. Rio de Janeiro: Cia. Brasil Editora, 1936.

CALDAS, José Antônio. **Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759.** ed. fac-sím. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., 1951.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros.** 3. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CAMPOS, João da Silva. Tradições Bahianas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.** Salvador, n. 56, p. 357-415, 1930.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Imagens do Brasil no Velho Mundo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico; O Processo de Emancipação.** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993. t. 2, v. 1. p. 40-63.

CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. **Da Essência do Jardim Português.** 1995. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Portugal.

CARDIM, padre Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília : INL, 1978.

CARVALHO, José Antônio. **O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Antologia da alimentação no Brasil.** Rio de Janeiro: LTC, 1977.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX.** 1989. Tese de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia.

COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. In: **Arquitetura Civil II**. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 89 - 98. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 2).

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. Política e Administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial; Administração, Economia, Sociedade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993. t. 1, v. 2. p. 09-44.

DARWIN, Charles. **O Beagle na América do Sul**. Tradução de Lia Vasconcelos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Linoart Ltda, [198-].

DÉNIS, Fernando. **O Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. 2 v.

DIAS, Henrique. Relação da viagem e naufrágio da nau São Paulo que foi para a Índia no ano de 1560... . In: BRITO, Bernardo Gomes de (Org.). **História Trágico-Marítima**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998. p. 193-215.

DOM PEDRO II, Imperador do Brasil. **Diário da Viagem ao Norte do Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

EXPILLY, Charles. **Mulheres e Costumes do Brasil**. Tradução de Gastão Penalva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

FARIA, Eduardo de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Tipografia Universal, 1853. 4 v.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador Moderna: 1850 - 1920. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (Org.). **Cidade e História**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBa / Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992. p. 53-68.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A., 1995.

FERREZ, Gilberto. **Bahia: velhas fotografias, 1858-1900**. 2. ed. Rio de Janeiro: Kosmos Ed.; Salvador: Banco da Bahia Investimentos, 1989.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Portugal – Brasil Limitada Sociedade Editora, 1911. 2 v.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo: HUCITEC Ltda.; Salvador: EDUFBA, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968. 2 v.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Frans Post: os desenhos**. Rio de Janeiro: COBAFI / Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil; História da Província Santa Cruz**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

GÓES, Inocêncio Muñoz de Araújo. A Restauração da Cidade do Salvador. **Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia**. Salvador, n. 10, p. 465-497, 1896.

GOULART, Maurício. O Problema da Mão-de-Obra: O Escravo Africano. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial; Administração, Economia, Sociedade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993. t. 1, v. 2. p. 183-191.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa pelo Dr. Joaquim Rodrigues Lima, governador do Estado em 7 de abril de 1896**. Bahia: Tipografia do Correio de Notícias, 1896.

\_\_\_\_\_. **Revitalização do Conjunto Passo - Carmo - Santo Antônio**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1977.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Cultura e Turismo. **Baía de Todos os Santos**. Salvador, 2000, 208 p. (Coleção Selo Turismo, v. 3)

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. Tradução e Notas: Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

HABSBURGO, Maximiliano de. **Bahia 1860. Esboços de Viagem**. Tradução: Antonieta da Silva Carvalho e Carmem Silva Medeiros. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

HILL, Henry. **Comércio do Brasil em 1808**. Salvador: Banco da Bahia S.A., 1964.

HOEHNE, F.C. **Frutas Indígenas**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 1946.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Instituição do Governo Geral. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial; Do**

Descobrimiento à Expansão Territorial. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989. t. 1, v. 1. p. 108-137.

\_\_\_\_\_. A Herança Colonial – Sua Desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico; O Processo de Emancipação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993. t. 2, v. 1. p. 09-39.

ISENBURG, Teresa (Org.). **Naturalistas italianos no Brasil**. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1990.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil**. Tradução: Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

KOSERITZ, Carl von. **Imagens do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução: Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

LEMOS, Carlos A.C. **Cozinha, etc.:** um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1979.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

LIMA, J. da Silva. A Bahia de há 66 anos. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, n. 34, p. 93-113, 1908.

LINDLEY, Thomas. **Narrativa de uma Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 1982.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **Morfologia da Paisagem**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996.

MARQUES, Xavier. Manoel Botelho de Oliveira. Um Poeta em Quatro Línguas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, n. 54, p. 03-20, 1928.

MATOS, Gregório de. **Obras Completas de Gregório de Matos**. Organização: James Amado. Salvador: Editora Janaína Ltda, 1968. 7 v.



MATTOSO, Katia de Queirós. **Família e Sociedade na Bahia do Século XIX**. Tradução: James Amado. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

\_\_\_\_\_. **Bahia: a cidade do Salvador e o seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

\_\_\_\_\_. **Bahia no Século XIX: Uma província no Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1992.

MAWE, John. **Viagens ao Interior do Brasil**. Tradução: Solena Benevides Viana. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

MELLO, Evaldo Cabral. À sombra dos coqueirais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abr. 1999. Caderno 5, p. 3.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: Laura de Mello Souza (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 155-219.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez Freguesias da Cidade do Salvador: Aspectos Sociais e Urbanos do Século XIX**. Salvador: FCEBa/EGBA, 1986.

NIEUHOF, Joan. **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**. Tradução: Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

NÓBREGA, padre Manoel da. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1931. (Cartas Jesuíticas I)

NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na colônia. In: Laura de Mello Souza (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 14-39.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, Naturalistas e Artistas Estrangeiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico; O Processo de Emancipação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., t. 2, v. 1, 1993. p. 119-131.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. **Os Valores Culturais da Paisagem Urbana em Ouro Preto - MG: Um Estudo de Caso das Áreas Verdes na Ladeira Santa Efigênia e Entorno Próximo**. 1997. Tese de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

MENDONÇA, Mário Mendonça de. **Igreja e Convento de Cayru**. Salvador: 1998. Não publicado.

OTT, Carlos. **História das Artes Plásticas na Bahia (1550-1900)**: Arquitetura. Salvador: Alfa Gráfica e Editora, 1991. v.1.

PANTALEÃO, Olga. A Presença Inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico; O Processo de Emancipação.** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993. t. 2, v. 1. p. 64-99.

PEÑA, Jorge Villota. **A imagem ambiental urbana do Comércio no século XIX.** Trabalho apresentado ao 3º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Salvador, 1994. Não publicado.

PINTO, Joaquim de Almeida. **Dicionário de Botânica Brasileira.** Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1873.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira.** Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa.** 4. ed. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc., 1952.

PORTUGAL, Luis de Almeida, Marquês do Lavradio. **Cartas da Bahia : 1768-1769.** Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara – 1625 – 1641.** Salvador, v. 1, 1949.

\_\_\_\_\_. **Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara – 1641 – 1649.** Salvador, v. 2, 1949.

\_\_\_\_\_. **Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara – 1659 – 1669.** Salvador, v. 4, 1949.

\_\_\_\_\_. **Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara – 1684 – 1700.** Salvador, v. 6, 1949.

\_\_\_\_\_. **Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara – 1700 – 1718.** Salvador, v. 7, 1984.

\_\_\_\_\_. **Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara – 1718 – 1731.** Salvador, v. 8, 1985.

\_\_\_\_\_. **Cartas do Senado (1638-1673).** Salvador, v. 1, 1951.

\_\_\_\_\_. **Cartas do Senado (1673-1684).** Salvador, v. 2, 1952.

\_\_\_\_\_. **Cartas do Senado (1684-1692).** Salvador, v. 3, 1953.

\_\_\_\_\_. **Cartas do Senado (1693-1698).** Salvador, v. 4, 1959.

\_\_\_\_\_. **Cartas do Senado (1699-1710)**. Salvador, v. 5, [196-?].

\_\_\_\_\_. **Cartas do Senado (1710-1730)**. Salvador, v. 6, [196-?].

PRIORE, Mary del. Ritos da vida privada. In: Laura de Mello Souza (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 275-330.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de Outrora**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

RAYNAL, Guillaume Thomas François. **O estabelecimento dos portugueses no Brasil**. Tradução: Mônica F. C. Campos e Flávia Roncarati Gomes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. , 1987.

RELAÇÃO do naufrágio da nau Santa Maria da Barca de que era capitão D. Luis Fernandes de Vasconcelos, a qual se perdeu vindo da Índia para Portugal no ano de 1559. In: BRITO, Bernardo Gomes de (Org.). **História Trágico-Marítima**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998. p. 169-191.

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **A Bahia de Outros Tempos**. As Posturas do Senado da Câmara em 1785. Salvador, n.11, p.47-72, 1897.

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Conservação das Florestas**. Salvador, n. 15, p.144-148, 1898.

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Cartas do Sr. Forth Rouen, enviado e encarregado dos negócios da França na China**. Salvador, n. 57, p. 533-547, 1931.

RIBEYROLLES. Charles. **Brasil Pitoresco**. Tradução e Notas: Gastão Penalva. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. 2 v.

RODRIGUES, José Wash. A Casa de Moradia no Brasil Antigo. In: **Arquitetura Civil I**. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, p. 285-318, 1975. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1).

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1940.

RUSSO, Arnaldo. **Livro das Moedas do Brasil**. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 1981.

SAINT-HILARE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1945.

SALGUEIRO, Valéria. Estudo da cidade latino-americana no século XIX através da produção pictórica: pintura, gravura e desenho. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (Org.). **Cidade & História**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992. p. 45-51.

SALVADOR, frei Vicente do. **História do Brasil : 1500-1627**. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília : INL, 1975.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Novas e Velhas Ocupações na Salvador Republicana (1890-1930). In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (Org.). **Cidade & História**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992. p. 257-262.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial; Administração, Economia, Sociedade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., t. 1, v. 2, 1993. p. 145-160.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel : FAPESP, 1996.

SILVA, Alberto. **Um "Diário" Inédito Sobre a Bahia**. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, n. 16, 1952.

\_\_\_\_\_. **A Cidade do Salvador: Aspectos Seculares**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Tipografia de M. P. de Lacerda, 1823. 2 v.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 6. ed. Lisboa: Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858. 2 v.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-220.

SMITH, Robert C. Arquitetura Civil do Período Colonial. In: **Arquitetura Civil I**. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, p. 95-190, 1975. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1).

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil : 1817-1820 por Spix e Martius**. Tradução: Lúcia Furquim Lanmeyer. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília : INL, 1976.

TAUNAY, Affonso de E. **Na Bahia de Dom João VI**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

\_\_\_\_\_. **Um Sueco na Cidade do Salvador (1756)**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960.

TEIXEIRA, Cid. **Bahia em Tempo de Província**. Salvador: Fundação Cultural da Estado da Bahia, 1985.

TOLLENARE, L.F. de. **Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Arquitetura. Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia. **Evolução Física de Salvador**. Organização: Américo Simas Filho. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBa, 1979. 2 v.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas. In: Laura de Mello Souza (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 221-273.

VALENTE, Antônio Lopes dos Santos (Dir.). **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: transformações e permanências (1549-1990). In: CHRISTOFOLETTI, Antônio; BECKER, Bertha K.; DAVIDOVICH, Fany R.; GEIGER, Pedro P. (Org.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

VAUTHIER, L. L. Casa de Residência no Brasil. In: **Arquitetura Civil I**. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, p. 03-54, 1975. (Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1).

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia - 1850**. Salvador: Editora Corrupio, 1981.

\_\_\_\_\_. **Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos na Bahia no século XIX.** São Paulo: Editora Corrupio, 1992.

VER HUELL, Quirijn Maurits Rudolph. **Mijne Eerste Zeereis.** S'Gravenhage: Martinius Nijhoff, 1976.

VIANNA, Antônio. **Quintal de Nagô e outras Crônicas.** Salvador: Publicação da Universidade Federal da Bahia, 1979.

\_\_\_\_\_. **Casos e Coisas da Bahia.** Salvador: Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, 1950.

VIANNA, Hildegardes. **A Bahia já foi assim: crônicas de costumes.** 2. ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1979.

\_\_\_\_\_. **As aparadeiras e as sendeironas: seu folclore.** Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1988.

\_\_\_\_\_. **Antigamente era assim.** Rio de Janeiro: Record; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994.

VIEIRA, Dorival Teixeira. A Política Financeira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial; Administração, Economia e Sociedade.** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993. t. 1, v. 2. p. 340-351.

VIEIRA, padre Antônio. **Cartas.** São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1949.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII.** Salvador: Editora Itapuã, 1969. 3 v.

WETHERELL, James. Brasil. **Apontamentos Sobre a Bahia.** Salvador: Edição do Banco da Bahia S/A, [197-?].

WIED-NIEUWIED, Príncipe Maximiliano de. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817.** Tradução: Edgar Süssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

WILDBERGER, Arnold. **A Bahia de 1676 vista por um Médico Francês.** Salvador: Centro de Estudos Bahianos, n. 24, [entre 1952 e 1970].

### Fontes de acesso em meio eletrônico

LIMA, Tânia Andrade. **Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX.** Rio de Janeiro, 1995. Disponível em:

<[http://dcc007.cict.fiocruz.br/hscience/vol2n3/art23\\_tania.html](http://dcc007.cict.fiocruz.br/hscience/vol2n3/art23_tania.html)>. Acesso em: 19 maio 2000. 53 f.

OLIVEIRA, Manuel Botelho de. **À Ilha de Maré termo desta Cidade da Bahia Silva**. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.org.br>>. Acesso em: jun. 2001.

### **Fontes primárias – Arquivo da Prefeitura Municipal de Salvador (FGM)**

Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5. 154 f. ms.

Posturas – 1893 a 1897. Estante 08. Número de ordem 119.7. 100 f. ms.

Portarias – 1817 a 1831. Estante 07. Número de ordem 116.6. 301 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1775 a 1800. Estante 09. Número de ordem 174.3. 245 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1800 a 1812. Estante 09. Número de ordem 174.4. 281 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1817 a 1827. Estante 09. Número de ordem 174.6. 301 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1827 a 1829. Estante 09. Número de ordem 174.7. 296 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1837 a 1841. Estante 09. Número de ordem 174.8. 200 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1827 a 1829. Estante 09. Número de ordem 174.7. 296 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1837 a 1841. Estante 09. Número de ordem 174.8. 200 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1841 a 1849. Estante 09. Número de ordem 174.9. 200 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1848 a 1855. Estante 09. Número de ordem 174.10. 200 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1885 a 1891. Estante 09. Número de ordem 174.11. 200 f. ms.

**Fontes primárias – Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)**

Seção: Judiciária – Livro de Notas 01/04/288 – Capital - Período: 30/09/1847 a 23/02/1849 – 249 f. ms.

Seção: Judiciária – Livro de Notas 01/04/292 – Capital - Período: 27/02/1849 a 12/11/1849 – 142 f. ms.

Seção: Judiciária – Livro de Notas 01/04/293 – Capital - Período: 03/03/1849 a 02/05/1850 – 92 f. ms.

Seção: Judiciária – Livro de Notas 01/04/295 – Capital - Período: 17/08/1849 a 22/03/1851 – 155 f. ms.

Seção: Judiciária – Livro de Notas 01/04/368 – Capital - Período: 06/12/1862 a 02/09/1863 – 102 f. ms.

Seção: Judiciária – Livro de Notas 01/04/370 – Capital - Período: 05/12/1862 a 05/11/1863 – 140 f. ms.

Seção: Judiciária – Livro de Notas 01/04/371 – Capital - Período: 04/08/1863 a 28/12/1863 – 102 f. ms.

Seção: Judiciária – Livro de Notas 01/05/580 – Capital - Período: 02/10/1878 a 17/04/1879 – 48 f. ms.

Seção: Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 04/1728/2198/02 - Período: 1830. ms.

Seção: Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 05/2190/2659/47 - Período: 1863. ms.

Seção: Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 07/3093/09 - Período: 1860/1868. ms.

Seção: Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 05/2134/2603/02 - Período: 1877. ms.

Seção: Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 07/2963/0/19 - Período: 1894-1900. ms.

Seção: Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 01/70/89/08 - Período: 1900-1902. ms.

Seção: Judiciária - Inventários e Testamentos – Documento 06/2711/10 - Período: 1913. ms.



Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Tesouraria – Propriedades Urbanas (1835-1868) – Série 4559.

Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Tesouraria – Propriedades Urbanas (1830-1869) – Série 4560.

Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Tesouraria – Propriedades Urbanas (1826-1874) – Série 4561.

Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Tesouraria – Propriedades Urbanas (1869-1882) – Série 4563.

Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Tesouraria – Propriedades Urbanas (1875-1889) – Série 4564.

Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Viação Santo Antônio Além do Carmo – Período: 1857-1863 – Série 4497.

Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Tesouraria – Contas – Irmandade Sto. Antônio Além do Carmo – Período: 1826 – Série 4480.

**Fontes primárias – Cartório do 2º Ofício de Imóveis e hipotecas da Comarca do Salvador**

Livro 03 de Transcrição dos Imóveis – Período: 1891-1902. 235 f. ms.

## APÊNDICE A

### Terminologia: “Quintal” e “Jardim”

De forma a determinar corretamente o real sentido dos termos “quintal” e “jardim”, ambos encontrados nas diferentes fontes pesquisadas, partimos para uma análise complementar envolvendo a terminologia destas duas palavras.

Como fonte principal de consulta, utilizamos dicionários originais da língua portuguesa do século XIX (1823 a 1881), mesma época, portanto, da maioria das obras referenciadas neste trabalho:

- 1) SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Tipografia de M. P. Lacerda, 1823. 2 v.
- 2) PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1832.
- 3) FARIA, Eduardo de. Novo **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Tipografia Universal, 1853. 4 v.
- 4) SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858. 2 v.
- 5) VALENTE, Antônio Lopes dos Santos (Dir.). **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

A partir do exame destes dicionários, montamos os seguintes quadros de definições:

**Tabela 1 – Definições para o termo “quintal”**

Dicionários	Definições
SILVA, A., 1823, t. 1, p. 578	“É na Cidade, ou Vila um pedaço de terra murada com árvores, frutas & etc.”
PINTO, L., 1832, não pag.	“Pequeno pedaço de terreno cercado, e plantado de árvores, flores, etc. para recreio”.
FARIA, E., 1853. v. 4, p.	“[...] porção pequena de terra na cidade, plantada de

Dicionários	Definições
354	árvores e murada, de ordinário junto à casa de habitação”.
SILVA, A., 1858, t. 2, p. 646	“É na cidade, ou vila, um pedaço de terra murada com arvoredos de frutas, etc.”
VALENTE, A., 1881, p. 1458	“[...] porção de terreno, junto da casa de habitação, com horta ou jardim; quinta pequena”.

**Tabela 2 – Definições para o termo “jardim”**

Dicionários	Definições
SILVA, A., 1823, t. 2, p. 127	“Porção de terra cultivada, e plantada de flores.”
PINTO, L., 1832, não pag.	“Terra plantada de flores.”
FARIA, E., 1853, v. 3, p. 957	“[...] campo de ordinário pouco extenso plantado de árvores de ornato, e onde se cultivam flores e plantas para recreio e passeio”.
SILVA, A., 1858, t. 2, p. 236	“Porção de terra ordinariamente de pouca extensão, cultivada, e plantada de flores, e outras plantas, para recreio e passeio”.
VALENTE, A., 1881, p. 1013	“[...] espaço ordinariamente fechado por muros ou grades, junto à casa de habitação ou separado em lugar público, onde se cultivam árvores, flores e plantas de ornato, para recreio ou para estudo”.

Da análise destes dois quadros, podemos chegar às seguintes considerações iniciais:

- 1) O “quintal” é entendido como um espaço essencialmente urbano, localizando-se, pois, na “cidade” ou “vila”.

- 2) Sendo um elemento urbano, o “quintal” está geralmente “junto da casa de habitação”. Ou seja, compreende-se que o lugar do quintal é próximo de alguma residência.
- 3) O “jardim” é entendido simplesmente como um pequeno espaço de terra plantado de flores e “árvores de ornato”, normalmente para o “recreio e passeio”. O detalhe maior fica por conta da possibilidade dele estar localizado, no final do século XIX, “separado em lugar público”, ao contrário do “quintal”.

Porém, a mais importante constatação é a de que o “quintal” é, na verdade, um espaço composto de diferentes elementos, incluindo em seu interior, portanto, as árvores frutíferas, as hortas, as **flores** etc. Ou seja, o “quintal” conjuga as funções produtivas e recreativas, englobando, desta forma, o “jardim” em sua disposição interna. Portanto, quando os autores estrangeiros do século XIX, em suas obras, descrevem frequentemente os “jardins” encontrados em Salvador, podemos com alguma segurança admitir que estivessem, na verdade, conhecendo – e admirando - uma parte dos quintais das propriedades visitadas.

## APÊNDICE B

### Relação dos Viajantes do Século XIX citados neste Trabalho

De forma a melhor situar os autores estrangeiros do século XIX citados nesta dissertação (alguns indiretamente), elaboramos abaixo uma listagem, montada a partir da pesquisa de Moema Parente Augel (AUGEL, 1980), que servirá como guia cronológico das informações coletadas. Além dos nomes dos viajantes estrangeiros, informa-se também a nacionalidade e data provável de estadia em Salvador:

Arnold, Samuel Greene, americano, 1847

Avé-Lallemant, Robert Christian Berthold, alemão, 1855 e 1859

Benko, Jerolim Freiherr von, austríaco, 1885

Canstatt, Oscar, alemão, 1868

Darwin, Charles, inglês, 1831 e 1836

Dénis, Ferdinand, francês, 1816-1818

Expilly, Jean Charles Marie, francês, entre 1852 e 1860

Forth-Rouen, francês, 1847

Friis, G. M., dinamarquês, 1861

Gardner, George, inglês, 1837

Graham, Maria, inglesa, 1821 e 1823

Hadfield, William, inglês, 1854 e 1870

Hill, Henry, americano, 1808

Kidder, Daniel Parish, americano, entre 1837-1840

Lindley, Thomas, inglês, 1802-1803

Martius, Karl Friedrich Philipp von, alemão, 1817-1820

Maximilano da Áustria (Habsburgo), 1860

Maximilano de Wied-Neuwied, alemão, entre 1815-1817

Rugendas, Johann Moritz, alemão, entre 1821-1825

Spix, Johann Baptist von, alemão, entre 1817-1820

Tollenare, L. F. de, francês, 1817-1818

Tschudi, Johann Jakob von, suíço, 1863

Turnbull, John, inglês, 1800

Ver Huell, Quirijn M. R., holandês, entre 1807-1810

Wetherell, Edward, inglês, 1843-1857

## **APÊNDICE C**

### **Fontes Primárias**

Na fase inicial do nosso trabalho, ainda no processo de levantamento das obras de referência a serem consultadas, fomos surpreendidos pela enorme lacuna existente no rol das obras impressas diretamente relacionadas ao nosso tema. Na verdade, não fomos capazes de identificar uma única obra que tratasse especificamente dos quintais dentro da realidade arquitetônica brasileira. Fomos obrigados, portanto, a usar como base de nossa pesquisa uma série de diferentes documentos originais do século XIX, disponíveis nos dois principais arquivos públicos de Salvador - Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e o Arquivo Público Municipal (Fundação Gregório de Matos – FGM) – bem como no Cartório do 2º Ofício da Comarca do Salvador.

A princípio, em função da limitação do tempo de nossa pesquisa, o volume enorme e a variedade de documentos disponíveis nestes arquivos tornou obrigatória uma seleção inicial dos diferentes tipos a serem pesquisados com maior profundidade. Nestes casos, usamos basicamente o bom senso como parâmetro central desta primeira triagem, procurando identificar, através das suas próprias denominações, aqueles manuscritos que – pela lógica - pudessem conter informações detalhadas dos terrenos e dos imóveis da cidade de Salvador ao longo do Século XIX. Desta forma, justificamos a escolha dos inventários e testamentos, dos registros de compra e venda dos imóveis, dos relatórios das vistorias nas edificações levadas a cabo pelas autoridades municipais etc.

Ainda assim, em alguns casos, especialmente diante do volume quase incalculável de documentos disponíveis atualmente no Arquivo Público do Estado, fomos obrigados a estabelecer um novo critério para efetuar uma segunda triagem dos antigos manuscritos: o recorte temporal. Ou seja, encontramos situações em que para um mesmo período existiam centenas – às vezes milhares - de documentos do mesmo tipo disponíveis para a consulta. Desta forma, procuramos dividir os manuscritos, sempre que possível, em diferentes períodos ao longo do século XIX, realizando escolhas aleatórias - dos livros, pacotes ou maços pesquisados – justamente em função de seus respectivos recortes temporais. Este foi o caso, por exemplo, dos documentos

agrupados sob a denominação de “Propriedades Urbanas” (APEB - Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Tesouraria – Propriedades Urbanas), que geralmente reuniam documentos de diferentes localidades (Salvador, Feira de Santana, Mundo Novo, Ilhéus etc.) e épocas, dificultando bastante, pois, uma escolha prévia objetiva e eficiente.

Da mesma forma, procuramos sempre, ao longo de nossas pesquisas, privilegiar os dados referentes ao nosso recorte geográfico original – a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Porém, em função da escassez de informações relevantes encontradas nestes documentos – bem como da importância dos dados encontrados para outras regiões da cidade – resolvemos então ampliar esta seleção, anotando sempre aqueles registros que contribuía de alguma forma com a nossa pesquisa.

Merece registro ainda, antes de entrarmos finalmente na descrição dos documentos, o péssimo estado em que encontramos muitos destes antigos manuscritos. Por vezes, o estado físico pouco dependia da sua idade; encontramos, por exemplo, exemplares do final do século XVIII em melhor estado do que outros da segunda metade do século XIX, bem mais recentes (caso dos “Termos de Vistorias e Alinhamentos”). Em respeito aos futuros pesquisadores, abrimos mão da consulta nestas fontes, na esperança de que em algum momento estes importantes registros possam merecer um tratamento adequado, que volte a permitir o manuseio seguro e a leitura plena destas fontes.

Feitos os esclarecimentos iniciais, passamos então a caracterizar as principais fontes primárias utilizadas neste trabalho:

- 1) “Termos de Alinhamentos e Vistorias” – Como o próprio nome indica, estes documentos são, na verdade, relatórios das visitas feitas por comissões do “Senado da Câmara” em diferentes pontos da cidade. Portanto, quando requeriam estas vistorias, os moradores de Salvador solicitavam diversos tipos de providências: pediam permissão para construir ou alterar construções pré-existentes, solicitavam a demarcação dos seus terrenos, lotes urbanos ou mesmo das vias de acesso, protestavam contra atitudes praticadas por seus vizinhos, que viessem a prejudicá-los ou à comunidade local (fechamento de becos, construção de muros e cercas, desvio de cursos d’água, acusavam a presença de entulhos clandestinos etc.). Em cada uma destas visitas, registra-se a presença dos responsáveis pelos alinhamentos municipais (escolhidos dentre os vereadores),

acompanhados de engenheiros e demais “Peritos”, que após descreverem detalhadamente o que requeriam as partes, anotavam os seus pareceres, concedendo ou cancelando permissões, ou mesmo apontando soluções para os conflitos existentes. Para um melhor aproveitamento das informações contidas nestes manuscritos, aumentamos o período definido originalmente para a nossa pesquisa (incluímos o livro de vistorias realizadas de 1775 a 1800, em estado regular de conservação), bem como passamos a anotar também todas as referências aos quintais (e seus principais elementos: muros, fontes etc.), mesmo quando tratavam de imóveis fora do recorte geográfico originalmente traçado (freguesia de Santo Antônio Além do Carmo). Através destes documentos, portanto, tivemos acesso a uma série de informações que ajudaram a compor o painel representativo dos quintais em nossa cidade, identificando características físicas e costumes ligados a estes espaços urbanos. Através das vistorias, por exemplo, podemos comprovar o hábito bastante frequente de murar os quintais nas zonas centrais da cidade, em grande parte com alvenarias mais resistentes, feitas de pedra e cal. Pudemos perceber também a importância que tinham para os moradores o uso coletivo e racional de muitas fontes de água potável existentes dentro da cidade (às vezes dentro dos próprios quintais), bem como a importância de pequenos acessos secundários (becos) distribuídos nos bairros para o uso das residências, muitas vezes atuando como vias de serviço das mesmas. Vale registrar também, por outro lado, o mau estado destes manuscritos em geral, mantidos numa sala sem nenhum tipo de climatização especial, normalmente atacados por fungos (que mancham o papel) e traças (que deixaram vários trechos dos livros em pedaços). Alguns exemplares estão mais legíveis do que os demais, independente do período analisado, o que implica dizer que, em função dos cuidados dispensados na manutenção e conservação destes volumes, em alguns casos, os manuscritos do início do século XIX estão em melhor estado do que os produzidos na segunda metade do mesmo século. Por fim, lembramos que por tratar-se de manuscritos originais do século XIX, duas barreiras iniciais tiveram que ser superadas: a compreensão da própria caligrafia dos autores, nem sempre clara e legível, e a própria interpretação da escrita portuguesa em uso no século XIX, com grafias, abreviações e expressões que já caíram em desuso, obrigando a uma leitura extremamente cuidadosa. Esta observação final, aliás, serve para quase todos os documentos do século XIX (e XVIII) vistos neste trabalho. Estes manuscritos, por sua vez, reunidos em livros (de capa dura) com aproximadamente 200 folhas cada um, bastante deteriorados, encontram-se atualmente no “Acervo” do Arquivo Público



Municipal (Fundação Gregório de Matos). As vistorias disponíveis englobam um período que vai de 1724 a 1891, com algumas lacunas (1770-1775, 1830-1837 e 1856-1884). Vale observar também que até abril de 2001, período de conclusão das nossas pesquisas na FGM, o volume sob número de ordem 174.5 (“Termos de Vistorias e Alinhamentos” referentes ao período de 1812 a 1816) estava sumido, sem que os responsáveis soubessem informar o seu paradeiro (e portanto inviabilizando as consultas às vistorias realizadas ao longo destes cinco anos).

- 2) Livro 03 de Transcrição de Imóveis do Cartório do 2º Ofício de Imóveis e Hipotecas da Comarca do Salvador - Funcionando atualmente dentro do Fórum Rui Barbosa em Salvador, o mencionado Cartório mantém arquivados – no Livro 03 de transcrição de imóveis - os registros de transações imobiliárias efetuadas a partir de 1890 em diferentes zonas da cidade, incluindo-se aí a região da antiga freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, recorte geográfico original de nossa pesquisa (ampliada posteriormente, como já foi dito, em função da exiguidade das informações obtidas). Obviamente que a limitação do período disponível para a pesquisa (apenas os 10 últimos anos do século XIX), reduziu sensivelmente a oferta de dados essenciais ao desenvolvimento do tema, o que levou-nos, posteriormente, a complementar os nossos estudos no Arquivo Público do Estado (APEB) e no Arquivo Público Municipal (FGM). De qualquer forma, nestes registros encontramos descrições bem resumidas dos imóveis envolvidos nas transações, além de outros dados importantes referentes ao ato de compra e venda em si: endereço completo do imóvel, data da transmissão de posse, nome do vendedor (“transmitente”), nome do comprador, valor do contrato e o nome do tabelião que registrou a escritura. Com estes dados em mãos, foi-nos possível ainda elaborar uma pesquisa mais objetiva nos “Livros de Notas” disponíveis no APEB, priorizando sempre aqueles tabelionatos mais comumente citados nos registros do referido “Livro 03...” deste Cartório.
- 3) Inventários e Testamentos – No Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), seção judiciária, encontram-se, dentre tantos outros documentos, milhares de testamentos e inventários pertencentes a indivíduos de diferentes regiões do estado da Bahia (e também de épocas distintas). Estes documentos (manuscritos) estão catalogados a partir do nome do inventariado (ou do autor do testamento), da região de origem (capital e principais cidades do interior do estado) e do período em que foi produzido. Devido à

enorme quantidade de documentos disponíveis para a análise, bem como à impossibilidade de identificação prévia dos bens listados em cada manuscrito (localização dos imóveis, quantidade, características das edificações etc.), foi necessário definir-se previamente alguns critérios para a seleção daqueles manuscritos a serem consultados. A princípio, como dito anteriormente, em função da pesquisa prévia no Cartório do 2º Ofício de Imóveis e Hipotecas da Comarca do Salvador (ver texto acima), tínhamos elaborado uma lista de proprietários de imóveis na região da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo no período 1890-1900 (aproximadamente), a partir da qual seria feita a busca pelos manuscritos correspondentes (inventários e testamentos) no arquivo do APEB. Esta busca, porém, mostrou-se pouco produtiva, forçando a adoção de uma nova estratégia para a nossa pesquisa nestas fontes. A alternativa lógica, sob o nosso ponto de vista, seria a seleção de uma pequena amostragem de documentos produzidos em cada decênio do século XIX (1800-1810, 1810-1820, 1820-1830 etc.), como forma de melhor representar o período em questão. Porém, logo cedo detectou-se a baixa relevância destas fontes (com relação às demais, obviamente) para o tema central de nosso trabalho - os quintais urbanos de Salvador -, interrompendo-se a pesquisa após a leitura detalhada de uma amostragem previamente selecionada. Mesmo assim, estas fontes merecem um breve detalhamento, como forma de auxiliar os futuros pesquisadores: geralmente em melhor estado do que os manuscritos da FGM, estes documentos muitas vezes trazem valiosas informações não apenas relativas aos imóveis em questão, mas também com relação ao mobiliário existente em alguns deles, com uma breve descrição e uma estimativa de preços para cada item (no caso dos inventários). Os testamentos, por outro lado, raramente fornecem um quadro detalhado dos imóveis em questão. Os registros mais comuns envolvem geralmente histórias de vida, confissões e desejos que os seus autores esperavam ver realizados após a sua morte, compondo um riquíssimo acervo para os pesquisadores interessados na história da antiga sociedade baiana, seus hábitos, costumes e pensamentos.

- 4) “Propriedades Urbanas” – Documentos da Seção de Arquivo Colonial e Provincial do APEB, associados à Tesouraria da Presidência da Província. Nestes manuscritos do século XIX, divididos em maços sem muita relação entre si (ou seja, estão reunidos num mesmo maço manuscritos de diferentes épocas e localidades), encontram-se registradas variadas informações direcionadas ao Presidente da Província, relativas sempre a imóveis de diferentes regiões do estado da Bahia. Nestes textos, portanto, os

conteúdos são os mais diversos: solicitação para a liberação de impostos, legalização de imóveis “devolutos” ocupados pelos requisitantes, demarcação de lotes, imóveis oferecidos (através de aluguel) aos diferentes usos públicos, pedidos de indenizações relativas a prejuízos causados por obras públicas em propriedades particulares etc. Nestes documentos os imóveis geralmente são descritos com um nível de detalhamento superior à maioria das demais fontes utilizadas nesta pesquisa, mas novamente os quintais permanecem num segundo plano. Quando efetivamente encontramos o registro de algum quintal, este é por demais simplificado, com pouca informação complementar a seu respeito (dimensões, funções, elementos existentes etc.). De qualquer forma, separados em maços por períodos distintos (e sem qualquer relação aparente entre os diferentes documentos de um mesmo maço), a pesquisa deste material também torna-se demorada e cansativa. Ou seja, por juntar num mesmo pacote conjuntos de documentos de municípios diferentes (e também de diferentes períodos), a pesquisa, quando feita especificamente sobre uma cidade, requer o manuseio e a leitura de milhares de documentos, dificultando o trabalho dos pesquisadores.

- 5) “Livros de Notas” – Documentos também arquivados na Seção Judiciária do APEB, estes livros (volumes encadernados) contêm as anotações originais de uma enorme quantidade de transações comerciais (de diferentes tipos), registradas por diversos tabeliões e cartórios do estado da Bahia. Centralizamos a nossa pesquisa, obviamente, nos tabelionatos da cidade de Salvador (Capital). Nestes livros podemos encontrar: escrituras de compra, venda e hipoteca de imóveis, compra, venda e alforria de escravos, registro de empréstimos, compra e venda de embarcações etc. A pesquisa nestas fontes, por sua vez, foi facilitada por duas outras etapas preliminares: a análise do Livro 03 de transcrição de imóveis no Cartório do 2º Ofício de Imóveis e Hipotecas da Comarca do Salvador, a partir da qual conseguimos identificar previamente alguns tabelionatos responsáveis por inúmeras transações imobiliárias na região da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo (região de interesse maior – mas não isolada - da nossa pesquisa) e a consulta ao material, ainda inédito, produzido internamente no APEB, com uma breve descrição de cada folha de inúmeros “Livros de Notas” existentes na seção Judiciária. Este último material, vale ressaltar, foi disponibilizado para a nossa pesquisa graças ao apoio irrestrito que obtivemos da Sra. Mercedes Guerra, diretora responsável pela Seção Judiciária do referido APEB à época de nossas leituras. Graças à esta pesquisa inicial, portanto, pudemos então selecionar – com maior segurança – o

material a ser consultado, evitando uma perda enorme de tempo na leitura (e identificação do conteúdo) de cada registro. Da mesma forma que nas demais fontes detalhadas anteriormente, mais uma vez – infelizmente - os quintais são pouco detalhados nestes manuscritos, obrigando-nos, na verdade, a consultar milhares de documentos em busca de uma quantidade relativamente pequena de informações relevantes. Desta forma, além do registro da presença em si dos quintais em inúmeros imóveis, vamos encontrar também a menção a uma série de elementos construídos que estes continham: muros e cercas, telheiros, cozinhas externas, “casas de banho”, “senzalas” etc. Porém, quase nenhum detalhe destes elementos é fornecido (dimensões, materiais construtivos, posição dentro do quintal etc.), limitando as nossas observações e conclusões posteriores. Com relação aos imóveis residenciais em si, porém, as descrições são mais ricas, com a indicação de todos os ambientes por pavimento, material construtivo das paredes (alvenarias de pedra e cal ou de tijolos, “singelas” ou “dobradas” etc.), tipos de forros (quando existiam), características das fachadas (número de portas e janelas principalmente), além do preço registrado em cada transação.